



VEPOP-SUS

Este livro está sendo publicado com apoio do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS.

Esse Projeto é uma iniciativa de apoio e fomento às experiências brasileiras de extensão universitária na linha da Educação Popular em Saúde, financiado pelo Ministério da Saúde a partir da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS).

Atua a partir de pesquisadores e consultores ancorados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Uma de suas frentes de atuação é o apoio ao desenvolvimento e divulgação de publicações relevantes para o aperfeiçoamento da extensão universitária.



VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL
Extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens

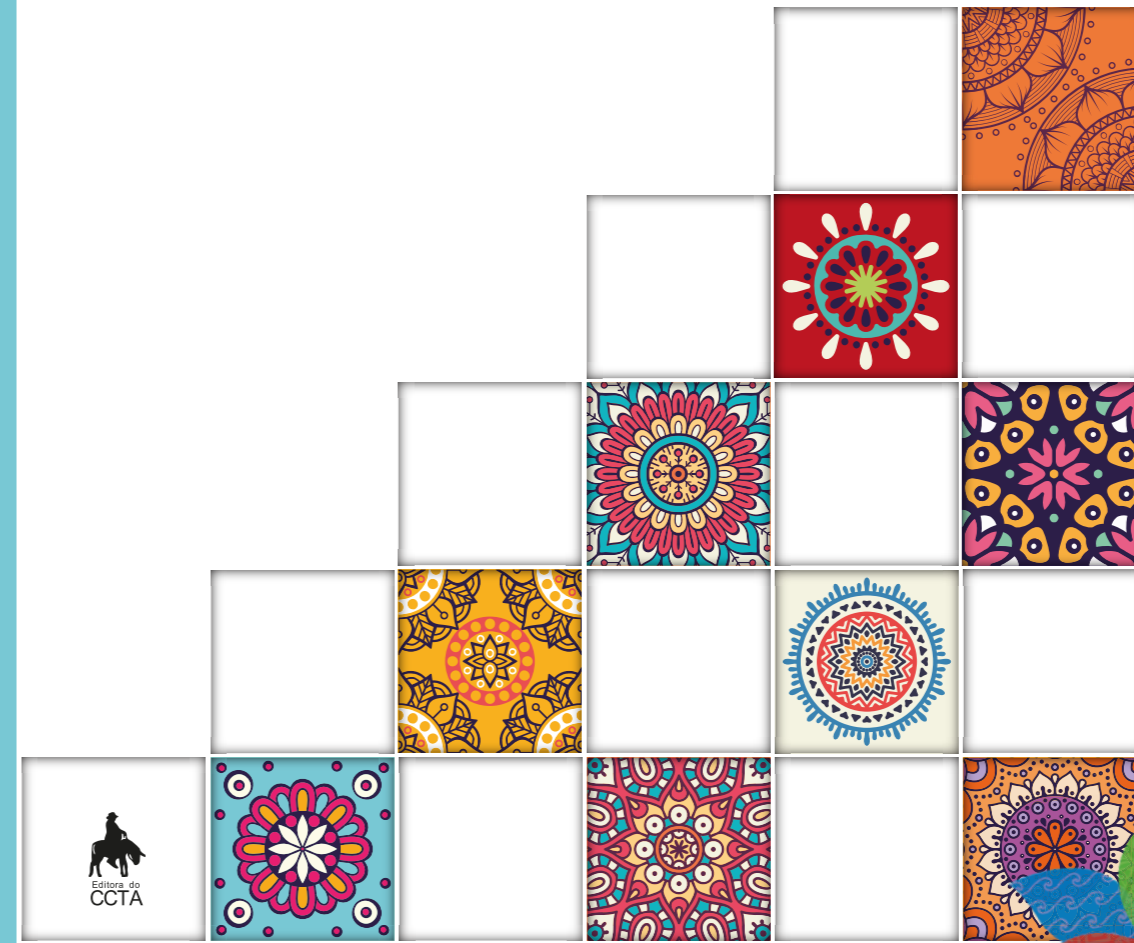
VOL 1

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens

Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS

VOLUME 1



Esse livro foi construído para compôr um espaço privilegiado de socialização das experiências de Extensão Universitária orientadas pela Educação Popular, enfatizando seus caminhos, seus obstáculos, seus desafios, suas conquistas, suas potencialidades.

Ao mesmo tempo, evidenciar os aprendizados, considerações e reflexões acumulados no próprio processo de fazer Extensão Popular.

Os caminhos de reorientação do fazer universitário tradicional já estão sendo desvelados processualmente na cotidianidade de diversas experiências espalhadas país afora, nas quais estudantes, professores, técnicos e membros de movimentos e grupos populares decidiram não somente anunciar, não tampouco anunciar de forma iluminista: mas colocar, já, em prática, experiências reorientadoras do agir acadêmico e da formação profissional, colocando em prática já, e imediatamente, ações, abordagens, dinâmicas, relações, posturas e compromissos libertários e emancipadores, exercitando um outro agir acadêmico possível, no qual a comunicação com a realidade e o trabalho social sobre a mesma é o ponto de partida para o ensino e para a pesquisa.

Para conhecermos esse movimento, e fortalece-lo, nada melhor do que dar a voz para que os protagonistas dessas iniciativas expressem a rica intimidade desse processo de reinvenção universitária, que está em pleno andamento.

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Volume 1

Extensão e formação universitária:
caminhos, desafios e aprendizagens

Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS

VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Volume 1

Extensão e formação universitária:
caminhos, desafios e aprendizagens

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues
Elina Alice Alves de Lima Pereira
Renan Soares de Araújo
Islany Costa Alencar
(ORGANIZADORES)

Editora do CCTA
2018



REITORA
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ

VICE-REITORA
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



Diretor do CCTA
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Vice-Diretor
ELI-ERI LUIZ DE MOURA



Conselho Editorial
CARLOS JOSÉ CARTAXO
GABRIEL BECHARA FILHO
HILDEBERTO BARBOSA DE ARAÚJO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

Editor
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Secretário do Conselho Editorial
PAULO VIEIRA

Laboratório de Jornalismo e Editoração

Coordenador
PEDRO NUNES FILHO

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

V857 Vivências de extensão em educação popular no Brasil, v.1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens / Organizadores: Pedro José Santos Carneiro Cruz, Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues, Elina Alice Alves de Lima Pereira, et. al. -- João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.
314 p. : il.

ISBN: 978-85-9559-063-2

1. Educação Popular - Brasil. 2. Extensão Universitária. 3. Formação Universitária. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II. Rodrigues, Ana Paula Maia Espíndola. III. Pereira, Elina Alice Alves de Lima. IV. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 37(81)

ORGANIZADORES

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Ana Paula Maia Espíndola Rodrigues
Elina Alice Alves de Lima Pereira
Renan Soares de Araújo
Islany Costa Alencar

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Gabriela Januário de Oliveira
Matheus Rodrigues Xavier
Tamyrys Fernandes Vilar Bento
Thiago Fernandes Dantas

ARTE DA CAPA

Amanda Pontes

DIAGRAMAÇÃO

Amanda Pontes



VEPOP-SUS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO VEPOP-SUS
VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE
NO SUS

EQUIPE

Coordenação

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Pesquisadores(as)

Ernande Valentin do Prado

Eymard Mourão Vasconcelos

Adriana Maria Macêdo de Almeida Tófoli

Daniela Gomes de Brito Carneiro

Darlle Soares Sarmento

Luana Jesus de Almeida Costa

Islany Costa Alencar

Luciana Maria Pereira de Sousa

Bruno Oliveira de Botelho

Emmanuel Fernandes Falcão



O Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS - é uma iniciativa de apoio e fomento às experiências de Extensão Universitária na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços e sujeitos do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como com os grupos, movimentos e iniciativas de saúde do campo popular no Brasil.

Este projeto constitui ação apoiada pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) com apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e colaboração da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

Em sua frente nacional vem atuando a partir de uma equipe operacional de pesquisadores e consultores ancorada na UFPB, com ações de articulação e integração entre as diversas iniciativas e experiências de extensão em Educação Popular e Saúde no país. Toda gestão se dá através de eventos, oficinas, encontros, difusão de informações, compartilhamento de publicações e materiais didáticos no campo da Educação Popular e do SUS. Pela promoção regular do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) há uma oportunidade de vivências e experiências de estudantes de graduação de todo o país em práticas de Extensão orientadas pela Educação Popular nos espaços do SUS.

Uma de suas frentes de atuação é o apoio ao desenvolvimento de publicações em andamento e republicações de obras relevantes no âmbito da Extensão Popular, da Educação Popular e da Formação em Saúde, assim como a divulgação de produtos referentes a pesquisas realizadas neste campo e de reflexões sobre estas práticas, no sentido de incentivar e aprimorar o registro, a pesquisa e a sistematização de experiências nas diferentes iniciativas em nível nacional. Os livros editorados, publicados e/ou impressos pela Coleção VEPOP-SUS podem ser encontrados no Portal ISUU: <<https://issuu.com/vepopsus>>

Por meio do VEPOP-SUS, espera-se estimular em todo o país a Educação Popular como expressão da construção de caminhos e novas práticas de saúde na formação dos profissionais, protagonizando o campo popular e os serviços públicos de saúde.

SÉRIE “VIVÊNCIAS DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL”

Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS

Volume 1

Extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens

Seção 1

Primeiras palavras

Seção 2

Educação Popular e seus caminhos na construção de projetos de extensão universitária

Seção 3

Extensão e Educação Popular em estágios de vivências para estudantes da área da saúde

Volume 2

Extensão e Educação Popular na reorientação da formação em saúde

Seção 4

Extensão em Educação Popular na reorientação do agir profissional em diferentes cursos

Seção 5

Extensão, Educação Popular e a integralidade na formação profissional em saúde

Volume 3

Extensão e Educação Popular na reorientação de práticas, políticas e serviços de saúde

Seção 6

Extensão em Educação Popular na construção de caminhos para a estratégia saúde da família

Seção 7

Extensão em Educação Popular e saúde da mulher

Seção 8

Extensão e Educação Popular em políticas de participação social e equidade em saúde

Seção 9

Extensão em Educação Popular, saúde e juventude

Seção 10

Extensão, Educação Popular e artes em saúde

Sumário

Seção 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

APRESENTAÇÃO AOS VOLUMES 1, 2 e 3	
EXTENSÃO POPULAR: UM MOVIMENTO, UM MOSAICO DIVERSO DE PRÁTICAS E UMA CONCEPÇÃO PARA A REORIENTAÇÃO DO FAZER UNIVERSITÁRIO TRADICIONAL.....	15
EDUCAÇÃO POPULAR: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	35

Seção 2 EDUCAÇÃO POPULAR E SEUS CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

RESGATANDO A HISTORICIDADE DO PEPASF: 20 ANOS DE UMA HISTÓRIA ESCRITA POR DIVERSAS MÃOS.....	55
NOSSA CAMINHADA NO PROJETO DE EXTENSÃO IANDÉ GUATÁ.....	79
HORTA URBANA SOB O OLHAR DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESPAÇO DE COMPARTILHAMENTOS PELA EDUCAÇÃO POPULAR.....	103
MAPEAMENTO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DE SÃO CARLOS – MAPEPS.....	123
EXPERIÊNCIAS DA PRIMEIRA ETAPA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM	

SAÚDE: AS CONQUISTAS, LACUNAS E OS SONHOS PARA O FUTURO.....	147
AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR...	163
PROJETO VIDAS PARALELAS PARAÍBA.....	183
INTRODUÇÃO - LADO B.....	199

Seção 3

EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM ESTÁGIOS DE VIVÊNCIAS PARA ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

EU VOU À LUTA COM ESSA JUVENTUDE” RELATO DE EXPERIÊNCIA DO VER-SUS EM UMA ÁREA PROGRAMÁTICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	221
A EXPERIÊNCIA DO VER-SUS/LITORAL PIAUIENSE: QUANDO EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE DIALOGAM.....	239
AS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES (ENEC): A EXTENSÃO COMO MOBILIZADORA DA INSERÇÃO ESTUDANTIL COMPROMISSADA COM OS GRUPOS POPULARES, SUAS REALIDADES E LUTAS.....	257

POSFÁCIO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS E O DESVELAR DE OUTRA POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	273
COLEÇÃO VEPOP-SUS.....	311

Seção 1
PRIMEIRAS PALAVRAS

APRESENTAÇÃO¹ AOS VOLUMES 1, 2 e 3

EXTENSÃO POPULAR: UM MOVIMENTO, UM MOSAICO DIVERSO DE PRÁTICAS E UMA CONCEPÇÃO PARA A REORIENTAÇÃO DO FAZER UNIVERSITÁRIO TRADICIONAL

Pedro José Santos Carneiro Cruz²

Extensão Popular: por meio das práticas fundamentadas nessa concepção do agir extensionista, há uma pedagogia libertadora e dialógica sendo construída cotidianamente no seio das universidades brasileiras, protagonizada por atores e autores de novos horizontes no pensar e fazer acadêmico, dedicados ao exercício e processual consolidação de uma universidade voltada à construção compartilhada e conjunta de caminhos

1 O presente texto foi construído para compor a Apresentação da obra “Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil” no conjunto de seus três volumes. Para fins exclusivamente literários, de modo a evitar descontextualização, o presente texto foi reproduzido na íntegra em cada volume.

2 Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba, onde atua como Líder do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), Coordenador do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS e membro da Coordenação do Programa de Extensão PINAB – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica. É, ainda, membro do Grupo de Pesquisa de Educação Popular em Saúde e membro da Coordenação do Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Contato: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

para uma sociedade culturalmente diversa, economicamente solidária e politicamente justa.

Por todo o país, há sujeitos e práticas diversas e multifacetadas nas quais se desvela um fazer universitário que busca cotidianamente ser libertador, humanizante e emancipador, que enfrenta as contradições do modelo acadêmico tradicional através do desenvolvimento de experiências de trabalho social em meio ao concreto vivido da realidade e das questões humanas palpitantes do mundo na atualidade.

O presente livro reúne textos que, em suas palavras, desvelam os caminhos de construção e delineamento das ações, iniciativas e trabalhos de uma diversidade significativa de experiências de Extensão Popular de todo o país. Ao mesmo tempo, revelam e compartilham sentimentos, inquietações, emoções e aprendizados mobilizados pelo mergulho de diferentes sujeitos nesses espaços e nas relações humanas que propiciam.

Apesar de organizado no âmbito de um projeto de pesquisa e extensão ancorado como ação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS)³, podemos, efetivamente, dizer que esse livro é uma construção do amplo, diversificado, rico e multifacetado movimento brasileiro de extensão em educação popular. Movimento esse que, com práticas cotidianas forjadas no seio da própria universidade, enfrentando as contradições e injustiças de sua face tradicional e conservadora, expressa a potência criativa e amorosa de seus sujeitos em demonstrar, concretamente, que outro fazer acadêmico é possível.

3 BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro: Brasília, 2013.

SITUANDO A CONCEPÇÃO DA EXTENSÃO POPULAR

Atualmente, no Brasil e em outros países, a *Extensão Popular* constitui uma perspectiva de pensar e de fazer as práticas de Extensão Universitária. Compreendendo-se como experiências de Extensão Popular, diversas iniciativas de projetos, programas, ações e vivências têm sido realizadas nas mais diferentes realidades, tendo fundamentalmente dois objetivos epistemológicos, independente dos objetivos peculiares de cada prática. Primeiramente, para responder à desafios da vida comunitária e da dinâmica social com a mobilização de trabalhos formativos, educacionais e de lutas sociais embasados no pensamento crítico e através de metodologias ativas e participativas onde a construção das ações se dá de maneira compartilhada, dialogada e humanizante, enxergando as pessoas, todas elas, como sujeitos, independente de serem universitários ou não. E, em segundo lugar, para demonstrar, no concreto vivido e forma contundente, de que é possível se construir uma ação universitária emancipadora e irreversivelmente compromissada com a promoção do outro pela lapidação obstinada de conhecimentos e de formação de sujeitos para o enfrentamento crítico, solidário e amoroso dos sofrimentos, das desigualdades e das explorações decorrentes dos processos históricos de exclusão social e política.

Extensão Popular como um referencial ético, político, teórico e metodológicos, de acordo com o qual diversos grupos de estudantes, docentes, técnicos e outros atores sociais se mobilizam para construir trabalhos em um processo de comunicação intensa com o mundo concreto, e que se dá, tão somente, com o mergulho profundo nessa realidade social, com suas alegrias, dores, confortos, crises, contradições e processos dinâmicos e complexos.

Extensão Popular como um símbolo aglutinador de experiências universitárias onde, pelo trabalho compromissado com as classes populares, aprende-se a ser mais e a construir uma aplicação da ciência que seja edificante, consequente, dialógica e emancipadora.

Fundamentalmente, *Extensão Popular como as realizações de Extensão Universitárias orientadas pelos princípios éticos, políticos, teóricos e metodológicos da Educação Popular*.

Apesar de constituir uma ação desenvolvida há décadas por setores acadêmicos em parceria com os movimentos populares, a denominação Extensão Popular somente veio a ser consolidada há poucos anos. E, ao contrário do que pode parecer, não é apenas uma nova configuração ou qualificação para a extensão ou outro “jeito de fazer” extensão universitária, mas uma perspectiva teórica e um recorte epistemológico da extensão, que traz não apenas das metodologias, mas intencionalidades distintas para esse campo acadêmico.

Esse conceito vem consistindo em um símbolo aglutinador e referenciador de amplo número de experiências e realizações extensionistas universitárias pautadas nas égides freireanas e vem contribuindo para que um movimento nacional se estruture. É importante ressaltar que, na amplidão de experiências de Extensão que se pautam pela Educação Popular como um referencial de sua perspectiva ético-política no cotidiano universitário, há, além da Extensão Popular, outras construções teóricas que qualificam e embasam o fazer extensionista freireano, tais como Extensão Comunitária (DANTAS, 2009; DANTAS et al, 2012), Extensão Universitária em Educação Popular (SERRANO, 2012), Extensão Acadêmica (JEZINE, 2006), Extensão Crítica (TOMMASINO, 2013) e Conversidade (FLEURI, 2013), Vivência em comunidades (FALCÃO, 2014).

COMPREENDENDO ALGUNS DOS FUNDAMENTOS DA EXTENSÃO POPULAR

Como processo em movimento, a Extensão Popular somente pode se dar quando a Extensão é compreendida como comunicação (conforme fundamentou Paulo Freire⁴) e como trabalho social útil (conforme fundamentou José Francisco de Melo Neto⁵). Assim, em primeiro lugar, a concepção de Extensão Popular implica a compreensão da Extensão como trabalho social útil. Para Melo Neto (2014, p.46),

a extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa. (...) Extensão (...) exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. É, portanto, um fenômeno educativo com um conteúdo pedagógico derivado de questões da realidade social. Também é prestadora de serviço sem ter essa finalidade. Pode, ainda, realizar alguma assistência sem se tornar uma política compensatória assistencial.

4 Conforme Freire (2015).

5 Conforme Melo Neto (2014), Melo Neto (2004a) e Melo Neto (2004b).

Em segundo lugar, outra ideia fundante para se estabelecer a Extensão em uma dimensão popular é concebê-la como *comunicação*, conforme Paulo Freire fundamentou.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. (...) Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. (...) O conhecimento (...) exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 2015, p. 28-29).

A Extensão Popular dá sentido e direcionamento a uma cultura universitária onde os esforços empreendidos por comunitários, estudantes, técnicos e professores concretizam-se em metodologias capazes de promover o apoio acadêmico aos esforços das classes populares na luta cotidiana pela conquista plena da cidadania, na realização de seus direitos.

Seja na área da educação, da cultura, da saúde, dos direitos humanos ou da tecnologia, a Extensão Popular conforma ações com base em aspectos teóricos, filosóficos e metodológicos direcionados ao enfrentamento da exclusão social, visando a transformação das condições sociais e econômicas que

incomodam e oprimem os setores mais desfavorecidos de nossa população. No seio destes empreendimentos, é cotidianamente alimentado um acervo cultural vivo, vibrante e ativo, expressado por conhecimentos, tecnologias, práticas e saberes úteis à construção de possibilidades de ação social participativa no âmbito acadêmico.

Para Melo Neto (2014, p.47-48), assumindo a dimensão do popular, a ação universitária em extensão extrapola os limites dos muros institucionais, superando aquelas realizações restritas a ações de participantes de determinadas organizações sociais, sobretudo estatais. Nesses termos, expressa-se como um trabalho social com uma dimensão fundamental de exterioridade, pois abrange ações e atividades educativas com movimentos sociais, grupos populares e outros instrumentos organizativos da sociedade civil e seus espaços, ou mesmo a partir do Estado. É um trabalho social útil com uma intencionalidade incondicionalmente voltada à transformação, mas sobretudo direcionado aos setores sociais excluídos. Sendo assim, o autor entende que a Extensão Popular realiza-se em meio ao conjunto das tensões de seus participantes em ação e da realidade objetiva, pressupondo, para isso, uma metodologia de trabalho social que promova uma compreensão ampliada das contradições do modo de produção social e econômica dominante, mesmo que os trabalhadores tenham pouca escolaridade e baixa qualificação, visualizando criticamente, e estimulando o pensamento cidadão e político, diante de quaisquer elementos promotores de exclusão, sobretudo nesses setores sociais.

Nessa direção, podemos compreender a Extensão Popular como um trabalho social útil, desenvolvido por meio de um agir crítico pautado por um processo de construção participativa e compartilhada, com a intencionalidade de articular tanto o ensino como a pesquisa na mobilização de experiências, estudos

e reflexões em contextos de adversidade, para a superação de problemas sociais, de maneira compromissada com a mudança e o enfrentamento à exclusão social e à desumanização. Seu desenvolvimento pressupõe, necessariamente, um radical objetivo de transformação das condições objetivas e subjetivas de dor, opressão, incômodo, injustiça e autoritarismo, estando assim direcionada sistematicamente para a promoção da emancipação social, humana e política, de maneira integrada com o cuidado com o outro e o respeito à alteridade e à diversidade. Tem um ponto de partida fundante: a realidade social e sua concretude, inclusive as formas conforme tal realidade é sentida e vivenciada por seus sujeitos.

A EXTENSÃO COMO PONTO DE PARTIDA DA AÇÃO UNIVERSITÁRIA

Nessa perspectiva, pelo olhar da Extensão Popular, concebe-se que a Extensão (compreendida como *comunicação* com o mundo concreto e como *trabalho social*) precisa, necessariamente, ser o ponto de partida da ação universitária e, fundamentalmente, o elemento articulador do ensino e da pesquisa (CRUZ, 2010; CRUZ, 2011).

Para a construção de conhecimentos efetivamente emancipadores diante dos processos de exploração, injustiça e exclusão social, humana e política, a Extensão precisa ser o ponto de partida na medida em que se configura como espaço privilegiado para um profundo mergulho de estudantes, docentes e técnicos acadêmicos no mundo concreto e na dinâmica complexa das relações sociais. Um mergulho do qual, saindo *encharcados e ensopados* (nas palavras de Freire), os sujeitos acadêmicos poderão, de forma compartilhada com os sujeitos e protagonistas da realidade social, construir

conjuntamente a definição de temas prioritários para se conhecer, questionar, discutir ou investigar (fazendo, portanto, a *pesquisa*) e poderão, com os aprendizados desenvolvidos nesses processos estudos, desvelar constatações, descobertas, aprendizados e conhecimentos úteis para o enfrentamento dos desafios da realidade em questão, os quais configurarão um aporte significativo de saberes para o bem viver e para a qualidade de vida, tudo isso através do *ensino*, pautado esse não pelas prioridades de grandes intelectuais ou pelas narrativas de grandes desbravadores científicos, mas pelos aprendizados e conhecimentos forjados a partir da investigação compromissada socialmente e construída *com* e não apenas *para* as pessoas ou até *apesar das* pessoas.

Assim, por meio dessas práticas de Extensão Popular como ponto de partida da construção de conhecimentos, através do diálogo com os sujeitos das comunidades e o engajamento nas suas lutas cotidianas, diversos estudantes vêm percebendo os limites e inconsistências da relação autoritária com a população, bem como os limites do próprio saber científico-acadêmico. No lidar com os problemas em suas raízes, as palavras dos livros tomam corpo, calor, cor e cheiro de gente. Ganham significado. O aprendizado e a atuação acadêmica empenham-se na promoção da vida.

Extensão Popular é, assim, também um processo educativo, orientando não por qualquer perspectiva, mas por aquelas correntes educacionais orientadas pela categoria do popular, que se cristalizam na Educação Popular. Esse jeito de conduzir o trabalho educativo confere uma dimensão marcante para a Extensão Popular, pois interage de maneira radical sobre seus sujeitos, significando não apenas uma metodologia de trabalho social, de como conduzir, mas indo além e se concretizando num jeito de estar no mundo, de viver as

relações humanas e sociais. Constitui um verdadeiro arcabouço ético-político-social (CRUZ, 2011; VASCONCELOS, CRUZ, 2011).

Como ressalta Boaventura de Sousa Santos, segundo Oliveira (2006), re-definir as possibilidades de atuação e inserção política no mundo requer re-significar a forma como atuamos no mundo através do campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos, bem como os valores e crenças com os quais entramos em contato. Para tanto, revela-se de fundamental importância considerar de forma prioritária a formação de subjetividades inconformistas que se engajem no mutirão de construção de outro mundo possível. Para Santos (1996, p.17), isto exige imaginar e delinear um projeto educativo emancipatório, cuja aprendizagem se dê com conhecimentos conflitantes com o objetivo de “produzir imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais (...), imagens capazes de potenciar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo”.

Acreditamos que a Extensão Popular está situada – hoje – como uma das principais alternativas de formação de *subjetividades inconformistas* no campo acadêmico. Ora, o envolvimento de estudantes com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertar da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude, conforme assinala Vasconcelos (2006).

Diante destes elementos no atual cenário de discussões da formação universitária, é urgente focar a extensão universitária como base para o encontro do estudante com o mundo e sua realidade social, permitindo-lhe conhecer as classes populares, sua dinâmica de vida e sobrevivência. Pouco será possível fazer diferente na formação sem um encontro sincero

e efetivo dos estudantes com o mundo e com o outro. É na extensão que isso poderá decorrer. Na extensão, os aprendizados vão se dando de modo mais significativo, pois intimamente conectado com ações que se quer empreender e sonhos que se quer conquistar. Estuda-se não para a prova, mas para atuar melhor. Não para provar que sabe ao professor, mas para resolver problemas reais encontrados na comunidade e na relação com seus sujeitos, ou minimamente tentar. Pesquisa-se não para obter louros acadêmicos e publicações, mas para compreender melhor o mundo e os outros.

A extensão constitui a base fundamental para qualquer proposta de formação universitária cujo interesse sincero esteja no desenvolvimento crítico, cidadão e emancipatório estudantil. Mas não apenas. Articulada à extensão, é fundamental encorajar a atividade de pesquisa, como possibilidade efetiva de qualificar as ações empreendidas e compreender melhor o mundo. Contudo, não se trata de fazer pesquisa por fazer. Em muitos casos, estudantes muito promissores adentram em grandes pesquisas, apenas para cumprir uma etapa, um objetivo específico ou uma tarefa bem limitada. Com isso, pouco extrapolam e pouco apreendem o mais importante: a pesquisa como jeito de estar e olhar o mundo. Por isso, é preciso oferecer autonomia neste processo, evitar a figura do estudante com papel limitado na pesquisa, parecendo uma peça numa linha de produção. Permitir que ele mesmo crie, desenvolva e aprimore problemas e perguntas de pesquisa. E, finalmente, não qualquer pesquisa, mas aquelas efetivamente engajadas na transformação social.

Percebemos então que o projeto de um novo modelo de universidade encontra-se necessariamente através de diversas práticas contra-hegemônicas no cenário acadêmico com eixos específicos e interessantes: a superação da dicotomia entre

teoria e prática; a construção de uma utilidade emancipatória para qualquer uma das práticas acadêmicas; e, finalmente, a intencionalidade política. Ou seja, queremos chegar a algum lugar com tudo isso.

A Extensão Popular não é só mais um sonho de alguns idealistas utópicos, é mais do que isso. Cristaliza, como vimos antes, um trabalho empreendido por diversos atores interessados em vislumbrar um horizonte pintado com as cores da justiça, da equidade, da dignidade humana e de uma relação cuidadosa com o ambiente e o mundo. É assim que a Educação Popular vai ressaltando a dimensão política inerente à Extensão Universitária, por meio da Educação Popular.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO SUS (PNEPS-SUS) E O PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO VEPOP-SUS NO FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO POPULAR

Por meio da Extensão Popular, uma amplitude significativa de sujeitos universitários e do meio popular vem propondo expressivamente novas perspectivas para o fazer e pensar educativo na busca por novas sociabilidades em horizontes diferentes dos atualmente hegemônicos, pois marcados sobretudo por princípios como justiça, solidariedade, igualdade e liberdade, possibilitando-se a ação universitária na mobilização de conhecimentos e em sua construção compartilhada com vistas ao enfrentamento e superação de questões e problemas que possam limitar ou impedir o pleno desenvolver da vida com alegria e dignidade para todas as pessoas, nos diferentes contextos sociais. Extensão, assim traduzida, como elemento impulsionador de práticas, trabalhos, vivências e aprendizados

mobilizadores de exercícios da buscar *ser mais*, como diria Paulo Freire.

Sendo assim, a Extensão Popular implica não uma permanente *alternatividade* em suas realizações, mas sobretudo uma *alteratividade* concreta no pensar e no fazer acadêmico tradicional, na medida em que suas realizações vão se constituindo como *inéditos-viáveis* de novas possibilidades para a extensão, para a pesquisa, para o ensino e, mais importante, para o efetivo e contundente cumprimento do compromisso social universitário. Fazer Extensão Popular é, portanto, construir *já* novas possibilidades de atuar no mundo, provando-se que não é preciso esperar o mundo mudar para se instalarem novas práticas. Pelo contrário, novas experiências podem já ir sendo desenvolvidas, até porque vão, elas mesmas, delineando novos horizontes, na medida em que demonstram claramente ser plenamente possível construir outra educação, outra sociedade, outro mundo.

Por tais motivos, o movimento de extensão popular, através dos protagonistas de suas diversas experiências nacionalmente espalhadas, tem tido sua participação e sua voz reconhecida e potencializada no processo de construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde - PNEPS-SUS (BRASIL, 2013), particularmente no seu eixo de Formação. Por meio desse processo, através da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), os atores de iniciativas extensionistas populares têm insistido para que essa Política valorize o apoio, fomento, fortalecimento, difusão e sistematização de experiências que prevejam o mergulho profundo, continuado e crítico do estudante na realidade das camadas populares, incluindo a ênfase em sua inserção precoce e cotidiana em trabalhos sociais orientadas pela Educação Popular, onde aprendam, de modo paulatino, processual e na prática mesma, os caminhos

complexos e desafiadores da construção compartilhada do conhecimento útil com intencionalidade emancipadora.

Dentre as estratégias nesse sentido, merece destaque o Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS, o qual constitui ação apoiada pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS - PNEPS-SUS com apoio do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) e colaboração da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).

O VEPOP-SUS⁶ visa fortalecer experiências de Extensão Popular na linha da Educação Popular em Saúde, de maneira integrada com os espaços do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometida com a formação de trabalhadores para atuação com postura ético-política humanística, interdisciplinar e participativa. Em sua frente nacional vem atuando a partir de uma equipe operacional de pesquisadores e consultores ancorada na UFPB, com ações de articulação e integração entre as diversas iniciativas e experiências de extensão em Educação Popular e Saúde no país. Toda gestão se dá através de eventos, oficinas, encontros, difusão de informações, compartilhamento de publicações e materiais didáticos no campo da Educação Popular e do SUS. Pela promoção regular do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC) há uma oportunidade de vivências e experiências de estudantes de graduação de todo o país em práticas de Extensão orientadas pela Educação Popular nos espaços do SUS.

O Projeto vem desenvolvendo ações educacionais, eventos formativos e pesquisas, articulando a EPS como

6 Acesse o Blog do Projeto em www.vepopsus.blogspot.com e o site em www.vepopsus.com

elemento constitutivo de caminhos criativos e reflexões na formação estudantil, através das seguintes frentes: mapeamento de experiências de Extensão em EPS pelo Brasil; impressão e distribuição de publicações e obras de referência na área da Extensão em EPS; mobilização nacional para construção de um Caderno de Extensão Popular; difusão de ideias, diálogos e experiências sobre EPS; apoio à mobilização e formação de sujeitos da Articulação Nacional de Extensão Popular e demais coletivos que valorizem a Extensão; apoio à promoção de eventos na área de formação com ênfase na EPS; e, como dito anteriormente, realização sistemática e regular de edições do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC), com a participação de estudantes dos cursos da área de saúde de todo o país, de modo a adensar e aprimorar sua formação no que tange ao trabalho de ação comunitária pautado pela Educação Popular.

Em nível estadual a proposta é realizada no âmbito da Paraíba tanto pelo apoio à continuidade perene de trabalhos de extensão nas comunidades que são cenário dos ENEC, como quanto pela articulação e apoio às iniciativas de extensão articuladas a partir do grupo de pesquisa em Educação Popular em Saúde e pelo MOPS/ANEPS Paraíba.

Por meio do VEPOP-SUS espera-se estimular em todo o país a Educação Popular como expressão da construção de caminhos e novas práticas de saúde na formação dos profissionais, protagonizando o campo popular e os serviços públicos de saúde.

Em nossa avaliação, essa experiência vem logrando êxito, não apenas no sentido de fomentar as experiências, mas também de colocar o VEPOP-SUS na cena acadêmica, social e política da formação em saúde, corroborando para fortalecer experiências, movimentos, diálogos entre sujeitos e reflexões

no campo da Extensão Popular, traduzida como trabalho social agregado de uma perspectiva emancipatória. A Extensão Popular traz um sentido singular para a formação em saúde, na medida em que, por meio de vivências em comunidades, movimentos e espaços do SUS, cria condições para a reflexão estudantil acerca dos desafios do mundo, bem como sobre os modos de sentir, pensar e agir populares.

Essa obra é um dos produtos construídos por esse Projeto, com publicação e tiragem apoiada por este.

ESTA OBRA E SUA RELEVÂNCIA PARA O FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO POPULAR E SEUS SUJEITOS NA REORIENTAÇÃO DO FAZER UNIVERSITÁRIO TRADICIONAL

Uma nova universidade já vem sendo tecida a partir de diversas iniciativas de Educação Popular, onde se desvelam outros princípios, diferentes metodologias e vai sendo elaborada uma teoria do conhecimento em formação e organização universitária pautada pelos mesmos princípios que orientam a Educação Popular. Ou seja, que a universidade seja um espaço capaz de qualificar aquela busca de ser mais das pessoas, além de propiciar subsídios teóricos e conhecimentos concretos para melhorar, mais e mais, a vida em sociedade pautada pelos princípios da solidariedade, justiça, liberdade e igualdade.

Os caminhos de construção de outros pilares para a universidade e a reorientação de suas abordagens e de seus compromissos estão no seio das práticas contra hegemônicas que vêm sendo realizadas na própria instituição acadêmica. Como dito anteriormente, não basta anunciar que outra universidade é possível, tampouco adianta apenas verbalizar princípios, pressupostos, diretrizes ou ideias iluminadas

sobre a Educação Popular como baliza para o fazer e pensar acadêmico. Os caminhos de reorientação do fazer universitário tradicional já estão sendo desvelados processualmente na cotidianidade de diversas experiências espalhadas país afora, nas quais estudantes, professores, técnicos e membros de movimentos e grupos populares decidiram nem somente anunciar, nem tampouco anunciar de forma iluminista: mas colocar, já, em prática, experiências reorientadoras do agir acadêmico e da formação profissional, colocando em prática já, e imediatamente, ações, abordagens, dinâmicas, relações, posturas e compromissos libertários e emancipadores, exercitando um outro agir acadêmico possível, no qual a comunicação com a realidade e o trabalho social sobre a mesma é o ponto de partida para o ensino e para a pesquisa.

Se a Extensão Popular constrói, país afora, uma outra perspectiva universitária, é no seio das práticas concretas que isso vem se dando e pode ser observado. Para conhecermos esse movimento, e fortalece-lo, nada melhor do que dar a voz para que os protagonistas dessas iniciativas expressem a rica intimidade desse processo de reinvenção universitária, que está em pleno andamento.

Sendo assim, esse livro foi construído para configurar espaço onde essas experiências tenham oportunidade privilegiada de compartilhar seus caminhos, seus obstáculos, seus desafios, suas conquistas, suas potencialidades; ao mesmo tempo, os aprendizados, considerações e reflexões acumulados no próprio processo de fazer Extensão Popular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro **Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional**

de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro: Brasília, 2013.

CRUZ, P. J. S. C.. **Extensão Popular:** a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4749/1/arquivototal.pdf>

CRUZ, P. J. S. C.. Extensão Popular: A Reinvenção da Universidade. In. VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (org). **Educação popular na formação universitária:** reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011.

CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, M. O. D.; SARMENTO, F. I. G.; MARCOS, M. L.; VASCONCELOS, E. M. (Orgs). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). 1. ed. – São Paulo : Hucitec; João Pessoa : Editora da UFPB ; 2013. 313p.

DANTAS, V. L. de A. **Dialogismo e arte na gestão em saúde:** a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza – CE [tese]. Fortaleza (CE): Universidade Federal do Ceará; 2009.

DANTAS, V. L. de A.; LINHARES, Â. M. B.; SILVA, E. J. da; LIMA, R. F. de; SILVA, M. R. F. da; ANDRADE, L. O. M. de. Cirandas da vida: dialogismo e arte na gestão em saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 21, supl. 1, p. 46-58, 2012.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidades:** outra forma de ensino. 2ª edição. Editora da UFPB, 2014. 208p.

FLEURI, R. **Conversidade:** Interculturalidade e complexidade em contextos educacionais. Saarbrücken : Novas Edições Acadêmicas, 2013, v.1. p.131.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JEZINE, E. A. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora da UFPB. João Pessoa, 2006. V.1. 331p.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão Popular**. 2ª ed. Editora UFPB, 2014.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**.1. ed. João Pessoa - PB: Editora da UFPB, 2004a. v. 1.000. 210p .

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa - PB: Editora da UFPB, 2004b. v. 1000. 94p

OLIVEIRA, I. B. de. **Boaventura e a Educação** . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, B. S. Para uma Pedagogia do Conflito; In: SILVA, Luis Heron da (Org.) **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais** Porto Alegre: Sulina, 1996.

SERRANO, R. M. S. M.. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: regulação e a emancipação**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

TOMMASINO, H.; MÁRQUEZ, M. N. G.; GUEDES, E.; PRIETO, M. Extensión Crítica: los aportes de Paulo Freire. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz et al (Orgs) **Educação popular na universidade** : reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). 1. ed. – São Paulo : Hucitec; João Pessoa : Editora Universitária UFPB ; 2013. p 216-237.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L. H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na Universidade**: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Hucitec, Edições Mandacaru, 2006.

VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Orgs). **Educação Popular na Formação Universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

EDUCAÇÃO POPULAR: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Ana Carla dos Santos⁷
Aline Maria Batista Machado⁸

INTRODUÇÃO

Para Gadotti (1998), a Educação Popular percorre três momentos de sua compreensão epistemológica-educacional e organizativa. Em meados dos anos de 1940, a Educação Popular era entendida como educação de adultos, concebida através do ensino elementar e no plano oficial brasileiro foram desenvolvidas várias campanhas de erradicação que mencionaremos no decorrer do texto. Um segundo momento, ocorreu durante a década de 1950, em que a Educação Popular se compreendia enquanto educação de base. O terceiro momento, segundo o autor, é vivenciado no período dos anos 1960, 1970 e 1980 do século XX, em que a Educação Popular é vista como educação não formal configurando-se enquanto alternativa à escola formal, bem como a temática confundia-se com o

7 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS.

8 Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS.

movimento social em si diante da efervescência de mobilizações durante o período repressivo.

Os movimentos populares de alfabetização nasceram dentro de um aspecto de Educação Popular, porém percebe-se uma variedade de perspectivas em busca de se inserir no seio da terminologia. Numa primeira impressão, através de uma mera junção de palavras (Educação e Popular), nos leva a acreditar em uma simples “educação para pobre”, reforçando os ideais elitistas que percorrem toda a história da sociedade, de reduzir o quantitativo de analfabetismo em possíveis estratégias políticas, seja para ter direito ao voto, seja como condição para acessar o mercado de trabalho, ou quando se tinha interesse em educar para somar com o povo. Deixando claro que, não estamos desmerecendo tais iniciativas diante de suas relevantes contribuições.

Desse modo, o que se preza é recorrer para o não distanciamento dos reais significados trazidos pela concepção freireana, por esses motivos, criamos aqui um espaço para refletir os aspectos teóricos da Educação Popular, na tentativa de apreensão acerca dos paradigmas “políticos, filosóficos e pedagógicos” agregados na temática anunciados por Gohn (2013, p. 34). Neste trabalho, fizemos uma discussão teórico-metodológica de como se dão as práticas em Educação Popular e possíveis direções que serão discutidas a seguir.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

E o que é Educação Popular? Quais suas práticas? Há possibilidade de responder introdutoriamente tais questionamentos? Paludo (2013, p. 65-66) fundamentando-se nos pensamentos de Demerval Saviani afirma “que a expressão Educação Popular assume o sentido de educação ‘do povo,

pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente”, ou seja, uma educação que nasce a partir do povo e em prol do povo.

Portanto, a Educação Popular tem como princípio a participação popular através de um modelo educativo fundamentado na conscientização e na mobilização das classes populares. Desse modo, não pode ser comparada ou confundida com senso comum, contribuindo para a valorização do saber popular. Tal ideário apresenta-se de maneira diferenciada, o qual permite um diálogo entre as classes sociais de forma horizontal, considerando o conhecimento popular relevante para a mudança social, através de suas próprias reflexões acerca das condições em se encontram. Assim, os mesmos são influenciados a repensar a conjuntura social, econômica e política atual e quais as consequências na vida dessas classes populares (MACHADO, 2012). Vale salientar que “as camadas populares elaboram conhecimento e fazem teoria por um caminho diferente das outras camadas sociais” (COSTA, 1987, p. 22).

A Educação Popular é composta por categorias que se detectam em suas práticas, que se articulam formando bases constituintes do seu modo de se organizar, no que se refere ao conhecimento popular e o científico, movimentos sociais (lutas políticas dos trabalhadores, resistência, mobilização), discussão de democracia, hegemonia, participação, bem como a relação com uma prática pedagógica voltada para formação popular, na qual valoriza o saber popular, e até mesmo, existe o resgate do contexto histórico ligado à Educação de Jovens e Adultos, visto que há um direcionamento dentro da perspectiva de Educação Popular.

A educação popular, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes. Como concepção geral da educação, ela passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização (GADOTTI, 2007, p. 24).

A expressão “educação popular” estava associada, na Primeira República, ao ensino elementar, o que coincidiu com o conceito de instrução pública, desencadeando em implantação e expansão de escolas primárias através da mobilização/campanhas em prol da erradicação do analfabetismo de adultos (SAVIANI *apud* SILVA e MACHADO, 2013) como discutido anteriormente na perspectiva histórica. Desse modo, destacaremos parte de uma síntese elaborada pela pesquisadora Rosa Maria Torres⁹ assinalada por Silva e Machado (2013, p. 131-133), ressaltando as bases basicamente objetivas da Educação Popular na América Latina:

Características do Público-Alvo	Marginalizado; Analfabeto; Semianalfabeto; Baixa Escolaridade.
Características dos Educadores	Pouca atenção para a profissionalização ou para o desenvolvimento de carreira; Vários trabalhos desenvolvidos em regime voluntário.

⁹ No XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Educadores Sociais, Dinamarca - 2009.

Ocupações similares identificadas	Professores, Assistentes Sociais, Trabalhadores de Extensão, Agentes Comunitários, Líderes Comunitários, Animadores Culturais.
Áreas de Trabalho	Todas as áreas em potencial.
Finalidades	Conscientização; Participação; Organização; Empoderamento; Mudança social; Mudança política; Justiça Social; Cultura dos Direitos.
Princípios	Diálogo; Respeito; Participação; Vozes dos Educandos.

Como Práxis, a Educação Popular se apresenta nas relações na qual os homens atuam sobre si mesmos, tendo um caráter transformador da realidade, basicamente político. Desse modo, promove um discurso pedagógico comprometido com as classes subalternas, sendo os próprios oprimidos os sujeitos responsáveis por sua libertação dos opressores. Cabe salientar, como discute Machado (2012), que nas concepções de Marx, a práxis outorga transformação, revolução, fazendo superar simples ações, visto que permite o diálogo entre teoria e prática, não expressando qualquer prática transformadora, mas parte de direções dialéticas do contexto histórico da sociedade, aliando a consciência e a ação na realidade em prol da transformação radical da sociedade.

As discussões educacionais desenvolvidas por Freire seguem na perspectiva de desenvolver críticas a uma “educação bancária”, que é discutida em “Pedagogia do Oprimido”, educação essa que se apresenta através de uma direção historicamente “engessada”, sendo reproduzida a cada geração como algo irrevogável, como se não houvesse a possibilidade de mudar o modo de ensino pelo fato de já existir um padrão estabelecido

anteriormente. Uma educação que não possibilita ao educando entender a estrutura social, ou seja, a estrutura social para que cada oprimido assuma sua função na sociedade, mas, para que tal “ignorância” sirva de gargalho para que a realidade e seu “progresso” (mais precisamente regresso) continuem sendo moldados pelos opressores. Assim, discorre que nesse processo de aprendizado,

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivadores são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser, educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com outros. (FREIRE, 2013b, p. 80-81)

Remetendo, ainda, com o que foi dito anteriormente, a pedagogia sistematizada por Paulo Freire permite que o povo se reconheça como integrante político relevante da sociedade através do incentivo à autonomia desses sujeitos, e até mesmo, como oprimidos, visto que a opressão lhe parece natural. Há um intermédio essencial para que o sujeito absorva do educador tais aspectos de autonomia, “o método adotado para a conscientização é o diálogo, porque capaz de manter tanto educador quanto educando como sujeitos que buscam conhecer

e transformar a realidade” (JANNUZZI *apud* CARVALHO *et al*, 2014, p. 187), nessa perspectiva que Freire (2013b) salienta que um não existirá sem o outro, ou seja, o educador não se afirma como tal sem educando, nem educando sem que haja um educador. Freire (GADOTTI *apud* GOHN, 2013, p. 35) ressalta que a

libertação é o fim da educação. A finalidade da educação será libertar-se da realidade opressiva. A educação visa à libertação, à transformação radical da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e as mulheres sejam reconhecidos como sujeitos da sua história e não como objetos.

A troca de conhecimento entre todos os sujeitos envolvidos num processo problematizador possibilitará que se libertem dos seus opressores conjuntamente, na tentativa de romper com a reprodução da opressão, desnaturalizando o “discurso universal” segundo Freire (2013a, p. 73) que seria: “Que fazer? A realidade é assim mesmo”, e o mesmo ainda ressalta que “numa história assim determinada, as posições rebeldes não têm como se tornarem revolucionárias” (p. 73). Já fomentava Karl Marx em suas análises teóricas que a situação de social e econômica, e mais precisamente da pobreza, é algo construído no decorrer da sociedade, e porque não citar a acumulação capitalista que envolve desde o poder aquisitivo até a dominação social? Nas palavras de Paulo Freire (2013b, p. 63), essa

ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concep-

ção estritamente materialista de sua existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos.

Desse modo, a classe dominante transfere para a classe desfavorecida as suas “regras” para controlá-la, constroem suas bases no direito por mérito, direito de ser quem são, “direito que ‘conquistaram com seu esforço, com sua coragem de correr risco’” (FREIRE, 2013b, p. 64), diante disso, os opressores prezam por uma humanização que atribuem a si mesmo, de si mesmo e para si, a dos outros, particularmente a dos oprimidos, é considerado subversão (FREIRE, 2013b). Assim, “se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu controle” (FREIRE, 2013b, p. 64).

A relação social entre capitalistas e proletariado cuja Marx discorre em suas teorias, Paulo Freire absorve em suas concepções pedagógicas como oprimidos e opressores, o que serve de questionamento para quem inicia estudos tão somente por Paulo Freire, visto que há quem não compreenda a quem o mesmo chama por oprimido e por opressor num campo para além ensino/aprendizagem, não reduzindo apenas ao espaço escolar, como também, remetendo a sociedade em geral.

Na visão de Freire (2013a), o educador e educando constroem juntos bases de investigação do objeto de que buscam conhecer, assumindo uma postura de diálogos, um não sobrepondo o outro, mas decidindo de forma horizontalizada. Desse modo, estimula as ações transformadoras e que procurar

se embasar em questões democráticas na sociedade, superando relações alienantes, favorecendo o protagonismo dessa classe.

A lógica presente no discurso de Paulo Freire nos diz que auxiliar os educandos e educandas a pensar o mundo criticamente, a partir da educação problematizadora e reflexiva, é uma atitude de responsabilidade com a práxis desenvolvida no interior (*ou fora*) da escola, considerando que não existe neutralidade [...]. Quando alunos aprendem que a injustiça social, as desigualdades não são frutos do destino e organizam respostas, explicações baseadas e, fatos concretos, em dados reais, estão mudando suas percepções sobre o mundo, modificando a linguagem, reorganizando as ideias (MONTE-NEGRO, 2012, p. 157).

Freire demonstrou o quanto há necessidade de valorizar o saber popular e a troca desse conhecimento, trazendo a importância para a articulação da universidade com a sociedade. Quebrando com direções verticalizadas, partindo da ideia que todos os participantes são atores daquela realidade, pensam e agem, chamando a atenção para a conscientização e que por meio dela as pessoas desenvolvem consciência e compromisso com a história, com o social (OLIVEIRA, et al, 2013). Lembrando que para Freire, o processo de conscientização se concretiza na práxis e não no campo do idealismo.

Há um reconhecimento do outro como sujeito histórico e cultural, sabendo de que os saberes têm um mesmo valor, respeitando a diversidade que existe em cada um, assumindo o compromisso com a mudança social. A proposta freiriana compreende a educação como um intermédio para a libertação do povo através de caráter político num processo coletivo

(CARVALHO et al, 2014), e não qualquer educação, mas a que nasce essencialmente com o povo, considerando o seu saber.

As práticas inovadoras de Paulo Freire contribuíram de forma significativa para a extensão universitária no país, vale ressaltar que a Universidade tem necessidade criar respostas para as demandas advindas da sociedade, reconhecendo a importância de atrelar o saber acadêmico ao saber popular como forma de criar novas iniciativas de mudanças. Sua influência marcou o processo de redemocratização do país, revestidas de visões problematizadoras, possibilitando uma intrínseca relação entre o popular e o acadêmico para uma visão ampliada da realidade social. Vasconcelos (2013) reafirma que Paulo Freire não foi o inventor da Educação Popular, e sim, um pioneiro de sistematização teórica agregada na Educação Popular, mas um saber construído coletivamente para a transformação da sociedade, buscando a superação das estruturas políticas e econômicas que geram pobreza.

Oliveira (et al, 2013) ressaltam que não podemos afirmar as práticas construídas por Freire como conceituação das relações entre o popular e o acadêmico, visto que a educação superior impõe uma normatização, e que ainda não considera a universidade como espaço de produção e reprodução de saberes independente de especificações científicas, concebendo um mecanicismo do conhecimento, mesmo após avanços em concepções pedagógicas. Há necessidade de se ter uma redefinição de posições e conceitos voltados para a mobilização por parte da academia, se orientando de maneira interdisciplinar, considerando a realidade vivida pela classe subalterna, desenvolvendo um novo olhar universitário.

Na perspectiva de Carrilo (2013, p.18), num aspecto histórico e atual, as direções da educação popular “não se encontram em estado puro”, e ainda segundo o mesmo não há

apenas sentidos diferentes como “também maneiras distintas de estender sua natureza, sua especificidade como realidade social e pedagógica” (p. 18-19). Desse modo, podemos afirmar que a Educação Popular se configura como uma prática em constante movimento diante das mudanças socialmente construídas da sociedade.

Freire (2013a) afirma que o educando necessita manter um sentimento de “rebeldia” que o estimulará a ter curiosidade para arriscar-se contra a educação bancária, ir além do estabelecido, contra o falso ensinar, compreendendo que o ensinar necessita precisamente do aprender como parte integrante da outra. O educador deve reforçar a capacidade de crítica existente no educando, ou até, não subestimar essa capacidade, crendo na possibilidade de há condições de se apreender criticamente, e segundo o mesmo, há necessidade “da presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (FREIRE, 2013a, p. 28).

Para Freire (2013b), não há uma diferença ou distância entre ser ingênuo e a curiosidade, existindo apenas um processo de superação da ingenuidade, mas que não rompe definitivamente com a curiosidade, sendo ela um princípio para continuar buscando, a superação traz consigo a crítica, ou seja, ganha um novo aspecto.

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “de-sarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência. [...] A curiosidade como inquietação indagadora, como

inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fizemos (FREIRE, 2013a, p. 33).

Dado exposto, a proposta freiriana considera desde gestos, emoção, ingenuidade, perpassando por um estágio de curiosidade até níveis maiores de compreensão da realidade, tornando-se crítica, conscientização, desenvolvendo paradigmas em prol da emancipação. Carrilo (2013) afirma que quando se fala em paradigmas emancipadores implica simultaneamente numa lógica de interpretação da realidade, numa alternativa política e num aspecto prático que orienta as ações de transformação dessa realidade. O autor ressalta que “na Educação Popular, como prática social e política, a renovação de paradigmas envolve o amplo universo subjetivo de seus atores e implica fortalecer subjetividades rebeldes” (2013, p. 16), assim, percebe-se que há diversos fatores que compõe a perspectiva freiriana relevantes para a formação de uma consciência crítica.

Carrilo (2013) ainda salienta que se deve buscar o aspecto emancipador dentro do campo político-pedagógico, mas afirma que a dimensão emancipatória não é exclusiva da Educação Popular, sendo possível encontrar em outros campos práticos, como a filosofia, a teologia, ética e a psicologia da libertação, mas se utilizando da educação como instrumento essencial, como parte de um campo de práticas que prezam pelas teorias críticas e transformadoras.

De fato, na educação popular existe não só um acúmulo teórico como corrente pedagógica, mas também um acúmulo de pensamento e sabedoria como movimento que anima processos formativos como populações subalternas, com suas organizações, redes e movimentos. Estas práticas não são tanto a aplicação de uma concepção educacional, mas sua recriação e reinvenção, por conta da pluralidade de contextos, temáticas e atores com os quais interage; em consequência, vêm se gerando práticas e saberes emergentes, que devem ser documentados e tornar-se objetos de reflexão, na busca da reconstrução da educação como pedagogia emancipadora (CARRILO, 2013, p. 16).

De modo geral, essa pedagogia emancipadora não é verticalizada, não imposta, mas horizontalizada, não há (ou não deve existir) quem “lidere” como detentor de todo o conhecimento e que conduzirá todo o processo a sua maneira, ou seja, propõe-se a participação de um todo espontaneamente, o que Gramsci considera como “afirmação da participação”, em que não há uma indução dos resultados para favorecer o interesse de uma pessoa ou uma parcela, mas uma forma coletiva de se tratar os interesses de todos para culminar numa decisão ampla e que comporte a essência do almejado pelo coletivo. Entretanto, determinado processo não é totalmente “harmônico”, diante da subjetividade existente em cada qual, é necessário que reconheçamos os desafios para se alcançar uma direção considerando o plural, mas não é impossível.

Creemos que, a perspectiva trazida acima engloba ainda os aspectos da “educação bancária”, ressaltando até mesmo, os problemas educacionais quanto ao ensino/aprendizagem, que em vários casos no campo escolar, não se alcança a realidade

do educando e não se permite refletir a sociedade opressora e suas contradições, como aborda Paulo Freire. Desse modo, somos direcionados a reproduzir a “cultura dominante”, se distanciando de uma cultura constituída pela própria classe desfavorecida, ou melhor, uma cultura popular, sendo levado o saber, o entendimento da sua situação perante o social, como parte de exercer sua cidadania numa totalidade.

Na realidade, o cunho político elitizado trabalhado na escola pública desenvolve “a cultura erudita, alta cultura ou saber sistematizado, estabelecendo-se, assim, uma hierarquização que, não por acaso, reproduz, na dominação cultural, a dominação material” como assinala Nader (2007, p. 18). O papel a ser desempenhado pela educação deve seguir na direção de transformação social, que considere os valores (culturais) populares, instigando a crítica do real, a importância da compreensão acerca da cidadania. Assim, concordamos com os questionamentos trazidos por Freire (FREIRE, 2013b, p. 32) que ressalta:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer um “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? “Por que, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os

conteúdos, transferir aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito pedagógico central de Freire se traduz na conscientização e o seu método, o diálogo e práxis, o concreto. Ambos atrelam-se num processo emancipatório, de libertação conjunta do povo, em que se toma conhecimento e reconhecimento de sua situação, em outras palavras, “a educação popular comprometida com a classe trabalhadora é, portanto, uma educação ético-política e intelectual dessa classe, acontecendo em todos os espaços educativos, direcionada ao atendimento das necessidades e dos reais interesses das camadas populares” (MACIEL, 2011, p. 336). Dessa maneira, Freire (2013a) reforça que a pedagogia para e do oprimido contribui para sua descoberta crítica, ao passo que descubram ser “hospedeiros” do opressor, partilham da elaboração da pedagogia da libertação. Diante disso, a preocupação do autor está numa pedagogia a qual nomeou de “pedagogia do oprimido”,

que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2013a, p. 43).

Diante do que foi trazido por esse trabalho, nota-se que seus significados possuem grandes dimensões educacionais/pedagógicas relevantes para o posicionamento da classe

oprimida, desvelando motivos concretos para que a sua realidade propague opressivamente. Concepções essas, as quais apresentam-se como “perigo” para quem tem interesse que as massas mantenham-se controladas, assim foi no período ditatorial (e até em contextos atuais), em que teorias emancipatórias perderam espaços/apoios governamentais, sendo consideradas como subversão.

REFERÊNCIAS

CARRILO, Alfonso Torres. A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica Emancipadora. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 15-32.

CARVALHO, Maria Elizete G. ET AL. Memórias da Ditadura Militar: O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) como Referência (1967-1985). In: DANTAS, Eder el al. (Orgs.) **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania**. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 2014.

COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de Educação Popular**. In: Cadernos de Educação I. 5 ed. Vozes/Nova: Petrópolis, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 47^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 54^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. **Revista Trimestral de Debate da Fase**. São Paulo, 2007. Disponível em:

http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf.
Acesso em: 22 de Fevereiro de 2014.

GADOTTI, M. Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 21, 1998, Caxambu. **Anais da 21a Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 33-48.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir da perspectiva crítica. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 109: São Paulo, 2012.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MONTENEGRO, Sandra. A práxis educativa amorosa no discurso de Paulo Freire. In: JÓFILI, Zélia; GOMES, Fátima. (Org.) **Paulo Freire: diálogo e práticas educativas**. Recife: Centro Paulo Freire – Ed. Bagaço, 2012.

NADER, Alexandre Antonio Gili. O estado nas políticas educacionais e culturais em direitos humanos: o papel a ser desempenhado pela escola (pública). In: (Org.) Silveira, Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. Editora Universitária: João Pessoa, 2007. Pg. 413-428.

OLIVEIRA, Lucia Conde et al. Diálogos entre o Serviço Social e Educação Popular: Reflexão baseada em uma experiência

científico-popular. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 114: São Paulo, 2013.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 64-76.

SILVA, Roberto; MACHADO, Érico Ribas. Uma mesma teoria geral para a Educação Popular e a Educação Social? Aproximações Empríricas, Teóricas e Metodológicas. In: STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Tereza. (Orgs.) **Educação Popular: Lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 128-142.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular na Universidade. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Orgs.). **Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: HUCITEC; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, p. 15-24.

Seção 2

EDUCAÇÃO POPULAR E SEUS CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

RESGATANDO A HISTORICIDADE DO PEPASF: 20 ANOS DE UMA HISTÓRIA ESCRITA POR DIVERSAS MÃOS

Marcilane da Silva Santos¹⁰

Erica Pereira da Silva¹¹

Débora Thyares Fonseca Nascimento Pereira da Silva¹²

Camylla Varela Luckwü de Oliveira¹³

Aleida Raquel Correia dos Santos¹⁴

Francisco Tiago Castelo Leitão da Silva¹⁵

Gildecil Alves de Lira¹⁶

COMO TUDO COMEÇOU

O Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (PEPASF) iniciou sua história em setembro de 1997, na comunidade Maria de Nazaré, localizada no Bairro Funcionários III, na cidade de João Pessoa-PB. De início, era composto por 16 residentes do curso de Medicina que tinham como proposta

10 Acadêmica de Graduação em Fisioterapia da Universidade Federal Paraíba (UFPB). Extensionista do PEPASF/UFPB;

11 Acadêmica do Curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica de Saúde (ETS) da UFPB. Extensionista do PEPASF/UFPB;

12 Técnica em Análises Clínicas (ETS/UFPB). Extensionista do PEPASF/UFPB;

13 Acadêmica de Graduação em Terapia Ocupacional (UFPB). Extensionista do PEPASF/UFPB;

14 Acadêmica de Graduação em Fisioterapia (UFPB). Extensionista do PEPASF/UFPB;

15 Acadêmico de graduação em Psicologia (UFPB). Extensionista do PEPASF/UFPB.
7Professora da ETS da UFPB. Coordenadora do PEPASF/UFPB.

16 Professora da ETS da UFPB. Coordenadora do PEPASF/UFPB.

inicial aperfeiçoar a relação entre médico-paciente e suas famílias (VASCONCELOS; CRUZ, 2011). À época, era coordenado pelo então Educador Eymard Mourão Vasconcelos, que fazia parte do Departamento de Promoção à Saúde (DPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

As atividades aconteciam por meio de visitas domiciliares, realizadas inicialmente apenas pelos estudantes de Medicina, que eram responsáveis por um número fixo de famílias – no primeiro intuito de atender demandas de saúde. Essas visitas ocorriam aos sábados pela manhã, e muito do que acontecia deixava os estudantes perplexos, principalmente pelo fato de as famílias se mostrarem abertas ao diálogo de tal modo que aguardavam ansiosas, ao longo da semana, pelo dia da visita (VASCONCELOS; CRUZ, 2011).

Com o passar do tempo, foi observada a necessidade de uma atuação interdisciplinar – primeiramente apenas para atender à grande solicitação de visitas que surgia por parte dos moradores. Então o PEPASF firmou parceria com o Projeto de Extensão Fisioterapia na Comunidade, coordenado, à época, pela professora Kátia Ribeiro, que também desenvolvia atividades no Grotão (um bairro vizinho à Comunidade Maria de Nazaré). Assim, eles passaram a atuar de forma interdisciplinar, de forma que os integrantes do Projeto Fisioterapia na Comunidade começaram também a frequentar a Comunidade Maria de Nazaré aos sábados, mas permaneceram atuando no Grotão em outros dias da semana (VASCONCELOS; CRUZ, 2011).

Vale salientar que a ideia de um trabalho totalmente integrado e interdisciplinar não foi uma decisão tomada de forma vertical, logo após firmada a parceria com o Fisioterapia na Comunidade: mesmo tendo formado parceria, as atividades da Fisioterapia ainda eram bastante focadas em problemas específicos de seu núcleo profissional e somente depois de

reuniões avaliativas, com participação ativa dos estudantes, é que se pensou em envolver a Fisioterapia no tipo de visita domiciliar já realizada pela Medicina. Essas visitas dos alunos de Medicina visavam a promoção da saúde, com base na dialogicidade sobre o contexto familiar, com uma escuta amorosa e crítica. Sendo assim, a forma atuação dos estudantes de Fisioterapia foi aos poucos se aproximando do modo de fazer realizado pela Medicina. Essa aproximação promoveu então a formação de duplas interdisciplinares para o acompanhamento às famílias, o que se tornou uma tradição no PEPASF. A partir de então, estudantes de diferentes cursos passaram a formar duplas para realizar as visitas domiciliares, o que promoveu um avanço significativo em direção a uma atuação interdisciplinar (VASCONCELOS; CRUZ, 2011).

Ao longo do tempo, o grupo foi crescendo e estudantes de outros cursos – não apenas da área da Saúde, mas também das áreas de Educação, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Exatas, dentre outras – se inseriram no Projeto. Assim, foram surgindo outros projetos de extensão orientados pela Educação Popular (EP), os quais passaram a desenvolver suas atividades de forma integrada ao PEPASF – a exemplo, os Projetos “Educação Popular em Saúde na Atenção às Gestantes e Puérperas” (PROGEP), “Para Além da Psicologia Clínica Clássica”, “Saúde Bucal na Comunidade” (SABUCOMU), dentre outros.

A história do Projeto na Comunidade Maria de Nazaré perdurou durante 16 anos e nela foram desenvolvidas atividades de Prevenção de Doenças e Promoção à Saúde, sempre orientadas pela perspectiva teórico-metodológica da EP. E além das visitas domiciliares interdisciplinares, também eram realizados grupos operativos – Criação (atenção a crianças), Grupos de Encontro (com os moradores de uma forma geral), Roda da Vida (com

trabalhadores) – que também atuavam por meio da perspectiva interdisciplinar (SILVA, 2013).

Ao longo desses anos, o Projeto apoiou várias lutas junto aos moradores e à Associação Comunitária Maria de Nazaré (ACOMAN) – oriunda do processo de organização política comunitária (SILVA, 2013) –, as quais trouxeram grandes significados para aquele contexto. Pode-se destacar a luta pela moradia – que diz respeito à aprovação do projeto de urbanização da comunidade, o qual, além de ter se disposto a ajudar na solicitação de reestruturação local para aberturas de ruas, criação de praças e reformas de casas, requereu ainda a relocação de várias famílias que viviam em áreas de risco para outro conjunto habitacional; a regularização de uma creche da comunidade, bem como do Centro de Referência para Inclusão Social e Produtiva da Comunidade Maria de Nazaré (Crispman), cujo projeto foi idealizado por meio de diálogos entre universidade (representada pelos Projetos de Extensão que se faziam presentes naquela comunidade), moradores, Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) e a prefeitura municipal de João Pessoa, de modo a contribuir para a formação profissional dos habitantes, no intuito de inseri-los no mercado de trabalho (SILVA, 2013).

Outra reivindicação e luta trazida à tona pelas lideranças da comunidade foi relacionada à necessidade de acesso à Estratégia Saúde da Família (ESF), uma vez que não havia assistência à saúde assegurada na área que abrange a comunidade. Por meio da ACOMAN, juntamente aos líderes comunitários, formou-se uma comissão de saúde, responsável por dinamizar as lutas comunitárias pela instalação de uma Unidade de Saúde da Família (USF). Nesse processo, o PEPASF e demais Projetos a ele relacionados fortaleceram

essa reivindicação, possibilitando assim a implantação da USF, datada no ano de 2003 (VASCONCELOS; CRUZ, 2011).

Desse modo, o território foi desenvolvendo um movimento comunitário bastante forte no sentido de organização política, envolvendo a luta por direitos básicos e de cidadania, revelando o protagonismo de suas lideranças (SILVA, 2013).

Em Setembro de 2013, houve um distanciamento das ações desenvolvidas pelo PEPASF na comunidade Maria de Nazaré. As razões da interrupção sucederam por motivos de conflitos e situações de grandes tensões ocorridas durante o período de processo eleitoral para a nova direção da ACOMAN, realizado em 15 de setembro de 2013, além das divergências que a gestão recém-eleita tinha em relação às perspectivas e metodologias do Projeto. Um outro ponto que surgiu como reflexão para o momento foi o fato de que outras comunidades vinham, havia algum tempo, solicitando que Projetos de Extensão desenvolvessem atividades em sua localidade, bem como o fato de o PEPASF ter permanecido durante muito tempo no mesmo contexto comunitário.

Assim, algumas ideias foram pensadas para o que seriam os próximos passos do PEPASF: nos afastarmos da comunidade até os ânimos se acalmarem ou prosseguirmos com nossas ações mesmo sabendo dos desafios futuros que possivelmente enfrentaríamos. Porém, pelo fato de se cogitar que o projeto continuasse na comunidade em uma situação conflituosa, surgiram vários questionamentos: Como desenvolveríamos ações e metodologias, se havia uma discrepância de concepções entre a então atual gestão da ACOMAN e o PEPASF? Como iríamos trabalhar sem discutir a situação política com a comunidade, se ela é uma das principais demandas do Projeto? As atividades se resumiriam apenas às visitas? E como ficariam as ações desenvolvidas nos grupos? O projeto daria início a sua atuação

em uma outra comunidade, mesmo tendo que afastar-se do lugar de onde tudo começou e se consolidou? Após a análise, em várias reuniões, de prós e contras acerca da permanência do PEPASF na comunidade Maria de Nazaré, foi decidido que desarticularíamos nossas ações com o referido território.

Então, retornamos à comunidade para nos despedir com a entrega de uma carta às famílias, como demonstração de carinho e respeito para com elas, uma vez que o PEPASF, ao longo de seus 16 anos de atuação na Maria de Nazaré, contribuiu para o empoderamento de seus moradores e para a construção de sua autonomia, a construção do senso crítico, a construção da capacidade de problematizar sua realidade cotidiana, tornando-os, assim, agentes ativos frente à comunidade. Durante esse processo de transição do PEPASF, ocorreram inúmeras reuniões teóricas e aulas expositivas com temáticas relacionadas à Educação Popular em Saúde (EPS), à dimensão política comunitária, à questão da ética em saúde, bem como reflexões acerca desse processo de transição, na busca de se chegar aos sentimentos e processos pelos quais os sujeitos participantes do projeto estavam envolvidos naquele momento. Destacando ainda a parte burocrática de comunicação com os Distritos Sanitários, em que eram organizados cronogramas mensais com os extensionistas e professores que ficariam à frente dessa articulação. O objetivo primordial dessas reuniões era decidir qual seria o novo local de vivência do Projeto.

É importante destacar que o município de João Pessoa divide-se em cinco Distritos Sanitários, no que se refere ao contexto da Atenção à Saúde. Estes Distritos Sanitários assistem grande parte dos bairros de João Pessoa, garantindo, assim, tanto o acesso aos serviços básicos de saúde, como também aos serviços especializados e hospitalares. As sedes dos Distritos estão distribuídas em alguns bairros da cidade e abrangem os

territórios circunvizinhos: Distrito I, localizado em Cruz das Armas; Distrito II, localizado no Geisel; Distrito III, localizado em Mangabeira; Distrito IV, localizado na Torre; e Distrito V, em Miramar (JOÃO PESSOA, 2017).

Até então, o PEPASF atuava no Distrito Sanitário II. Em uma das reuniões de planejamento, houve a hipótese de permanecermos no mesmo Distrito ou de passarmos a atuar em outro território – como sugestões surgiram os Distritos Sanitários III e V, por se situarem próximos à UFPB.

Em decorrência de alguns imprevistos de agendamento com os Distritos Sanitários, cujo contato era feito com as USFs pertencentes àqueles territórios, houve um momento de impossibilidade de escolha de localidade para o desenvolvimento das atividades do Projeto e, em decorrência desta fase, houve suspensão das atividades em campo. Desse modo, durante esse processo, o PEPASF manteve como atividades apenas as reuniões que aconteciam na Universidade – cujas temáticas foram explicitadas anteriormente, em associação aos extensionistas que permaneceram conosco. Porém, os que prosseguiram na caminhada demonstravam muita garra e determinação para o restabelecimento do Projeto.

E UM RECOMEÇO SE FEZ

Dentre algumas tentativas de articulação com os Distritos sanitários, ocorreu uma reunião com a direção do Distrito III, na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, na qual as professoras Marísia Oliveira e Patrícia Serpa estiveram presentes. A partir de um diálogo sobre a possível atuação do PEPASF na referida área de abrangência, elencaram-se algumas comunidades para possíveis atuações, sendo elas: USF Bancários

– Comunidade Santa Bárbara; USF Timbó I; USF Timbó II e Aldeia SOS.

Após a reunião, agendou-se o dia da visita às referidas comunidades para 15 de março de 2014. A primeira Comunidade visitada foi a Santa Bárbara, localizada no Bairro Jardim Cidade Universitária, na cidade de João Pessoa-PB. Assim, um primeiro contato se fez com os profissionais da USF Bancários, para que o PEPASF pudesse realizar essa primeira visita juntamente com a Equipe de Saúde da Família (representada por uma Enfermeira).

Ao chegarmos à comunidade, identificamos um ambiente caótico, potencializado pela construção de um Shopping. Percebemos que havia a impossibilidade de entrarmos com qualquer veículo na comunidade, pois havia muito buraco e lama na estrada. As obras demonstravam que haveria uma mudança naquela via, que era até então estrada de barro. Tendo em vista a situação, o grupo precisou percorrer todo o caminho a pé, desde o início da comunidade até o local onde residiam algumas lideranças comunitárias.

Durante as visitas, foi possível perceber que a enfermeira era bastante querida pelos moradores. Ela apoiou os extensionistas e as professoras, demonstrando interesse em colaborar para que o Projeto passasse a realizar suas atividades na referida comunidade.

Ao entrarmos de fato na comunidade, foi realizada uma visita de casa em casa, no intuito de apresentar a proposta do Projeto. Os moradores se mostraram abertos e acolhedores, relatando um pouco da sua história e apontando os problemas que a comunidade enfrentava. Em uma tentativa de diálogo, os extensionistas que permaneceram no projeto, juntamente às professoras coordenadoras, iam descrevendo um pouco do histórico do Projeto e um pouco de como havia sido a experiência anterior, de modo a destacar as ações e objetivos.

Em seguida, em uma avaliação após a visita, o grupo relatou que havia se identificado com a comunidade e com os moradores. Os extensionistas e as professoras se mostravam motivados e alegres com aquele primeiro contato.

Naquele momento, começava a crescer no peito de cada extensionista a certeza de que havíamos encontrado o lugar certo para nossa atuação. Nada obstante ao primeiro contato com a comunidade, o Projeto entrou em contato com a USF, de modo a combinar outra ida à comunidade para articular uma reunião junto aos moradores, com o objetivo de conhecer a população, ouvir suas expectativas, conhecer suas demandas, bem como realizar a apresentação do Projeto de uma forma mais ampla, para que uma maior quantidade de pessoas pudesse tomar conhecimento do interesse do Projeto em se consolidar naquele território.

Durante essa segunda ida à Comunidade, fomos acompanhados pela Odontóloga da USF Bancários e pela Agente Comunitária de Saúde (ACS) da microárea que cobre grande parte da comunidade. Realizou-se então o contato com as lideranças comunitárias, a fim de instigar essa primeira reunião com os moradores.

A partir desse contato, houve o diálogo com muitas figuras que moravam na comunidade há alguns anos e a rede de comunicação começou a surgir. Conversamos com uma senhora e sua filha, que nos receberam muito bem e se dispuseram a divulgar o projeto; fomos também até a casa de uma das organizadoras da Capela, que também se dispôs a divulgar a reunião, aproveitando ainda para falar um pouco sobre o histórico da comunidade. Na oportunidade, uma das lideranças nos relatou que lá não havia Associação Comunitária e que, em sua visão, seria interessante fazermos um trabalho para que as pessoas se sensibilizassem e discutissem a importância de ter

uma representatividade comunitária, haja vista que, naquele momento, estávamos em período de eleições municipais e a comunidade historicamente vivia desacreditada quanto às promessas políticas. Alguns moradores se mostraram um pouco fechados ao projeto e a qualquer nova proposta de melhorias para a comunidade, pois já tinham experiências negativas com promessas de intervenções e melhorias para a comunidade (não cumpridas), da parte de políticos a fim de ganharem seu voto e confiança.

Apesar de qualquer desafio, a reunião que havia sido marcada ocorreu na casa de um dos moradores, como havia se planejado. Nela, foi possível apresentarmos o Projeto, as ações que vínhamos desenvolvendo ao longo do tempo, e, além disso, pudemos conhecer um pouco mais sobre a população: suas angústias, seus medos e desafios a enfrentar. A partir de maio de 2014, sob coordenação da professora Gildeci Alves de Lira, o PEPASF efetivou-se na comunidade Santa Bárbara.

Após alguns meses, a construção do shopping foi finalizada e percebeu-se uma transformação do ambiente que abrange sua redondeza. Dessa forma, as ruas que ficam exatamente na lateral e por trás do shopping foram asfaltadas e houve a organização do saneamento básico daquela área. Nesse espaço, construiu-se uma via para a passagem de veículos e o ponto final dos ônibus passou a ser dentro do referido shopping.

Em contrapartida, a região que fica um pouco depois do shopping e que vai até um Bairro vizinho (Quadramares) continuou sem calçamento e, conseqüentemente, sem saneamento básico. Ao presenciarem tais transformações, os moradores da comunidade se mostraram imensamente indignados com tal discrepância de realidades em um ambiente tão próximo, e que inclusive faz parte de uma mesma microárea (área de atuação do ACS, delimitada com a lógica

da homogeneidade socioeconômica-sanitária). Nessa época, surgiram boatos quanto à retirada dos moradores daquela região “não contemplada” pelas obras iniciadas do outro lado, com a justificativa de que seriam relocados para um novo conjunto em outro bairro, para que ali fosse realizado o asfaltamento que daria acesso a mais veículos para aquela região.

Houve ainda relatos de moradores acerca de várias tentativas anteriores de solicitação junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa para o calçamento da Comunidade e implantação do saneamento básico, porém, segundo relatos dos moradores, a Prefeitura alegou que, para o registro dessa solicitação, a Comunidade precisaria possuir uma Associação Comunitária.

Diante dos relatos e da realidade observada no contexto do território, passamos a construir caminhos e possibilidades para a atuação do Projeto juntamente à comunidade.

AS VÁRIAS FACETAS DO PEPASF NA COMUNIDADE SANTA BÁRBARA

Nesta nova fase do PEPASF, outros Projetos de Extensão Universitária permaneceram como parceiros, sendo eles: Para Além da Psicologia Clínica Clássica e Projeto em Educação Popular em Saúde no Cuidado em Enfermagem na Comunidade, os quais desenvolvem atividades interdisciplinares, bem como ações específicas de cada área. Houve a mudança de vinculação para o Centro de Ciências da Saúde, pela Escola Técnica de Saúde (ETS) da UFPB, visto que esse é o Departamento da atual coordenadora Gildeci Alves de Lira.

As visitas domiciliares continuaram como sua principal atividade, colaborando para o compartilhamento de saberes entre educandos (das áreas de Psicologia, Enfermagem, Técnico em Enfermagem, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Prótese

Dentária, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Pedagogia, Ciências Sociais, Biologia, Gestão Pública), professores e moradores da comunidade, conferindo seu caráter interdisciplinar. O Projeto continuou recebendo estudantes de outras Instituições de Ensino Superior, bem como profissionais Graduados ou Pós-graduados, pois acredita na EP como uma potencial transformadora da prática profissional e, além disso, compreende que esse conhecimento e prática precisam ser compartilhados em vários âmbitos da vida acadêmica, profissional e pessoal. Essa vivência entre profissionais e graduandos só fortalece a partilha de conhecimentos, favorecendo aprendizados mútuos entre teoria e prática.

Além das visitas domiciliares, se consolidaram ainda alguns grupos operativos, sendo o “Pequena Semente”, formado por mulheres, o primeiro a ser construído mediante demanda da comunidade. Em seguida, surgiu o Grupo Criação, voltado ao público infantil.

O CARÁTER ORGANIZATIVO DO PEPASF

O caráter organizativo do PEPASF vem sofrendo mudanças ao longo dos anos e, para facilitar o processo de trabalho, foram se constituindo comissões, que surgiram de acordo com as necessidades observadas por seus integrantes. O ingresso nessas comissões ocorre por escolha espontânea dos estudantes, que geralmente tomam a decisão por temáticas com as quais possuem mais afinidade. No caso haver superlotação de alguma das comissões, se faz então o remanejamento de extensionistas para outra comissão, de modo que elas fiquem com um número equiparável de integrantes. Atualmente, o projeto conta com cinco comissões, sendo elas: Cadastro e

Frequência; Acervo e Comunicação; Vivências; Teoria e Pesquisa; e Ação Política.

A Comissão de Cadastro e Frequência é responsável por realizar o cadastro de todas as famílias visitadas e dos extensionistas que as acompanham, e a contabilização da frequência dos extensionistas do Projeto. O cadastro é feito com o objetivo de relacionar a quantidade de famílias visitadas e assimilar qual o perfil dessas famílias, identificando problemas de saúde e determinantes sociais, além de registrar quais duplas as acompanham – tendo em vista que, no caso de desistências, há um controle de quais famílias ficaram desassistidas e, assim, se pode realizar mais facilmente o repasse para outras duplas. Os dados são coletados durante as visitas domiciliares, através de uma ficha de acompanhamento familiar (onde constam dados como nome, idade, número de filhos, profissão, problemas de saúde, escolaridade, religião, etc.) e quem realiza essa coleta são as próprias duplas, por levar em consideração a característica de vinculação existente entre dupla e família. Os dados são então entregues à Comissão de Cadastro e Frequência, que realiza o registro em um documento eletrônico. Apenas quem tem acesso a esses dados são o coordenador, o bolsista e os integrantes da referida comissão, de modo a salvaguardar as informações pessoais dos moradores da comunidade.

A Comissão de Acervo e Comunicação tem por objetivo resgatar, preservar e divulgar o acervo do projeto, como atas, fotos, vídeos, livros, artigos e documentos, de modo a garantir o elo entre o presente e o passado por meio dos registros captados ao longo desses anos. Os documentos de registro, tais como atas de reuniões e eventos, ficam reservados apenas aos integrantes do PEPASF, em ambiente virtual no e-mail do próprio Projeto. Já os demais documentos de caráter comunicativo, tais como vídeos, fotos ou artigos e livros, além de salvos em ambientes virtuais

internos ao Projeto, são também divulgados em redes sociais e em revistas científicas (no caso de artigos publicados), fazendo a ressalva de que todas as imagens em que aparecem pessoas da comunidade só são veiculadas mediante sua autorização e que o Projeto respeita totalmente o posicionamento e decisão da comunidade, caso não se sintam à vontade para a divulgação de imagens do ambiente comunitário e/ou de imagens pessoais de seus moradores.

A Comissão de Vivências planeja e estrutura viagens, excursões pedagógicas, seminários, palestras, congressos, entre outros, além de datas comemorativas de nosso calendário, como Páscoa, Dia das mães, São João, Natal, aniversariantes do mês e vivências entre os extensionistas.

A Comissão de Teoria e Pesquisa tem o objetivo de promover a capacitação teórica nas reuniões de planejamento do projeto, relacionando também à pesquisa, de forma a direcionar melhor os extensionistas. Além disso, baseando-se no princípio da EP, busca integrar a teoria à prática dos extensionistas. Nesse sentido, podem-se destacar temas como: A ética na prática em Saúde; O empoderamento comunitário; O trabalho em rede no âmbito da saúde; A importância da sensibilização na prática grupal; dentre outros. O incentivo à escrita científica parte principalmente desta comissão, que não apenas realiza a sistematização da prática vivenciada, como também estimula os demais participantes a sistematizarem, publicarem textos científicos e participarem de eventos de fomento à Pesquisa em Extensão Popular.

A Comissão de Ação Política busca estimular a participação e o protagonismo dos extensionistas e da comunidade em movimentos populares, identificando cursos, fóruns, conferências, reuniões e eventos os quais a comunidade possa participar a fim de adquirir informação e formação,

além de mediar articulações com as USFs, identificar junto à comunidade caminhos para a de resolução de problemas no contexto de sua realidade e estimular o enfrentamento às iniquidades de saúde e cidadania.

Esse caráter mais organizativo é avaliado como fundamental para que as atividades possam ocorrer de forma mais estruturada, tendo como norte um trabalho em grupo, no qual todos os sujeitos possam participar de forma ativa: desde o planejamento, até a execução das atividades realizadas pelo PEPASF, que serão descritas de forma mais detalhada ao longo dos próximos capítulos.

VISITAS DOMICILIARES

A visita domiciliar é vivenciada no PEPASF de uma forma bastante especial para extensionistas e moradores. Esse é um momento de encontro mais intimista, em que universidade e comunidade se revelam por meio de uma conversa simples, mas cheia de significados. Essas visitas atualmente são realizadas quinzenalmente, às sextas-feiras, das 14:00 às 17:30 horas, sempre de modo interdisciplinar.

O encontro entre duplas de extensionistas que chegam ao Projeto e famílias a serem visitadas acontece por meio de um processo denominado busca ativa. Um dos grandes facilitadores desse processo é o ACS, pois ele tem conhecimento sobre o território da comunidade e sobre o dia a dia daquele ambiente, apresentando, assim, maior propriedade para indicar alguma família que deseja ser visitada pelo Projeto e/ou que apresente alguma demanda de saúde que poderia ser acompanhada e orientada pelos extensionsistas. Após a indicação dessas famílias por parte do ACS, o Projeto realiza o repasse às duplas que estão disponíveis para receber famílias. Então inicia-se a ida

até as residências indicadas, na tentativa de criação de vínculo. No entanto, quando acontece de uma dupla de estudantes ainda não ter recebido o repasse de uma família que tenha sido indicada pelo ACS, ocorre o processo de busca ativa, tendo a dupla de estudantes como protagonista, em que eles mesmos saem à procura na comunidade, de porta em porta, por uma família que queira conhecer e abraçar o Projeto. E comumente acontece de um morador que já é acompanhado indicar um vizinho ou amigo que tenha expressado a vontade de receber a visita domiciliar.

Depois disso, acontece o primeiro contato, o segundo, o terceiro e, de repente, a família já está envolvida com o Projeto. Assim, de certo modo, os extensionistas já são aguardados ansiosamente pelas famílias para longas conversas e soma de experiências, que vão acrescentar muito não só na vida acadêmica dele, mas também em praticamente todos os âmbitos da vida dos envolvidos.

É nesse momento no qual as portas são abertas que muitas vezes aquelas pessoas que nem nos conhecem bem, no nosso íntimo, confiam em nós de uma maneira mágica, incrível e inacreditável. A partir disso, inicia-se uma conversa descontraída e, naquele período de uma tarde, o diálogo vai fluindo de forma natural e se torna a dono do espaço, o facilitador de todo o processo.

A cada minuto, surge uma janela de possibilidades diferentes, que vão sendo criadas ali, por aquelas três ou mais pessoas, cada vez que a confiança aumenta e o vínculo se estreita. Em cada janela, um novo rumo de conversa, um novo assunto e, assim, eles vão traçando por qual janela querem passar e marcar as vossas histórias mais uma vez naquela tarde. Toda essa passagem acontece através da autonomia e do empoderamento,

que vão crescendo a cada encontro. Nada disso acontece de um dia para o outro, é uma construção em conjunto.

Durante toda uma tarde de conversa gostosa, um vai aprendendo um pouco mais sobre o outro, problemas são trocados entre os sujeitos, bem como soluções. E entre reclamações, agradecimentos e muitas, muitas histórias, às vezes, até um lanche acontece: alguém que não tem muito para dar, mas que, com o que tem, alimenta, além do corpo físico, o coração e a mente.

É nas visitas que colocamos em prática a escuta sensível, a fala autêntica, a humanização e a EP em si, de forma a saber interagir com alguém no mesmo nível, sem o oprimir, respeitando a informação de cada um como um ser inconcluso, que tem muito de si para dar.

Aprendemos nas visitas, também, a ajudar a família sem necessariamente sermos assistencialistas, mas usando a perspectiva de Paulo Freire, que diz que devemos trabalhar “com” o povo e não “para” ele. Então, enquanto PEPASF, nós não fazemos o trabalho assistencialista de prestação de favores, como ir marcar os exames da família, resolver pendências com a USF, etc. O intuito é promover espaço para que o empoderamento daquelas pessoas aconteça, é estimular o protagonismo da comunidade, é mostrar que elas podem ser e fazer mais. Pois, como Paulo Freire destaca, no “*assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem*” (FREIRE, 1979, p. 66).

Claro que, quando há a criação de vínculo entre os indivíduos (os “*pepasfianos*” e as pessoas da comunidade) e se desenvolve a intimidade e proximidade entre estes para tal, esses tipos de relações prestativas acontecem sim, sem problema algum, pois é uma relação particular entre ambas as partes, na qual a família se sente à vontade para pedir e o

extensionista se sente à vontade para fazer ou até para oferecer. Esses tipos de ações são baseados na extensão popular, que tem se constituído como possibilidade de se experimentar a relação entre o saber popular e o científico, com a intencionalidade de superar os problemas sociais e respeitar os diferentes saberes.

Sendo assim, toda visita é uma soma. Uma soma de palavras, conhecimentos, detalhes, informações, amores, além de partilhas e construção de vínculos. Vale salientar que esse processo de transformação é tão dinâmico, que o próprio Projeto está sempre a mudar e essas mudanças ocorrem sempre com o direcionamento da Comunidade, levando em consideração o que os moradores anseiam para aquele espaço e para suas vidas. Um exemplo disso é o fato de as atividades ocorrerem quinzenalmente às sextas-feiras, no turno da tarde, intercalando visitas e grupos operativos de modo não só a contemplar estudantes como também os moradores, tendo em vista que muitas mulheres têm uma demanda na igreja aos sábados à tarde e, assim, ficaria inviável a participação delas em grupos comunitários nesse dia. Em contrapartida, o grupo de crianças precisa ocorrer aos sábados pela manhã, já que elas estão na escola de segunda a sexta-feira. Outro exemplo é referente à retomada da Comissão de Ação Política (explicitada anteriormente), que partiu da demanda relatada atualmente pela comunidade no que se refere à luta por melhoria de condições de vida e saneamento básico. Tudo isso é fruto de uma práxis que está presente em todas as nossas ações, reuniões e planejamentos. Acreditamos que aquilo que não é mutável, dinâmico, revisto, não é verdadeiramente pautado na EP. Porquanto, parafraseando Paulo Freire, estamos sempre em construção, pois somos seres eternamente incompletos. Na busca do que ainda não sabemos, encontramos uma nova possibilidade e cabe a nós abraçá-la ou não.

O GRUPO PEQUENA SEMENTE

O grupo surgiu no mês de agosto de 2014, com o objetivo de desenvolver ações com o intuito de promover a interação por meio de diversos temas de interesse das participantes, de modo que elas se sentissem importantes dentro do contexto social em que viviam, destacando ainda a Prevenção de doenças e a Promoção da Saúde. Inicialmente, pensou-se em abranger no grupo o público idoso da Comunidade Santa Bárbara, pois, à época, as ACSs da microárea relataram que na Comunidade havia muitos idosos e a demanda de problemas crônicos de saúde nessa faixa etária era alta (fato também observado pelo Projeto ao longo do processo de vinculação).

Então, em diálogo durante uma das reuniões avaliativas com os moradores, marcou-se um dia para o início das atividades do grupo. Durante o primeiro encontro do grupo Pequena Semente, houve uma dinâmica de integração, seguida de uma roda de conversa para se tentar chegar aos objetivos do Grupo, cuja elaboração devia partir de seus participantes. Eles é que norteariam os caminhos pelos quais aquele espaço iria trilhar. E assim aconteceu.

Naquele dia, uma sexta-feira à tarde, o grupo foi formado apenas por mulheres, que sugeriram os mais diversos propósitos para aquele espaço – dentre eles, o artesanato. Eram mulheres de diferentes faixas etárias, e não apenas idosas. Aliás, a grande maioria eram mulheres de meia idade. Fato curioso, que nos trouxe indagações: Será que a informação não chegou aos idosos? Ou será que os idosos não estão dispostos a vir ao grupo? O que pode ter acontecido? E porque apenas mulheres?

Com o passar do tempo, as mulheres continuaram a frequentar o grupo e a convidar outras mulheres para irem junto

com elas. Assim, o grupo foi se tornando um grupo de mulheres, cujo nome “Pequena Semente” foi dado por elas mesmas.

Hoje, o grupo conta com mulheres de diversas faixas etárias, além de ter despertado interesse de seus filhos, que passaram também a frequentar as reuniões, participando ativamente das rodas de conversas e das demais atividades realizadas pelo grupo, a exemplo dos passeios e comemorações. Ao longo dos anos, pôde-se observar que o fato de no momento não se ter idosos participantes de grupos operativos ocorre porque muitos idosos apresentam alguma dificuldade de locomoção ou, mesmo quando não apresentam essas dificuldades, não têm o costume ou não gostam de sair de casa. Então, tem-se pensado em estratégias para o envolvimento desses idosos com outras atividades que não apenas as visitas domiciliares, para que eles tenham um momento de integração com demais moradores daquele território. Uma das estratégias é a realização do Grupo Pequena Semente de modo itinerante, de modo que, a cada quinzena, ele aconteceria na casa de algum idoso, levando um pouco desse cuidado integral e apoio comunitário.

Outro ponto a destacar é que, atualmente, os encontros do Grupo Pequena Semente são realizados debaixo de um pé de cajá, em um terreno de piso irregular, cedido temporariamente por um de seus moradores para a realização das atividades do Projeto. E neste mesmo espaço são realizadas as reuniões trimestrais de planejamento do Grupo, que ocorrem entre as participantes e os extensionistas, a fim de construirmos juntos um calendário de atividades.

Ao longo desse processo, pode-se observar a curiosidade das mulheres em relação a temas os quais nós, extensionistas, nunca havíamos pensado que pudessem lhes despertar interesse, como autismo; meio ambiente e saúde, trazendo a perspectiva das doenças causadas pelo mosquito *Aedes aegypti*;

saúde da mulher; plantas medicinais; o estudo dos continentes geográficos; dentre outros. A cada encontro, além das rodas de conversa, são realizadas atividades corporais, atividades lúdicas – como a confecção de cartazes e murais –, além de oficinas de artes e artesanato – nas quais as participantes têm a oportunidade de se expressar da maneira que lhes for agradável.

Todos os encontros são finalizados com uma avaliação verbal sobre o que aconteceu naquela tarde, buscando perceber a relevância daquelas atividades para a vida das participantes. Desse modo, é possível então refletirmos em conjunto sobre o trabalho realizado.

Durante a última vigência do projeto, constatamos que, a cada nova reunião, as mulheres têm se transformado, tornando-se mais participativas e autônomas no que diz respeito à busca de informações sobre os temas a serem abordados, como também nas propostas e execuções de atividades – o que mostra, cada vez mais, uma postura consciente e empoderada.

GRUPO CRIAÇÃO

O Grupo Criação mantém suas atividades a partir da demanda da comunidade por ações voltadas para as crianças. Visando a organização do grupo, são realizadas reuniões de planejamento, que acontecem no decorrer da semana, na UFPB, entre extensionistas e professoras, com o intuito de organizar as atividades que são desenvolvidas quinzenalmente, aos sábados pela manhã.

O Grupo surgiu em 2008, enquanto o PEPASF atuava na comunidade Maria de Nazaré, e permanece acontecendo até hoje na Santa Bárbara. Surgiu por meio da demanda da comunidade, após os extensionistas e orientadores identificarem o grande

número de crianças e a necessidade de um acompanhamento direcionado a elas.

Lidando com o cuidado voltado às crianças, o Grupo Criação, que acontece no mesmo local de atividade do grupo de mulheres, utiliza elementos lúdicos, explorando as questões levadas pelas participantes do grupo, sendo esse um momento de trocas. Muito dessa troca tem se mostrado transformadora não apenas para as crianças, que iniciam um processo de escuta coletiva umas das outras, mas também para os extensionistas – o que demonstra a potência transformadora desses compartilhamentos. Contamos com crianças entre seis e doze anos, promovendo atividades lúdicas e voltadas para cada faixa etária, sempre com o mesmo caráter de escuta, recreação e aprendizagem através do diálogo.

Tendo como proposta trabalhar as questões de valores morais, autoestima, autonomia e criatividade, muitas das atividades no grupo iniciam a partir do planejado pelos extensionistas em reunião e se transformam espontaneamente, de acordo com as demandas trazidas pelos meninos. Praticamos pintura, desenho, criação de objetos com material reciclado, corda, amarelinha, teatro e etc., a depender do planejado com as próprias crianças. Esse caráter mais volátil do comportamento delas, facilmente distraído, compromissado sobretudo em entreter-se, cria um campo muito rico de possibilidades. Entre acertos e erros, reflexões e propostas de constante afinações de nossas práticas, aprendemos a lidar com o público infantil a partir dos elementos teórico-metodológicos da EP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das experiências acumuladas ao longo dos anos no PEPASF, podemos inferir que o incentivo do Projeto aos

sujeitos a partir da concepção teórico-metodológica da EP vem contribuindo para o seu protagonismo, o projeto possibilita ainda a formação de futuros profissionais conscientes, comprometidos com as causas sociais, empoderados e humanizados, que com certeza farão a diferença durante sua vida profissional.

Desse modo, o PEPASF não se resume a um conjunto de atividades que se realiza apenas em prol de uma transformação comunitária, mas sim de mudanças no modo de pensar e agir de todos os atores que dele fazem parte. Talvez seja por isso que alguns extensionistas tomem o Projeto como algo precioso de tal modo que permanecem junto a ele por longos anos.

O PEPASF segue com o anseio de alcançar, junto a outros parceiros de Extensão, o horizonte um tanto utópico de tornar a EP cada vez mais frequente no cotidiano das pessoas, sejam elas populares, estudantes, professores ou trabalhadores. Segue com o anseio de reorientar práticas, de transformar vidas, em uma perspectiva de promover espaços para que os sujeitos tomem cada vez mais conhecimento sobre si em seus diversos aspectos e sobre o mundo que os cerca.

Destarte, este jovem projeto, que agora completa 20 anos, segue em frente com alguns “sacolejos”, alguns recomeços, algumas fraquezas e rearranjos – mas com a certeza de que continua semeando bons frutos em solo fértil. A cada sorriso, a cada abraço sincero recebido na comunidade, essa sensação se firma. E, a cada encontro, é como se uma nova flor desabrochasse no peito de cada pessoa que disso faz parte.

REFERÊNCIAS

Freire, P. **Educação e Mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

João Pessoa. Secretaria Municipal de Saúde. **Distritos Sanitários**. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude>>. Acesso em: 05 Out. 2017

Silva, M. O. **Psicologia humanista e educação popular na atenção primária à saúde**. 2013. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

Vasconcelos, E. M.; Cruz, P. J. S. C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011.

NOSSA CAMINHADA NO PROJETO DE EXTENSÃO IANDÉ GUATÁ

Willian Fernandes Luna¹⁷

Aline Barreto de Almeida Nordi¹⁸

OS PRIMEIROS PASSOS

O Projeto Iandé Guatá foi construído a partir de junho de 2013, por estudantes e docentes do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM-PB), uma instituição privada que possui cinco cursos da área da saúde, na região metropolitana de João Pessoa-PB. O Projeto foi realizado durante dois anos, conforme pactuado entre docentes coordenadores, a instituição de ensino e a comunidade, tendo ficado restrito ao curso de medicina devido aos outros cursos não serem desenvolvidos no mesmo município.

Começamos realizando encontros iniciais abertos a quaisquer estudantes de medicina interessados em participar da elaboração de um projeto de extensão de forma partilhada. Intencionalmente sem temática e sem público de atuação definidos pelos docentes, discutiram-se as compreensões

17 Médico de Família e Comunidade. Professor do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCM-PB) até 2015. Coordenador do Projeto de Extensão Iandé Guatá.

18 Fisioterapeuta Sanitarista. Professora do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da FCM-PB até 2015. Coordenadora do Projeto de Extensão Iandé Guatá.

sobre a extensão universitária e a Educação Popular (EP) com compartilhamento de vivências de outros estudantes e profissionais na realização de atividades de extensão.

Ao longo das reuniões, estiveram presentes cerca 50 estudantes que optaram pelos direcionamentos desta extensão universitária, sendo esta entendida como uma via de mão dupla e quebra da verticalidade de transmissão do conhecimento, pois os saberes são construídos de forma compartilhada, tornando todos sujeitos atuantes no processo (MELO NETO, 2001; FREIRE, 1977).

Após esse período, foi realizado um processo seletivo para a formação do grupo fundador, quando foram valoradas a frequência de participação nas reuniões iniciais, somada à avaliação de uma carta de intenção, entregue pelos interessados em fazer parte do Projeto. Assim, compôs-se o grupo de dois docentes coordenadores (um médico e uma fisioterapeuta) e 15 discentes dos diversos anos do curso de medicina.

Iniciamos com discussões gerais sobre a sociedade e seus desafios, por meio da problematização do documentário *Hiato*¹⁹, que discute as questões de classe social e cidadania, e seguimos com a leitura e dramatização de experiências de estudantes do livro *Perplexidade na Universidade* (FROTA; SIMON; VASCONCELOS, 2006). Para aprofundar as temáticas de extensão e EP, utilizamos trabalhos em pequenos grupos, tarjetas com compartilhamento e aproximação por núcleos de sentido e identificação de necessidades de aprendizagem, a partir da leitura dos textos *Pacientes Impacientes* (BRASIL, 2007); *Extensão Universitária: uma análise crítica* (MELO NETO,

19 Documentário disponível em: <<http://docverdade.blogspot.com.br/2014/01/hiato-2008.html>>.

2001); Educação Popular nos serviços de saúde (VASCONCELOS, 1997).

Entendemos que, no processo dialógico da educação em saúde, é necessário que o profissional reconheça que seu saber não é único, nem absoluto e que ele tem muito a aprender com as pessoas, mesmo aquelas que não tiveram acesso à educação formal. Só há motivação para o diálogo se houver esperança de que ele possa frutificar, que dele possa surgir um saber novo – compartilhado e transformador. E também só há possibilidade de interlocução se houver respeito: respeito pela diversidade cultural, pela diferença de valores, crenças e raças (FREIRE, 1977). Nessa óptica, se reconhece que o saber popular é bastante elaborado, com suas estratégias de sobrevivência e grande capacidade de explicar parte da realidade, de modo que só é concebível uma educação baseada no diálogo, em uma constante troca entre o saber científico e o saber popular, na qual ambos ensinam e aprendem (VASCONCELOS, 1997).

O terceiro momento de aprofundamento teórico buscou aproximar e aquiescer quanto aos diferentes desejos dos participantes do Projeto na temática e necessidades de grupos populacionais com os quais se desenvolveriam as atividades. O grupo estudou a realidade local dos quilombolas, indígenas, população ribeirinha, comunidades urbanas periféricas, crianças com câncer e idosos asilados. Ao longo dos encontros, após intensas discussões, definimos por trabalhar com a questão indígena, principalmente pelos seguintes motivos: vontade de fazer a extensão em comunidades e com grupos minoritários; desconhecimento e curiosidade dos estudantes sobre a vida dos indígenas; experiência do docente médico, por já ter atuado como médico da equipe de saúde das aldeias – e naquele momento exercia o papel de supervisor de um programa federal de provimento de médicos na área indígena Potiguara.

A estratégia para imersão no contexto foi a realização de um Círculo de Cultura (FREIRE, 1999) buscando as diferentes concepções do grupo sobre o que é ser indígena e a posterior visita a algumas aldeias da Paraíba. Neste universo de comunidades com distintos processos históricos e de construções culturais, nos deparamos com populações indígenas dispersas por todo o território brasileiro, na maior parte das vezes marginalizadas e negligenciadas, o que nos incitou a provocar esse encontro entre estudantes universitários e indígenas.

Essas motivações vão ao encontro das atuais diretrizes curriculares para formação dos profissionais de saúde, para que possam atender às necessidades da população, considerando suas especificidades e respeitando a diversidade das minorias populacionais, além de favorecer a integralidade na atenção à saúde (BRASIL, 2014).

No planejamento com os indígenas, contatamos o cacique geral Potiguara e uma liderança que exercia o papel de articulador de atividades da Universidade com as aldeias, construindo o Projeto de forma partilhada com a comunidade. Optou-se pela atuação na Área Indígena Potiguara, localizada no litoral norte do Estado da Paraíba, distante cerca de 100km de João Pessoa, o que significa mais de duas horas de deslocamento, devido à maioria das estradas ser vicinal, algumas delas não serem asfaltadas e outras passarem pelo centro de quatro cidades nesse trajeto.

Os Potiguara fazem parte dos povos da família linguística Tupi e, como todos os povos que vivem no nordeste do país, possuem uma longa história de contato com a sociedade não indígena. Povo guerreiro da terra de Acajutibiró, os Potiguara constituem um grande exemplo de luta entre os povos indígenas brasileiros e procuram manter o vigor de sua identidade étnica por meio de tradições e costumes. Possuem uma população

de aproximadamente 19 mil indígenas, entre habitantes das aldeias e das cidades de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, entre os rios Camaratuba e Mamanguape. Grande parte das aldeias Potiguara está localizada próxima aos rios, riachos ou córregos, o que possibilita o desenvolvimento de uma economia doméstica baseada na lavoura, na pesca, na coleta de crustáceos e moluscos, na criação de animais em pequena escala e no extrativismo vegetal (CARDOSO, 2012).

Após a nossa proposição, as lideranças indígenas discutiram internamente as possibilidades do desenvolvimento deste Projeto de Extensão e, ao longo das negociações com os docentes, definiram uma aldeia específica, a Aldeia São Francisco, onde seriam realizadas a maior parte das ações extensionistas.

O objetivo principal deste Projeto de Extensão foi o de possibilitar a vivência entre acadêmicos de medicina e a população indígena, a fim de construir um olhar mais dialógico e compreensivo sobre o trabalho em comunidade. Para atingir esse objetivo, buscou-se vivenciar o cotidiano de uma aldeia indígena Potiguara, a fim de construir vínculo com as famílias e a comunidade, reconhecendo-se as especificidades da população indígena no que diz respeito a crenças, fragilidades, fortalezas e compreensões sobre a saúde e a doença.

Nesse contexto, cria-se espaço para identificar os determinantes que influenciam na organização social, educação, cultura e saúde, e para traçar estratégias junto à comunidade que busquem trabalhar com os possíveis problemas identificados, sensibilizando estudantes e comunidade para o diálogo e a troca de saberes, com a possibilidade de valorizar as diferentes culturas e produzir conhecimentos interdisciplinares a partir das reflexões sobre as vivências e aprofundamentos teóricos.

IANDÉ: NÓS INCLUSIVO

Durante as discussões internas do Projeto de Extensão para a elaboração do seu Regimento Interno foi discutido o Método da Roda (CAMPOS, 2007), suscitando uma reflexão teórico-metodológica que toma a democratização institucional não apenas como um meio para efetivar mudanças sociais, mas “um fim em si mesmo”. Nesse caminho, os extensionistas aproximaram-se do campo da administração em saúde e da produção de subjetividades.

Parte-se do Método da Roda como um dos princípios da gestão do grupo e na aposta que os estudantes poderiam se fortalecer, em processo, enquanto sujeitos, de forma que houvesse democracia dentro do coletivo, dependendo da capacidade de se construir espaços de poder compartilhado. Assim, o grupo fez a opção por uma Gestão Compartilhada, organizada em Unidades Produtivas (UP) - Executiva; Administrativa; Finanças e Eventos; Ensino e Pesquisa; e Comunicação. Todos os estudantes extensionistas compunham alguma das UP do Projeto e essa alocação foi realizada em Assembleia Geral.

Nesse formato, exercitamos a escuta, já que todas as ações eram pensadas no coletivo e não apenas centradas nos docentes. Todos tinham acesso às informações e participavam das discussões e na tomada de decisões. Esse é um tipo de organização capaz de possibilitar às UP uma maior liberdade para tomar decisões, de forma a não sobrecarregar os integrantes com acúmulo de atividades, possibilitando uma gestão mais integrada e democrática na sua essência e na efetividade das suas ações.

Como citado anteriormente, na fase de elaboração do Projeto, vivenciamos o primeiro contato de todos os extensionistas com o território indígena, em um movimento

de reconhecimento da comunidade. Naquele momento, o grupo visitou algumas aldeias, tendo as primeiras aproximações com lideranças indígenas e espaços comunitários, como a Casa de Farinha, a Oca destinada a reuniões e a escola.

Naquele mesmo dia, numa conversa com a liderança responsável pela articulação entre comunidade indígena e academia, houve possibilidade de discutir sobre as atividades que o grupo poderia desenvolver, ficando bastante claro o posicionamento dos indígenas sobre a importância de realmente colaborarmos com a comunidade e não apenas se utilizar daquele espaço, como já havia acontecido em pesquisas acadêmicas naquele local. Reiteramos nossa concordância com tal posicionamento, já que nos amparamos no referencial da EP de construir com o outro e não para o outro.

A definição de um nome para o Projeto de Extensão que estava em construção também foi mote desse diálogo. Pensávamos chamá-lo de Oré Guatá, que, baseado em nossas pesquisas na internet, significa nossa caminhada, na língua tupi. No entanto, durante a visita, o grupo foi surpreendido em uma conversa com uma professora de tupi, quando descobriu que, nessa língua, oré significa nós em sentido exclusivo (nós, sem vocês) e iandé significa nós em sentido inclusivo (nós e vocês). Desde então a Nossa Caminhada chamou-se Iandé Guatá, no sentido da inclusão de todos: estudantes, docentes, indígenas e outros colaboradores que se juntaram à proposta durante o percurso.

Na tentativa de incluir outros atores, a fim de possibilitar pontes e compartilhamento nos trabalhos desenvolvidos, os professores coordenadores reuniram-se com alguns representantes de outros setores da sociedade, buscando parcerias com organizações e entidades – como foi o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) –, por meio de

profissionais que já desenvolviam trabalhos de EP nessa região, outros ligados à questão indígena e ciências sociais, além de universitários indígenas potiguaras.

Também foi essencial a articulação com a gestão e equipes de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara, vinculadas à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde. O DSEI Potiguara é responsável pela atenção à saúde dos indígenas na Paraíba e Rio Grande do Norte. E, assim, o nosso “nós” incluiu mais gente e nos tornamos “Iandés”.

COMO CAMINHAMOS

O Iandé Guatá desenvolveu um conjunto de atividades diversificadas, algumas previstas desde o planejamento inicial e outras que aconteceram a partir das necessidades identificadas tanto pelos extensionistas, como pela comunidade. De forma geral, as atividades consistiram em:

1. Reuniões semanais – com o objetivo de serem compartilhadas as experiências vivenciadas pelo grupo de extensionistas após cada viagem para contato com a população indígena, realizar aprofundamento teórico a partir de textos e outros dispositivos, e planejamento das atividades;

2. Visitas mensais à comunidade indígena Potiguara – realizadas aos sábados, com saída de João Pessoa às 7h e retorno às 17h e com três frentes principais: a) visitas domiciliares a determinadas famílias por duplas ou trio de estudantes, as quais incluíam encontros, dinâmicas e oficinas, que eram mediados pelo contato prévio e negociações com as lideranças e equipes de saúde locais; b) atividades coletivas junto às comunidades indígenas, com foco nas necessidades de saúde identificadas durante as atividades junto às famílias e no contato com as

lideranças; c) reconhecimento da área e identificação de espaços de sociabilidade, com participação em assembleias e festas indígenas.

3. Produção de pesquisas e trabalhos científicos a partir das vivências – com produção de relatos de experiência para eventos locais, nacionais e internacionais;

4. Participação em eventos e espaços de interesse da saúde indígena;

5. Atividades Extras – que buscaram a sensibilização a população a respeito das necessidades e especificidades indígenas, bem como a divulgação da cultura potiguara. Exemplos dessas atividades foram a Exposição de Fotografias das vivências do Projeto Iandé Guatá, a Mostra de Curtas sobre Cultura Indígena e a Oficina sobre a temática indígena na semana de recepção dos calouros, na FCM-PB; e a Roda de Conversa com participantes do Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) e a Oficina sobre Cultura Indígena, na UFPB.

6. Gestão administrativa das atividades do Projeto de Extensão;

7. Estudo teórico individual – a partir das demandas surgidas nas reuniões e visitas.

Organizávamos as discussões na faculdade após a ida ao território, em um movimento construtivista e de ação-reflexão-ação. As temáticas discutidas ou os convidados presentes surgiram a partir do reconhecimento de lacunas ou do aprofundamento incitados pela própria vivência, tais como o estudo sobre o povo Potiguara, o ancião indígena e a atuação da mulher nas aldeias; estudo de assuntos ligados ao cuidado em saúde, como abordagem familiar, método centrado na pessoa e projeto terapêutico singular; e aqueles relacionados

ao planejamento e gestão, como diagnóstico situacional, organização de assembleia comunitária e gestão compartilhada.

Na problematização, os problemas a serem estudados precisam valer-se de um cenário real e da interação com a realidade e todas as suas contradições, com o caráter fortemente político do trabalho pedagógico. O conteúdo deve estar sempre se renovando e ampliando, inserido criticamente na realidade. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para estudantes e professores. Volta-se à transformação social, à conscientização de direitos e deveres do cidadão, mediante uma educação libertadora, emancipatória (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Nesse movimento, o retorno à comunidade ganhava outro olhar, que foi sendo acrescido a cada discussão realizada. Houve muitos convites pelos indígenas para ações em conjunto, como participação de Evento no dia das crianças, Festa do Índio e Assembleia Geral Potiguara. A presença nesses eventos, somada à realização de atividades extras, tomou proporções que não esperávamos, adentrando o cotidiano da faculdade, dos estágios nos serviços de saúde, da vida familiar e do círculo de amigos dos estudantes, ressaltando o protagonismo estudantil como grande motor para contribuir com as questões indígenas, o que é aprofundado nos próximos tópicos.

POR ONDE CAMINHAMOS

Como toda a atividade de extensão que trabalha em uma perspectiva de autonomia e protagonismo dos envolvidos, é impossível calcular os resultados que se quer alcançar. Mas pensando na caminhada, não há como não começarmos pelo deslocamento que, no nosso caso, já era um desafio devido à longa duração e às estradas de terra e de difícil acesso. A

depende do planejamento da atividade, o carro que nos levava também precisava estar adequado para adentrar alguns trechos.

Assim, a ida e as atividades na aldeia dependiam de um conjunto de variáveis, quase nunca controláveis. E por isso, tudo foi vivido, vivendo a aldeia! Favoravelmente, esse contexto nos ajudou a nos tornarmos partes mais integrantes da vida dos indígenas, e mais abertos para esperar o inesperado e improvisar, se necessário.

Por essa intensidade, tínhamos muitas histórias para contar. No entanto, para este texto, elencamos três eixos principais como resultados: o vínculo com as famílias e a construção de planos de cuidado; o compromisso da extensão com a transformação social; e o reconhecimento da identidade histórico-cultural daquela comunidade. Aspectos esses que foram desenvolvidos positivamente, mas que também são desafios que ainda permanecem e que nos instigam a novas reflexões e à necessidade de continuidade.

O vínculo com as famílias e a construção dos planos de cuidado

Os estudantes se dividiam em duplas e visitavam a mesma família na área indígena mensalmente na busca da criação de vínculo. As famílias-alvo das visitas foram designadas pela Agente Indígena de Saúde local, de acordo com o entendimento das necessidades de saúde da equipe. Foram incluídas famílias com hipertensão, diabetes, paralisia cerebral, idoso acamado, albinismo e gestação na adolescência. Apesar de certa dificuldade inicial, quando aquelas famílias eram desconhecidas do grupo de estudantes e foi dada a orientação de visitá-las, ao longo do

tempo essas pessoas deixaram de ser estranhos, pois se iniciou a construção de vínculo a partir das aproximações sucessivas.

A partir da imersão gradual na comunidade indígena, os extensionistas puderam compreender a dinâmica familiar na aldeia, desenvolvendo sensibilidade e empatia ao invés de julgamento superficial, entendendo que há outras formas de se viver e de agir, diferentes das habituais normas da sociedade urbana. A forma de comunicação vivida nos encontros entre os estudantes e as famílias, valorizando os diferentes saberes populares e científicos, favoreceu a autonomia de ambos, como no caso da elaboração de planos de cuidado compartilhados.

Pôde ser notada a cultura Potiguara fortemente inserida na realidade familiar; idosos atuantes nas decisões da comunidade e mulheres com protagonismo em cargos políticos – na função de caciques, rezadeiras e professoras. Nas famílias acompanhadas, percebemos a valorização dos cuidados tradicionais e saberes sobre ervas medicinais, sendo que a medicina alopática nem sempre era a primeira a ser solicitada.

Diferentemente de uma consulta habitual, quando a pessoa solicita ajuda do profissional de saúde, na visita domiciliar os estudantes foram até as famílias, adentraram um pouco sua história, conheceram fragilidades e potencialidades, estreitando barreiras e fortalecendo laços. Foi inclusive necessário aprender a respeitar alguns limites e não acessar informações que não foram permitidas naquele momento.

Nas reuniões teórico-reflexivas, discutiu-se como dialogar considerando os limites e especificidades locais, e também houve apreensão de ferramentas importantes para o cuidado em saúde, como o método clínico centrada na pessoa, o Projeto Terapêutico Singular, a abordagem familiar e a construção de um plano de cuidado compartilhado (STEWART et al., 2010; OLIVEIRA, 2010).

A partir da construção dos planos de cuidado para cada uma das famílias, houve a necessidade de nova aproximação com a equipe de saúde local, sendo dialogado sobre as impressões e os planos construídos de forma compartilhada, entregues à coordenadora do Pólo Base de saúde e ao cacique da Aldeia São Francisco.

○ compromisso com a transformação social

Durante atividades desenvolvidas na Aldeia São Francisco, no ano de 2013 e 2014, o cacique solicitou o desenvolvimento de ações em uma comunidade com grandes dificuldades de infraestrutura, chamada Itaepe.

A aldeia Itaepe fica localizada fora da área demarcada de terras indígenas Potiguara, mas dentro do território reivindicado, entre a Terra Indígena Potiguara e o Rio Camaratuba. Apesar de haver divergência entre a nomeação da comunidade como aldeia, por não estar em área demarcada, optamos por utilizar essa denominação, pois também tem sido utilizada pelas lideranças locais. A aldeia fica cercada de latifúndios de cana-de-açúcar, sendo área de conflito pela posse da terra.

Partindo dessa demanda, o grupo realizou um diagnóstico sócio-sanitário, a fim de reunir informações para o planejamento de ações (MONKEN; BARCELLOS, 2005) que pudessem instrumentalizar e colaborar para a melhoria das condições de saúde na Aldeia Itaepe. Nesse momento, equipes de extensionistas ficaram responsáveis por coletar dados da “ficha A” da Estratégia Saúde da Família, dialogar com lideranças locais e a população, mapear a área, fazer registro fotográfico e conhecer as necessidades de saúde locais.

O Projeto buscou realizar parceria com a equipe do DSEI, que se prontificou a participar da ação de forma integrada. A atividade aconteceu durante todo um sábado, com levantamento de cerca de 40 moradores, quando se constatou alto índice de cáries e problemas gengivais nas diversas faixas etárias; necessidade de atenção integrada voltada à promoção de saúde e atendimento individual referente aos programas da atenção básica; ausência de tratamento adequado de lixo e água; além de destino de fezes e urina a céu aberto. Além de instrumentalizar o grupo para a realização de um novo momento na Aldeia, as informações obtidas foram utilizadas pelas lideranças locais para discutir questões da comunidade com o Ministério Público e solicitar melhorias para aquela população.

Posteriormente, em maio de 2015, foi realizada uma Ação em Saúde, objetivando trabalhar com as prioridades elencadas na primeira atividade em Itaepe, tendo como focos orientar a comunidade a respeito da prevenção de doenças e promoção da saúde, e estimular os indivíduos a serem atuantes nesse processo. As três prioridades foram desenvolvidas em três frentes: saúde bucal; qualidade da água e destino do lixo; e assistência à saúde das famílias.

A parceria com o DSEI foi importante, com participação de uma equipe de saúde composta por nutricionista, enfermeira, psicóloga e odontólogas. Destacamos a participação de membros do Grupo de Trabalho sobre Questões Indígenas (GTI) da UFPB, composto por estudantes universitários potiguaras. Os integrantes do GTI entregaram cartilhas construídas com os próprios indígenas, abordando os principais pontos identificados por eles e associando ao conhecimento popular sobre os cuidados com a água, o que potencializou as ações e favoreceu o envolvimento e autonomia dos responsáveis locais. O docente médico, o nutricionista do DSEI e dois extensionistas

realizaram visitas domiciliares a todos os moradores da aldeia, fazendo uma avaliação geral de saúde e oferecendo cuidado inicial para os problemas identificados, que foram posteriormente repassados para a gestão do DSEI.

A aproximação entre academia e comunidade possibilitou que atores responsáveis e/ou envolvidos no cuidado daquela comunidade se mobilizassem para identificar problemas, prioridades, bem como executassem ações iniciais. Foi possível realizar atividades educativas preventivas, estimular hábitos saudáveis e dialogar com os moradores e lideranças sobre as formas de enfrentamento à problemática do lixo, de forma que a população se conscientizasse acerca dos problemas do acúmulo de resíduos na comunidade.

No entanto, sabemos que essas atividades foram pontuais, ressaltando-se a importância da continuidade dessas ações de promoção à saúde, buscando sempre a autonomia dos sujeitos e a valorização das práticas de autocuidado. Das ações planejadas inicialmente, algumas não aconteceram devido a dificuldades: o tempo chuvoso impediu a realização de algumas estratégias educativas com os adultos sobre o lixo; o hipoclorito de sódio para distribuição estava vencido, tornando responsabilidade do DSEI entregá-lo em um novo momento; não foi coletada amostra de água para análise por indisponibilidade do agente de saneamento; houve resistência para a realização da escovação supervisionada e aplicações tópicas de flúor por alguns adultos; e a unidade móvel da saúde bucal estava indisponível, o que impossibilitou o atendimento clínico.

Outra questão importante a ser refletida é que, apesar das ações terem sido bem-sucedidas de modo geral, os problemas identificados no processo do diagnóstico sócio-sanitário continuam existindo, pois a aldeia segue sem água tratada e poço, sem coleta regular de lixo e sem equipe de saúde

responsável pela vigilância e atenção à saúde da população de forma continuada, já que o DSEI garante equipes apenas nas aldeias em terras demarcadas.

Identidade histórica e cultural da comunidade

Os extensionistas puderam dialogar em espaços de organização comunitária, conversar com as lideranças, participar de rituais religiosos, visitar outras aldeias e tiveram a oportunidade de aproximação a elementos da cultura indígena, como pintura corporal e artesanato tradicional.

Na cultura indígena Potiguara, o velho – ou ancião, como é nomeado nessas aldeias – é o guardião das tradições étnicas, históricas, práticas terapêuticas e de equilíbrio da natureza, e mantém uma posição importante, tanto na família quanto na comunidade. Os anciãos possuem a importante responsabilidade de repassar às novas gerações costumes, rituais e particularidades culturais e históricas locais.

Esta questão foi evidente ao realizarmos uma assembleia com a Comunidade, pois a expectativa dos extensionistas era a presença dos integrantes mais jovens da aldeia, porém, ao contrário do que se imaginava, os participantes foram os idosos e o cacique, os quais queriam se certificar de que o nosso objetivo não era apenas tirar proveito das potencialidades indígenas, mas tentar colaborar com a comunidade. Com esse episódio, pôde-se perceber que os anciãos detêm o poder de decisão para a comunidade local.

O ancião é respeitado pela sua sabedoria e possui preservada sua autonomia, mesmo quando apresenta limitações ou dependência dos familiares. Em uma das famílias acompanhadas, um idoso acamado e bastante dependente

ainda tinha suas preferências respeitadas. A rotina familiar era voltada para o cuidado desse velho, sendo banhado pelos filhos, alimentado pela mulher e tendo as vestes de cama lavadas pelos netos. E mesmo frente ao maior trabalho para manter a limpeza do seu leito, devido a não gostar do uso de fralda por achar desconfortável, seu desejo era acatado.

Os idosos de outra família não exerciam papel de liderança indígena, porém mantinham o cultivo da lavoura, tendo papel de provedores da renda, mas também da importância do cuidado com a terra, para eles tão valorizada. Outra idosa acompanhada realizava tarefas domésticas, como cuidar de animais e da casa, mantendo sua autonomia e potencialidades em atividade, sendo reconhecida em seu núcleo familiar e na comunidade, pois também era rezadeira e se encarregava de repassar esse conhecimento para uma de suas netas.

Quando adentramos a interpretação dos agravos de saúde, podemos dizer que ela era bastante peculiar, com associação de garrafadas, entidades espirituais e invocações da força da natureza. Percebemos a valorização das ervas medicinais para o tratamento de doenças, a importância do Divino e da cosmovisão no equilíbrio do corpo.

Nos rituais, presenciamos o Toré – um ritual com dança e cânticos entoados por várias vozes, que tem como papel afugentar os males e perigos, conferindo proteção a aldeia, além de ser característica marcante na militância política. No Dia do Índio, o Toré pode ser acompanhado em uma festa aberta aos não indígenas para divulgação da cultura local e afirmar a conexão com a terra e seu território, na resistência e luta da identidade cultural.

No diálogo com os indígenas, percebemos um rico universo vocabular²⁰, o que nos instigou a iniciar a construção de um

20 Freire (1999) descreve Universo Vocabular como um levantamento de palavras e

dicionário de palavras e expressões que nos pareceram estranhas inicialmente, mas que depois da explicação dos indígenas teve o sentido da utilização compreendido. Esse movimento tornou as conversas mais ricas e informais.

Essas e outras vivências permitiram uma rica experiência intercultural. Os saberes, do acadêmico e do indígena, foram somados a cada estranhamento, no exercício de compreensão das potencialidades das diferentes estratégias de enfrentamento dos problemas. Durante os dias na aldeia, o grupo se permitiu pintar a pele com tinta de jenipapo, molhou-se em sua lagoa, provou de novos sabores, lavou roupa, pintou, correu, caiu, pulou, sentiu.

Para os extensionistas, vivenciar as situações diversas foi importante no processo de engajamento com a realidade, no “molhar-se” do compromisso e sentir-se “ensopado” de identidade, em um movimento não neutro e solidário de mudança consciente (FREIRE, 1979).

ONDE CHEGAMOS E QUAIS AS TRILHAS A SEREM ABERTAS

Para os estudantes, as vivências permitiram a mudança do paradigma sobre o “ser índio”, antes visto como primitivo e com características homogêneas, agora visto como povo diversificado, estrategista, guerreiro e espiritualmente forte. Percebeu-se que “ser indígena” está relacionado à cultura e identidade, não apenas à visão histórica.

Para além da ampliação dos conhecimentos do grupo sobre especificidades da saúde indígena, o Iandé Guatá proporcionou o desenvolvimento de habilidades importantes

vocábulos que era realizado com as comunidades no processo inicial para alfabetização de adultos.

para os futuros médicos ao lidar com o outro. Proporcionou ao acadêmico inserido na extensão uma visão mais abrangente da saúde, possibilitando-lhe aprofundar a teoria, vivenciá-la na prática e descobrir suas limitações. Contribuiu ainda para a formação de um profissional mais humano, uma vez que valoriza a construção de saberes com a comunidade e aproxima os estudantes da realidade do paciente, a qual muitas vezes não é levada em consideração na prática médica. Ao perceber ainda, como acadêmicos, que a efetividade do cuidado depende da possibilidade de pôr em prática as orientações médicas, quando inseridas no contexto em que o paciente vive, levando em consideração os costumes e crenças desse povo, a tendência é a formação de médicos mais sensíveis a essas particularidades e capacitados para lidar com as diversas situações. As habilidades de análise do cenário e contexto político e da militância em movimentos sociais puderam ser desenvolvidas, gerando o próprio reconhecimento enquanto cidadãos.

Para as famílias, acreditamos que o processo longitudinal de visitas possibilitou que identificassem seus problemas e elaborassem estratégias próprias de superação, com colaboração dos estudantes envolvidos. Além disso, esperamos que os planos de cuidado possam colaborar nas estratégias de cuidado da equipe de saúde da aldeia São Francisco e que os relatórios construídos sobre Itaepe possam colaborar no planejamento para acompanhamento dessas famílias pelo DSEI Potiguara.

No tocante à gestão compartilhada, afetamo-nos mutuamente, estudantes e professores, nos desafios da proposta que de início era desconhecida. Trabalhar de forma coletiva na busca por consensos não é algo simples e teve que ser moldado a cada encontro, em processo, sendo necessário revisitar rumos e decisões. Esse movimento possibilitou a superação de uma postura inicial de passividade dos estudantes na proposição

de ideias, atividades, avaliação e planejamento na direção de um maior protagonismo. Ter um regimento interno construído pelos próprios participantes também favoreceu o cumprimento de pactos, normas e regras.

Ao olhar para a nossa trajetória e articular com os objetivos que traçamos previamente, podemos considerar que o caminho percorrido pelo grupo foi rico. Essa conquista poderia ser elencada por vários fatores, tais como: a gestão compartilhada de todas as decisões, mesmo com seus desafios do processo; a preparação a partir dos aparatos teóricos e lúdicos; o mergulho na vivência das famílias e cultura indígenas; entre tantos outros. Nesse sentido, ressaltamos que a extensão universitária com os preceitos da EP pode ser uma estratégia para que o estudante trabalhe de forma interdisciplinar e nos mais diversos cenários, desenvolvendo a capacidade de se comunicar de forma mais efetiva e compreendendo que a empatia é essencial na relação médico-pessoa.

Para além das habilidades do futuro profissional de saúde, a imersão na comunidade possibilita ao estudante repensar seu papel político na sociedade como cidadão, na interlocução entre comunidade acadêmica e sociedade em geral. Levar parte do conhecimento apreendido com os indígenas para outras pessoas e instituições foi compromisso do grupo com essa comunidade, direcionando para o agir enquanto cidadãos. Acreditamos que isso independe do caráter público ou privado da instituição de ensino, e sim da intencionalidade da proposta.

Os extensionistas tiveram a oportunidade de aprender a importância do trabalho em grupo para poder pensar soluções em conjunto. Ao se deparar com dificuldades na execução de atividades planejadas, o grupo necessitou superar limites impostos por adversidades e ter capacidade de adequação e improvisação quando necessário. Focar a ação na capacidade

de cada indivíduo da aldeia trouxe o caráter transformador social da extensão universitária, pois desse encontro saem diferentes os extensionistas, os indígenas e profissionais que atuam com a comunidade.

A história dessa caminhada aqui contada nos revela infindas reflexões, dentro e fora do Projeto, em casa, no estágio, em sala de aula. Não estamos do mesmo jeito que entramos. Somos outros: mais críticos, mais reflexivos, mais humanos, mais cidadãos.

Debaixo da caramboleira, em dia de chuva, trouxemos bênçãos, segundo o pajé. Ou será que nós é quem fomos abençoados? Pintar nosso corpo e viver o ser indígena na “terra dos brancos” desterritorializou nosso jeito de ver o mundo. Ter a honra, em uma das nossas despedidas, do cacique pôr o seu cocar nas nossas cabeças – um gesto de agradecimento e respeito pelo trabalho desenvolvido. A Nossa Caminhada teve coração de raiz e asas nos pés. Iandé de muitos, diferentes, múltiplos, apaixonados. Guatá de resistência, persistência, descobertas, infinitudes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Medicina.** Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 03 de 20 de junho de 2014. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde.** Brasília: 2007.

CAMPOS, G.W.S. A co-gestão, o fortalecimento do sujeito e a democracia institucional. In: CAMPOS, G.W.S. **Um Método para**

análise e co-gestão de coletivos. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 41-48.

CARDOSO, T.M.; GUIMARÃES, G.C. **Etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba.** FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM: Brasília, 2012.

CYRINO, E.G.; TORALLES-PEREIRA, M.L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, 2004.

FREIRE, P. O compromisso do Profissional com a Sociedade. In: Freire, P. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HIATO. Direção: Vladimir Seixas: Brasil, 2008. Internet (20 min). Disponível em: <<http://docverdade.blogspot.com.br/2014/01/hiato-2008.html>>.

MELO NETO, J.F. **Extensão Universitária: uma análise crítica.** João Pessoa: UFPB, 2001.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005.

OLIVEIRA, G. N. O Projeto Terapêutico Singular. In: Campos, G. W. S; Guerrero, A. V. P. **Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada.** São Paulo: Hucitec, 2010.

STEWART, M. et al. **Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VASCONCELOS, E.M. **Educação Popular nos Serviços de Saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na Universidade**: vivências nos cursos de saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

HORTA URBANA SOB O OLHAR DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESPAÇO DE COMPARTILHAMENTOS PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Elina Alice Alves de Lima Pereira²¹

Gabriel Nóbrega Vieira²²

Íris de Souza Abílio²³

Bruno Oliveira de Botelho²⁴

Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos²⁵

Este artigo busca abordar uma iniciativa desenvolvida pelo programa de extensão popular “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB) – vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) –, relacionada à implementação de uma horta no espaço de uma Unidade de Saúde da Família (USF), a qual visa a Promoção

21 Graduanda do Curso de Direito, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista do Programa “Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB). E-mail: elina_alice@hotmail.com.

22 Graduando do Curso de Fisioterapia, UFPB. Extensionista do Programa PINAB. E-mail: gabrieljpnobrega@gmail.com.

23 Graduanda em Terapia Ocupacional, UFPB. Extensionista do Programa PINAB. E-mail: irisabilia_isa@hotmail.com.

24 Graduado em Fisioterapia. Pós-Graduando em Educação pela UFPB. E-mail: brunoobotelho@gmail.com.

25 Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/CCS-UFPB e integrante da coordenação do PINAB.

da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Essa iniciativa é desenvolvida de forma participativa e dialógica, com o compartilhamento de saberes de forma horizontal, a partir da interação entre os sujeitos.

A abordagem metodológica consiste na problematização da realidade da comunidade e do serviço de saúde, buscando a valorização da participação popular e da construção de uma visão crítica e humanística nos estudantes, comunitários e serviço, além de discutir caminhos possíveis para a construção de hortas em ambientes urbanos e incentivar o cultivo, preparo e uso de fitoterápicos.

A Educação Popular (EP) consiste em um referencial teórico-metodológico voltado aos segmentos sociais cujos saberes usualmente não são reconhecidos e valorizados. Contudo, as camadas populares são detentoras de conhecimentos potentes, que podem favorecer a formação de estudantes e profissionais comprometidos a exercer uma postura crítica-humanística em seus campos de atuação.

No que se refere às concepções da Extensão Universitária e dos princípios teórico-metodológicos da EP que enfatizam padrões de conduta, atitudes e relações sociais a partir de uma aproximação e vínculo mais fortes com os contextos locais, tal referencial se dá por meio de processos educativos voltados à emancipação dos sujeitos e à transformação social das comunidades.

Segundo Pinheiro e Carvalho (2010), a SAN é um fenômeno que reafirma a importância do diálogo intersetorial no campo da alimentação e nutrição. Em 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de SAN (LOSAN) de número 11.346 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a fim de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2006), definindo a SAN como:

[...] O acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

Esse entendimento articula o sistema alimentar em sua integralidade, abrangendo diversas dimensões a respeito da alimentação, desde o acesso a terra, água e meios de produção, até o consumo suficiente e permanente de alimentos (MACEDO *et al.*, 2009).

Nesse contexto, as hortas urbanas têm se mostrado como uma importante fermenta na geração de renda e acesso a alimento, agregando também dimensões sociais e ambientais, como a questão de criação de ambientes saudáveis, desenvolvimento de habilidades pessoais, resgate da cultura, protagonismo e participação social.

Nessa direção, o PINAB desenvolve processos mediante frentes de ações construídas de maneira compartilhada com extensionistas universitários, profissionais de saúde, residentes médicos e multiprofissionais na USF Vila Saúde, e comunitários, por meio dos espaços/grupos operativos *Fórum de SAN e Horta no Vila*.

O grupo *Horta no Vila*, frente de ação que enfatizaremos neste texto, traz em seus propósitos a promoção da SAN e de práticas saudáveis, de modo que enfatiza uma abordagem mais abrangente da questão alimentar e nutricional, contemplando outras dimensões para além dos aspectos biológicos – como o respeito à diversidade cultural –, valorizando o acesso à alimentos de procedência e qualidade cotidianamente, em

quantidade suficientes para atender às necessidades dos sujeitos e grupos, conforme as especificidades. Dessa maneira, há de se considerar os aspectos ambientais, sociais, culturais, buscando estratégias econômicas adaptadas às realidades locais e sustentáveis.

HORTA NO VILA: OS SABERES E FAZERES

A ideia de investir esforços em uma Horta na USF deu-se a partir da experiência anterior do programa, na construção da “Horta Popular Boa Esperança”, em território vinculado aos serviços ofertados pela USF Vila Saúde. Essa iniciativa aconteceu no período de 2013 a 2015, onde se vivenciou, por meio de um processo dialógico, solidário, cooperativo e coletivo, a construção de uma Horta, incluindo técnicas de manejo com o solo, equipamentos adequados e ações de promoção da saúde, no sentido de ressignificar um espaço ocioso e com uma grande quantidade de lixo.

Assim, com o término dessa iniciativa, devido a tensões e instabilidades na comunidade, o PINAB, em conjunto com as equipes da USF, encaminhou a ideia de viabilizar uma Horta nos espaços ociosos da unidade. Em março de 2016, foi iniciada a implementação da *Horta no Vila*, voltada à plantação e cultivo de fitoterápicos, para reduzir o uso excessivo de medicamentos alopáticos – como uma prática alternativa ou complementar ao tratamento de doenças –, e à produção de alimentos livre de agrotóxicos para acesso da comunidade local. Vale considerar que, embora o espaço da USF não seja extenso o suficiente para o provimento das famílias, essa iniciativa busca funcionar como um cenário pedagógico para a experimentação e partilha de práticas e processos em torno da promoção da SAN e da saúde.

Operacionalizamos as ações a partir de alguns momentos: reuniões de planejamento com os atores envolvidos, destinadas a definir a intencionalidade e objetivos do espaço, o material necessário para a implementação das atividades, a divisão de responsabilidades, os encaminhamentos e a escolha de um nome para a horta.

No que se refere às atividades práticas, houve limpeza do terreno, coleta de materiais de baixo custo e sustentáveis, confecção de material para horta suspensa, instalação de mecanismo de gotejamento e reaproveitamento da água e plantação. Aproveitamo-nos também de reuniões de formação com pessoas da comunidade que vivenciam a agricultura sob a lógica da permacultura.

Vale assinalar que o grupo de pessoas que liderou a iniciativa da *Horta no Vila* foi constituído em grande parte por estudantes dos cursos de Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Direito, Medicina e profissionais de saúde, os quais possuíam pouca ou nenhuma experiência anterior com agricultura, cultivo de hortas e fitoterapia. No entanto, movidos pelos desafios e potencialidades da atividade, levaram a ideia adiante e vivenciaram um processo de ensino-aprendizagem informal com os comunitários, buscando resgatar os conhecimentos da cultura popular de forma sistematizada, expressiva e rica de significados e sentidos.

Iniciamos o plantio com duas mudas de capim-santo doadas por uma das Agentes Comunitárias de Saúde (ACSs) da USF. Optamos por utilizar sementeiras para a germinação das sementes, no intuito de transplantá-las para os canteiros. Elas, porém, não se desenvolveram como esperávamos, talvez por nossa falta de experiência e técnica, ou por condições climáticas não favoráveis, o que nos fez buscar novos caminhos e parceiros. Articulamos a visita de um agricultor e colaborador

do programa, e assim recebemos novas mudas e nos foram apresentadas outras formas de plantio usando técnicas da permacultura, que David Holmgren define como:

[...], nem mesmo as habilidades de cultivo orgânico, a agricultura sustentável, as edificações energeticamente eficientes ou o desenvolvimento de ecovilas. Mas pode ser usada para planejar, estabelecer, manejar e aperfeiçoar esses e todos os demais esforços empreendidos por indivíduos, famílias e comunidades rumo a um futuro sustentável [...]. (HOLMGREN, 2013, p.33)

Além de nos ajudar com a formação da horta, o agricultor compartilhou suas vivências sobre a experiência com famílias agrícolas do interior da Paraíba: a forma como mantém sua renda familiar; os tipos de alimentação a partir de manejo consciente da terra; a ideologia do plantio orgânico, fazendo rotação de cultura, valorizando as estações do ano e suas especificidades para um plantio adequado e rentável, etc. Seu depoimento nos motivou a trabalhar um plantio mais parceiro dos sistemas naturais, que por si só são capazes de manter o solo fértil, plantas com alto potencial germinativo, controle de pragas e outros aspectos que tendem a ser esquecidos pelos grandes produtores rurais, os quais, para suprir grandes demandas de produção e de um maior enriquecimento, abusam no uso de agrotóxicos e fertilizantes, não respeitando uma natureza orgânica dos alimentos, o que pode gerar sérios danos à saúde dos consumidores.

O agricultor compartilhou ainda a dificuldade no acesso à água no interior do Estado e como os programas de cisternas trouxeram qualidade de vida àquelas populações locais. Ainda,

como esses homens e mulheres do brejo e sertão conseguem produzir em situações tão adversas. Enxergamos assim as possibilidades de nossas variáveis climáticas e geográficas, que poderiam advir do trabalho compromissado mediante processos colaborativos, com ênfase no “aprender fazendo”.

Na execução de nossas atividades, pensamos em quais materiais utilizar. Indo na contramão dos valores enfatizados pelo capitalismo, no qual se amplia a produção e consumo de novos materiais sem a preocupação dos danos gerados pelo descarte desses no meio ambiente, e influenciados pelas técnicas de permacultura, buscamos reaproveitar materiais encontrados na região, pensando no cuidado ecológico da área e mostrando à comunidade que essa é uma iniciativa viável economicamente.

Preparamos, então, usando pneus, os canteiros para as plantas doadas e construímos um sistema de irrigação sustentável através de gotejamento com pallets, baldes, mangueiras e cotonetes (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Horta no Vila. Destaque para o uso de pneus nos canteiros e visão geral do sistema de irrigação por gotejamento

(pallet, balde e mangueira, à esquerda da foto). Há também jardineiras verticais com garrafas pet.



Fonte: Arquivo do PINAB (2016).

Figura 2 – Mecanismo de funcionamento do sistema de irrigação. Mangueira com furos onde são inseridas hastes flexíveis com pontas de algodão para direcionar o fluxo da água.



Fonte: Arquivo do PINAB (2016).

Em parceria com a USF e uma das disciplinas do curso de medicina da UFPB, tivemos contato com pessoas estratégicas que possuíam alguma experiência ou afinidade com plantas, para que realizássemos visitas domiciliares, no intuito de divulgar a Horta e convidar para participar do grupo. Em uma dessas visitas, conhecemos uma moradora que tem um amplo quintal produtivo, onde põe em prática seus conhecimentos sobre a permacultura. Ela também é agricultora e detém um vasto conhecimento sobre as técnicas de plantio, aprimoramento de solo e propriedades terapêuticas de diversas plantas.

Na academia, aprendemos o quão valioso é o saber científico, e acostumamo-nos muitas vezes em assumir a postura de educador frente à população, mas aqui nos encontramos no papel de educando e de aprendizes da leitura do mundo e dos contextos locais.

Essa moradora é, desde então, uma parceira inestimável para o PINAB. Temos feito uma série de atividades em conjunto, seja na USF ou em sua casa, e temos elaborado um conjunto de propostas para desdobrar a experiência da *Horta no Vila*. Além de adquirirmos com ela uma diversidade de plantas, ela nos ensinou como produzir e manter um solo de qualidade por meio da construção de um minhocário e de um sistema de reciclagem de lixo orgânico, de modo que os restos alimentares e outras matérias orgânicas vão se transformando em adubo através das minhocas. Além disso, aprendemos a fazer composteiras orgânicas (Figura 3), onde utilizamos folhas, areia orgânica, adubo, resíduos de culturas e um cabo de determinada madeira com funcionalidade de termômetro natural – para que verificássemos a temperatura das camadas da composteira, no intuito de enriquecer solos pobres e fornecer condições favoráveis ao desenvolvimento (absorção de nutrientes, crescimento) das plantas (FERREIRA; BORBA; WIZNIEWSKY, 2015).

Figura 3 – Processo de construção de uma composteira orgânica na USF.



Fonte: Arquivo do PINAB (2016).

Gradativamente, a horta foi ganhando mais visibilidade, o que repercutiu em um maior fluxo de visita dos moradores da comunidade. Conforme suas singularidades foram contribuindo e participando, uns entraram apenas para ver e aprender como desenvolvemos a horta, outros ajudam no plantio ou capinação do terreno. Alguns contaram suas histórias e experiências com a agricultura, ou mesmo contribuíram compartilhando conosco as espécies que cultivavam em suas casas, para diversificar o acervo da nossa horta. Diante desses esforços, conseguimos distribuir uma significativa quantidade de mudas e ervas medicinais prontas para o uso.

A horta dispõe de cerca de quarenta e oito diferentes espécies de plantas, dentre elas: Capim Santo, Noni, Boldo

Amargo (Bordo da Terra ou Tapete de Oxalá), Guaco, Babosa, Terramicina, Folha da Costa, Arnica, Sete Dores (Hortelã Homem), Hortelã da Folha Miúda, Hortelã da Folha Grossa, Erva Cidreira, Mirra, Arruda, Artemísia, Saião Roxo, Alecrim, Menta, Urucum, Limão Galego, Melão de São Caetano, Quebra-Pedra, Malva Rosa, Chambá, Mastruz, Rabo de Raposa, Colônia, Ibisco, Pitanga, Erva Doce, Cana-da-Índia, Romã, Insulina, Vick, Língua de Sapo (Erva de Jaboti), Xanana, Jerimum, Tomate-Cereja, Milho, Cebolinha, Orégano, Pimenta, Mamão, Coentro, Coentro do Maranhão, Batata Doce e Quiabo. Dentre essas, algumas têm propriedades curativas, alimentícias ou até mesmo as duas funções.

Visto a potencialidade do cultivo de hortas em ambientes urbanos, decidimos expandir nossas atividades, levando essa iniciativa para os quintais das casas. Para isso, buscamos mapear o território e dialogar com os moradores dispostos a montar uma horta em suas residências. A intenção não consistiu na desvinculação do espaço físico da USF, de modo que manteremos os trabalhos na horta – experimentando novas formas de plantio, suprindo as demandas de fitoterápicos que tivermos na unidade e também como suporte para nossa atuação no território. A horta na USF constitui o principal disparador de processos de uma rede que envolve os usuários e trabalhadores da unidade no sentido de melhor distribuir as experiências e aprendizados voltados a aglutinar cada vez mais pessoas a essa ação de promoção social e da qualidade vida, além de promover a socialização de experiências e processos pedagógicos inovadores e criativos que podem oportunizar diversas ações.

Em um de nossos diálogos com a comunidade, encontramos a primeira usuária interessada em ter uma horta em seu ambiente domiciliar, esta possui uma casa com poucos espaços livres e com um piso completamente de concreto, e

por esse motivo duvidava que conseguiria colocar a ideia em prática. Em uma primeira visita domiciliar, escolhemos o local de implementação da horta, um espaço que funcionava como depósito de ferramentas e que ainda precisaria ser organizado para acolher sua nova finalidade. Assim, mesmo sem existência de um terreno apropriado, planejamos as estratégias que viabilizariam a construção da horta, como plantações suspensas, a utilização de jarros, ou até mesmo canteiros feitos com tijolos e pneus.

Auxiliamos nos passos iniciais, como aquisição de material, construção de canteiro, planejamento do que seria plantado e técnicas de cultivo. Aproximadamente três meses depois do início dessa atividade domiciliar, a horta está cada vez mais desenvolvida e com uma grande variedade de plantas e espécies. Continuamos acompanhando o desenvolvimento da horta e, junto com essa moradora, estamos visitando novas casas para dar continuidade no projeto das plantações domiciliares.

Figura 4 – Verificação do espaço e montagem do primeiro canteiro na casa da moradora.



Fonte: Arquivo do PINAB (2016).

Figura 5 – Modificação no espaço após algumas visitas e inserção do grupo Horta na casa da moradora parceira do projeto.



Fonte: Arquivo do PINAB (2017).

Através dessas intervenções, têm sido apoiadas iniciativas emancipatórias com vistas ao empoderamento comunitário, objetivando desvelar caminhos, saberes, práticas e aprimorar estratégias participativas do cuidado em saúde – sobretudo no que tange à vida com qualidade e dignidade, práticas saudáveis e emancipação dos sujeitos pertencentes ao território – a partir das potencialidades dos aspectos socioculturais. Ainda assim, enfrentamos algumas limitações, tais como: a tímida participação da população nas frentes de ações; dificuldades em desenvolver trabalhos junto à equipe de saúde, diante da extensa agenda desta; e a inflexibilidade do currículo acadêmico, que não prioriza as atividades de Extensão.

ALGUMAS REFLEXÕES

O aprendizado no âmbito do processo da horta, realizando a integração de informações tão diversas dentro das atividades práticas, contribui para tornar a experiência enriquecedora. Dentro de uma atividade de plantio, são favorecidas as reflexões sobre o reaproveitamento de materiais descartáveis, a importância do consumo de alimentos orgânicos, os processos de reaproveitamento de resíduos sólidos em culturas diferentes no mundo, os mecanismos de gotejamento para um melhor reaproveitamento da água, a valorização das práticas integrativas realizadas na atenção básica, entre outros. Assim sendo, tem ocorrido um debate por meio das vivências e práticas realizadas a cada encontro, demonstrando o potencial educativo das práticas interdisciplinares.

A interdisciplinaridade tem como estratégia a articulação de diferentes ramos do conhecimento em busca da compreensão e da resolução de problemas. Em um processo interdisciplinar, é importante que haja a união, a participação, o espírito de grupo, o engajamento e a ação (CRIBB, 2010). No debate que envolve a promoção da saúde e da SAN, os processos interdisciplinares são bastante enfatizados (VASCONCELOS, 2013).

Segundo Bosi (1992), a palavra cultura deriva do verbo latino “colo”. Colo significou, na língua de Roma, “*eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo*”, o que remete à vida agrária e ao cultivo. Hoje em dia, após as traduções e ressignificações, o termo adquiriu um significado ligado à moral, costumes e hábitos.

E a proposta da *Horta no Vila* vem se destacando no sentido de resgatar esses dois conceitos que um dia já estiveram intimamente ligados, que são o cultivo e a agricultura enquanto

formas de cultura e de conhecimento que devem ser repercutidos em prol da coletividade, fortalecendo a identidade comunitária.

Considerando que a estruturação dos territórios periféricos das cidades foi influenciada principalmente por um fluxo migratório do campo para a cidade, é possível observar em muitos dos moradores um expressivo conhecimento sobre técnicas de plantio e uma forte ligação com os aspectos do meio rural e agrícola. Assim, evidenciam-se na comunidade características de uma ancestralidade rural e que, por motivos diversos, não se vivencia.

Com base nisso, muitas pessoas carregam consigo um conhecimento empírico significativo, baseado em suas experiências e observações com relação aos efeitos no organismo humano do consumo deste ou daquele vegetal, e da interação desses vegetais com o solo, temperatura, água e outros aspectos importantes para sua sobrevivência. Poder dialogar com esses saberes populares foi impulsionador para nosso trabalho, pois agregou experiências que não seriam possíveis de adquirir apenas a partir de nossos estudos teóricos.

Constatamos que a horta poderia ter um papel que iria além do uso das ervas e hortaliças que plantávamos na USF, assumindo assim uma dimensão pedagógica no resgate de valores ligados a uma cultura, que, no âmbito dos grandes centros, tem sido cada vez mais esquecida e desvalorizada.

Por meio de algumas conversas informais nas atividades desenvolvidas, ouviram-se relatos do quanto era comum o cultivo de plantas medicinais nos quintais das pessoas e a transmissão desses saberes que atravessavam gerações, extrapolando as concepções predominantes na contemporaneidade, na qual existe a valorização excessiva dos medicamentos alopáticos. Sinalizava-se também o fato de que esse resgate das tradições fitoterápicas e de alguns alimentos por parte da comunidade

poderia favorecer a promoção e prevenção de alguns agravos e patologias.

A fitoterapia tem se caracterizado como uma importante prática para resgatar as relações saudáveis entre o homem e a natureza, e assim prover dela suas necessidades de saúde. Porém, a continuidade e sobrevida dessa prática tem perdido cada vez mais espaço, devido a aspectos como: a maior facilidade de acesso aos serviços da medicina moderna e as promessas de cura rápida dos medicamentos industrializados; o deslocamento da população rural para as cidades, onde se deparam com uma nova dinâmica da vida, com habitações cada vez menores dificultando a prática da agricultura e cultivo das plantas medicinais; bem como a desvalorização do conhecimento popular perante o saber científico.

Contudo, essa iniciativa desenvolvida na USF tem buscado questionar o uso abusivo dos produtos farmacológicos e o benefício das plantas a curto e longo prazo, bem como fortalecer a parceria com os profissionais desse serviço de saúde, visando valorizar a fitoterapia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Horta no Vila tem se configurado em uma estratégia possível para a promoção da saúde e da SAN, além de ser um espaço impulsionador da participação popular. As ações empreendidas nessa esfera têm despertado o interesse e curiosidade dos usuários que transitam na USF. Além desses aspectos, contribui para o aumento do consumo de hortaliças e ervas medicinais pela população, de modo que há um resgate e valorização dos saberes populares através do diálogo sobre as plantas medicinais, manutenção e conhecimento de técnicas de plantio e manejo, como também o incremento da utilização

de materiais sustentáveis. Tais iniciativas estimulam o cuidado com o espaço, a conscientização ambiental e o fortalecimento dos vínculos e do convívio social.

Considerando a periodicidade da ação de extensão e seus processos, daremos continuidade a algumas atividades, como o desenvolvimento da Horta no espaço interno da USF, hortas no ambiente domiciliar de famílias voluntárias, ações junto à comunidade e a ampliação de relações com os sujeitos com experiências ligadas à Agricultura Urbana e Periurbana, sejam eles moradores do território ou de outras áreas.

Ademais, levaremos em conta observações e perspectivas levantadas em momentos de avaliações, como também sugestões para o andamento das ações, dentre as quais o fortalecimento das visitas domiciliares, buscando estreitar os laços com a comunidade, articulando contato com os moradores/comunitários que objetivam ocupar os quintais com plantio, considerando as especificidades locais.

A promoção de vivências integrativas com a comunidade no intuito de fortalecer e estreitar vínculos, para além das frentes de ações, se apresenta também como um caminho promissor.

Além das ações citadas acima, um dos próximos passos para as atividades do Grupo é o apoio à implantação da “Feira Orgânica do Cristo Redentor”, com intuito de se estabelecer no espaço lateral à USF, articulando, junto aos seus apoiadores matriciais, a disponibilidade do espaço. A iniciativa surgiu a partir de uma moradora local e, além de desenvolver um sistema de produção e distribuição de alimentos ecologicamente corretos, contribui para a preservação do meio-ambiente e para que o homem do campo sinta-se pertencente à realidade urbana, melhorando as condições de comercialização de produtos para aqueles que já o fazem, auxiliando também na melhora de quadros de vulnerabilidade social.

A experiência da horta a partir da participação popular e da difusão de conhecimentos tradicionais oportuniza aprendizados e conhecimentos variados, dentre eles o conhecimento de conceitos científicos e de saberes populares, que pode vir a estimular futuramente a criação de material didático com orientações sobre o plantio, a manutenção e a aplicação de técnicas de manejos, estimulando, com isso, o envolvimento da USF e comunidade.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Dialética da colonização**. — São Paulo: Companhia das Letras, 1992, ISBN 85-7164-276-1.

CRIBB, S. L. S. P. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. **REMPEC - ensino, saúde e ambiente** v.3 n.1 p.42-60, 2010.

FERREIRA, A. G.; Borba, S. N. S.; Wizniewsky, J. G. A Prática Da Compostagem Para A Adubação Orgânica Pelos Agricultores Familiares De Santa Rosa/RS. **Revista eletrônica do curso de direito** - UFSM. ISSN 1981-3694. 2015.

HOLMGREN, D. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

MACEDO, D. C. *et al.* A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Revista Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, mai. 2009.

PINHEIRO, A. R. O.; Carvalho, M. F. C. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica

desigualdade social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 121-130, jan. 2010.

RIBEIRO, S. M. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da Promoção da Saúde**: a experiência do projeto colhendo sustentabilidade – EMBU das artes - SP. 2013. 237f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2013.

VASCONCELOS, A. C. C. P. **Práticas educativas em Segurança Alimentar e Nutricional**: a experiência da Estratégia Saúde da Família em João Pessoa PB. 2013. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

MAPEAMENTO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DE SÃO CARLOS – MAPEPS

Maria Waldenez de Oliveira²⁶

Aline Guerra Aquilante²⁷

Fernanda Martin Catarucci²⁸

Yashiro Yamamoto²⁹

Iraí Maria de Campos Teixeira³⁰

Caroline S. Pereira³¹

Reijane Salazar Costa³²

Renata de Cassia Gonçalves³³

Neli Aparecida Martins Sugimoto³⁴

Adilson Sanches Marques³⁵

²⁶ Professora da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Coordenadora geral do projeto.

²⁷ Professora da UFSCar. Membro da Coordenação Geral do Projeto de 2006 a 2015.

²⁸ Participante da equipe coordenadora do projeto pela Ecovila Tibá.

²⁹ Participante da equipe coordenadora do projeto pela ONG Círculo de São Francisco.

³⁰ Enfermeira. Participante da equipe coordenadora do projeto.

³¹ Estudante de Enfermagem da UFSCar. Bolsista de Extensão. Participante da equipe coordenadora do projeto e organizadora da Liga de Práticas Populares de Saúde.

³² Gerontóloga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Participante da equipe coordenadora do projeto.

³³ Dentista. Participante da equipe coordenadora do projeto.

³⁴ Técnica em Enfermagem da Unidade Saúde Escola - USE da UFSCar. Participante da equipe coordenadora do projeto.

³⁵ Participante da equipe do projeto pela ONG Círculo de São Francisco

CONTEXTUALIZANDO O PROJETO

O projeto vem sendo desenvolvido desde 2006 e foi contemplado pelo *Prêmio Victor Valla de Educação Popular e Saúde* do Ministério da Saúde em 2012, nas categorias Sistematização de Experiência (2 prêmios) e Vídeo (1º lugar).

Esse projeto foi iniciado em 2005, quando participantes de uma reunião da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS-SP) debateram a questão “como incluir as práticas populares de saúde na formação dos profissionais de saúde promovida pelas escolas, universidades e cursos técnicos?”. A proposta consistia em trazer nossa contribuição para fragilizar argumentos e raciocínios cientificistas e biomédicos, no intuito de aproximar e dialogar essas duas vertentes de forma gradativa. Para tanto, buscamos relacionar os sujeitos das práticas populares de saúde com os profissionais da área, de modo a fazer com que os conhecimentos sobre saúde construídos por eles em seus diferentes processos (populares e acadêmicos) pudessem ser compartilhados, construindo uma compreensão mais ampla e complexa para todas as pessoas envolvidas.

Nessa perspectiva, iniciamos um projeto piloto junto à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 2006, pensado no formato de oficinas para profissionais de saúde em formação. Nessas oficinas, as diversas expressões das práticas populares de saúde seriam debatidas e os seus praticantes atuariam como facilitadores juntamente com a equipe da UFSCar. Compusemos a equipe da UFSCar³⁶ com professores/pesquisadores atuantes em

36 A coordenação geral inicial do projeto em 2006 esteve a cargo das professoras Maria Waldenez de Oliveira, Aida Victoria Garcia Montrone e Valéria Oliveira Vasconcelos (a qual permaneceu até o final de 2006) e do professor Fábio Gonçalves Pinto. Ainda em 2006 ingressou a professora Aline Guerra Aquilante. De 2007 a 2012 a equipe de

um projeto de atenção à saúde que dialoga com a cultura popular. Em seguida, deparamo-nos com o questionamento: “quem eram e onde estavam os praticantes dessas práticas populares de saúde em São Carlos?”. Certamente tínhamos o conhecimento de vários deles a partir de nosso cotidiano e nossas experiências de vida. Porém, em face da falta de informação sistematizada em São Carlos sobre tais práticas, elaboramos, em 2006, o projeto de pesquisa e extensão “Mapeamento e Catalogação Inicial de Experiências de Educação Popular e Saúde de São Carlos”, com o objetivo de identificar e localizar as práticas populares e seus praticantes. Junto com estudantes do curso de Enfermagem da UFSCar realizamos estudos nessa temática que auxiliaram nos procedimentos desse levantamento.

ATIVIDADES REALIZADAS ENTRE 2006 E 2013

Após levantamento de dados, o grupo produziu, entre 2006 e 2013, catálogos com a descrição de práticas populares de saúde de 3 regiões de São Carlos. Os catálogos podem ser consultados no blog do projeto (mapeps.blogspot.com.br), na aba “Publicações”. O levantamento teve início com entrevistas aos moradores da região, os quais informaram quem eram os praticantes que procuravam quando tinham problemas de saúde e de que maneira eles poderiam ser localizados. Estes, por sua vez, foram entrevistados para a confecção do catálogo e, por fim, convidados a participar do curso de “Práticas Populares de Saúde”. Nesse período, além dos cursos, realizamos o primeiro

coordenação geral do projeto foi composta pelas professoras Maria Waldenez de Oliveira, Aida Victoria Garcia Montrone e Aline Guerra Aquilante e pelo professor Fábio Gonçalves Pinto. De 2012 a 2014, pelas professoras Maria Waldenez de Oliveira e Aline Guerra Aquilante e pelo professor Fábio Gonçalves Pinto. De 2014 a 2015 pelas professoras Maria Waldenez de Oliveira e Aline Guerra Aquilante. Em 2016 até o presente momento, pela professora Maria Waldenez de Oliveira.

Encontro de Práticas Populares de Saúde, em 2013, com o objetivo de oportunizar um espaço de debates, trocas de experiências e reflexões sobre o diálogo entre as práticas e saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos visando à qualificação do cuidado em saúde. Nele, a equipe da UFSCar conheceu equipes de 3 instituições/organizações (Tenda de Oxóssi, ONG Círculo de São Francisco e Ecovila Tibá³⁷) que ofereciam práticas populares de saúde e vieram a ser parte integrante da equipe de coordenação do projeto a partir de 2014.

Como deliberação do 1º Encontro, formou-se uma equipe para elaborar um projeto de execução das ações propostas pelos diferentes grupos de trabalho. Finalizamos os levantamentos de práticas populares nos bairros e iniciamos a segunda etapa do projeto, que vigora desde 2014, mais voltada à formação profissional e possuindo os objetivos e atividades descritos a seguir.

FINALIDADE E OBJETIVOS

O *objetivo geral* do projeto fundamenta-se na promoção da Educação Popular e Saúde - EPS por meio do diálogo e da troca entre práticas e saberes populares e técnico-científicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e da Universidade, aproximando os sujeitos da gestão, dos serviços de saúde, dos movimentos sociais populares, das práticas populares de cuidado e das instituições formadoras.

³⁷ Tenda de Oxóssi permaneceu na coordenação durante o ano de 2014. ONG Círculo São Francisco e Ecovila Tibá permanecem na equipe coordenadora do projeto até o presente momento.

Objetivos Específicos:

-Realizar ações de formação profissional para estudantes de cursos de graduação na área de saúde da Universidade Federal de São Carlos e de outras instituições formadoras de São Carlos e região;

-Realizar ações de formação de profissionais da Rede de Saúde, oferecendo vivências e reflexões sobre as práticas populares de saúde e as práticas de saúde dos serviços públicos;

-Produzir materiais para divulgação das práticas populares de saúde;

-Realizar Encontros Regionais de Práticas Populares de Saúde, envolvendo conhecimentos populares, estudantes, gestores e profissionais da região.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROJETO ENTRE 2014 ATÉ A PRESENTE DATA

a) *Oficinas de Educação Popular e Saúde*, com duração de 2 a 4 horas, ofertadas para estudantes de cursos de graduação na área de saúde de São Carlos e região.

Além da apresentação acerca da EPS, são feitas apresentações e vivências de práticas populares de saúde. Ao final da oficina, promove-se com os estudantes a reflexão “Como acolher os diferentes saberes e práticas de saúde das comunidades com as quais trabalho? Propostas: para si, para o serviço, para políticas.”

Figura 1 –Vivência de Hatha Yoga



Oficina realizada na UNESP (Botucatu/ SP, 2015)

Objetivos:

- Conhecer as contribuições dos referenciais teórico-metodológicos da EPS para a prática profissional dialogada com os diferentes saberes e práticas das pessoas das comunidades;
- Vivenciar práticas populares de saúde;
- Levantar formas diversificadas e dialógicas de atuação profissional, visando à promoção do cuidado integral à saúde do ser humano.

b) *Cursos de extensão* ou equivalente (60 horas)³⁸

O curso é oferecido a estudantes e profissionais da saúde de São Carlos e região. É realizado com a participação dos praticantes populares de saúde que oferecem aulas na UFSCar sobre suas práticas, além de acolherem os participantes em seus locais de atuação para vivências e investigação da prática. Os

³⁸ Também oferecido na modalidade ACIEPE: *Atividade Curricular de Integração Ensino-Pesquisa e Extensão*, a qual, para alunos da UFSCar, é formalizada como uma disciplina integrante de sua carga de créditos complementares a serem cursados durante a graduação.

estudantes do curso elaboram um relatório com informações e pesquisas realizadas sobre a prática que subsidiarão uma sistematização sobre a mesma e o fortalecimento de argumentos acerca da necessidade do diálogo entre os serviços de saúde e as práticas populares. Além disso, o curso propõe a atuação profissional visando à promoção do cuidado integral à saúde do ser humano.

Figura 2 – Vivência na Ecovila Tibá Curso de extensão



(Ecovila Tibá, São Carlos/SP, 2015)

Objetivo geral do curso: promover processos de Educação Popular e Saúde através do diálogo e da troca entre práticas e saberes populares e técnico-científicos.

Objetivos específicos do curso:

- Favorecer a compreensão do conceito de racionalidades médicas;
- Permitir a identificação das práticas populares de saúde levantadas em São Carlos;
- Possibilitar o conhecimento e debate acerca das Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

e de Educação Popular em Saúde no SUS, bem como outras políticas relacionadas ao cuidado integral e humanizado;

- Capacitar o estudante a elaborar propostas de diálogo da prática profissional com as práticas populares/integrativas de saúde.

c) *Espaços de Cuidado* nas Unidades de Saúde da Família ou outros espaços onde profissionais de saúde atuem ou participem, como Hospitais e outras instituições de saúde, eventos, etc. Há participação dos terapeutas da equipe do projeto. São oferecidas vivências de práticas populares de saúde para a equipe da Unidade/Instituição, sendo realizado posterior debate sobre as percepções e avaliações dos participantes acerca do diálogo entre o serviço e as práticas populares de saúde.

Figura 3 –Vivência Limpeza Energética



Espaço de Cuidado em Unidade de Saúde da Família
(Distrito de Água Vermelha, São Carlos/SP, 2015)

Sendo o espaço de cuidado uma atividade de formação profissional em Educação Popular e Saúde, sua proposta prevê dois momentos.

1º) Vivência de práticas populares de saúde (pois consideramos que esta é pedagógica: o profissional aprende sobre a terapia, vivenciando-a). Os *Espaços de Cuidado* são espaços mais voltados para a vivência do que para a explanação sobre as práticas (a atividade com explicações sobre a prática acontece na *Oficina de Educação Popular e Saúde*). A vivência também pode levar o profissional a perceber que a prática lhe beneficia, incentivando-o a participar de outras. Nesse sentido, pode-se procurar as instituições/organizações participantes do projeto, entre outros espaços disponíveis na cidade, para vivências terapêuticas. Também é possível o agendamento de vivências posteriores junto à equipe responsável pelos *Espaços de Cuidado*.

2º) Levantamento de formas diversificadas e dialógicas de atuação profissional, visando à promoção do cuidado integral à saúde do ser humano. Uma parte final (cerca de 30 minutos) é dedicada a esta segunda atividade. O profissional pode ser convidado a fazer reflexões sobre a vivência e relatar o experienciado, no entanto a segunda atividade tem o propósito de provocar os profissionais em dois sentidos:

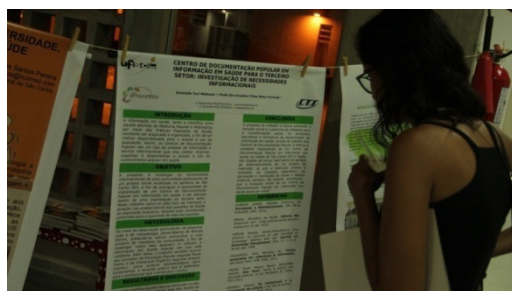
- como o cuidado nas práticas vivenciadas é percebido e de que maneira as possibilidades de diálogo entre sua prática e as práticas populares de saúde pode ser viabilizado. Isso implicaria em um conhecimento e/ou acolhimento e valorização das práticas e praticantes que atuam em nossa cidade ou mesmo naquela instituição e na Rede de Saúde, fortalecendo as práticas já existentes, de tradição. Para mais, também acarretaria em respeito e diálogo com as práticas que o usuário atendido por aqueles profissionais já utiliza (um pai de santo em um momento de benção, por exemplo, uma benzedeira, um reikiano). Pode-se propor oficinas para que esses profissionais se aprofundem na discussão.

- como os profissionais podem se valer das práticas populares de saúde, agregando-as ao seu trabalho profissional. Isso implicaria sua formação na prática na qual vê essa possibilidade. Nesse sentido, há espaços de formação, oficinas curtas de práticas ou mesmo cursos em uma prática específica oferecidos tanto pela ONG Círculo de São Francisco e pela Ecovila Tibá quanto por outros espaços formativos da cidade. Da mesma forma, pode-se pensar em oficinas para que essa discussão se aprofunde com esses profissionais.

Em alguns *Espaços de Cuidado*, quando a duração costuma ser mais curta (por vezes, dispõe-se de apenas 1 hora), a segunda atividade passa a ser realizada em outro momento. Nesses casos, procura-se promover outro encontro em outro dia, para que a equipe ou um membro dela retorne para fazer o diálogo com os profissionais. Ainda nesses espaços, reafirmamos a importância dessa reflexão e, ainda que a vivência tenha caráter de experiência, é nossa intenção problematizá-la quanto ao motivo de ela não fazer parte da formação dos profissionais nem estarem presentes na Rede de Saúde e no cotidiano deles.

d) *Encontro de Práticas Populares de Saúde*

Figura 4 - Visita aos pôsteres no Encontro



Este Encontro tem como objetivos:

- Estimular processos de Educação Popular e Saúde através do diálogo e da troca entre práticas e saberes populares e técnico-científicos no âmbito do SUS, aproximando os sujeitos da gestão, dos serviços de saúde, dos movimentos sociais populares, das práticas populares de cuidado e das instituições formadoras;

- Propiciar o compartilhamento de experiências originárias do saber, da cultura e das tradições populares que atuam na dimensão do cuidado;

- Favorecer a compreensão do conceito de racionalidades médicas;

- Debater possibilidades de implementação no SUS das Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde e de Educação Popular em Saúde e contribuir com a formação de profissionais de saúde no âmbito dessas políticas.

O público do encontro de São Carlos e região envolve praticantes populares de saúde; estudantes de cursos de nível médio e superior em Saúde; profissionais da área de Saúde e afins; gestores de serviços de Saúde e de instituições formadoras na área da Saúde e interessados no assunto.

e) Produção de materiais para *divulgação das práticas populares de saúde*

Produção de vídeos e folders contendo as atividades do projeto, descrição das práticas e dos espaços oferecidos. Assim, são divulgados os resultados científicos da eficácia dos mesmos, além de outros temas relacionados.

ÁREA GEOGRÁFICA E INSTITUCIONAL DE ATUAÇÃO

O projeto desenvolve-se na cidade de São Carlos e Região, sendo profissionais formados ou em formação o seu público-alvo. É vinculado institucionalmente como projeto de

extensão da Universidade Federal de São Carlos e tem na equipe organizadora, além da UFSCar, a ONG Círculo de São Francisco e a Ecovila Tibá.

A ONG Círculo São Francisco-Instituto de Animagogia, foi criada em 2003. A mesma mantém um centro de referência comunitária em tratamentos naturais, integrativos, complementares e populares, que são oferecidos gratuitamente, a fim de torná-los populares. Lá, também são oferecidas diversas práticas, tais como: Hatha Yoga, Terapias Florais, Atendimento Bioenergético (Terapia Vibracional Integrativa – TVI), Apometria, dentre outras.

Já a Ecovila Tibá surge com o propósito de favorecer o bem-estar, o convívio humano, a edificação coletiva do conhecimento e o respeito ao meio ambiente a partir do estabelecimento de uma comunidade de amigos que compartilham a vida em um lugar comum, crescendo na diversidade e experienciando os princípios éticos da Permacultura³⁹. Oferece diversas práticas, tais como: Alimentação orgânica e desintoxicante, Fitoterapia e Florais, Massoterapia (shiatsu, ayurvédica, sueca, reflexologia), Medicina Chinesa (acupuntura, auriculoterapia, moxabustão), Reiki e Cromoterapia, Práticas Corporais (Yoga e Chi Kung), dentre outras.

O MAPEPS atua, majoritariamente, no município de São Carlos-SP, que possuía, em 2016, uma população estimada de 243.765 habitantes.

A rede de saúde de São Carlos é composta na Atenção Básica (AB) por 12 Unidades Básicas de Saúde tradicionais (UBS) e 22 Equipes de Saúde da Família (ESF). A atenção

39 Permacultura: Sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza, descrita por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970. Possui três princípios éticos: cuidar da terra, cuidar das pessoas e partilhar excedentes; e doze princípios de planejamento que são baseados na observação da ecologia e da forma sustentável de interação, produção e de vida das populações tradicionais trabalhando a favor da natureza (HOLMGREN, 2013).

especializada é constituída por um Centro de Especialidades médicas; 3 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo CAPS ad, CAPS mental e CAPSi; 1 Ambulatório Oncológico; 1 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e 1 Centro Ambulatorial de Infecções Crônicas (CAIC). Possui ainda em sua estrutura, Vigilância Epidemiológica (VIGEP), Vigilância Sanitária (VISAM), 3 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e conta também com apoio de 2 Hospitais, sendo a Santa Casa de Misericórdia de São Carlos com a Maternidade Maria Jacinta Cintra Silva e o Hospital Universitário vinculado à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Também faz parte da rede municipal de saúde a USE - Unidade Saúde Escola da UFSCar (que tem convênio com o município e atende ao SUS).

Em sua organização, a Secretaria Municipal de Saúde é dividida em 5 regiões de Saúde geograficamente delimitadas, denominadas Administrações Regionais de Saúde (ARES). Em relação às Redes de Atenção à Saúde, o município integra o Departamento Regional de Saúde III (DRS III-Araraquara), que está inserido na Rede Regional de Atenção à Saúde - RRAS 13.

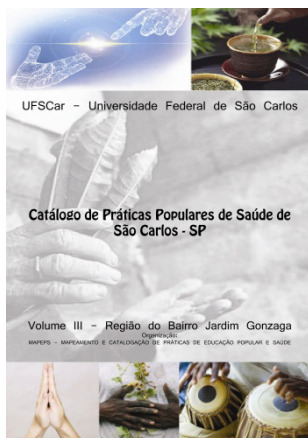
PÚBLICO PARTICIPANTE

Todas as atividades foram planejadas e são realizadas pela equipe organizadora do projeto indicada acima.

Além dessa equipe, participam do projeto estudantes de cursos de graduação em Enfermagem e Terapia Ocupacional e da pós-graduação em Educação da UFSCar, servidores técnico-administrativos da área da saúde da UFSCar e profissionais de saúde.

RESULTADOS - PERÍODO DE 2006 A 2013:

Figura 5- Catálogo de Práticas Populares de Saúde



1) *Levantamento das práticas populares de saúde* por região de São Carlos: Foram realizados 3 levantamentos. Entrevistamos mais de 150 moradores e cerca de 20 profissionais de saúde de 4 equipes de Saúde da Família dessas regiões;

2) *Confecção de catálogo* com a descrição dessas práticas: Foram produzidos 3 volumes do catálogo, descrevendo 53 práticas populares de saúde. O catálogo pode ser acessado no blog (mapeps.blogspot.com.br), na aba de “Publicações”;

3) *Formação profissional* para promover o diálogo entre essas práticas e os serviços de saúde: Foram realizadas 5 edições anuais de curso de Extensão “Práticas Populares de Saúde” na Universidade Federal de São Carlos, com 150 concluintes, dentre docentes da UFSCar, residentes, professores de Educação Física, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, agentes comunitários, biólogos, dentistas, psicólogos, nutricionistas,

médica veterinária e estudantes (de graduação e pós graduação) de Enfermagem, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Medicina, Psicologia, Gerontologia, Ciências Sociais, Ciências Biológicas e Educação Física.

4) *Realização do I Encontro de Práticas Populares de Saúde*, ocorrido na Universidade Federal de São Carlos, em 2013, com participação de 79 pessoas da região de São Carlos, com apresentação de 10 trabalhos e oficinas com 3 práticas populares de saúde: umbanda, yoga e erveira.

RESULTADOS - PERÍODO DE 2014 A 2016

1) Cursos de extensão ou equivalente (60 horas): Foram realizados 3 cursos, dos quais participaram 29 pessoas, dentre alunos da graduação e profissionais da área da saúde e estudantes de pós-graduação da área da saúde. As vivências realizadas pelos estudantes do curso na ONG Círculo de São Francisco foram de Terapia Vibracional Integrativa, Apometria, Meditação e Yoga; e, na EcovilaTibá, de Yoga e Permacultura.

2) Oficinas de Educação Popular e Saúde para os cursos de graduação na área de saúde de São Carlos e região: Participaram das 7 oficinas realizadas cerca de 180 estudantes de cursos de Enfermagem, Medicina e Psicologia, envolvendo universidades públicas de Piracicaba, São Carlos e Botucatu. A programação das oficinas incluiu um debate sobre políticas públicas, vivências de práticas populares de saúde e grupos de trabalho para construir propostas a curto, médio e longo prazo a serem implementadas com o envolvimento dos próprios participantes.

3) Promoção de *Espaços de Cuidado* para profissionais de saúde com participação dos praticantes de saúde popular da equipe do projeto:

3.1. Realização de um Espaço de Cuidado em uma Unidade de Saúde da Família, no Hospital Santa Casa de São Carlos e na Unidade Saúde-Escola da UFSCar, com participação de 30 profissionais de saúde, onde foram ofertadas vivências de Terapia Vibracional Integrativa, Massoterapia, Constelação Familiar, Reiki, Acupuntura/Auriculoterapia, Limpeza Energética e Yoga.

3.2. Realização de 5 Espaços de Cuidado durante a 2ª Semana de Fitoterapia de São Carlos, com participação de 47 pessoas, onde foram vivenciadas Terapia Vibracional Integrativa, Terapia Crânio Sacral, Arteterapia, Auriculoterapia.

3.3. Realização de 13 Espaços de Cuidados durante a Tenda Paulo Freire, organizada e implementada pelo MAPEPS, durante o 14º Congresso Paulista de Saúde Pública, realizado na cidade de São Carlos, na UFSCar, com participação de 67 pessoas de várias cidades do Estado de São Paulo. Os Espaços de Cuidado ofereceram vivências de: Arteterapia, Permacultura, Terapia Floral, Cone Hindu, Musicoterapia, Mandalas. Terapia Vibracional Integrativa, Meditação, Práticas orientais de saúde e respiração abdominal.

4) Produção de materiais para divulgação das práticas populares de saúde: Produção de dois folderes (1500 exemplares de cada um) e dois vídeos com as informações sobre a ONG Círculo de São Francisco e sobre a Ecovila Tibá. Os materiais de divulgação continham detalhes acerca do histórico, objetivos, atividades e práticas de saúde realizadas nesses espaços. Os vídeos foram disponibilizados no youtube. Eles podem ser acessados no blog do projeto (mapeps.blogspot.com.br), na aba “Vídeos”, ou pelo Youtube. Os títulos e uma pequena descrição dos vídeos encontram-se ao final deste artigo.

Elaborou-se um caderno síntese do projeto contendo seu histórico, objetivos, descrição das atividades “Curso de

Extensão”, “Oficinas de Educação Popular e Saúde”, “Espaços de Cuidados de Educação Popular e Saúde” e “Encontro Regional de Práticas Populares de Saúde”. O conteúdo do caderno pode ser acessado no blog do projeto (mapeps.blogspot.com.br), na aba “Atividades”.

5) Realização do II Encontro de Práticas Populares de Saúde, envolvendo práticas populares, estudantes, gestores, profissionais da região de São Carlos: Realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2015. Teve participação de 88 pessoas (52 estudantes e 36 profissionais) vindas de São Carlos e de 11 outras cidades da região. Neste encontro ocorreram:

5.1. Apresentação de 16 trabalhos que trouxeram a perspectiva das práticas populares de saúde e a contribuição dos mesmos para o diálogo das práticas com o Sistema Único de Saúde;

5.2. Realização de 3 conferências sobre eficácia das práticas populares de saúde: a) “Eficácia do uso de plantas medicinais no cuidado à saúde”, pela Profa. Dra. Verena Bartkowiak de Oliveira, UFMG; b) “Mindfulness e Promoção da Saúde”, pelo Prof. Dr. Marcelo Piva, UNIFESP; c) “Efeitos da prática do Reiki sobre o ser biopsicossocial e sua qualidade de vida: a ciência investigando a tradição”, pelo Prof. Dr. Ricardo Monezi Julião de Oliveira, PUC- São Paulo.

5.3. Realização de 6 vivências de práticas populares de saúde: Chi kung, Terapia Vibracional Integrativa, Automassagem para Diagnóstico do Corpo, Yoga Tibetana e Limpeza Energética.

Além dos anais do encontro, com os trabalhos apresentados, foram editados vídeos de cada conferência (descritos ao final deste artigo), disponibilizados no blog do projeto (mapeps.blogspot.com.br) e no You Tube.

Ao final, foram feitos grupos de trabalho para discutir a questão “como acolher os diferentes saberes e práticas de

saúde das comunidades com as quais trabalho? Propostas: para si, para o serviço, para políticas, a curto, médio e longo prazo e exequíveis”, com o envolvimento dos próprios participantes.

6) *Outras ações de formação*: Realização de Rodas de Conversa durante a Tenda Paulo Freire (durante o 14º Congresso Paulista de Saúde Pública realizado em São Carlos), nas temáticas de “Projeto político popular de saúde: cuidar da saúde, defender a vida”, com participação de 21 pessoas; “Participação popular na gestão em saúde”, com participação de 38 pessoas e “Espaços de cuidado como espaços de formação, de cuidado com o outro e com a terra, de um transformar-se interno”, com participação de 20 pessoas.

PERSPECTIVAS

Um desdobramento importante do projeto foi o contato com o grupo que articulava iniciativas políticas para a implementação, em São Carlos, da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Quando nos reunimos com esse grupo e apresentamos a Política Nacional de Educação Popular e Saúde no SUS (PNEPS), ficou claro que esta política de EPS articulava e ampliava a política que aquele grupo estava intencionando para as Práticas Integrativas e Complementares (PICs). Constatamos que as duas políticas se fortaleciam. Fizemos um Fórum de PICs e EPS, no qual se formou uma comissão para a redação da *Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares e de Educação Popular e Saúde* (PMPICEPS) de São Carlos e para articular com o Conselho Municipal e Secretaria Municipal de Saúde bem como com a Prefeitura Municipal. Tivemos assessoria dos departamentos do Ministério da Saúde responsáveis por cada uma das duas Políticas. Tais departamentos enviaram representantes para o

Fórum, que, além de participarem dos debates, assessoram a elaboração de uma minuta de projeto de Lei da PMPICEPS, ou seja, de uma Política Municipal que incluía as duas Políticas, de PICs e de EPS. Nessa mesma direção, tivemos a assessoria jurídica da Câmara Municipal, além de diálogos com o prefeito, com o Secretário de Saúde, com o presidente do Conselho Municipal de Saúde e com as unidades de saúde.

A minuta foi aprovada em fevereiro de 2016, no Conselho Municipal de Saúde. Em janeiro de 2017, o Secretário de Saúde, já na nova gestão do município, além de encaminhar tal minuta para apreciação do Legislativo, formou um comitê para implantação de um projeto piloto para 2017, visando à inclusão das PICs e da EPS no SUS, em São Carlos, do qual o MAPEPS faz parte, cuidando, sobretudo, da frente de formação profissional e das articulações intergestores.

O MAPEPS também articulou a vinda de uma turma do *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde-EDPOPSUS* para São Carlos, uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. O objetivo do curso é contribuir com a implantação da PNEPS-SUS, promovendo a qualificação da prática educativa de profissionais e lideranças comunitárias que atuam em territórios com cobertura da Atenção Básica do SUS. O curso é oferecido majoritariamente para agentes comunitários de saúde. Também participam outros 28 profissionais e pessoas da área de saúde. Duas pessoas da equipe de coordenação do MAPEPS são as educadoras neste curso, além da coordenadora geral do MAPEPS ser também coordenadora dessa formação no município. Percebe-se que a trajetória de 11 anos do MAPEPS construiu um terreno para a educação permanente dos profissionais de saúde, atendendo

uma das proposições dos Encontros de Práticas Populares de Saúde realizados.

Acreditamos que um dos desafios para o projeto, que tem seu foco na formação profissional, é a inserção da temática da Educação Popular e Saúde e, portanto, das Práticas Populares de Saúde, de forma mais consolidada na grade curricular dos cursos da área de Saúde e na formação permanente na Rede de Saúde do município. No momento, temos essa frente concretizada no Curso de Medicina, com Oficinas formalizadas e de caráter obrigatório na grade curricular. Esse desafio já estava expresso pelos grupos de trabalho desde o 1º Encontro de Práticas Populares de Saúde, em 2013, e foi recolocado no 2º Encontro, em 2015. Ele diz respeito à implantação da PNIPIC e da PNEPS no município, o que implicaria também na inserção de ambas e da realização das ações nelas previstas no Sistema de Saúde e nas instituições formadoras.

Em relação ao Sistema de Saúde do Município, a recente aprovação pela Comissão Intergestores Tripartite do Plano Operativo da PNEPS (Resolução no. 11, de 17 de janeiro de 2017), bem como a recente publicação da Portaria da implementação de PICs no SUS, incluindo outras práticas além das previstas originalmente na PNIPIC (Portaria 145, da Secretaria de Atenção à Saúde, de 11 de janeiro de 2017), dá-nos amparo legal para argumentar pela sua implementação no município e nas instituições formadoras. A equipe do MAPEPS e da comissão municipal responsável por tais processos espelha a diversidade de espaços, instituições, movimentos e pessoas que, articuladas, poderão levar essa diversidade também na formação e na implementação das Políticas. O projeto piloto indicado acima, bem como a aprovação da Lei Municipal, prevista para este ano de 2017, que instituiu *Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares e de Educação Popular e Saúde*, serão importantes iniciativas para sustentar a implementação de ambas no município, incluindo a

educação permanente dos profissionais. Quanto às instituições formadoras, permanece o desafio. Algumas iniciativas, como a Liga de Práticas Populares de Saúde, os cursos de Extensão, as oficinas incluídas formalmente no Curso de Medicina, o envolvimento de professor do curso técnico de Enfermagem nas atividades do MAPEPS, indicam que estamos progredindo na formação. Espera-se que os resultados obtidos, assim como esse contexto nacional e municipal, nos forneçam argumentos para a inserção das temáticas das PICs e EPS em outros cursos de formação profissional.

Em relação a outros desafios colocados pelos participantes dos Encontros para o MAPEPS, temos os de realizar estudos transversais, tanto para avaliação de práticas profissionais quanto para avaliação da utilização de práticas populares de saúde pelos usuários; divulgar as práticas populares através de feiras, encontros em unidades de saúde na comunidade; sistematizar estratégias e divulgar ações do projeto; criar/planejar/implementar políticas públicas e programas; possibilitar a interseção dos serviços; integrar ensino-serviço-comunidade com vivências, rodas de conversa e encontros na comunidade; proporcionar e registrar diálogos com gestores de unidades de saúde. Logo, é necessário que se respeite a autonomia e haja o diálogo entre as PICs, a EPS, as práticas tradicionais e os sistemas de saúde e de formação profissional presentes no município.

Nestes 11 anos de projeto, empenhamo-nos no sentido de dar visibilidade às práticas populares de saúde, de ampliar a formação profissional e de propiciar inspiração e incentivo à pesquisa (são 4 Trabalhos de Iniciação Científica e um mestrado relacionados ao projeto, além de relatórios e artigos publicados). Percebemos que o desafio do projeto é o mesmo que se coloca como horizonte para a Educação Popular e Saúde, ou seja, realizar a práxis do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os conhecimentos populares, a ancestralidade, o

incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS. Temos duas percepções claras quanto a esse horizonte: a primeira é que avançamos em sua consecução e a segunda é que ainda há muito a avançar.

VÍDEOS PRODUZIDOS PELO MAPEPS

Os vídeos podem ser acessados no blog do projeto (mapeps.blogspot.com.br), na aba “Vídeos” ou pelo Youtube.

Video “MAPEPS - sistematização das atividades”:

O vídeo sistematiza as atividades formativas realizadas em 2015: Curso, Oficinas, Fórum, Espaços de Cuidado, Tenda Paulo Freire, Encontro. As atividades tiveram como objetivo oferecer aos estudantes e profissionais de saúde a troca de experiência entre práticas e saberes populares e técnico-científicos no âmbito do SUS e da Universidade, aproximando os sujeitos da gestão, dos serviços de saúde, dos movimentos sociais populares, das práticas populares de cuidado e das instituições formadoras.

Vídeos das Conferências ocorridas no Encontro de Práticas Populares de Saúde:

Práticas Populares e Educação Popular e Saúde – Plantas Medicinais

Palestra sobre “Eficácia do uso de plantas medicinais no cuidado à saúde”, ministrada no Encontro de Práticas Populares de Saúde, ocorrido em São Carlos (SP), 2015, e promovido

pelo MAPEPS. Palestrante: Verena Bartkowiak de Oliveira, Nutricionista, Mestre e Doutoranda em Ciência de Alimentos pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, Pesquisadora do Centro Especializado em Plantas Aromáticas, Medicinais e Tóxicas da UFMG.

Práticas Populares e Educação Popular e Saúde – Mindfulness

Palestra sobre “Mindfulness e Promoção da Saúde”, ministrada no Encontro de Práticas Populares de Saúde, ocorrido em São Carlos (SP), 2015, promovido pelo MAPEPS. Palestrante: Marcelo Marcos Piva Demarzo, Professor da Universidade Federal de São Paulo, Médico, Doutor em Patologia pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Mindfulness e Promoção da Saúde pela Universidad de Zaragoza, Espanha. Coordenador do “Mente Aberta” - Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção da Saúde (www.mindfulnessbrasil.com). Pesquisador colaborador na Universidade de São Paulo e nas Universidades de Zaragoza e Valencia (Espanha), e Harvard University (EUA).

Práticas Populares e Educação Popular e Saúde – Reiki

Palestra sobre “Efeitos da prática do Reiki sobre o ser biopsicossocial e sua qualidade de vida: a ciência investigando a tradição”, ministrada no Encontro de Práticas Populares de Saúde, ocorrido em São Carlos (SP), 2015, promovido pelo MAPEPS. Palestrante: Ricardo Monezi Julião de Oliveira, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Biólogo, Mestre em Ciências (Fisiopatologia Experimental) pela Universidade de São Paulo e Doutor em Ciências (Psicobiologia/Medicina Comportamental) pela Universidade Federal de São

Paulo, Pesquisador da Unidade de Medicina Comportamental e do Núcleo de Medicina e Práticas Integrativas do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia.

Vídeos sobre as práticas desenvolvidas pela Ecovila Tibá e ONG Círculo de São Francisco

Práticas Populares e Educação Popular e Saúde – São Carlos (SP) ECOVILA TIBÁ/MAPEPS

A Ecovila Tibá, São Carlos (SP), é uma comunidade rural de amigos que busca na vida comunitária crescer na diversidade e experienciar os princípios da permacultura: respeito com a Terra, cuidado com as pessoas e partilha dos excedentes (ecovilatiba.org.br). O vídeo mostra os valores, objetivos e atividades da Ecovila Tibá.

Práticas Populares e Educação Popular e Saúde – São Carlos (SP) - ONG CÍRCULO DE SÃO FRANCISCO/MAPEPS

Desde 2003, atua no atendimento da população com práticas naturais, complementares, integrativas e populares. Também oferece capacitação para interessados em aprender e utilizar essas práticas terapêuticas: homospiritualis.blogspot.com.br. O vídeo mostra os princípios, objetivos e práticas terapêuticas da ONG Círculo de São Francisco.

REFERÊNCIAS

HOLMGREN, D. **Permacultura**: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 416p

EXPERIÊNCIAS DA PRIMEIRA ETAPA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: AS CONQUISTAS, LACUNAS E OS SONHOS PARA O FUTURO

Talita Cardoso Rossi⁴⁰

Iraí Maria de Campos Teixeira⁴¹

Thabata Koester Weber⁴²

Uma atuação assertiva de profissionais nutricionistas se faz cada vez mais necessária em face dos elevados índices de deficiências nutricionais (FAO, 2015), da crescente incidência de doenças crônicas não transmissíveis na população, para as quais a alimentação desempenha papel determinante (WHO, 2003), e da mudança de padrão alimentar observada no Brasil e em todo o mundo, com predomínio do consumo de produtos ultraprocessados em detrimento do consumo de alimentos in natura (BRASIL, 2014).

⁴⁰ Graduanda em Nutrição pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Botucatu. Aluna do Projeto de Extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde.

⁴¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Pesquisadora da Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos. Colaboradora do projeto de extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde.

⁴² Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Botucatu, Coordenadora do Projeto de Extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde.

Sabe-se que as escolhas alimentares são influenciadas por diversos fatores. Nas crianças, em especial, os pais e a comunidade em que estão inseridas podem atuar como determinantes dessas escolhas (ASSIS & NAHAS, 1999, NETO & MELO, 2013). Visto que a infância é uma fase importante para a aquisição e desenvolvimento de hábitos benéficos, a educação nutricional na idade escolar pode ser uma forte aliada para a consolidação de um comportamento alimentar saudável que poderá, inclusive, ser levado para a vida adulta (PASSOS et al., 2015). O contrário também pode ser observado: crianças com maus hábitos alimentares podem ter maior probabilidade de reproduzir esse padrão durante a vida adulta, permitindo até mesmo o desenvolvimento de doenças crônicas (MIKKILA et al., 2004).

Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), proposta como estratégia para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) (BRASIL, 2013), apresenta-se como uma possível ferramenta, que, no entanto, exige tempo, persistência e motivação por parte dos educadores para a obtenção de resultados positivos (DEMINICE, 2007). A PAAS é percebida como uma estratégia de promoção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pois representa uma possibilidade de focar os aspectos que determinam os processos de saúde-doença em sua integralidade. Porém, para garantir que as ações de PAAS e EAN sejam efetivas, é necessário reconhecer a importância do diálogo entre os profissionais da saúde e a população, com o objetivo de trabalhar com foco na problematização da realidade local, levando em consideração as desigualdades sociais que, muitas vezes, interferem no direito universal à alimentação (BRASIL, 2013).

Apesar de inserida como disciplina obrigatória no currículo de diversos cursos de Nutrição em nível superior no

Brasil, a proposta apresentada para a EAN muitas vezes não leva em conta as verdadeiras necessidades locais, podendo reproduzir o enfoque majoritariamente flexneriano⁴³ dos cursos da área da saúde, o qual é pautado em um modelo biomédico, onde predominam as aulas teóricas e privilegia-se o acúmulo de conhecimentos fragmentados e especializados. A reprodução desse modelo de ensino acaba resultando em intervenções nutricionais, onde o profissional e o estudante se colocam no lugar de detentor do conhecimento científico, utilizando dados estatísticos para convencer o interlocutor a mudar seus hábitos alimentares (LIMA *et al.*, 2003; SOARES & AGUIAR 2010; CRUZ *et al.*, 2014). Dessa maneira, não oferece propostas efetivas para verdadeiras transformações individuais e coletivas, resultando em pouca interação do conhecimento científico com o popular e sem uma percepção das dimensões cultural e social como determinantes dos hábitos alimentares (BRASIL, 2013).

Dentro da proposta de promoção da saúde, contemplada pela Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2012), a extensão popular e a Educação Popular em Saúde (EPS) no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) têm se mostrado ferramentas em potencial, uma vez que colocam o indivíduo como protagonista de seu próprio processo de saúde-doença. Essa proposta visa resgatar o senso de solidariedade, cooperação e respeito mútuo, bem como valorizar as práticas populares alimentares e de saúde, as quais tendem a enxergar o ser em sua totalidade, em contraponto ao modelo de saúde vigente. Neste sentido, a EPS cria espaços de troca entre saberes populares e científicos, valorizando ambos os campos

43 Enfoque flexneriano: refere-se à reforma curricular das escolas médicas americanas a partir do relatório de Abraham Flexner em 1910, fragmentando o processo de aprendizagem em um ciclo básico e um ciclo profissional. Essa perspectiva não favorece a compreensão dos processos saúde-doença dos seres humanos em sua integralidade.

de conhecimento, com o objetivo de buscar soluções para os problemas sociais do Brasil de maneira conjunta (WEITZMAN, 2008; CRUZ et al., 2014).

Nessa perspectiva, este relato objetiva sistematizar as experiências vivenciadas por estudantes do curso de graduação em Nutrição de uma universidade do interior de São Paulo, que participaram da criação e execução da primeira etapa de um projeto de Educação Popular em Saúde.

Objetivos

Sistematizar as experiências vivenciadas por estudantes do curso de Nutrição de uma Universidade pública do interior de São Paulo, participantes da criação e execução da primeira etapa de um projeto de extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde.

A PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO DE EXTENSÃO EM NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

A ideia do Projeto de Extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde (NEPS) nasceu em maio de 2016, a partir do convite de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I (EMEFI), no município de Botucatu, interior do Estado de São Paulo. Em um primeiro momento, a escola abordou os estudantes do curso de Nutrição da Universidade Estadual Paulista no mesmo município, com o pedido de que o tema da alimentação saudável fosse debatido com os educandos do 1º ao 5º ano, no contraturno das atividades curriculares. A escola atende a 167 educandos, tem 20 funcionários e funciona em regime de período integral. Desde então, 19 graduandos passaram a se reunir semanalmente, pesquisando formas mais

significativas para a troca de conhecimentos e pesquisando subsídios teóricos e práticos para a realização de ações na EMEFI.

Na busca de processos educativos participativos e dialógicos, que fossem construídos a partir da realidade e das necessidades de todas as partes envolvidas e que tivesse como objetivo genuíno a transformação da realidade e superação de injustiças sociais, o grupo entrou em contato com a Educação Popular em Saúde e, imediatamente, identificou nos princípios de construção coletiva, amorosidade, diálogo, participação popular e problematização da realidade (BRASIL, 2012), caminhos para a obtenção dos resultados desejados, passando a estudar formas de se familiarizar com as estratégias e conteúdos dessa proposta pedagógica. Durante as reuniões semanais, com duração de aproximadamente 2 horas cada, foram debatidos temas pertinentes aos conceitos fundamentais da EPS, utilizando como referencial teórico-metodológico outros projetos e iniciativas com abordagens similares (CRUZ et al., 2014), bem como a institucionalização, escolha de abordagem para gestão e objetivos do grupo.

Todas as decisões foram tomadas em consenso e, até o presente momento, o grupo se organizou de forma horizontal, levando a opinião de todos os integrantes em consideração para a tomada de decisões. Por se tratar do primeiro projeto com essa abordagem do qual temos conhecimento em nossa instituição, não houve, nesse primeiro momento, referenciais práticos ou contribuições de pessoas com experiência sobre o tema para auxiliar o grupo em sua estruturação. Sendo assim, as conversas figuraram predominantemente em torno da criação de vínculo e da identidade grupal dos extensionistas, através de dinâmicas com partilhas de sentimentos, desejos e objetivos, da elaboração do nome, logomarca e identidade visual do projeto,

do estudo de propostas de intervenção na EMEFI, através da leitura individual de livros sobre o tema e da criação de um regimento interno, estruturando o grupo na perspectiva da gestão participativa. Como resultado desse intenso trabalho, no segundo semestre do mesmo ano, o grupo foi oficializado na Universidade, através da elaboração do presente Projeto de Extensão.

Além das discussões detalhadas anteriormente, uma atividade pontualmente desenvolvida pelo grupo durante o semestre, a pedido de uma educadora da escola municipal, foi a participação em uma feira cultural promovida pela EMEFI, com a realização de jogos e brincadeiras na temática da alimentação saudável, utilizando recursos como vídeos educativos e dinâmicas de grupo para trazer uma maior compreensão sobre a pirâmide alimentar. Esse foi o primeiro contato dos extensionistas com os educandos da EMEFI, não sendo possível naquele momento, por falta de conhecimento e experiência, adotar práticas de EPS para a elaboração das atividades. O objetivo principal dessa atividade foi o reconhecimento do território e a criação de vínculos entre os integrantes do projeto e a comunidade escolar.

Próximo ao término do ano letivo de 2016, o grupo de extensionistas, sentindo a necessidade de aprofundar os conceitos e princípios pedagógicos do referencial teórico adotado, visando à realização do planejamento das atividades do semestre seguinte, e na perspectiva de se preparar para a realização da primeira intervenção de EPS no território, articulou, juntamente com uma Organização Não Governamental (ONG) local, a realização de um curso introdutório de formação para o grupo, com enfoque em Educação Popular. Mais detalhes sobre a estrutura e objetivos desse curso serão abordados na sessão a seguir.

A REALIZAÇÃO DO CURSO INTRODUTÓRIO EM EDUCAÇÃO POPULAR

De início, um curso de Educação Popular foi ofertado para a comunidade acadêmica e outros setores da sociedade através da divulgação de um panfleto em redes sociais. Se inscreveram 17 estudantes do primeiro ao quarto ano do curso de Nutrição, todos integrantes do Projeto de Extensão NEPS. O curso totalizou 24 horas e foi composto por uma parte teórico-prática, oferecida tanto nas facilidades da universidade quanto em uma ONG parceira do projeto, e uma parte prática, realizada na referida Escola Municipal de Ensino Fundamental I. O conteúdo do curso foi organizado por uma psicóloga e agroecóloga, com experiência prévia em Educação Popular, abrangendo a elaboração e execução de projetos em comunidades. A escolha dos temas foi debatida e consensuada previamente com o grupo de extensionistas, os quais participaram ativamente na construção do curso.

Como existia uma urgência por parte dos extensionistas e da comunidade escolar para a realização das intervenções de EPS no território, o conteúdo teórico do curso foi estruturado de maneira a informar e embasar as ações que seriam desenvolvidas durante a parte prática do mesmo curso, uma vez que o grupo ainda não dispunha das ferramentas e experiências em extensão popular, necessárias para a realização do trabalho de campo. Dessa forma, o curso funcionou como um laboratório de desenvolvimento e aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos simultaneamente, na perspectiva de iniciar uma atividade de diagnóstico participativo com a comunidade escolar, o qual informaria o planejamento de atividades do semestre seguinte.

No que se referiu à parte teórica, as temáticas abordadas nas conversas formativas foram as seguintes:

Introdução à Educação Popular: construção coletiva do conceito de Educação Popular, introdução ao trabalho de Paulo Freire, Educação Popular X Educação Bancária, dinâmica em grupo com o objetivo de aprender a ensinar;

O Diagnóstico Participativo: projeção de um documentário sobre o tema, leitura e discussão de textos, introdução à Investigação Ação Participativa, técnicas para realização de diagnóstico participativo.

Além disso, foram realizadas duas oficinas para planejamento das intervenções no território, nas quais os extensionistas inscritos no curso participaram ativamente.

Na primeira oficina, os participantes foram estimulados a pensar criticamente sobre uma abordagem participativa de diagnóstico através de dinâmicas de grupos e elaboraram, juntamente com a educadora do curso introdutório, duas ações de diagnóstico participativo a serem realizadas com os educandos e com os educadores da EMEFI, para uma melhor compreensão dos hábitos alimentares e das demandas a respeito do tema da alimentação na comunidade escolar.

As atividades de diagnóstico planejadas foram desenvolvidas em dois momentos distintos e estão descritas a seguir:

Ação com 120 educandos do 1º ao 5º ano da escola municipal: realização de uma dinâmica onde cada sala foi dividida em pequenos grupos de 6 educandos, os quais foram então convidados a desenhar uma linha do tempo e preenchê-la com ilustrações, traçando um comparativo entre sua alimentação, a de seus pais e a de seus avós. Ao final da atividade, as educadoras facilitaram um debate na perspectiva de trazer reflexão sobre a questão da mudança dos hábitos alimentares na população brasileira. Com o material produzido a partir dessa intervenção, foi possível obter uma melhor compreensão dos

hábitos e dinâmicas alimentares daquela população ao longo do tempo.

Ação com oito educadores e a coordenadora pedagógica da EMEFI: apresentação dos objetivos do projeto NEPS e proposta de dinâmica com a construção de uma linha do tempo do semestre letivo, visando realizar um planejamento conjunto para as atividades a serem desenvolvidas no ano seguinte, levando em conta as expectativas e experiência dos funcionários e também as datas comemorativas da escola.

Na segunda oficina de planejamento, os extensionistas foram convidados a observar os materiais produzidos a partir dos dois encontros com a EMEFI e a identificar as temáticas mais emergentes a partir do contato com a comunidade escolar, considerando as demandas, inquietudes e urgências do território sobre o tema da alimentação, bem como o calendário de atividades escolar. Durante esse encontro, o grupo de extensionistas trabalhou coletivamente criando um cronograma com temas de atividades para fundamentar o planejamento das ações a serem desenvolvidas no semestre seguinte. Dentre os temas eleitos, figuraram a questão do resgate da cultura alimentar tradicional, os padrões de beleza distorcidos pela mídia e sua influência nos hábitos alimentares e a questão da cadeia de produção e comercialização de alimentos.

Ao final do curso, os extensionistas foram convidados a escrever um relato de suas impressões sobre as atividades, assim como realizar uma auto-avaliação de sua atuação no projeto durante o semestre, os quais serão melhor detalhados na sessão a seguir.

Essas intervenções e oficinas possibilitaram a consolidação da primeira etapa do projeto, a qual objetivou entrar em contato com a realidade da comunidade escolar daquele território, na perspectiva de realizar um diagnóstico

participativo para planejamento das ações do projeto de extensão NEPS para o ano seguinte.

ANÁLISE DAS ATIVIDADES

Durante o semestre, as atividades do grupo se configuraram predominantemente em torno das questões burocráticas, da realização da atividade na feira cultural e da articulação para a execução da etapa seguinte do projeto, a partir da realização do curso introdutório voltado ao diagnóstico e desenvolvimento de projetos em comunidades.

Um grande desafio encontrado pelo grupo na construção do saber foram os momentos de desmotivação, ocasionados especialmente pela falta de experiência dos integrantes e pela alta frequência de feriados ao longo do semestre, os quais comprometeram o fluxo de encontros semanais e favoreceram interrupções momentâneas de algumas atividades. Além disso, do ponto de vista dos extensionistas, o longo tempo de preparo requerido para dar início às atividades práticas em EPS foi outro ponto desafiador. Nesse sentido, a intervenção na feira cultural foi essencial para resgatar o interesse dos participantes, pois os colocou em contato com a realidade da comunidade escolar.

Com relação ao curso para elaboração de projetos, o mesmo foi idealizado e proposto na perspectiva de proporcionar uma primeira experiência em Educação Popular aos estudantes e despertar a autoconfiança e consciência necessárias para a realização de atividades de extensão popular. Isso porque a elaboração de um projeto, na perspectiva da Educação Popular, inicia-se com uma análise crítica do contexto no qual o projeto se insere, avaliando-se os reais benefícios que o projeto trará para a comunidade. Isso também proporciona uma oportunidade ao estudante de desenvolver sua autonomia enquanto pesquisador,

bem como a oportunidade de compreender os processos de interação da própria comunidade, os quais, estimulados pelas reflexões críticas propostas no curso, vabilizam uma maior consciência, tanto das necessidades reais do território como das formas de intervenção e os recursos e conhecimentos necessários para impulsionar uma transformação da realidade.

O conteúdo ministrado durante o curso introdutório foi elaborado à luz dos princípios da Educação Popular, portanto os temas da problematização, diálogo, construção coletiva do conhecimento e participação popular foram debatidos e praticados de forma transversal às demais temáticas. Alguns desses princípios também puderam ser observados e praticados no decorrer do semestre de atividades do projeto de extensão.

Muito se discutiu sobre a questão da construção coletiva do conhecimento, através de atividades onde o próprio grupo foi convidado a definir conceitos e no contato com a comunidade escolar durante as duas intervenções de diagnóstico, onde houve um estímulo e direcionamento para o debate horizontalizado entre o conhecimento acadêmico e o popular. A própria construção da identidade do grupo trouxe aos indivíduos um senso de participação e apropriação dos processos de construção coletiva da realidade.

O tema da participação popular também esteve presente, uma vez que muita ênfase foi dada ao planejamento coletivo das atividades, estimulando a autonomia, o empoderamento e a participação de todos indivíduos envolvidos no processo, o que, a médio e longo prazo, pode desencadear um processo de maior responsabilização pela criação da realidade.

A problematização foi resgatada na escolha do tema a ser debatido com os educandos da EMEFI, o qual propôs uma reflexão sobre a questão da mudança de hábitos alimentares na população brasileira, trazendo para pauta a desvalorização

da cultura, influência da mídia e o aumento de incidência de doenças crônicas não transmissíveis na população. Além disso, em diversos encontros do grupo de extensionistas, problematizou-se a questão do sistema de ensino verticalizado e arcaico das instituições de educação, fazendo um contraponto entre o sistema convencional e a Educação Popular.

Assim como os demais princípios, o diálogo foi praticado nas reuniões semanais do grupo, estimulando sempre um ambiente de escuta ativa dos pontos de vista de cada um dos extensionistas, na perspectiva de construir um senso comum para o desenvolvimento das atividades e aprender com as diferenças e individualidades de cada integrante. A partir dessa prática contínua de escuta empática, o grupo iniciou um processo de desenvolvimento de ferramentas mais humanizadas para a realização da intervenção com os funcionários e educandos da EMEFI, podendo vivenciar o princípio do diálogo na prática da extensão.

A falta de recursos e de tempo hábil para planejamento do curso e a falta de experiência em Educação Popular com enfoque na área da saúde podem ser pontuados como aspectos deficitários dessa vivência. Contudo, a partir do relato dos estudantes que participaram do projeto e concluíram o curso introdutório, pode-se observar que de forma geral, os resultados foram considerados positivos. Uma estudante observou:

Eu gostei muito de ter experiências práticas, as atividades na escola e o curso foram as coisas que mais gostei no semestre. Me surpreendi muito e sou uma pessoa totalmente diferente, mais crítica. (ESTUDANTE)

Outro estudante relatou que “(...) foi muito produtivo, pois evoluímos de um pequeno grupo com poucos objetivos para um grupo maior e com sonhos mais altos(...)”.

Embora grande parte dos integrantes da primeira etapa do projeto tenham apontado pontos positivos, aspectos negativos também foram pontuados. No curso, os principais aspectos se referem à questão da falta de pontualidade, comprometimento e de proatividade por parte dos inscritos. Em relação aos encontros do grupo para estruturação de todas as atividades desenvolvidas, foram destacadas as reuniões muito longas e as faltas sem justificativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o foco da primeira etapa do projeto de extensão foi a estruturação do grupo para a realização de atividades pedagógicas com estudantes do curso de graduação em Nutrição em uma EMEFI, ambas no município de Botucatu – SP, a fim de trabalhar com a comunidade escolar a importância de hábitos alimentares saudáveis e a sustentabilidade na produção do alimento como ferramentas para promoção e manutenção da saúde. Existe, contudo, o interesse do grupo no desenvolvimento de atividades futuras que abranjam outros públicos no mesmo território, como, por exemplo, os usuários da Unidade de Saúde da Família (USF) e também a participação em visitas domiciliares com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Conclui-se com essa experiência que a primeira etapa de atividades do Projeto de Extensão em Nutrição e Educação Popular em Saúde foi muito bem aceita pelo grupo e trouxe aos estudantes envolvidos a confiança de serem capazes de desenvolver atividades de EPS conjuntamente com a comunidade, principalmente porque a educação popular preconiza o

empoderamento e a cocriação e corresponsabilização de todos os atores envolvidos. Esses conceitos foram experimentados pelo grupo na prática durante o curso introdutório, de forma que podem ser reproduzidos nas próximas ações realizadas junto à comunidade.

PERSPECTIVAS

Espera-se para o semestre seguinte que o grupo se estruture de forma a consolidar as atividades e as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Escola Municipal, inserindo toda a comunidade escolar no debate sobre a questão das escolhas alimentares e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para isso, além do comprometimento dos extensionistas, será necessário buscar apoio e parcerias com outros grupos mais experientes com as práticas de EPS na perspectiva de melhor informar o conteúdo formativo do Projeto NEPS. Alinhado a estas perspectivas, o grupo também tem como objetivo seguir buscando oportunidades para a publicação e consequente troca de experiências vivenciadas no projeto, visando ao fortalecimento do grupo para o desenvolvimento gradual de um trabalho significativo na comunidade como um todo, com melhoras no perfil alimentar e na qualidade de vida dos habitantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2012. p. 14-17.

CRUZ, P.J.S.C. et al. **Educação Popular e Nutrição Social**: reflexões e vivências com base em uma experiência. Editora UFPB. Paraíba, 2014. p. 19-54.

DE ASSIS, M. A., NAHAS, M. V. Aspectos motivacionais em programas de mudança de comportamento alimentar. **Rev. Nutr.**, v. 12, n. 1, p. 33-41, 1999.

DEMINICE, R. et al. Impacto de um programa de educação alimentar sobre conhecimentos, práticas alimentares e estado nutricional de escolares. **Alim. Nutr.**, v. 18, n. 1, p. 35-40, 2007.

PASSOS, D. R. et al. Comportamento alimentar infantil: comparação entre crianças sem e com excesso de peso em uma escola do município de Pelotas, RS. **Rev. Paul. Pediatr.**, v. 33, n. 1, p. 42-49, 2015.

FAO, I. WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Food and Agriculture Organization Publications, Rome, 2015.

LIMA E.S., OLIVEIRA C.S., GOMES M.C.R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do

Rio de Janeiro (1980-98). **Hist Ciênc. Saúde.** Manguinhos, v. 10, n. 2, p. 602-35, 2003.

MIKKILA, V. et al. Longitudinal changes in diet from childhood into adulthood with respect to risk of cardiovascular diseases: The Cardiovascular Risk in Young Finns Study. **Eur. J. Clin. Nutr.**, v. 58, n. 7, p. 1038-104, 2004.

NETO, A. R. V., DE MELO, L. G. N. S. Fatores de influência no comportamento de compra de alimentos por crianças. **Saúde e Soc.**, v. 22, n. 2, p. 441-455, 2013.

SOARES, N. T., AGUIAR, A. C. D. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 23, n. 5, p. 895-905, 2010.

WEITZMAN, R. **Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional**: uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Belo Horizonte, 2008. p. 18.

WHO, J., & Consultation, F. E. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases.** World Health Organ Tech Rep Ser, v. 916, n. i-viii, 2003.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR

Renan Soares de Araújo⁴⁴

Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos⁴⁵

Pedro José Santos Carneiro Cruz⁴⁶

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), instituída pelo Ministério da Saúde em 2006, evidencia a relevância de se promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde individual e coletiva, com destaque para a valorização de dimensões relativas aos modos de viver, às condições de trabalho, à habitação, ao ambiente, à educação, ao lazer, à cultura, à alimentação e ao acesso das pessoas a bens e serviços (BRASIL, 2015).

44 Graduando do Curso de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Extensionista do Programa de Extensão “Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”.

45 Professora Adjunta do Departamento de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Programa de Extensão “Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”.

46 Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Programa de Extensão “Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica”.

A concepção sobre Promoção da Saúde parte do pressuposto de que se deve valorizar a autonomia e a singularidade de cada pessoa, de seus grupos e territórios, uma vez que as formas como estes selecionam seus modos de viver, como estruturam suas escolhas e como elaboram alternativas de satisfação para as suas necessidades não dependem somente de suas vontades ou liberdade individual e comunitária, mas são condicionadas e demarcadas de acordo com sua inserção em determinado contexto social, econômico, político e cultural (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, é necessário que as intervenções em saúde sejam ampliadas, partindo dos problemas e das necessidades de saúde e de seus determinantes e condicionantes, desenvolvendo ações e serviços que possam operar no processo saúde-doença e refletindo sobre as condições de vida, de modo a oportunizar a constituição de possibilidades ampliadas para a realização de escolhas saudáveis (BRASIL, 2015).

No tocante ao campo da alimentação, nos últimos anos tem sido notável o avanço das políticas públicas de alimentação e nutrição como um caminho ético-político e elemento articulador de ações de combate à fome, à pobreza e à miséria no Brasil. Nesse período, intensificaram-se ações institucionais articuladas de vários ministérios e setores sociais (BURLANDY et al., 2016).

Em virtude do exposto, apresentaremos a experiência do Programa de Extensão “Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB”, que atua desde agosto de 2007 desenvolvendo iniciativas comunitárias de Educação Popular no campo da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), buscando apoiar trabalhadores de saúde e lideranças comunitárias em processos instituintes de abordagens ampliadas de cuidado em saúde, de participação social nas políticas públicas e de combate à fome e à pobreza,

sobretudo com estratégias voltadas à construção compartilhada de grupos operativos, orientados pela perspectiva pedagógica freireana da Educação Popular. Tais espaços configuram-se como práticas para o encontro de pessoas no sentido da socialização de experiências, discussão de desafios da vida e aprofundamento de conhecimentos na perspectiva da qualidade de vida e da emancipação social e humana.

Atualmente, o PINAB vincula-se institucionalmente ao Departamento de Nutrição (DN) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e ao Departamento de Promoção da Saúde (DPS) do Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desde o início de suas atividades, essa iniciativa vem buscando construir caminhos exequíveis para o estabelecimento de trabalhos sociais no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), com ênfase na Promoção da Saúde, da SAN e do desenvolvimento social junto às comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana, localizadas no bairro Cristo Redentor, zona oeste de João Pessoa-PB. Nesse contexto é norteadada pela formação de profissionais críticos e comprometidos com a realidade de exclusão social vivenciada pelas classes populares.

Em seu início, o Programa tinha como principal motivação o desejo de realizar uma prática ampliada no âmbito da Nutrição, com o olhar voltado para a integralidade do indivíduo, associada à realidade das comunidades. Durante a graduação de Nutrição, alguns estudantes indagavam como entrelaçar o saber acadêmico com o contexto local, mas tinham dificuldades para encontrar esse espaço nos conteúdos ofertados pela Universidade.

Surgiu, dessa forma, a ideia de se conceber uma iniciativa para viabilizar não apenas práticas acadêmicas articuladas com a comunidade, mas práticas que fossem realizadas de forma crítica, mediante experiências inovadoras e alternativas ao

currículo oficial. Assim, o PINAB foi inicialmente vinculado ao DN, sendo este voltado apenas para graduandos do curso de Nutrição. A partir de 2012, o Programa integrou-se também como atividade vinculada ao DPS da mesma Universidade, passando, então, a aceitar graduandos de quaisquer cursos.

Neste sentido, o compromisso do Programa está em possibilitar aos extensionistas a percepção do trabalho social e da saúde como um ato pedagógico de compromisso social. Dessa maneira, seu desenvolvimento busca primar pela intencionalidade de articular e mobilizar ações de Pesquisa e Ensino a partir dos problemas da realidade identificados por meio da Extensão.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, cumpre destacar que o PINAB busca se diferenciar vigorosamente das práticas acadêmicas tradicionais, por acreditar na Extensão como um *trabalho social útil*, conforme a acepção de Melo Neto (2014), encontrando inspiração e referencial ético-político nos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Popular, propostos por Paulo Freire (1987). Dessa maneira, o PINAB se propõe a atuar juntamente com a população e os trabalhadores de saúde em seus esforços para a emancipação social. O que representa, também, uma oportunidade para o aprimoramento das contribuições universitárias à consolidação de políticas públicas inclusivas, participativas e democráticas, que facilitem o acesso e a participação das classes populares em programas que visem à realização de direitos sociais historicamente negados a estes.

Com tais bases e princípios, as ações do Programa são desenvolvidas de modo compartilhado com a comunidade, bem

como com os trabalhadores das quatro equipes de saúde que compõem a Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Saúde – as equipes Pedra Branca I, Pedra Branca II, Jardim Itabaiana I e Jardim Itabaiana II.

Cabe salientar que o município de João Pessoa divide-se em cinco Distritos Sanitários (DS), sendo a USF Vila Saúde vinculada ao DS II, abrangendo as comunidades Boa Esperança, Pedra Branca e Jardim Itabaiana. Nos arredores da USF estão situados também o Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS) do Cristo, o Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos, dentre outros equipamentos sociais.

Por se constituir como um cenário de prática para diversos estudantes de graduação e pós-graduação do campo da saúde e desenvolver junto a algumas Universidades atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a USF Vila Saúde é considerada uma Unidade Escola. Segundo informações divulgadas pelo site da Prefeitura Municipal de João Pessoa (2016), a USF Vila Saúde atende a quatro mil famílias – o que corresponde a algo em torno de 16 mil pessoas –, oferecendo serviços como: marcação de exames e consultas; atendimento em enfermagem; atendimento odontológico; atendimento médico; e dispensação de medicamentos de controle simples.

A coordenação do PINAB é mediada por dois docentes – sendo um deles do DN e outro vinculado ao DPS –, contando com a colaboração voluntária de um fisioterapeuta egresso do “Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família – PEPASF”, que juntos compõem a coordenação colegiada do Programa, no acompanhamento pedagógico regular aos estudantes e apoio técnico às ações de Educação Popular desenvolvidas nas diversas frentes de atuação.

Ainda no âmbito da coordenação do Programa, buscando ampliar a compreensão sobre as necessidades das comunidades onde atua, desde o ano de 2013 a gestão do PINAB vem ocorrendo de forma compartilhada com educadoras populares e Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) do território. Assim, no sentido de potencializar essa dimensão participativa da sua gestão, são realizadas reuniões semanais na comunidade.

Por outro lado, com ênfase na interdisciplinaridade, valoriza-se a inclusão de estudantes das mais distintas áreas acadêmicas e de todos os períodos letivos, prioritariamente da UFPB, mas também de outras Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Desse modo, estimula-se a inserção do graduando o mais precocemente possível em ações para além dos muros universitários, como também a pluralidade de olhares sobre o contexto local, possibilitando a ampla participação dos extensionistas na construção coletiva das ações do Programa.

Nesses termos, o Programa se organiza por meio de uma gestão compartilhada, a qual se operacionaliza a partir das reuniões: a) de orientação dos estudantes; b) de formação, incluindo temáticas relacionadas às ações; c) de planejamento quinzenal com a comunidade e as equipes de saúde.

AÇÕES DESENVOLVIDAS E APOIADAS PELO PROGRAMA

Ao longo de seus nove anos de história, o PINAB desenvolveu atividades que eram transversais as suas ações, como as “Mostras”, que visavam apresentar e esclarecer questões sobre a organização e formas de atuação do Programa, sendo estas realizadas tanto no espaço da USF Vila Saúde como na UFPB. Atualmente, devido à dificuldade na mobilização de recursos para a realização das mesmas, estas têm ocorrido

apenas nos momentos de seleção de novos extensionistas, sendo realizadas no âmbito da UFPB.

Cabe destacar que o PINAB já desenvolveu e apoiou a realização de atividades em frentes como: grupo com gestantes (SALERMO, 2014); grupo com idosos institucionalizados (PEREIRA et al., 2016); grupo de saúde na comunidade (ARAÚJO; CRUZ, 2016); grupo de saúde com trabalhadores (ARAÚJO et al., 2017); grupo com escolares (SOUZA et al., 2014); grupo com beneficiários do Programa Bolsa Família (MAGALHÃES et al., 2014); grupo de atuação na perspectiva do Controle Social em Saúde (ALVES; GOMES; CRUZ, 2014); grupo com hipertensos e diabéticos (CAMPELLO et al., 2015); grupo de educação popular com foco na promoção da saúde mental (BENEVIDES, 2016); grupo de caminhada (MOREIRA; GOMES; CRUZ, 2016) e o grupo horta comunitária (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2016).

Ademais, dentre as iniciativas desenvolvidas pelo PINAB, destaca-se o apoio a eventos na linha da Educação Popular e da Participação Social, como a “4º Mostra Nacional de Experiências e Reflexões em Extensão Popular”, realizada em dezembro do ano de 2015; o “1º Encontro Paraibano de Experiências em Educação Popular”, realizado em agosto de 2016, juntamente com o “Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR” e o “Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR”; e o “III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular”, realizado em novembro de 2016, evento apoiado junto com o EXTELAR e a “Articulação Nacional de Extensão Popular – ANEPOP”.

Além das iniciativas descritas acima, frisamos o empenho do PINAB na articulação da Extensão com a dimensão do Ensino, principalmente a partir da formulação de cursos e oficinas; dentre os mais atuais, destacamos um Curso de Extensão – o qual, em sua realização, foi atrelado a uma disciplina da

graduação do curso de Medicina da UFPB –, intitulado: “Práticas Integradas de Educação e Promoção da Saúde em Comunidades”, que teve como aporte para sua execução experiências advindas das práticas desenvolvidas pelo PINAB no âmbito comunitário. Cabe realçar que também foi viabilizado o Curso de Extensão “Educação Popular na Universidade”; construído com base nos textos que compõem o livro “Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular” (CRUZ et al., 2013).

Ainda na linha do Ensino, também merece destaque o “Curso Comunitário de Segurança Alimentar e Nutricional e Práticas Sociais de Combate à Fome e a Pobreza”, construído em parceria com ACS’s e realizado no território de atuação do Programa, e direcionado às comunidades, trabalhadores de saúde e residentes das equipes de saúde. Além do Curso de Extensão “Educação Popular em Práticas Sociais: Desafios e Debates”, cujo foco foi o compartilhamento de reflexões e saberes acerca da Educação Popular como orientadora de práticas sociais emancipadoras e seus desafios na conjuntura brasileira, particularmente no que tange à sua capacidade de contribuir nos processos de Participação Social e de promoção da SAN em contextos de pobreza econômica e exclusão social.

Ademais, também foram realizadas diversas oficinas e rodas de conversas ampliadas, com o título de “Educação Popular: saberes e fazeres”, buscando propiciar a organização de espaços públicos para a socialização de experiências e aprendizados no campo da Educação Popular.

Atualmente, o Programa vem desenvolvendo suas atividades a partir do Grupo “Horta no Vila” e do “Fórum Intersetorial de Promoção da SAN”. Como também ações em apoio ao Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB) e

à Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde da Paraíba (ANEPS-PB).

Fórum Intersetorial de Promoção da SAN

O Brasil é um dos grandes produtores de alimentos do mundo, no entanto, o acesso à alimentação ainda é um problema para milhões de cidadãos. Como forma de combater a fome e a miséria, a Alimentação e Nutrição foram incorporadas na legislação governamental brasileira, com destaque para o artigo 3º da Lei 8.080 de 19/09/1990 (BRASIL, 2012). E, em 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a fim de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), onde a SAN está definida como:

O acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, como forma de aprofundar iniciativas comunitárias preponderantemente articuladas ao fortalecimento de ações no SISAN e na Política de SAN, direcionadas à promoção do DHAA, o PINAB propôs e vem apoiando a implementação de um Fórum Intersetorial de Promoção da SAN. A construção de tal espaço foi subsidiada tanto pelo nosso vínculo com o território, como pelas informações obtidas a partir de um

mapeamento dos equipamentos sociais e ações voltados à promoção da SAN no bairro do Cristo Redentor (SILVA; AMARANTE; VASCONCELOS, 2015). Posteriormente, foram realizadas visitas aos equipamentos sociais e entidades seguidas de um convite para participar das reuniões do Fórum.

O Fórum é constituído por representantes da UFPB, lideranças comunitárias, trabalhadores de entidades públicas e/ou comunitárias, dentre outros parceiros, envolvendo os equipamentos sociais do território, como USF, escolas, CREI, CAIS, Centro de Referência de Assistência Social, Cozinha Comunitária, Associação de Longa Permanência de Idosos; tem como propósito central a difusão das experiências de SAN e a qualificação do debate relacionado a essa temática. Em virtude disto, este espaço se configura como uma rede de apoio entre os equipamentos, lideranças comunitárias, referências sociais locais, profissionais de saúde, Universidade e outros parceiros, potencializando o debate e a difusão das experiências relacionadas à SAN em territórios do Cristo Redentor.

Nessa perspectiva, já foram realizadas diversas reuniões com a participação de representantes das entidades e do PINAB. Inicialmente, a pauta principal dos encontros do Fórum consistiu na apresentação das ações das entidades, onde surgiram várias possibilidades e propostas de articulação e apoio entre os diferentes setores envolvidos – como, partindo da demanda de construção de uma horta no ambiente escolar, compartilhada por uma professora de uma das escolas do território, foram desenvolvidas atividades educativas com os estudantes da escola, buscando sensibilizá-los e aproximá-los à temática da horta.

Contudo, são vários os desafios enfrentados para a consolidação de espaços de articulação intersetorial dessa natureza, como a ainda incipiente cultura do diálogo e da sinergia

de ações, além da limitada carga horária destinada às ações de Extensão no âmbito acadêmico. Não obstante, pretende-se com esse espaço estimular o planejamento e a dinamização das ações em SAN no território de forma intersetorial, buscando contribuir para a melhoria das condições de alimentação e vida das comunidades.

Horta no Vila

A ideia de investir na implementação de uma horta no âmbito da USF se deu devido à experiência anterior do Programa, desenvolvida no período de 2013 a 2015, com o Grupo “Horta Popular Boa Esperança”, que tinha a proposta de mobilização popular para a construção de uma horta comunitária de forma coletiva e solidária, como meio de promover uma alimentação saudável (RODRIGUES, 2016). Após dois anos de existência da “Horta Popular Boa Esperança”, o PINAB propôs a alguns trabalhadores da USF Vila Saúde a construção de uma horta em um dos espaços ociosos da USF. Com isso, iniciou-se a operacionalização da proposta, criando-se, então, o Grupo Operativo “Horta no Vila”.

O objetivo principal desse Grupo consiste na Promoção da Saúde e da SAN, de forma participativa, por meio da construção de uma Horta em um espaço no interior da USF Vila Saúde. Mediante a abordagem da problematização da realidade local, busca-se a valorização da participação popular e da construção de uma visão crítica e ampliada do processo saúde-doença-cuidado no âmbito da ESF. Desse modo, as atividades são norteadas pelo diálogo, por meio de rodas de conversa, onde se oportuniza momentos de escuta e de atenção recíprocas, bem

como o incentivo ao uso e cultivo de fitoterápicos e alimentos sem agrotóxicos.

Os encontros do Grupo ocorrem semanalmente e contam com a participação de moradores dos territórios e de alguns profissionais de saúde, especialmente ACS's. Dentre as atividades desenvolvidas, pode-se apontar a criação de um berçário de mudas e de uma horta suspensa, com o plantio de ervas medicinais, no intuito de promover a aproximação dos usuários com os fitoterápicos, que podem ser utilizados como coadjuvantes do tratamento clínico em muitos casos. Com o intuito de ter uma maior participação dos moradores que demonstravam curiosidade com esta iniciativa a ser realizada na USF, foram pensadas em estratégias para maior interação da horta com a comunidade, que consistiu na realização de ações para a elaboração de hortas-urbanas nas residências de famílias voluntárias, além de outras iniciativas.

De tal forma, trabalha-se com as plantas medicinais, cultivando estas nos espaços ociosos da USF, além de procurar famílias para o estabelecimento de parcerias na construção de hortas e jardins que promovam a saúde em suas casas, como meio de diminuir o uso de medicamentos alopáticos, iniciativas que podem gerar impactos positivos tanto no processo saúde-doença, quanto na renda familiar. Embora a área física da Unidade não seja grande o suficiente para o plantio e atendimento das demandas das diversas pessoas e famílias atendidas pela USF, esta tem o objetivo de funcionar como um espaço pedagógico de experimentação e partilha, na discussão e construção de possibilidades inspiradoras.

Ademais, o Grupo constitui-se como um espaço para integração entre usuários, trabalhadores da saúde e comunidade acadêmica, viabilizando o encontro entre diferentes sujeitos

que podem, assim, compartilhar conhecimentos, inquietações e experiências.

Ações em apoio ao MOPS-PB e à ANEPS-PB

O Programa interage com outras cidades do Estado da Paraíba, particularmente através de suas ações em parceria com o MOPS-PB e a ANEPS-PB, que vêm se articulando e atuando conjuntamente na convergência de esforços para potencializar suas ações e reivindicações em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela reafirmação e visibilidade das práticas integrativas e populares de saúde.

Cumprе ressaltar que o apoio às ações de movimentos populares e práticas sociais se qualifica como um dos princípios orientadores das práticas extensionistas, com vistas a efetivar a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade. Sendo enfatizado pelo documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2012, p. 21), que “[...] a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil”.

Nesse sentido, o PINAB vem auxiliando o MOPS-PB e a ANEPS-PB na realização de suas ações, participando ativamente dos encontros e fortalecendo vínculos com os seus integrantes. Ademais, o Programa busca contribuir com estes coletivos viabilizando a realização de reuniões, seja solicitando autorização para utilizar espaços físicos da Universidade ou até mesmo auxiliando no transporte de alguns militantes. Outra forma de apoio que o Programa vem desenvolvendo é através da elaboração de materiais audiovisuais a partir de entrevistas com

seus membros, com a perspectiva de publicizar as atividades destes coletivos, objetivando tanto a potencialização das articulações destes com outros movimentos sociais do Estado, bem como dar visibilidade as experiências desenvolvidas.

No ano de 2016, o Programa realizou um “Curso de Formação em Educação Popular para o Trabalho Social em Comunidades”, o qual foi elaborado juntamente com os membros do MOPS-PB e da ANEPS-PB, com vistas à formação crítica e política contínua de seu quadro e da sensibilização e mobilização de novos sujeitos. O curso contou com a participação tanto de agentes destes coletivos como de indivíduos de outros movimentos e práticas sociais e demais interessados.

Em cada sessão do curso, foi articulada a presença de algum convidado que tivesse experiência sobre determinada temática para desempenhar o papel de facilitador das atividades. Assim, ao longo de seis encontros, foram debatidos assuntos como: os princípios da Educação Popular, as configurações e desafios dos movimentos sociais na contemporaneidade, conjuntura atual do SUS, cultura popular, identidade e o trabalho social emancipatório.

Como metodologia utilizada, inspiramo-nos nos “círculos de cultura”, onde os participantes divididos em pequenos grupos puderam aprofundar reflexões a partir de suas experiências de vida; após essa discussão, era iniciado o momento de socialização no coletivo, em formato de “roda de conversa”, com a ampliação do debate com todos os envolvidos no processo.

ALGUMAS REFLEXÕES

Desde a sua implantação, em 2007, até os dias atuais, evidencia-se que o desenho do Programa vem passando por diversas modificações, sobretudo no que diz respeito aos

processos organizativos e de gestão das suas atividades. Ao longo desse período, diversos estudantes e profissionais deixaram suas contribuições, e de forma compartilhada, o PINAB vem sendo reinventado a cada dia, conforme as necessidades e demandas do contexto local.

De tal forma, o PINAB, por meio de suas frentes de atuação, tem possibilitado o aprimoramento e desvelamento de novas abordagens participativas no campo da saúde, orientando-se em bases profundamente marcadas pelo respeito e pela solidariedade. Também tem apoiado iniciativas emancipatórias com vistas ao empoderamento comunitário, na perspectiva de aprimorar estratégias e caminhos ligados ao cuidado em saúde, sobretudo no que tange à consolidação de recursos que possibilitem uma vida com qualidade e dignidade.

Por outro lado, essa iniciativa tem favorecido espaços de discussão e de exercício de práticas integrais e interdisciplinares. Além do fortalecimento da articulação entre as dimensões do Ensino, Pesquisa e Extensão e a valorização de uma Universidade em constante diálogo com os setores populares e seus movimentos, organizações e práticas sociais. Inclui também em sua agenda a transformação social por meio de uma construção que se dá pelo encontro com o outro, de maneira compartilhada e respeitadora dos saberes, particularmente aqueles das práticas populares e dos sujeitos do mundo comunitário.

No âmbito da formação acadêmica, percebe-se a constituição de profissionais com postura crítica e humanística, comprometidos com questões sociais populares, particularmente com a garantia da saúde, da alimentação como direito e do enfrentamento sistemático de situações de vulnerabilidade social, buscando abordagens que prezam pela construção de vínculos e pelo estímulo à participação social por meio da problematização da realidade local.

Apesar disso, persistem alguns desafios, como a ainda incipiente carga horária destinada à Extensão nas universidades, o que muitas vezes limita a participação dos estudantes. No entanto, o envolvimento dos extensionistas, de forma dinâmica e em integração com a comunidade, promove o aprimoramento profissional e pessoal. Apesar do sistema de ensino universitário muitas vezes tornar curto o período de contato do extensionista com a comunidade, os alunos se dedicam (em meio a uma sobrecarga de atividades acadêmicas) com uma interação e cooperação que viabilizam as mais diversas iniciativas, frutos do esforço de todos.

Somado a isso, a extensa agenda dos profissionais de saúde usualmente inviabiliza a participação destes nas ações em grupos comunitários; assim como a participação popular ainda é tímida em alguns espaços de atuação. Além disso, os arranjos e estruturas ligados a alguns equipamentos sociais e instituições públicas muitas vezes entram os processos de coletas de dados e outras ações. Contudo, vem sendo possível estabelecer diversas parcerias, sobretudo por meio do Fórum de SAN, com as quais esperamos ampliar as frentes de atuação do PINAB.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. S.; GOMES, R. C. S.; CRUZ, P. J. S. C. Educação Popular na promoção da participação popular em saúde: desafios a partir da construção de um Conselho Local de Saúde. In: CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; SOUSA, L. M. P.; TÓFOLI, A. M. M. A.; CARNEIRO, D. G. B.; ALENCAR, I. C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 257-276.

ARAÚJO, R. S.; ALVES, A. S.; SOUSA, L. M. P.; FAGUNDES, M. G.; ALENCAR, I. C.; CRUZ, P. J. S. C. Pesquisa em Extensão Popular: uma reflexão sobre o trabalho de Agentes Comunitários de Saúde em João Pessoa – Paraíba. In: CRUZ, P. J. S. C.; CARNEIRO, D. G. B.; TÓFOLI, A. M. M. A.; RODRIGUES, A. P. M. E.; ALENCAR, I. C. (Org.). **Extensão popular: caminhos em construção**. João Pessoa: CCTA, 2017. p. 141-158.

ARAÚJO, R. S.; CRUZ, P. J. S. C. Grupo de encontro comunitário como espaço de Promoção da Saúde e construção compartilhada do saber: uma experiência em Educação Popular no município de João Pessoa-PB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 12, 2016, Campo Grande. **Anais do 12º Congresso Internacional da Rede Unida. Suplemento Revista Saúde em Redes**. v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/3675>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BENEVIDES, P. M. **Educação Popular e a Construção de Grupos de Encontro Comunitário no Cuidado Integral à Saúde Mental na Atenção Primária**: reflexões com base nas potencialidades e dificuldades de uma experiência. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade) – Centro de Ciências Médicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS**: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.

BURLANDY, L.; ROCHA, C.; MALUF, R. S.; ÁVILA, M. M. M.; FERREIRA, D. M.; PEREIRA, S. E. A. International cooperation for food and nutrition security: Systematization of the participatory, contextualized, and intersectoral educational practices. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 29, n. 6, p. 929-946, nov./dez., 2016.

CAMPELLO, G. S. D.; RODRIGUES, K. L. M.; CABRAL, C. S.; CRUZ, P. J. S. C. Educação Popular e a promoção da integralidade do cuidado no tratamento da hipertensão e da diabetes: experiência no Saúde da Família em João Pessoa-PB. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais do XVI Encontro de Extensão - UFPB**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/XVIENEX/saude/436.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, M. O. D.; SARMENTO, F. I. G.; MARCOS, M. L.; VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOÃO PESSOA (Cidade). **Prefeitura entrega reforma de Unidade de Saúde da Família no Cristo**. João Pessoa, 2016. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-entrega-reforma->

de-unidade-de-saude-da-familia-no-cristo/>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MAGALHÃES, K. L. O.; MARQUES, A. A.; BANDEIRA, C. P. F.; MELO, G. F. A.; FIRMINO, R. A. S.; CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P. Extensão Popular e a dimensão educativa do Programa Bolsa Família: reflexões sobre uma experiência no saúde da família. In: CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; SOUSA, L. M. P.; TÓFOLI, A. M. M. A.; CARNEIRO, D. G. B.; ALENCAR, I. C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: UFPB, 2014. p. 147-165.

MELO NETO, J. F. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

MOREIRA, G. M. F.; GOMES, A. B. A.; CRUZ, P. J. S. C. Grupo Caminhada na Unidade de Saúde da Família Vila Saúde: uma experiência de Educação Popular e promoção da qualidade de vida. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR, 3, 2016, João Pessoa. **Anais do 3º Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular**. João Pessoa: UFPB, 2016.

PEREIRA, E. A. A. L.; ABÍLIO, I. S.; LIMA, G. N. S.; ARAÚJO, R. S.; BOTELHO, B. O. Educação Popular: inspiração e contribuições com base em uma experiência exitosa e transformadora junto à idosos institucionalizados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 12, 2016, Campo Grande. **Anais do 12º Congresso Internacional da Rede Unida. Suplemento Revista Saúde em Redes**. v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/4358>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

RODRIGUES, A. P. M. E. **Hortas comunitárias, educação popular e segurança alimentar e nutricional: aprendizados e desafios com base em uma experiência**. 2016. 83 f. Monografia (Graduação em Nutrição) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

RODRIGUES, A. P. M. E.; VASCONCELOS, A. C. C. P. Horta Popular Boa Esperança: uma estratégia de promoção do direito humano à alimentação adequada. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE UNIDA, 12, 2016, Campo Grande. **Anais do 12º Congresso Internacional da Rede Unida. Suplemento Revista Saúde em Redes.** v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://conferencia2016.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso/2016/paper/view/2630>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SALERMO, A. A. P. Promoção da saúde e nutrição no cuidado em saúde das gestantes na perspectiva da Educação Popular. In: CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; SOUSA, L. M. P.; TÓFOLI, A. M. M. A.; CARNEIRO, D. G. B.; ALENCAR, I. C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência.** João Pessoa: UFPB, 2014. p. 187-212.

SILVA, K. C. C.; AMARANTE, L. T.; VASCONCELOS, A. C. C. P. Mapeamento de equipamentos sociais como estratégia para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades de João Pessoa-PB. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, n. 16, 2015, João Pessoa. **Anais do XVI Encontro de Extensão - UFPB.** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/XVIENEX/saude/189.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SOUSA, L. M. P.; RODRIGUES, A. P. M. E.; GOMES, J. I. A.; CRUZ, P. J. S. C. Educação Popular, Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional no cenário escolar. In: CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; SOUSA, L. M. P.; TÓFOLI, A. M. M. A.; CARNEIRO, D. G. B.; ALENCAR, I. C. (Org.). **Educação Popular e Nutrição Social: reflexões e vivências com base em uma experiência.** João Pessoa: UFPB, 2014. p. 235-253.

PROJETO VIDAS PARALELAS PARAÍBA

Andreia Marinho Barbosa⁴⁷

Dailton Alencar Lucas de Lacerda⁴⁸

A Saúde do Trabalhador refere-se a um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde-doença (BRASIL, 2001), abrangendo assim práticas teóricas interdisciplinares e interinstitucionais desenvolvidas por diversos atores e em ambientes sociais distintos, mas focados em uma perspectiva comum (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

O Projeto Vidas Paralelas (PVP) constitui uma proposta de ação nacional que busca a qualificação do controle social em saúde do trabalhador. Originou-se como estratégia compartilhada dos Ministérios da Cultura (MC) e da Saúde (MS), Universidade de Brasília (UnB) e Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador (REC-ST), tendo apoio das centrais sindicais do Brasil (REC-ST; UnB, 2008).

Seu objetivo é abordar e difundir a prática e vivência cotidiana de trabalhadores dos setores formais e informais no seu ambiente laboral e sua inserção social e cultural, com enfoque na saúde em suas diferentes dimensões: individual, coletiva, do ambiente e condições de trabalho.

47 Nutricionista. Extensionista do PVP-PB (2011-2014). Colaboradora Voluntária do PVP-PB/PEPST (2014-2015).

48 Professor do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do PVP-PB/PEPST/PMSC.

Para intermediar o diálogo entre os trabalhadores envolvidos diretamente no projeto, como parte da reflexão crítica sobre suas realidades, o PVP Nacional fundamenta a criação de Redes de Apoio nos estados, as quais viabilizam o processo de implementação do projeto a partir do apoio às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores em todo o Brasil (LACERDA et al., 2014).

Na Paraíba, o PVP é desenvolvido desde 2008 na capital João Pessoa e em outras localidades do estado, como ação de extensão universitária do Departamento de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e suas ações são voltadas para a Promoção à Saúde do Trabalhador, tendo como fio condutor a Educação Popular, cuja ênfase está marcada nas estratégias de diálogo, organização político-social e troca de experiências de vida entre os diversos trabalhadores participantes e os estudantes extensionistas (LACERDA et al., 2014).

Destaca-se que, com o apoio da coordenação nacional do Projeto Vidas Paralelas (MS/MC/UnB), realizaram-se duas oficinas de formação preparatórias, essenciais para o estabelecimento estadual do grupo participante do Projeto. Em dezembro de 2008, ocorreu a oficina com a Rede de Apoio ao Projeto na Paraíba, membros das centrais sindicais, REC-ST e UFPB. Em fevereiro de 2010, foi promovida a segunda oficina, esta com os trabalhadores e estudantes voluntários envolvidos (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

O Projeto de Extensão conta também com parcerias internas e externas da UFPB. Como parcerias internas, têm-se o Núcleo de Educação Popular em Saúde - NEPOPS (antigo PROGEPS - Programa de Educação Popular em Saúde), a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), a Coordenação de Educação Popular (COEP) e o Movimento

Popular em Saúde – MOPS-PB. Já as parcerias externas à UFPB, compreendem: MS, MC, UnB, REC-ST, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT-PB), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Força Sindical, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado da Paraíba (CEREST-PB), Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador (CIST), Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), Sociedade de Amigos do Bairro de Bodocongó (SABE), Associação de Apicultores Populares – Itaporanga (PB), Centro Cultural Piollin, Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e Associações Comunitárias do Grotão, Maria de Nazaré e Boa Esperança.

O PVP-PB busca estabelecer uma relação direta entre o conhecimento acadêmico e a prática social da classe trabalhadora, contribuindo para fomentar delineamentos entre a equipe da coordenação do projeto, estudantes, trabalhadores, parceiros institucionais e comunidade, que orientem a implementação e o fortalecimento da participação e controle social em saúde do trabalhador (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

A Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS) ressalta ser imprescindível apoiar um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da participação social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), o que permitiria maior eficácia, eficiência e efetividade (BRASIL, 2009).

Nesta direção, o PVP-PB procura facilitar um encontro transformador entre os atores sociais do mundo do trabalho, seus movimentos, sindicatos e organizações populares/comunitárias, a partir de uma análise crítica dessa realidade, considerando seu próprio olhar, para que, assim, construa-se uma rede qualificada de sujeitos conscientes dos seus direitos e proativos na busca pela sua efetivação (LACERDA et al., 2014).

Em se tratando de um Projeto de Extensão, permite a inserção de estudantes universitários de diversas áreas correlacionadas (saúde, seguridade social, trabalho e emprego, educação, meio ambiente, direito do trabalho, produção, comportamento humano, etc.), delineando a intersectorialidade do campo da saúde do trabalhador e permitindo a interação trabalhador-extensionista, independentemente do semestre que o aluno esteja cursando (LACERDA et al., 2014).

Quando foi iniciado como atividade de extensão, o Projeto visou relacionar a comunidade acadêmica com a realidade dos trabalhadores por meio de um processo de inclusão digital, formação de redes sociais e criação artística de trabalhadores, no intuito de, através da reflexão e expressão artística do próprio trabalhador sobre sua realidade, auxiliar no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre questões de saúde no ambiente laboral (LACERDA et al., 2014).

Participavam do Projeto 24 (vinte e quatro) trabalhadores, sendo 12 (doze) atuantes no setor formal e 12 (doze) no setor informal, além de outros atores significativos, dentre os quais se destacavam membros de comunidades populares onde são empreendidas experiências de Extensão Popular e de Educação Popular em Saúde.

Na categoria dos trabalhadores formais, havia profissionais como Agente Comunitário de Saúde (ACS), tecelão, pedreiro, torneiro mecânico, professora, garçom, atendente comercial, ouvidor, técnico em telecomunicação, secretária, assistente social e guarda municipal. No segmento dos trabalhadores informais atuavam contínuo, vigilante, dona de casa, artesão, merendeira, apicultor, profissional do sexo, artista circense, catadora de resíduos, fitoterapeuta, lavador de carros, dona de casa, dentre outros que também puderam participar e colaborar com a experiência.

Na proposta inicial do PVP, cada trabalhador recebia (em comodato) um aparelho digital fotográfico, passando a produzir e socializar diversos registros sobre sua experiência pessoal e social no seu cotidiano, compartilhando-os nas reuniões e em um espaço pessoal do *site* nacional do Projeto. O produto dos registros abastecia tematicamente os encontros periódicos com todos os envolvidos, servindo de combustível para o debate. Posteriormente, após ser compartilhado com o grupo local no encontro, o material produzido era postado no referido endereço eletrônico para ser compartilhado em rede por todo o país (LACERDA et al., 2014).

No ano 2011, a condução do projeto se efetivou nos seguintes eixos: 1) tutorias realizadas no domicílio ou local laboral dos trabalhadores promovida pelos estudantes-tutores; 2) Fórum Permanente de Educação Popular e Saúde do Trabalhador; 3) Curso de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador; 4) oficinas pedagógicas; 5) reuniões organizativas, teórico-vivenciais e avaliativas.

As tutorias objetivavam a capacitação dos trabalhadores nas ferramentas do PVP-PB, apresentando as câmeras, o *site* do PVP Nacional, o processo de *login*, o modo de usar o *site*, e - principal - a filosofia do projeto, de como usar as imagens de modo educativo/propositivo/transformador, através de diálogo e da articulação manual nas próprias ferramentas. Outro objetivo proposto pelas visitas era expandir a visão dos tutores acerca da realidade do trabalhador brasileiro, gerando diálogo e realizando a troca de saberes através de experiências distintas. As visitas eram feitas a todo trabalhador no decorrer da semana, ocorrendo uma visita a cada 15 dias (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

Os encontros do Fórum Permanente de Educação Popular e Saúde do Trabalhador ocorreram na UFPB – Campus I e na SABE, em Campina Grande-PB, em quatro datas diferentes, com

os seguintes temas: “Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador”, “A situação da Saúde do Trabalhador no Estado da Paraíba”, “Privatização, Terceirização e o Enfraquecimento do Estado” e “A luta do trabalhador em defesa do meio ambiente e suas condições de saúde”. A metodologia usada durante o Fórum consistia em dinâmicas de apresentação e acolhimento, seguidas de roda de conversa com a presença de debatedores específicos em cada tema, além da visita ao local da experiência. Os temas escolhidos foram propostos pelos próprios participantes dos encontros (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

Durante a vigência do projeto, foi organizado e desenvolvido o Curso de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador, cuja temática foi “O Controle Social em Saúde do Trabalhador”. O mesmo aconteceu nas dependências da UFPB, mais precisamente nas salas do Centro de Ciências da Saúde (CCS), no período de outubro a dezembro de 2011, sendo uma iniciativa do próprio projeto na criação de um espaço de aperfeiçoamento, capacitação e problematização ao público-alvo: o grupo de trabalhadores do PVP-PB, parceiros e extensionistas (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

As oficinas pedagógicas do projeto ocorriam quinzenalmente e utilizavam a exposição dialogada das ferramentas através de vídeos na internet, buscando a capacitação dos tutores nas ferramentas do PVP-PB (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

As reuniões organizativas semanais eram realizadas em roda de conversa e ocorriam nas sextas-feiras (17h às 19h). Os seguintes passos eram seguidos: 1) Informes (avisos); 2) Pautas (temas a serem discutidos); 3) Repasse das visitas; 4) Encaminhamentos (a resolver). Já as reuniões teórico-vivenciais ocorriam mensalmente com intuito de capacitar os estudantes-tutores nos aspectos teóricos relacionados à saúde

do trabalhador. Quanto às reuniões avaliativas, estas foram desenvolvidas a cada semestre objetivando comparar as ações desenvolvidas com as metas que foram planejadas.

Durante as atividades desenvolvidas, a câmera digital sempre foi uma ferramenta utilizada para registrar as ações produzidas pelos trabalhadores participantes e pela equipe do Projeto. As produções digitais ajudaram a enaltecer e divulgar as histórias de vida dos trabalhadores, sendo elas em fotografias, filmes, entrevistas ou depoimentos (ALENCAR; LUNA; LUCAS, 2011).

O PVP-PB destacou-se em cenário nacional por dar continuidade a esta ideia mesmo quando em quase todo o restante do País ela foi pausada e retornou apenas no ano de 2012 com uma inovação do PVP-Indígena (SOUZA et al., 2012).

A partir desse ano, o PVP-PB passou a integrar o PROGEPS (atual NEPOPS), uma iniciativa que agregou vários projetos guiados pelo fio da Educação Popular em Saúde – EPS. Tal integração deu-se pela identificação com a proposta de fortalecimento da rede de EPS na UFPB e na Paraíba, articulando diferentes atores sociais na discussão em rede.

Vale destacar que, em 2012, o PVP-PB se inseriu como apoiador e articulador da reestruturação do MOPS-PB que, por vários motivos, se encontrava desorganizado. O MOPS tem por objetivo, junto com seus parceiros, fortalecer o movimento popular em saúde no estado, na região e no país, em uma perspectiva de reintegração das práticas populares de saúde no movimento nacional de saúde popular (SOUZA et al., 2012).

Ainda neste referido ano, foram incluídas as atividades-eixos orientadoras: 1) vivências, e 2) oficinas (inclusão digital, temáticas, e teatro do oprimido).

As vivências foram espaços que possibilitaram a troca de experiência entre trabalhador e estudante, realizada no

próprio espaço de trabalho dos atores sociais que integram PVP-PB, tendo como objetivo proporcionar e conhecer o processo de trabalho, como também vivenciar as relações sociais que surgem do mesmo, contribuindo para troca de saberes entre os participantes sobre diversas realidades (SOUZA et al., 2012).

A primeira vivência de 2012 foi realizada na Comunidade Maria de Nazaré, em João Pessoa-PB, com a facilitação de uma ACS integrante do PVP-PB, sendo esta ação importante para se conhecer a comunidade e integrar os novos participantes/estudantes extensionistas ao Projeto. A segunda vivência foi realizada na Casa do Artesão, no bairro Centro, em João Pessoa-PB, possibilitando um conhecimento sobre o artesanato desenvolvido, desde a sua origem até o resultado final, visto na Casa do Artista Paraibano. Lá, foram constatadas as péssimas condições de infraestrutura e a luta dos artesãos por seus direitos e reconhecimento. A terceira vivência foi realizada na Baía Traição, município do litoral norte paraibano, onde foi possível visualizar as dificuldades enfrentadas pelos pescadores em relação ao próprio trabalho e o descaso com a sua saúde nesse processo. A quarta vivência, realizada em Itaporanga, alto sertão paraibano, permitiu apreciar um pouco da realidade do sertanejo, compreendendo-se nesse percurso a falta de recursos e a seca causada pela crise hídrica. A simplicidade desse povo e sua receptividade acolhedora, apesar das limitações, foi o que mais atraiu todos os integrantes do PVP-PB, tornando-a como uma vivência das mais emocionantes. Enfim, a quinta e última vivência de 2012 foi realizada em Jacaraú-PB, no Assentamento Novo Salvador, com a facilitação de uma fitoterapeuta do Projeto. Nesta ocasião, foi possível conhecer um pouco da realidade daqueles que vivem em assentamentos, seus desafios e perspectivas (SOUZA et al., 2012).

As oficinas neste ano foram subdivididas, sendo a de Inclusão Digital a que mais se assemelhou com a proposta das

oficinas pedagógicas do ano de 2011. As oficinas temáticas partiram das necessidades observadas por trabalhadores e extensionistas do Projeto, abrindo-se a possibilidade dos mesmos estarem facilitando-as de maneira a estimular o protagonismo e a criticidade dos integrantes.

Já o Teatro do Oprimido, elaborado pelo teatrólogo Augusto Boal, parte do princípio de que a linguagem teatral é a linguagem humana, que é usada por todas as pessoas no cotidiano, de maneira a criar condições práticas para que o oprimido se aproprie dos meios de produzir teatro e, assim, amplie suas possibilidades de expressão, estabelecendo uma comunicação direta, ativa e propositiva entre espectadores e atores (SILVA; SILVA; NASCIMENTO, 2014). Readaptando a proposta ao Projeto, foi enfatizada a vida do trabalhador no âmbito da saúde.

Com a inserção no PROGEPS, as vivências e o Fórum, que eram ações específicas do PVP-PB, foram replanejados para se tornarem mais abrangentes e abrirem o escopo de possibilidades para além da saúde do trabalhador. Assim, nasceu o Fórum Permanente de Educação Popular em Saúde na Paraíba (FORPEPS), que oferece um espaço de debate para qualificação do controle social, pretendendo dar maior visibilidade às problemáticas enfrentadas e promover trocas de experiências em torno da saúde.

Procurou-se realizar o Fórum bimestralmente em espaços estratégicos, sobretudo dentro das próprias comunidades parceiras da extensão popular, contando com a contribuição de universitários, sindicatos, órgãos públicos, trabalhadores/as formais e informais e, principalmente, integrantes de movimentos sociais e líderes comunitários. O local ideal e os temas a serem discutidos nos Fóruns posteriores eram escolhidos pelos próprios participantes, que, em 2012, foram: “Análise de conjuntura da educação popular em saúde no estado

da Paraíba”, no Auditório do CCS/UFPB; “Política Nacional de Educação Popular em Saúde: caminhos, necessidades e estratégias na Paraíba”, no Auditório do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, e “Práticas de educação popular em saúde: que dificuldades e caminhos temos encontrado no nosso dia a dia?”, na Praça de alimentação da Faculdade Unida da Paraíba – UNPB (BARBOSA et al., 2015).

No ano 2013, houve uma inovação na base nacional do PVP, articulando, como eixo teórico-metodológico, a EPS com a experiência da Ergologia, idealizada e desenvolvida na França por Yves Schwartz da Universidade de Provence. Esta trata basicamente de uma proposta para analisar e refletir o trabalho humano e suas implicações na vida dos trabalhadores, buscando estratégias de intervenção e transformação nesse campo.

Com essa nova proposta, o PVP Nacional passou a trabalhar, então, com classes de trabalhadores. Na Paraíba, foram escolhidas três categorias para se desenvolverem os chamados Grupos de Encontro de Trabalho (GETs): ACS, professores e trabalhadores de empresas terceirizadas. A metodologia do GET propõe um debate a respeito de um tema ligado à saúde de cada grupo de trabalhadores.

Foi no ano 2013 que também ocorreu à fusão do PVP-PB, enquanto projeto de extensão, ao Projeto de Educação Popular e Atenção à Saúde do Trabalhador (PEPAST), nascendo o Programa de Educação Popular e Saúde do Trabalhador (PEPST), no intuito de reunir os projetos de educação popular com foco na saúde do trabalhador da UFPB, em vias de se fortalecer a rede e a ampliar os espaços de discussão nesse campo.

Ainda em uma nova parceria entre a coordenação do Programa e o departamento de fonoaudiologia da UFPB, foram integrados a essa proposta os Projetos: Educação Popular em

Saúde Escolar (EDUPFONO) e Assessoria em Voz para Professores (ASSEVOX).

As ações do Programa passaram a ser, então, mais voltadas para as comunidades Grotão e Maria de Nazaré, em João Pessoa-PB, com parceria das Unidades de Saúde da Família (USF) locais. Como atividades desenvolvidas nesse território, foram inseridas as tutorias, do PVP-PB, e as visitas domiciliares, do PEPAST. Os GETs ocorriam também dentro do território: USF Grotão e Escola Municipal Tharsilla Barbosa da Franca. Apenas o GET dos trabalhadores terceirizados foi realizado fora desse espaço, no campus IV da UFPB, em Mamanguape, baseado na proposta do PVP Nacional.

No ano de 2014, o Projeto resolveu firmar mais duas parcerias dentro do bairro Grotão: grupo de idosos comunitário e a rádio comunitária. O grupo de idosos, já instituído há alguns anos pelo Pr. Raimundo Pereira da Silva, da Igreja Evangélica Congregacional, local onde o grupo também ocorre, foi um espaço aberto para o PEPST realizar ações com foco na promoção da saúde nas segundas-feiras à tarde, sendo possível, assim, contemplar o engajamento por parte dos participantes e a abertura deles a essas atividades que, para o Programa, constituíram novos horizontes voltados para a saúde do idoso que foi/é trabalhador.

O *Programa Saúde do Trabalhador* acontecia todos os sábados na Rádio Tropical Grotão, onde os extensionistas contavam com 30 minutos para expor um tema, especialmente ligado à saúde do trabalhador. Como um veículo de comunicação, essa iniciativa era capaz de alcançar pessoas que não participam das atividades semanais do PEPST, tornando possível a divulgação de ideias de modo a motivar a conscientização dos moradores do Grotão acerca dos temas abordados, além de promover um espaço de diálogo com a comunidade, contribuindo assim para o fortalecimento do controle social e a participação popular.

Ressalta-se ainda que, mesmo com o desenvolvimento de várias ações independentes, o PVP-PB, inserido no NEPOPS, ainda colaborou para o desenvolvimento do FORPEPS, das vivências, das ações de sistematização de experiência e ações teóricas.

Em 2015, houve o desligamento do EDUPFONO e ASSEVOX do PEPST, mas, nesse mesmo ano, o PEPST passou a integrar também o Programa Mais Saúde na Comunidade (PMSC).

O PMSC articula ações interdisciplinares em práticas integrais de cuidado em saúde através de cinco ações: PEPST; Projeto Promoção da Saúde em Comunidades com Ênfase na Estratégia Saúde da Família; Projeto Acesso Cidadão: práticas integrais e interdisciplinares para inclusão da pessoa com deficiência ao lazer, esporte, arte e cultura; Estágios Interdisciplinares de Vivências (EIVs); vivências e ações comunitárias em localidades urbanas da periferia e assentamentos da Reforma Agrária; e o FORPEPS.

Numa perspectiva histórico-crítica, o PMSC insere-se na realidade dos territórios/cenários de práticas populares e vivências, envolvendo sujeitos comprometidos com a transformação social, tendo na educação popular o fio condutor de estratégia teórico-metodológica, fundamentada no respeito *à troca de saberes, no diálogo, na escuta qualificada, nas relações horizontais* entre os sujeitos, na perspectiva da construção de novos caminhos e espaços de atuação, protagonizados por atores do campo popular.

O PMSC prioriza: 1) a promoção e o cuidado integral em saúde na estratégia em saúde da família; 2) a atenção à saúde do trabalhador; 3) a acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência; 4) a experiência em vivências interdisciplinares, envolvendo estudantes, professores técnico-administrativos da universidade e população das comunidades do campo e da

cidade em formação e qualificação permanente no campo da educação popular.

O PEPST, dentro do PMSC, é o eixo que tem a saúde do trabalhador como foco, onde continua a desenvolver apenas as ações das tutorias e as visitas domiciliares nas comunidades do Grotão e Maria de Nazaré e o grupo de idosos que, atualmente, ocorre aos sábados pela manhã na Escola Municipal Tharsilla Barbosa da Franca.

As demais ações do PVP-PB/PEPST, inclusive aquelas ligadas ao NEPOPS na tríade 2015-2016-2017, foram pausadas devidas às organizações internas dos Projetos/Programas e os novos horizontes traçados. Mesmo assim, espera-se para 2017 uma nova articulação para se voltar a fortalecer essa rede de extensão popular na Paraíba.

No tocante ao processo metodológico do PVP, a sistematização das ações é realizada com o intuito de compreender a extensão universitária e sua práxis, articulada ao ensino e à pesquisa, promovendo, em caráter indissociável, a formação dos sujeitos: docentes, estudantes, atores sociais e técnicos do projeto.

As produções de trabalhos científicos, de estudos e de monitoramento da experiência fazem parte da dinâmica do programa e são desenvolvidos através de um instrumento chamado de Sistematização de Atividade Diária (SAD), que é utilizado para processar a práxis das ações. Esse instrumento foi idealizado pelo educador popular e sociólogo Oscar Jara Holliday, o qual considera que a sistematização pode colaborar no enfrentamento dos desafios que estão postos, tendo em vista estas experiências conterem aprendizagens fundamentais que podem e devem ser disseminadas (HOLLIDAY, 2006).

Como principais resultados, podem-se destacar, dentre outros: a contribuição para construção de uma grande rede nacional de troca de experiências em saúde do trabalhador; a

contribuição do PVP para o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) em parceria com Instituições de Ensino Superior, Centrais Sindicais e movimentos sociais (como o MOPS); a promoção da autonomia e protagonismo dos trabalhadores do setor formal e informal sobre a realidade cotidiana do trabalho e suas implicações no processo saúde-doença; a formação de sujeitos (estudantes, professores, técnicos administrativos e trabalhadores) na perspectiva da educação permanente mediada pelos princípios da educação popular em saúde; a apropriação dos direitos do trabalhador sobre suas condições de trabalho e como superar essa desvantagem no campo da saúde; e a contribuição para a produção de estudos e pesquisas acadêmicas em saúde do trabalhador a partir da experiência em extensão popular.

Cada ação desenvolvida pelo PVP-PB/PEPST/PMSC é refletida como potencialidade, pois são concretas frente a uma sociedade omissa e pacífica, afinal, são gerados espaços que proporcionam discussões, reflexões críticas e participação ativa, dando visibilidade e capacitando os trabalhadores sobre os seus direitos e deveres em face da saúde do trabalhador. Assim, pode-se afirmar que o conjunto de atividades promovidas oportunizou o crescimento e estabelecimento de um espaço estadual e nacional de interação, articulação e mobilização de atores, práticas e experiências populares em saúde.

A EPS, como alternativa metodológica e fio condutor do PVP-PB, permite esse discurso transformador, de modo que cada sujeito, de maneira crítica e reflexiva, possa contribuir no debate no campo da saúde do trabalhador. Tudo isso contribuiu para que o PVP-PB fosse mais que um projeto de extensão universitária, propiciando a imersão do trabalhador e da comunidade numa realidade em que se pode participar ativamente. Além disso, proporciona ao estudante extensionista um novo olhar quanto

às diversas realidades sociais, colaborando positivamente para sua formação, de modo a torná-lo um profissional mais humanizado e consciente de todos os parâmetros da vida humana relacionados à temática exposta.

Muitos percalços e conquistas ainda estão para ser vivenciados, mas a perspectiva é que o PVP-PB continue contribuindo para ações integrais em saúde vinculadas às principais políticas públicas do SUS e para uma formação em saúde que integre os futuros profissionais de saúde ao cuidado integral da população. Espera-se também continuar colaborando para o debate sobre a saúde do trabalhador brasileiro e para que a rede de EPS na Paraíba seja fortalecida no estímulo à participação social na luta pelo direito a saúde.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, I.C.; LUNA, R.M.S.; LUCAS, S.L. **Projeto Vidas Paralelas Paraíba: saúde, cultura e educação popular para participação social na saúde do trabalhador paraibano**. Relatório Anual. Vigência: 2011.

BARBOSA, A.M.; SILVA, J.N.F.; ARAÚJO, E.G.; PEREIRA, J.C.; LACERDA, D.A.L.; ALVARENGA, J.P.O. Fórum permanente de educação popular em saúde: construindo estratégias de diálogos e Participação popular. **Rev. APS.**, v. 18, n. 4, p. 554-9, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador**. Cadernos de Atenção Básica, n. 5. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

LACERDA, D.A.L.; CRUZ, P.J.S.C.; HOEFEL, M.D.G.L.; COSTA, I.D.C.C.; BARBOSA, A.M.; ALENCAR, I.C.; LUNA, R.M.S. Educação popular e controle social em saúde do trabalhador: desafios com base em uma experiência. **Interface- Comunic, Saúde, Educ.**, v. 18, supl. 2, p. 1377-1388, 2014.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, 1997.

REDE ESCOLA CONTINENTAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR – REC_ST; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB. **Vidas Paralelas**: ação compartilhada nas áreas de saúde e cultura do trabalhador brasileiro. Relatório da 1ª etapa de implementação do projeto: Pesquisa e avaliação em metodologias de inserção digital e arte; Diálogos sobre cultura e saúde do trabalhador. Versão Preliminar. Brasília: REC_SR; UnB, 2008.

SILVA, A.C.B.; SILVA, M.C.C.B. NASCIMENTO, C.M. O adolescente resignificando seu lugar na sociedade contemporânea: o teatro do oprimido como ferramenta psicoeducativa. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 9, n. 1, p. 123-146, 2014.

SOUZA, E.G.; GOMES, J.G.A.; FREITAS, A.C.F.; LISBOA, J.G.; SANTOS, F.S.; SILVA, J.N.F.; SATURNINO, C.I.N. **Projeto Vidas Paralelas Paraíba**: trazendo a reflexão crítica através de ações práticas de educação popular em saúde no âmbito cultural e social na realidade do trabalhador paraibano. Relatório Anual. Vigência: 2012.

INTRODUÇÃO - LADO B

Arnildo Dutra de Miranda Júnior
Mayara Floss

*Escolho meus amigos não pela pele
ou outro arquétipo qualquer, mas pela
pupila.*

Tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante.
A mim não interessam os bons de espírito nem os maus de hábitos.
Fico com aqueles que fazem de mim louco e santo.
Deles não quero resposta, quero meu avesso.
Que me tragam dúvidas e angústias e aguentem o que há de pior
em mim.
Para isso, só sendo louco.
Quero os santos, para que não duvidem das diferenças e peçam
perdão pelas injustiças.
Escolho meus amigos pela alma lavada e pela cara exposta.
Não quero só o ombro e o colo, quero também sua maior alegria.
Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto.
Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade.
Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos.
Quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de
aprendizagem, mas lutam para que a fantasia não desapareça.
Não quero amigos adultos nem chatos.
Quero-os metade infância e outra metade velhice!
Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto; e velhos,
para que nunca tenham pressa.
Tenho amigos para saber quem eu sou.

Pois os vendo loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos, nunca me esquecerei de que “normalidade” é uma ilusão imbecil e estéril.

Oscar Fingal O’Flahertie Wills Wilde

Neste começo, gostaríamos de esclarecer os nossos primeiros passos na criação da Liga de Educação em Saúde (LES). Éramos um grupo de seis acadêmicos de medicina descontentes com as nossas vivências na universidade. Para nós, a prática não dispunha de amor, cuidado ou sentimento. Tudo parecia ser mecânico, apesar de sabermos um belo discurso sobre como cuidar da saúde e dos pacientes. Questionávamo-nos, inclusive, se a medicina era a área certa para nós. Não cabíamos (e acreditamos que, até hoje, não nos enquadrámos bem) na lógica da faculdade, no sentido atual da própria medicina.

Estávamos no primeiro ano de curso, cheios de curiosidade, medos e anseios. O desejo de sermos bons profissionais era, sem dúvida, uma unanimidade entre o grupo. Segundo o pensamento coletivo, deveríamos sentar na cadeira e estudar pilhas de livros imensos de fisiologia, anatomia e muitos outros. Por outro lado, víamos profissionais muito qualificados, com um domínio profundo da técnica de diagnóstico e condutas, os quais nos serviam como ídolos. Contudo, após uma consulta, víamos os pacientes mais perdidos do que quando chegavam, com grandes diagnósticos e respostas biomédicas, mas sem a compreensão do que era falado e do que estava acontecendo com o próprio corpo. Por outro lado, os médicos não se preocupavam se o paciente, por exemplo, poderia comprar aquele remédio, pois o diagnóstico era mais importante do que a pessoa que estava na nossa frente.

E, depois disso tudo, ainda nos sentíamos fracassados ao visitar e conversar com aqueles pacientes e descobrir que,

mesmo com a hipertensão, o diabetes e as suas doenças, não seguiam os tratamentos. Passamos a entender que algo estava errado e que aquele não era o nosso propósito ao entrar na faculdade.

Assim, em 2010, insatisfeitos com o Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande, algumas coisas nos aproximaram como músicas, violão e grandes discussões (no ônibus). Em agosto, no começo do segundo semestre, optamos por levar adiante nossas discussões, pondo-as em prática.

A princípio, conversamos com os nossos colegas e expusemos nossas ideias. Então, juntamos aquelas seis pessoas para iniciar o processo em termos mais executáveis. No entanto, o primeiro desafio foi encontrar um professor que, ao longo dos anos, não tivesse se perdido no meio de tanto academicismo, que não tivesse “esterilizado” os seus sentimentos.

Conhecíamos poucos professores, mas precisávamos escolher alguém que abrisse uma fresta na porta da faculdade para as nossas ideias. Então, o professor Tarso apareceu para dar uma aula na disciplina de “Relação Médica” e pareceu-nos ser uma boa escolha. Esperamos até o final da aula para falar com ele e ele aceitou participar da primeira reunião daqueles alunos do primeiro ano.

Como ele mesmo diz várias vezes, naquele momento ele pensou: “Vamos ver o que esse pessoal está pensando, vai que dá certo”. O grupo ainda não tinha nome, mas éramos unânimes no fato de querermos ir para a comunidade, o que significava vivenciar a prática. Se dependesse de nós, começaríamos as atividades naquele momento. Possivelmente, ele também deve ter ficado preocupado com a nossa determinação, porque, se ele não abraçasse nossa causa, iríamos de qualquer maneira pôr nossos planos em prática.

Ele reforçou que seria importante termos alguns textos base para não chegarmos “crus” na comunidade, ao que acatamos facilmente. Inicialmente pretendíamos conversar com a comunidade para ouvir e compreender sua visão sobre a doença e ajudar na adesão ao tratamento, mesmo não sendo os principais princípios da Educação Popular (EP). Aliás, mal sabíamos do que se tratava a EP, a identificação com ela aconteceu algum tempo depois.

No final da reunião, pensamos que, sendo estudantes de medicina, poderíamos formar uma Liga, mesmo não entendendo o significado disto. Juntamos as palavras “Educação” e “Saúde”, o que nos deu “Liga de Educação e Saúde”; mais tarde, transformamos em “Liga de Educação em Saúde”. Começamos com reuniões semanais para o “mês” de preparo, entre agosto e setembro de 2010. Discutíamos alguns textos que o professor Tarso trazia, ajudando a moldar o começo da Liga de Educação em Saúde (LES), cuja sigla causava algumas piadas por remeter a Lúpus Eritematoso Sistêmico (uma doença reumatológica).

Era fácil vislumbrar como nosso projeto era passível de dar errado, e isso foi tratado nas primeiras reuniões, sem esquecer também do que poderia ser exitoso. Em muitas ocasiões pensamos que não prosseguiríamos ou que estávamos muito cansados para continuar. Apesar disso, sempre surge um novo ânimo e certas vezes a própria comunidade nos dá incentivo. Foram idas e vindas de muito trabalho e esforço que acabaram consolidando o projeto proposto.

Então, depois de um mês com reuniões semanais, marcamos a primeira reunião com o Centro de Atenção Integrado da Criança (CAIC) do Carreiros, que tinha turmas noturnas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para começarmos a desenvolver nossas atividades com o EJA.

Preparamo-nos para essa reunião com a intenção de propor um diálogo, por concordarmos que palestras não seriam efetivas. Sempre discutimos que mal suportávamos nossos professores com seus slides e que a tela preta no fim da aula, às vezes, era um alívio. Queríamos conversar com aquele grupo de EJA, que era composto por uma faixa etária ampla de jovens até idosos.

A diretora do CAIC levou-nos para uma ampla sala, onde dispusemos as cadeiras de plástico em círculos. Fomos sem jaleco, sentamos misturados entre a comunidade e ficamos apreensivos, aguardando os alunos do EJA chegarem. Também fizemos uns cartazes para ir preenchendo com a comunidade com as seguintes frases: “O que é saúde?”, “Porque eu vou ao médico?” e os temas que seriam escolhidos para as próximas reuniões.

Após a entrada de cerca de vinte alunos, iniciamos com uma dinâmica que já praticamos várias vezes, que consiste em entregar um palito de fósforo para cada participante e, enquanto o palito queima, a pessoa deve se apresentar. Mesmo com um pouco de constrangimento, a apresentação foi divertida e ajudou a quebrar a timidez inicial. Então começamos a questionar: “o que é saúde?”, ao que várias respostas foram dadas: realizar todo o calendário vacinal, viver em um ambiente saudável (no meio da discussão foi levantada a questão do que seria um ambiente saudável que, segundo eles, deveria ser limpo, sem animais, com o lixo no lugar certo, com saneamento básico), ter hábitos de higiene, realizar exames preventivos, não utilizar drogas, ter educação, fazer atividades que deem prazer e bem-estar. Aos poucos, percebemos a construção daquele conceito que aprendemos no primeiro dia de aula: que saúde é o tal bem-estar biopsicossocial e não só ausência de doença.

No entanto, quando perguntados: “Porque não vou ao médico?”, a reunião tornou-se tensa. À medida em que os envolvidos passaram a dar sua opinião, todos foram se sentindo mais à vontade para se expressar, o que aponta para um aspecto positivo da Educação Popular, todos tinham voz e vez. De princípio eles relataram que não iam ao médico porque não queriam descobrir doenças. Então, um jovem falou: “tu chega lá e o médico nem te olha na cara, dá uma receitinha e te manda embora”. Uma senhora relatou: “ia lá e ficava esperando horas, enquanto os médicos ficavam tomando cafezinho e dando risada em numa sala e minha irmã passando mal”. Os outros estudantes começaram a concordar e dar mais exemplos.

Tentamos amenizar, informando que éramos apenas alunos do primeiro ano e queríamos ser diferentes, ao que fomos perguntados enfaticamente: “Por que vocês estão fazendo medicina? É pelo dinheiro?”. Neste momento nos entreolhamos e cada um falou um pouco, afirmando que queríamos ajudar por gostarmos das pessoas. Por fim, eles começaram a nos aconselhar: “Não vão ficar mais velhos e não olhar nos olhos dos pacientes”; “Têm que aprender a conversar direito”. Também tentamos explicar como é estressante a rotina, enquanto o professor Tarso apenas observava. Depois ele esclareceu sobre os tipos de médicos, as dificuldades, o dia-a-dia, etc.

Na reunião seguinte, tivemos que nos apresentar (utilizando o palito de fósforo novamente) e retratamos as coisas que gostávamos de fazer, que coincidiam com as mesmas coisas que os participantes gostavam. Eles surpreenderam-se, pois, mesmo tendo nossas vidas diferentes, éramos iguais e humanos. Então, definimos os temas para abordar nas próximas reuniões.

Ao longo das reuniões seguintes, ganhamos mais confiança e o apoio da comunidade. Os relatos se tornavam

cada vez mais profundos, carregados de sentimento, e nós falávamos também da nossa vida acadêmica. Estávamos trocando experiências e discutindo sobre saúde, não impondo ideias ou conceitos próprios. Passamos a criar nossas analogias de explicação para as dúvidas e, nas reuniões teóricas, estudar também Paulo Freire e Eymard Vasconcelos para construir as bases de uma bibliografia.

Certamente, há muitas histórias boas nesse primeiro ano de LES. Com o passar do tempo, no final das reuniões, todos nos ajudavam a organizar as cadeiras e chamavam-nos pelo nome. Conhecíamos e respeitávamos uns aos outros. No final do ano, foi com tristeza e alegria que concluímos o primeiro ciclo da Liga, pois uns concluíam o curso do EJA e outros passavam para o segundo ano do Curso de Medicina.

Em 2011, já no segundo ano de curso, recebemos os calouros e apresentamos o projeto da LES com o objetivo de divulgar o trabalho e buscar novos interessados, visto que no final do ano anterior já havia algumas dissidências. Organizamos reuniões introdutórias para discutir os textos, e a nossa ideia, apesar de tímida para os padrões, começava sua expansão paulatinamente. Mesmo com nosso pouco conhecimento, já estávamos orientando os novos integrantes.

Empenhamos nossos esforços na busca por novos integrantes por meio de propagandas para os calouros, mas era sempre difícil, porque não tínhamos mega-atividades, com procedimentos especializados. No entanto, tínhamos vivências, pessoas, contato humano (algo difícil de mensurar e explicar). Então, criamos formas de atrair estudantes para o projeto, fazendo dinâmicas ou discursos que mostrassem toda nossa empolgação; valia tudo. Nunca limitamos as entradas no projeto, se alguém demonstrava interesse em participar, era selecionado desde que participasse das reuniões teóricas e das práticas.

A nossa forma de seleção era baseado na resistência: quem permanecesse, realmente tinha encontrado um sentido no projeto. Isso, em alguns momentos, também se tornou um problema, porque no início do ano tínhamos 60 pessoas no projeto que, ao longo do tempo, foram desistindo, deixando, muitas vezes, outros colegas na mão ou prejudicando as atividades com a comunidade. No fim do ano, terminamos com cerca de 20 participantes. Porém, mesmo com a dificuldade, nunca encontramos melhor forma de seleção. Muitas vezes cogitamos (e tentamos) criar entrevistas e fazer reuniões obrigatórias com a regra de que a pessoa que faltasse estaria fora do projeto, mas isso nunca deu certo. Sempre acabávamos aceitando aqueles que tinham força de vontade e interesse. A educação bancária da universidade já era suficientemente autoritária para nós a utilizarmos também.

A LES constitui-se, adaptou-se, mudou os assuntos e enfoques, conforme amadurecia também em termos de projeto, e essa remodelagem continua até hoje. Cada integrante tem a sua influência, todos são iguais, mesmo o professor ou o residente são postos sem hierarquias. E essa ideia se expande para as comunidades nas quais atuamos, somos iguais e essencialmente humanos como o próximo.

O ano seguiu com as atividades no EJA do CAIC, e tentamos iniciar um grupo com idosos na Unidade Básica de Saúde da Família da Castelo Branco II (UBSF). Porém, diferentemente do grupo do EJA, que estava evoluindo bem, na UBSF queríamos criar um grupo para que os idosos participassem, e não nos inserirmos em alguma atividade já existente na comunidade. Ainda estávamos amadurecendo, e esse grupo, que não se desenvolveu bem, foi fundamental para esse crescimento, pois nos obrigou a buscar mais conhecimento para compreender a péssima adesão dos idosos.

Refletindo hoje, pensávamos estar fazendo algo maravilhoso. Entretanto, devia ser terrível para os idosos saírem de casa e se mobilizarem em uma sexta-feira à tarde para discutir saúde com acadêmicos de medicina. Reconhecemos que a estratégia foi péssima. A nossa impressão era de que os idosos estavam fazendo uma extensão das consultas médicas da UBSF e tentavam ocupar o tempo para cada um falar de suas próprias queixas, competindo para ver quem tinha mais dores, usava mais remédios ou tinha mais doenças. Porém, nunca tínhamos lido sobre diagnóstico de campo ou coisas do gênero.

Para não considerar o grupo um fracasso total, conseguimos fazer várias reuniões interessantes. Em uma em especial, ocorreu o “bingo da saúde”, onde colocamos cartões com vários desenhos (“família” e “coração”, por exemplo) que englobavam os aspectos familiares, sociais e culturais dos idosos. As cartelas foram distribuídas e, quem tivesse o desenho na cartela sorteado no bingo, o “coração”, por exemplo, poderia falar sobre o que a imagem remetia. Este procedimento acabou organizando e dando voz para todos os idosos. Além disso, havia a animação geral deles ao receberem os brindes que consistiam em materiais para cuidado e higiene pessoal. Assim, os idosos conseguiram compartilhar suas histórias e vivências. Foi um grande passo para aquele grupo, mas no final do ano, tornou-se inviável continuar com as atividades, devido ao nosso pouco vínculo e por questões de horário (a agenda sempre foi algo difícil de conciliar na LES).

O grupo do EJA também seguiu muito bem. Um grupo foi formado por adolescentes da sétima série com idade entre 12 e 16 anos para trabalhar com sexualidade, um acordo entre a coordenação do CAIC e a LES. Era a turma de alunos repetentes mesclada com alguns alunos que estavam acompanhando as aulas no ano correto, o que representou uma turma bem

heterogênea. Com o aprimoramento das nossas dinâmicas, criamos o QUIZ da sexualidade, com várias perguntas que tentavam se aproximar da linguagem dos adolescentes que já conhecíamos das reuniões anteriores. Para nós, um pouco mais velhos que aqueles adolescentes, tentar discutir sexualidade não se mostrou uma tarefa fácil no começo. Com o tempo, fomos nos conhecendo e criando mais vínculos, e então fizemos o QUIZ da sexualidade. Para encerrar as atividades do ano, inventamos um tabuleiro com atividades para os alunos fazerem, conforme iam avançando nas casas. Construímos um dado gigante, eles se dividiram em meninos contra meninas e, no final de cada rodada em que as atividades eram cumpridas, eles ganhavam um brinde que variava de uma camisinha a pipocas.

Vale ressaltar que, no dia em que tínhamos construído o tabuleiro, estávamos cansados e esquecemos de fazer os peões, mas esperávamos improvisar alguma coisa na hora. Assim, quando eles se dividiram em meninos e meninas, colocaram os estojos deles para representar cada grupo: as meninas, um estojo rosa, e os meninos, um estojo preto. Uma coisa que, de certa forma, regeu um pouco as nossas atividades foi a nossa criatividade e a intuição em seguir por determinados caminhos, como montar um tabuleiro para discutir sexualidade ou um bingo sobre a saúde. Outro aspecto interessante é que nunca julgamos ninguém capaz ou incapaz de compreender qualquer coisa, mesmo os assuntos que aprendemos na faculdade, de modo que sempre tentamos tornar isso o mais acessível possível, levando, inclusive, nossos livros e bibliografias utilizadas na faculdade com o princípio de que todos podem aprenderia. Os resultados sempre foram positivos.

A educação popular é também palco de improvisos, e assim fechamos o ano de 2011 com uma bagagem maior. O ano seguinte começou bem, mais alunos participando e, novamente,

muitos desistindo; mesmo aqueles em quem tínhamos muitas expectativas para a Liga.

Sempre fomos um trabalho sem fundos monetários, a não ser os nossos próprios. Isso acaba fazendo com que muitos alunos optem por outros projetos que ofereçam uma bolsa remunerada ou então optem por dar mais atenção ao curso, visto que o segundo ano de nossa faculdade é um dos mais complicados. Mas, o ano de 2012 foi um misto de persistência e novos começos.

Nesse período, iniciamos o trabalho no EJA novamente. No entanto, a direção havia sido trocada, os alunos haviam se formado e muitos professores haviam saído, o que configurava começar o trabalho novamente do zero. O grupo dos idosos da UBSF foi encerrado e o grupo de jovens do CAIC se tornava praticamente inviável, já que o período de aulas era de manhã e pelo fato de conciliar alunos de turmas e anos diferentes. Então, surgiu a possibilidade de iniciar as atividades no “Asylo dos Pobres”, uma instituição filantrópica de Rio Grande, a mais antiga do Estado, fundada em 1885. O Asilo abriga idosos institucionalizados, alguns por vontade da família, outros por ordem judicial e outros ainda por não terem condições de se sustentar ou viver mais em suas próprias casas.

Podemos citar, além da reestruturação das atividades práticas, a conjuntura da universidade como uma das grandes dificuldades enfrentadas no ano de 2012. Foi um ano de greve, tanto dos professores como dos técnicos e estudantes universitários. Tivemos que interromper as práticas no EJA e tínhamos iniciado recentemente o trabalho de vínculo com os idosos do asilo. Foram mais de três meses de greve, o que deixou todo o cronograma alterado. No EJA, as aulas voltaram no final do semestre letivo da escola, impossibilitando o seguimento do trabalho. Já no asilo, os extensionistas que participam da

LES e permaneceram na cidade continuaram visitando os idosos e mantendo as atividades de vínculo, o que permitiu uma aproximação mais fácil do grupo e uma certa continuidade das atividades.

Podemos afirmar, no entanto, que as reuniões teóricas foram prejudicadas, inclusive o planejamento. Um fato interessante sobre o início das atividades do asilo é ressaltado através da atividade dos integrantes da LES, que fizeram algumas reuniões, delimitando atividades prontas, organização do grupo e cronograma. Entretanto, ao chegar no asilo, tivemos uma verdadeira decepção, porque os asilados mal conversavam entre si, o que, sem dúvida, inviabiliza qualquer atividade de grupo. Isso se tornou um verdadeiro obstáculo, pois era paradoxal imaginar que pessoas que tanto precisavam se comunicar e dividir as suas experiências vivessem praticamente em silêncio entre si, vivendo no mesmo espaço.

Identificamos que a comunicação entre eles seria um dos desafios da LES dentro do Asilo dos Pobres. Foram diversas tentativas de abordagem dessa questão, mas nenhuma dava certo. Certa vez, decidimos levar música para viabilizar a interação entre eles, mas, no fim, a maioria ficou sentada olhando um para o outro e alguns conversando apenas com os extensionistas, que estavam ao lado. Queríamos provocar grandes mudanças em pouco tempo, mas constatamos que, no final do dia, eles sentavam no refeitório nos mesmos lugares de sempre.

Então percebemos que a única coisa que dava certo era ouvir. Escutar um a um e falar pouco: o asilo foi e é um exercício de paciência e audição. Fomos descobrindo que, mesmo presente no nosso discurso que “não devemos levar nada e, sim, fazer uma troca”, ainda assim queríamos levar mais, e o grupo do asilo nos ensinou a escutar. Os idosos foram mestres nisso. A

participação dos integrantes do “Asylo dos Pobres”, no começo, foi um verdadeiro “banho de água fria” e ainda hoje muitos que iniciam nas atividades do asilo não entendem o propósito de ir lá mais para escutar do que para falar. Parece que, ao menos, com esse grupo conseguimos aproveitar os aprendizados do grupo da UBSF Castelo Branco e melhorar como Liga.

De início, cogitamos ensiná-los sobre como eles deveriam cuidar de suas vidas, algo que, percebemos, eles já fazem há alguns anos. A atividade do asilo gerou muitos questionamentos, como, por exemplo, “o que se pode fazer para ajudar na saúde de um idoso?”. Tivemos que vivenciar, refletir e respeitar os asilados para entender o valor dos ensinamentos. Ficamos cerca de um ano visitando os idosos individualmente e, no começo de 2013, conseguimos realizar as primeiras atividades em grupo com os asilados, as quais foram verdadeiros sucessos.

Em uma delas algo engraçado aconteceu: dois asilados começaram a conversar e um deles, durante as reuniões em grupo, comentou: “Nossa, até que você não é tão burro como eu pensava, podemos até conversar”. Para nós, foi um momento desconcertante (até porque eles são colegas de quarto), o que nos fez perceber que, ao poucos, estávamos construindo algo durante as atividades do asilo.

Hoje, eles ficam esperando os alunos chegarem no portão do Asylo dos Pobres. Uma cena bonita, apesar da arquitetura do asilo bem desgastada com o tempo, com um jardim mal cuidado e na frente uma calçada na entrada com alguns bancos, pois, ali, os idosos ficam sentados esperando os alunos. Quando chegamos, há praticamente uma comissão de recepção, os idosos querem apertar as nossas mãos, abraçar e contar suas histórias. Encontramos verdadeiras pérolas escondidas nas paredes amareladas e antigas do asilo.

Antes, muitas pessoas perguntavam por que escolher um asilo para Educação Popular. Essa foi uma pergunta difícil de responder, já que se tratava de um misto de intuição, a localização central e a vontade de trabalhar com idosos. Mas, hoje podemos responder a essa pergunta com mais tranquilidade, porque a resposta se tornou óbvia: um asilo é uma comunidade, um grupo de pessoas que também necessita de atenção. É possível perceber o preconceito que esse local ainda representa na nossa sociedade e, talvez por isso, ele não se torne um espaço de interação e valorização daqueles que têm tanto a ensinar.

Como não seria mais possível dar continuidade no grupo do EJA, estávamos procurando um novo espaço de inserção, além da atuação no Asylo dos Pobres, que permitisse certa flexibilidade com o novo calendário no pós-greve). Assim, conhecemos o Grupo de Artesãs da Barra (GAB), que se encaixava no que procurávamos. O GAB fica localizado em uma vila de pescadores em Rio Grande, a Vila da Barra, cerca de quinze quilômetros do centro da cidade, em uma área de expansão portuária. Trata-se de uma comunidade que tem pouco acesso ao Sistema de Saúde devido à ausência de uma equipe de Saúde da Família no local, além da distância que existe dos Centros de Saúde e hospitais. Isso chamou nossa atenção e despertou-nos o interesse em trabalhar com esse grupo.

Como de costume, o começo foi árduo. Lá, conversamos com o grupo, pesquisamos entre os moradores, conhecemos o lugar e ficamos praticamente seis meses criando vínculo com as artesãs. No começo, elas deixaram claro que tinham interesse em saúde, mas não dispunham de tempo para um grupo de Educação em Saúde, pois tinham muitas ocupações e encomendas. Porém, elas disponibilizaram-se para que fôssemos visitá-las nos sábados, durante um curso de serigrafia que estavam fazendo.

Desse modo, passamos a nos organizar semanalmente em nossos próprios carros e em idas de ônibus para conhecer as artesãs. Aproveitamos a oportunidade e estávamos lá todo o final de semana. Por outro lado, já tínhamos ouvido em um outro momento, quando reiniciamos as atividades em 2011 no EJA, elas falaram “você sempre voltam”. E foi o que aconteceu durante seis meses: “sempre voltamos”, o que gerou certa confiança e cumplicidade entre nós. Em março de 2013, Suzana, líder do GAB, solicitou que marcássemos uma reunião. Foi o que fizemos prontamente, a fim de nos apresentarmos formalmente para mais artesãs e interessados. Foi uma reunião marcante, onde tivemos a oportunidade de produzir um curta-metragem para o 12º Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade.

Posteriormente, começamos a definir os temas, conversamos sobre hipertensão, aspectos posturais, entre outros. Mas, certamente, uma das reuniões mais marcantes ocorreu quando discutimos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). A reunião se mostrou produtiva, tanto pelos desdobramentos, como pela troca de conhecimento intensa que ocorreu: a nossa visão universitária da organização do SUS e elas com suas vivências do sistema, as histórias antes da implementação do SUS, o choque que havia entre aqueles que tinham acesso ao serviço de saúde e aqueles que não tinham. Importante ressaltar que, quando começamos a conversar sobre o SUS, ninguém da comunidade sabia o que significava a sigla. Apresentamos a Estratégia de Saúde da Família (ESF), com a qual elas ainda não tinham contato, além da importância dos Conselhos Locais de Saúde, visto que a Unidade Básica de Saúde da Barra era uma Unidade tradicional. No final da reunião mencionada, as participantes já estavam falando da importância de montar um Conselho Local de Saúde.

Em encontros posteriores, começaram a surgir participantes não só do GAB para tentar explicar os direitos no SUS. Elaboramos, em parceria com os participantes das atividades, cartazes e um panfleto intitulado “Meus direitos no SUS” para atrair mais pessoas para as discussões. Compunha também o panfleto uma foto da Casa Branca da Barra, um centro comunitário. Cumpre destacar que esse material foi constituído como reflexo das reuniões, ressaltando a compreensão dos direitos e o incentivo que se criou em prol da conscientização. O panfleto contava ainda com um espaço para que se agendasse a próxima reunião.

MEUS DIREITOS NO SUS

- Você sabe o que é o SUS? O SUS significa Sistema Único de Saúde

O SUS:

- *É um sistema que garante o acesso a saúde para todos.*

- *O SUS não faz distinção: atende a todos igualmente.*

- *É universal: deve atender a todos.*

- *É integral: atende todas as necessidades de saúde.*

- *É descentralizado: então a sua comunidade tem direito a esse atendimento.*

- *Exige a participação popular: a lei diz que todos devem ajudar na sua melhoria e construção.*

Participe do SUS!

Como? Ajudando a formar o Conselho de Saúde da Barra.

Pra que? Para lutar pelos nossos direitos no sus: como médico, dentista e equipe de saúde diariamente no posto da barra.

- *Para termos atendimento de qualidade.*

- *E conseguirmos infraestrutura de atendimento próxima.*

Quando? A liga de educação em saúde da medicina da FURG está fazendo reuniões informativas na casa branca da barra.

Desse ponto em diante, firmamo-nos intensamente na comunidade. Foi-nos possível fazer reuniões na Unidade Básica de Saúde Tradicional, onde encontramos apoio do enfermeiro da unidade, Carlos Roberto (Beto), para organizar o Conselho Local de Saúde. Logo, Suzana e Beto foram até o Conselho Municipal de Saúde para tentar estruturar o Conselho Local.

Esse engajamento refletiu na escolha da Comunidade da Barra, no final do ano de 2013, como local para a implementação de uma Estratégia de Saúde da Família. Por conseguinte, isso ocasionou um maior envolvimento nosso, uma vez que, além de irmos às reuniões das sextas-feiras, passamos também a fazer visitas às casas da comunidade nos finais de semana para conhecer melhor as pessoas. Destacamos um momento memorável que ocorreu quando a Suzana fez aniversário e convidou todos os integrantes da Liga de Educação em Saúde para comemorar em sua casa junto com os seus filhos e família, o que demonstra que não se trata de um projeto de extensão, mas também de laços de amizade que se desenvolvem e aproximam todos.

No aniversário da Suzi, todos estavam nos esperando de braços abertos. O marido da Suzi, Gonzalo, que também já participava das reuniões organizou um churrasco enquanto ela preparou doces, saladas e a casa dela (inclusive eles agilizaram uma reforma que estavam fazendo há anos para construir uma churrasqueira nova). Fomos muito bem recebidos, e ficamos até à madrugada conversando à beira da Lagoa dos Patos, visto que a casa da Suzi fica muito próxima da água, sendo que de sua janela pode-se ver os leões marinhos e barcos de perto. Segundo ela, é possível dormir ouvindo o barulhinho

da lagoa. Também, levamos o violão e o cajón para tocarmos e, assim, nos conhecermos ainda melhor. Foi uma noite muito emocionante e envolvente.

Com o prosseguimento das atividades, alguns acontecimentos atestaram para os benéficos das reuniões. A exemplo disso, Celina, participante da LES, conseguiu falar aos mais jovens da importância de cuidar da própria saúde, apesar de nunca falar em público. Leda, uma artesã, costumava sentar mais afastada em todas as reuniões, no entanto, atualmente é bastante comunicativa. São mudanças que não parecem significativas, mas têm se mostrado fundamental para os envolvidos. Visitamos também Beto e conhecemos a sua esposa. Fomos e somos bem recebidos todas as vezes. Essa relação mútua proporcionada pela Educação Popular tem nos permitido diversas vivências a partir do convívio com os habitantes da comunidade.

Todas as histórias oportunizadas nos dão muito orgulho, e ficamos felizes em saber que elas continuam acontecendo a cada encontro da LES, seja com os idosos do Asilo, com as artesãs da comunidade da Barra ou com nossos colegas nas reuniões teóricas. Para compor essa introdução, buscamos por fotos, materiais, arquivos de computador e gravações.

É inegável o fato de que, durante essa trajetória, ficamos exaustos, especialmente nos fins de ano. Precisávamos conciliar a faculdade com outras atividades (Diretório Acadêmico, grupo de palhaçoterapia, iniciação científica, estágios). Essas etapas de cansaço foram (e são) muito difíceis, pois acadêmicos desenvolvendo atividades de Educação Popular não é exatamente o que a maioria dos nossos colegas e professores compreendem como “ideal”. Muitas vezes, pensamos em desistir. Mas, depois de vários processos de amadurecimento, aprendemos a delegar e a criar novas lideranças no grupo. Isso tem sido um grande aprendizado.

Vários comentários surgem para desvalorizar nosso trabalho, classificando-o de “assistencialismo” ou “perda de tempo”, além de expressões como “vocês deveriam estar estudando”, “isso não é importante agora”. Para mais, houve momentos em que os grupos não estavam em perfeita coalizção, existindo atritos entre os alunos que estávamos coordenando e ficávamos bem desanimados. Em dados momentos, estamos convecidos a comunicar nossa saída, mas nunca falávamos nada. Algumas vezes tentamos, mas sempre acabamos por continuar. No entanto, agora que somos praticamente obrigados a sair devido à carga horária do quinto ano, não queremos mais nos afastar, pois somos os membros fundadores, junto com Tarso, que continua na LES desde o princípio.

Ao longo da existência do projeto, foi possível verificar a passagem de muitos acadêmicos, além daqueles que optaram por continuar em face do seu envolvimento cada vez maior. Os resultados são evidenciados de forma clara, fazendo com que os alunos saiam da rotina da construção teórica para aplicar os conhecimentos em suas vivências diárias. A exemplo disso, em muitas reuniões relatou-se a instatisfação dos estudantes com tratamento dado aos pacientes de forma desumanizada. Apesar do senso comum imposto pela faculdade, pelo qual o erro e a expressão de sentimentos não são aceitos, a LES deu margem à manifestação das emoções e ao erro.

Seção 3

**EXTENSÃO E EDUCAÇÃO POPULAR
EM ESTÁGIOS DE VIVÊNCIAS PARA
ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE**

“EU VOU À LUTA COM ESSA JUVENTUDE” RELATO DE EXPERIÊNCIA DO VER-SUS EM UMA ÁREA PROGRAMÁTICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Bianca Borges da Silva Leandro⁴⁹
Renan Duarte dos Santos Saraiva⁵⁰
Paula Bedim Pessanha⁵¹

*“Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada (...)”
(Gonzaquinha)*

49 Sanitarista. Mestre em Saúde Pública com ênfase em Vigilância em Saúde. Bacharel em Saúde Coletiva. Técnica em Gestão e Sistemas de Serviços de Saúde. Atualmente, atua como Tecnologista em Saúde Pública na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz.

50 Sanitarista. Mestre em Saúde Coletiva com ênfase em Epidemiologia. Especialista em Saúde da Família e em Vigilância em Saúde Ambiental. Bacharel em Saúde Coletiva. Atualmente, atua como Consultor Técnico no Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

51 Técnica em Gerência em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz. Atualmente é estudante de Medicina na Universidade Federal de São João Del Rei.

A dificuldade de alicerçar teoria e prática de modo integrado e coeso na formação de um profissional de saúde é um grande desafio. Situações de ensino-aprendizagem que facilitem a apreensão, por parte dos alunos, nas condições reais de trabalho são situações concretas onde a teoria pode ser vivenciada e o processo de aprendizado é mais significativo. Além disso, há poucos projetos que se propõem a inserir e apresentar ao estudante a realidade dos serviços de saúde. Assim, o VER-SUS (Projeto de Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde) surge como estratégia capaz de promover essa vivência.

O VER-SUS se constitui em uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Movimento Estudantil da área da saúde, a fim de aproximar estudantes universitários aos desafios e conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o projeto de vivências pretende provocar reflexões acerca do papel do estudante como agente transformador da realidade social, colaborar no amadurecimento da prática multiprofissional e interdisciplinar e contribuir para o debate sobre os projetos político-pedagógico das graduações da área da saúde. A proposta é

contribuir para a formação de profissionais críticos e sensíveis às necessidades da população brasileira e implementar o fortalecimento do SUS. Além disso, espera-se a criação de novas relações de compromisso e de cooperação entre estudantes, gestores de saúde, instituições de ensino superior e movimentos sociais, para efetivar a integralidade em saúde e a educação adequada dos profissionais. (ALVES et al, 2005, p. 267)

A experiência do VER-SUS aqui descrita ocorreu dos dias 29 de janeiro a 07 de fevereiro de 2012 em uma área programática

(A.P.) da cidade do Rio de Janeiro, contando com 07 (sete) graduandos: serviço social (1), saúde coletiva (3), psicologia (1), medicina (1) e enfermagem (1). Durante esses 10 (dez) dias de vivência, na parte da manhã e à tarde, os estudantes conheceram a dinâmica de funcionamento de diferentes serviços de saúde desta A.P., passando pelos principais pontos de saúde da rede, como unidades básicas de saúde, unidades especializadas, hospital, emergência, centro de atenção psicossocial, além de reuniões com as comunidades locais e os movimentos sociais. Complementando a vivência, nos períodos noturnos, com o apoio do facilitador do grupo, os acadêmicos realizavam discussões sobre o que foi vivenciado e, por meio desses debates, os estudantes realizavam a análise crítica do processo.

Os objetivos deste VER-SUS foram:

- Facilitar a compreensão da lógica de funcionamento do SUS, seus princípios e diretrizes;
- Reafirmar a saúde como direito social, fortalecendo uma consciência sanitária;
- Referenciar as práticas pedagógicas e as lutas sociais do campo e de populações historicamente excluídas, como um instrumento de apoio à formação dos estudantes e de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural;
- Estimular discussões relativas à integração entre educação e trabalho na saúde, articulando os gestores, trabalhadores e instituições formadoras na perspectiva da reorientação das práticas de ensino e de atenção;
- Provocar no estudante o compromisso ético-político nos processos de transformação do setor saúde, refletindo acerca do seu papel enquanto construtor e modificador das práticas sociais;

- Contribuir para o amadurecimento da prática multiprofissional e interdisciplinar.

O planejamento das unidades e serviços de saúde a serem visitados foi previamente organizado pela coordenação da A.P. com o suporte da equipe de organização e condução do VER-SUS no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, este planejamento foi apresentado e discutido com a facilitadora do grupo a fim de ambientá-la ao território de imersão e também agregar outros assuntos relacionados à rede de atenção à saúde que fosse de interesse de estudantes da área da saúde. O primeiro dia da vivência consistiu em uma roda de conversa entre a coordenação da A.P., o apoiador estadual do VER-SUS Rio de Janeiro, os estudantes e a facilitadora visando à apresentação da proposta de planejamento da vivência, pactuação do funcionamento da semana, esclarecimentos das dúvidas e adição de possíveis ideias que pudessem surgir. Procurou-se, sobretudo, fugir da lógica dos “produtos prontos”.

Figura 1 - Roda de conversa inicial para pactuar o planejamento e realização das atividades



Diariamente, os estudantes elaboravam relatórios para poder expor as percepções de cada espaço visitado. Ao final da vivência, os relatórios individuais foram sistematizados em um relatório final do grupo (Leandro et al, 2012), o qual foi organizado a partir de sete eixos temáticos, relacionados com os assuntos que foram vivenciados e problematizados pelos estudantes durante a vivência: Gestão em Saúde; Participação Popular em Saúde; Educação Permanente em Saúde; Atenção Básica; Rede de Urgência e Emergência; Maternidade e Projeto Cegonha e Saúde Mental.

Para a elaboração do presente texto, foi utilizado, como fonte de informação, o relatório final da vivência, extraindo do mesmo os principais elementos relacionados à Educação Popular, práticas educativas e de controle social. Sendo assim, as reflexões sobre esses aspectos serão divididas em três partes: Participação Popular; Educação Permanente em Saúde e Saúde

Mental. Tratam-se de temas que, além de terem sido eixos temáticos do relatório final, foram também assuntos bastante recuperados e problematizados pelos estudantes nos momentos noturnos de conversa e reflexão e que mostraram aspectos dos serviços de saúde do SUS que poderiam ser potencializados.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Oliveira (2004) define participação popular em saúde como “atores sociais presentes que agem e interagem com o objetivo de deliberar, fiscalizar e interferir no funcionamento do Sistema Único de Saúde” (p.56). O Controle Social, assim como a integralidade, equidade e universalidade é um princípio estruturante do SUS. As estruturas formais pelas quais a população tem o direito de participar são os conselhos e as conferências de saúde (distritais, municipais, estaduais e nacionais). Contudo, a existência dessas estruturas não impede que a população se organize de outras maneiras para exercer sua cidadania e lutar pelos seus direitos.

Devido à época em que ocorreu a vivência, não foi possível participar de uma reunião do conselho distrital de saúde. Apesar disso, estivemos em contato com dois espaços onde se observou estruturas de participação popular que foram construídas para dinamizar a participação social. O primeiro foi um Fórum de Determinantes Sociais, existente desde dezembro de 2011, em uma Clínica de Saúde da Família (Unidade Básica de Saúde), destinado à identificação de problemas do território que perpassam a saúde da população. Já o segundo, visava integrar a comunidade e celebrar saúde e cidadania com ações conjuntas de dança, esporte, lazer, cultura entre outras.

A princípio, contaram-nos que o Fórum de Determinantes Sociais tinha o propósito de reunir as lideranças locais e os

profissionais da unidade para o debate. Na primeira reunião deste Fórum, ficou evidente o quão fragmentada é essa região e como havia conflitos de interesses entre os líderes, que traziam consigo “rixas” territoriais e do passado. Disseram-nos que na segunda reunião, a participação diminuiu devido à falta de interesse destes líderes na proposta do Fórum. Já na terceira, havia somente um representante da escola de samba da comunidade. Desse modo, o processo de participação popular teve que contar com a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que se encontravam ali tanto como profissionais de saúde quanto usuários do serviço, já que também moram na comunidade.

A reunião do Fórum acontecia no formato de roda de conversa e todos podiam falar e colocar como pauta a situação-problema que estivesse vivendo ou observando do território. Nós, enquanto participantes do VER-SUS, ficamos bastante surpresos e satisfeitos com a participação de todos os profissionais de saúde; mas, em especial, dos ACS que “conduziram” a discussão, mostrando conhecer a região e sua história, trazendo reflexões fundamentais ao debate. Além disso, o espaço não se limitava a debater o tema saúde estritamente, tendo em vista que contou com a presença de representantes do Programa de Saúde na Escola, do programa da Petrobrás, Centro de Referência da Juventude e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da área. Foram colocadas questões que versavam sobre a negligência do Estado em relação à comunidade, trazendo à tona a baixa alocação de recursos em comunidades não pacificadas do Rio de Janeiro.

O tema educação também esteve presente no debate, sendo discutida a ausência de um curso pré-vestibular comunitário, que, anos antes, era um recurso do qual dispunham os jovens da comunidade para poderem se preparar para as provas

do vestibular. Ao escutar essa demanda, uma representante do Centro de Referência da Juventude se propôs a acolhê-la e a se mobilizar para retomar a proposta do pré-vestibular comunitário. Outra questão colocada foi a do uso do crack no território, ressaltando que grande parte da população que utiliza o crack é constituída por usuários que vem de fora da comunidade. Sobre este assunto foi destacado o papel de grupos religiosos que, na ausência de ações efetivas do Estado, eram os principais promotores de reabilitação de dependentes químicos de crack. Por fim, os ACS salientaram como pautas sociais importantes a serem consideradas: o desconhecimento de parte da população em relação à higiene urbana e o saneamento básico que deveria ser promovido pelo poder público.

A segunda ação onde pudemos vivenciar a participação popular foi o evento Celebração/Feira da Saúde e Cidadania, realizado no bairro do Encantado, que visava promover ações de saúde com atividades lúdicas e atendimento de profissionais em tendas. Esta Feira aconteceu em uma das ruas do bairro, que foi fechada para a realização do evento. Havia tendas ofertando diversos serviços relacionados à saúde, assistência social, educação e cultura. O espaço contava também com uma tenda central utilizada por cantores populares da região e artistas circenses e de rua. Na frente dessa tenda, havia um conjunto de fantasias e acessórios que poderiam ser utilizados por qualquer pessoa que estivesse na feira, que foi mais frequentado por crianças. Uma das atividades realizadas, e que chamou a nossa atenção, foi a venda de produtos oriundos de oficinas realizadas no terreiro de uma Mãe de Santo, importante liderança no bairro que, dentre outras atividades, realizava um trabalho acolhendo mulheres que sofriam violência doméstica.

Figura 2 - Feira da Saúde e Cidadania



A Celebração/Feira foi um evento bastante relevante, de cujas atividades gratuitas que eram oferecidas nas tendas nós mesmo fizemos uso. Acreditamos que este tipo de evento deveria ser mais incentivado, pois demonstra uma forma diferente e interativa de se promover a saúde para grupos de diferentes faixas etárias e de diferentes inserções sociais. Mesmo apresentando essas características, ainda é necessário estimular mais a participação dos moradores da área, para que encarem essa atividade não como um momento assistencialista (para a “retirada de identidade”, por exemplo), mas como uma atividade que cria vínculos, promove o bem-estar e permite a realização do trabalho de educação em saúde. Nesse sentido, conversamos com a coordenadora da A.P., que participava do evento, sobre a relevância de se ouvir as necessidades de saúde da população para que elas também possam participar da construção do evento.

Ainda durante a Feira, conhecemos uma pequena comunidade da área, denominada popularmente “Cabeça de

Porco”, onde fomos guiados em uma travessia por um Agente de Cultura Local e uma mulher que era liderança por ser uma das mais antigas moradoras. Os principais pontos críticos foram mostrados e também foi contada a história de formação desta pequena comunidade. Andamos por diversos becos e vielas e observamos que havia vários problemas estruturais de saneamento básico, como, por exemplo, o excesso de lixo ao redor das residências (muitas feitas de ripas e tábuas) e o acúmulo de água e esgoto a céu aberto. Essas condições ambientais fazem com que essa população, ao lado de outras determinações sociais, esteja em maior grau de vulnerabilidade.

Figura 3 - Comunidade visitada durante a Travessia



Essa realidade fez com que nós refletíssemos sobre a necessidade da presença do setor saúde em comunidades marginalizadas. Vale ressaltar que não é necessária, apenas, a presença deste, uma vez que o problema é muito complexo. É preciso também a articulação com outros setores e com a sociedade civil a fim de se realizar um trabalho intersetorial. Essas ações conjuntas devem visar à melhoria da qualidade de vida da população.

EDUCAÇÃO (PERMANENTE) EM SAÚDE

De acordo com Ceccim (2005),

educação permanente em saúde pode corresponder à Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação técnica, submetidos a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação política das ações prestadas em dado tempo e lugar. (p. 162)

Em relação aos espaços destinados à educação permanente em saúde, estivemos presentes em uma capacitação do IUBAAM (Unidade Básica Amiga da Amamentação) que se destinava a capacitar quaisquer profissionais da saúde envolvidos com o Programa Cegonha Carioca⁵². Apesar de essa capacitação ser destinada a todos os profissionais de saúde, notamos a presença majoritária dos ACS. A princípio,

52 Projeto desenvolvido no município do Rio de Janeiro desde 2011 que visava a redução da mortalidade materno-infantil, o incentivo a realização de exames de pré-natal e a humanização e garantia do melhor cuidado para mãe e para o bebê desde o pré-natal até o parto.

percebemos que a primeira parte da formação não estava de acordo com o perfil do público, sendo realizada mais em uma lógica “bancária” de educação. Porém, em um segundo momento, os conhecimentos básicos sobre amamentação foram trazidos pela educadora de forma lúdica, utilizando bonecos para interagir com os educandos e exemplificar as possíveis dúvidas do trabalho cotidiano. Quando a lógica da formação foi a de ouvir os ACS, percebemos a relevância deste tipo de atividade para todos os profissionais de saúde. Neste momento, foi evidente para nós o fato de que “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes” (p. 68), como menciona Paulo Freire (1987).

Outro momento que presenciamos, relacionado à educação em saúde para a população, foi a Caminhada Contra a Dengue, que aconteceu em um território de uma Estratégia de Saúde da Família. Tratava-se de uma atividade que ocorria em toda primeira sexta-feira do mês, com o objetivo de alertar e informar a comunidade sobre a doença e as maneiras de combatê-la. Avaliamos que poderia ser uma atividade importante de educação em saúde com grande potencial de mobilização e interação com a população. Porém, a Caminhada que participamos só contava com a presença dos ACS e Agentes de Vigilância em Saúde, sendo uma ação que não cativou a população e resumiu-se apenas na distribuição de folders.

Contudo, a Caminhada foi um momento importante que tivemos para interagir com os Agentes de Saúde e de Vigilância, onde também pudemos observar mais ativamente as condições de saúde e ambiente da população e do território, constatando que o problema da Dengue é muito maior do que o fato de se ter, ou não, água parada. Além disso, o momento da Caminhada oportunizou uma conversa mais próxima entre os Agentes Comunitários e os de Vigilância no sentido de poderem

partilhar angústias e dificuldades cotidianas do trabalho. Eles mencionaram que não dispunham de um espaço físico nem na agenda para a discussão sobre o processo de trabalho. Dessa forma, pudemos perceber que a Caminhada se transformou em um espaço de educação permanente em saúde.

SAÚDE MENTAL

A Saúde Mental também se constituiu em um tema importante vivenciado nesse VER-SUS, proporcionando reflexões e críticas importantes ao grupo. Tomou-se conhecimento de dois dispositivos da rede de saúde mental no território: o Museu de Imagens do Inconsciente e um CAPSad.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, não há uma definição oficial e “certa” de saúde mental, contudo, admite-se que o seu conceito é mais amplo que a ausência de transtornos mentais. O entendimento sobre a saúde mental está sujeito a “diferenças culturais, julgamentos subjetivos e teorias relacionadas concorrentes” (OMS, 2001). Em geral, Saúde Mental é “um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional”, sendo assim, “a saúde Mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica” (OMS, 2001)

Conhecemos Nise da Silveira ao visitar o Museu, uma psiquiatra que, através de suas práticas de cuidado e da arte, aprimorou a rotina do hospital e a vida dos sujeitos em sofrimento em uma época onde nunca se poderia ter pensado em Reforma Psiquiátrica. (site do Museu: goo.gl/XZtYCX)

O CAPSad é uma unidade de saúde para o tratamento de usuários que consomem álcool e outras drogas. Nesse espaço, são desenvolvidas diversas atividades lúdicas,

clínicas e de interação e integração social, a fim de abordar o usuário de substâncias de forma integral e de acordo com suas demandas particulares. Fomos recebidos por dois atores que nos apresentaram o funcionamento desse serviço. Na época, eram os responsáveis pela organização do serviço, eles já possuíam trajetória na saúde coletiva e no cuidado com usuários de saúde mental e moradores de rua. Este CAPSad é pautado na estratégia de Redução de Danos, a qual tem a premissa de reduzir os danos acarretados pelo uso de drogas e oferecer um tratamento que compreenda aquele sujeito como uma existência complexa. Discutimos que, dessa forma, a droga deixa de ser o ponto central do tratamento e passa a ser um dos fatores que compõe a vida daquele sujeito. Um desses artistas falou um pouco de sua experiência na “cracolândia”⁵³ em uma comunidade próxima e de seu trabalho dentro do território, acessando esses usuários através da arte e da sua inserção no mundo em que eles vivem.

Novamente, a questão do crack foi posta em pauta e causou muitos questionamentos para além dos agravos para a saúde que o uso dessa droga traz. Nesta região, esta situação era uma preocupação primária para as equipes de saúde da família. O trabalho com essa população não era fácil e se tornava uma constante problemática para as equipes que vivem uma realidade dura no território. A partir destas vivências e discussões, tivemos a oportunidade de construir novas perspectivas e olhares para compreender o problema do crack, extrapolando a visão moralista que criminaliza usuários, naturaliza a pobreza e difunde, na mídia, que a força

53 É uma denominação popular para uma área onde historicamente se desenvolve um intenso consumo de drogas, em específico, o crack.

policial é o mais adequado tratamento para esta questão, ao invés de colocar em pauta os verdadeiros problemas sociais.

Essas reflexões se fizeram possíveis ao grupo, pois uma das participantes (estudante de psicologia) tinha como objeto de estudo do seu trabalho de conclusão de curso o uso do crack. Dessa forma, ela trouxe outras perspectivas e referências que deveriam ser levadas em consideração ao se pensar em ações da saúde em relação ao uso de drogas. Quando esse tema passou a estar presente na vivência, esta estudante se propôs a fazer uma pequena atividade/dinâmica de reflexão e discussão em um dos momentos noturnos sobre o uso do crack. Desse modo, o grupo se organizou para a realização dessa atividade e se colocou aberto ao diálogo para a construção de uma nova forma de abordar esse tema.

CONSIDERAÇÕES COLETIVAS

Ao final da vivência, os estudantes entregaram, junto ao relatório final, um conjunto de considerações e sugestões para a coordenação da A.P. Trataram-se de sugestões que almejavam a melhoria dos serviços de saúde visitados, incluindo aspectos relacionados às práticas educativas, além da colaboração na construção de eventuais estágios de vivências nesse territórios.

A síntese da experiência apresentada mostrou a relevância e efetividade do desenvolvimento de práticas educativas que permitam a aproximação da saúde com elementos da educação popular. Ao final, o grupo ficou surpreso com a intensidade da formação vivida, a qual fortaleceu a luta pelo SUS e pela saúde enquanto direito social de toda a população. Apesar das dificuldades enfrentadas, pode-se perceber que muita coisa funciona no sistema público de saúde. No entanto, é necessário

que haja um fortalecimento dessas coisas e que as dificuldades sejam evidenciadas para que se busquem soluções.

Sendo assim, reforçamos que a inserção dos alunos-universitários nos campos de prática é um incentivo à construção de uma ampla visão humanista do processo saúde-doença, onde o estudante está em constante reflexão. Essa dinâmica apresenta-se como resposta inovadora frente aos atuais desafios na formação de profissionais da saúde, inclusive em relação à perspectiva de construção da interdisciplinaridade e de fortalecimento da Educação Popular. Recomenda-se a intensificação e melhoria do VER-SUS enquanto projeto construído entre a academia, o serviço, o movimento estudantil e outros movimentos sociais e populares.

Essa experiência proporcionou maior integração e diálogo entre estudantes de diferentes cursos, mostrando que o trabalho e discussão multiprofissional e interdisciplinar são possíveis. Propiciou maior conhecimento da realidade do SUS e uma transformação no processo de formação profissional de cada um dos participantes da vivência. Os conteúdos expostos na sala de aula de modo tradicional são importantes, mas não substituem a experiência de se observar, viver e refletir sobre o SUS real, ou seja, sobre pontos positivos e negativos, potencialidades e desafios do sistema de saúde, nem substituem o diálogo com aqueles que “seguram a batida da vida o ano inteiro e que sabem o sufoco de um jogo tão duro” (Gonzaguinha).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. V. V.; CARDOSO, L. S.; DIMKOSKI, E. D. Percepção do Programa Saúde da Família a partir de estagiários do projeto VER-SUS - Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de

Saúde. **Família, Saúde e Desenvolvimento, Paraná**, v. 7, n. 3, p. 266-271, 2005.

CECCIM, R. B.. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 9, n. 16, Feb. 2005

GONZAGUINHA. **Acredito na Rapaziada**. Disponível em: goo.gl/oR1dvZ

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JORGE BEM JOR. W/Brasil (Chama o Síndico). Disponível em: goo.gl/yWZA3U

LEANDRO, B.B.S.; SANTOS-JUNIOR, N.; SANTOS, R.D.; SILVA, J.R.R.; SILVA, P.M.; PESSANHA, P.B.; AZEVEDO, M.A. **Relatório final do VER-SUS na AP 3.2**. Rio de Janeiro. Janeiro de 2012.

OLIVEIRA, V. de C.. Comunicação, informação e participação popular nos Conselhos de Saúde. **Saude soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, Aug. 2004

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Relatório mundial da saúde**: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: OMS, 2001.

A EXPERIÊNCIA DO VER-SUS/LITORAL PIAUIENSE: QUANDO EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE DIALOGAM

Antonio Ciro Neves do Nascimento⁵⁴

Gleyde Raiane de Araújo⁵⁵

Sabrina Kely Magalhães de Araújo⁵⁶

Vilkiane Natercia Malherme Barbosa⁵⁷

COMO NASCEMOS

Historicamente a saúde pública tem sido executada a partir de uma política fragmentada e com base epistêmica positivista, centrando-se no saber médico e embasada nos princípios capitalistas e segregacionista do Estado moderno burguês, o qual atua como principal ator social ao trabalhar na regulação da sociedade. Dentro desse entendimento, organizou-se um movimento no Brasil que se consolidou como luta social em defesa da saúde. Baseada no materialismo histórico-dialético, a Saúde Coletiva surge de um movimento de crítica ao serviço público no contexto da América Latina e tem como principal ator

54 Psicólogo clínico, professor de Língua Portuguesa, membro da comissão VER-SUS/Litoral Piauiense.

55 Psicóloga, residente em Saúde da Família pela Escola de Saúde da Família Visconde de Sabóia – Sobral-CE, membro da comissão VER-SUS/Litoral Piauiense.

56 Assistente Social, coordenação de assistência social do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, membro da comissão VER-SUS/Litoral Piauiense.

57 Psicóloga, residente em Saúde da Família pela Universidade Federal do Piauí – Parnaíba-PI, membro da comissão VER-SUS/Litoral Piauiense.

os movimentos que buscam a determinação social no processo de construção da problemática da Saúde (BIRMAN, 2005).

Assim, a saúde, nessa perspectiva, adquire um conceito resultante da compreensão de seus fatores condicionantes (ou determinantes), em prol da superação das dicotomias entre ações de promoção e prevenção (saúde pública) e ações curativas (assistência médica), vigentes até então.

Dessa forma, os comentários tecidos no presente texto demonstram uma forte ligação entre Educação Permanente em Saúde e Educação Popular em Saúde. Trata-se de um projeto realizado em março de 2015, que surgiu a partir de uma experiência de Vivência e Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS) em 2014, por estudantes da cidade de Parnaíba/PI na cidade de Sobral/CE. Ao se observar o rico cenário de mobilizações sociais no estado vizinho, Ceará, manifestou-se o interesse de estar mais próximo desses movimentos no norte do Estado do Piauí. Assim, contou-se com a coparticipação de acadêmicos da área de saúde e lideranças de movimentos sociais piauienses.

COMO NOS DESENVOLVEMOS

O VER-SUS/Litoral Piauiense tem como base estrutural o histórico de (re)construção de vivências no âmbito nacional, quando iniciaram as primeiras experiências do VER-SUS. No litoral piauiense a vivência emerge de estudantes da graduação, especialmente do curso de psicologia, que vivenciaram a experiência no nosso estado vizinho; o Ceará. A ideia foi apostar no fortalecimento do projeto dentro do estado; fortalecendo a vivência num contexto loco- regional.

Temos a metodologia do projeto VER-SUS/Brasil com suas raízes nos Estágios de Vivência realizados pelo Movimento

Estudantil nos anos 80, os quais “(...) se caracterizam por permitir espaços de encontros entre estudantes e determinadas realidades, de modo que os mesmos possam refletir sobre as ações sociais ali desencadeadas com base nas realidades vividas” (TORRES, 2013, p. 7). Estas primeiras experiências foram realizadas por estudantes de Agronomia junto a assentamentos rurais. Após reformulações, houve uma grande expansão para diversos cursos, principalmente os da área da Saúde (TORRES, 2013), e, assim, várias experiências distintas começaram a surgir, seguindo a proposta original: aproximar os estudantes da realidade social e do sistema de saúde no Brasil.

No ano de 2002, ocorreu o VER-SUS/RS, experiência que influenciou diretamente as primeiras grandes experiências nacionais do VER-SUS/Brasil, organizadas em 2003 e realizadas nos anos de 2004 e 2005, com parcerias entre o Ministério da Saúde (MS) e Movimento Estudantil. Em 2006, realizou-se o VER-SUS Extensão, que já havia perdido parte de sua metodologia original. Após esse período, apenas algumas experiências regionais foram realizadas (FERLA; RAMOS; LEAL, 2013), que foram o ponto de partida para a edificação do projeto VER-SUS/Brasil, bem como de sua continuidade em anos seguintes.

O VER-SUS/Brasil voltou a ser realizado em 2012 e continua até os dias atuais em regiões diversas, mobilizando diferentes cursos e instituições, ainda com grande parceria entre MS e Movimento Estudantil. Este projeto “traz agora diretrizes que convergem com as atuais políticas prioritárias e que preveem a organização das redes de atenção à saúde nas diversas regiões de saúde, tendo a atenção básica como organizadora do processo de cuidado” (FERLA; RAMOS; LEAL, 2013, p.4).

É importante destacar que o projeto VER-SUS/Brasil é financiado e fiscalizado pelo MS, mas organizado e executado

por estudantes e seus parceiros nas diversas experiências locais e regionais, colocando em prática o protagonismo estudantil. Dessa forma, cada comissão organizadora do projeto em sua região segue algumas diretrizes, podendo também construir novas formas de operacionalizar e realizar o projeto.

Nessa perspectiva, em 2013, uma comissão organizadora surgiu dentro da Universidade Federal do Piauí, na cidade de Parnaíba-PI, entre professores e estudantes do curso de Psicologia, para construir o projeto VER-SUS Parnaíba/Sobral e, assim, possibilitar essa vivência para estudantes da cidade. A proposta objetivava um caráter multidisciplinar, contando com alunos de Instituições de Ensino Superior (IES) diferentes. Em março de 2014, durante 15 dias, aconteceu a imersão na cidade de Sobral-CE. Este município foi escolhido devido ser referência em saúde e por já ter abrigado experiências do VER-SUS anteriormente.

Com a experiência do VER-SUS Parnaíba/Sobral, e todos os acadêmicos contagiados com a proposta de Saúde que se elaborou durante a vivência, edificou-se uma nova comissão organizadora formada por estudantes que haviam sido viventes ou facilitadores. Desta vez, o objetivo era levar a vivência para quatro municípios do Litoral do Piauí, mas com expansão de vagas para todo o estado. Este projeto foi denominado VER-SUS/Litoral Piauiense e realizou-se através de um processo de cooperação operativa e científica entre docentes e acadêmicos das IES's de Parnaíba e Prefeituras Municipais.

Assim, o VER-SUS/Litoral Piauiense aconteceu entre os dias 01 a 12 de março de 2015, com a participação de 30 estudantes de vários municípios do Estado (Parnaíba, Teresina, Picos e Floriano) e de vários cursos (Psicologia, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, Educação Física,

Serviço Social). Sobre esta experiência, Nascimento et al (2016, p. 128) relata:

Chegamos aqui um e sairemos outro. Passamos a deixar de ser de Floriano, Picos, Teresina ou Parnaíba... a territorialização geográfica é o que menos interessa. Não seremos médicos, psicos, físicos, enfermeiros, farmacêuticos, assistentes sociais, odontólogos ou educadores físicos, apenas. Seremos sanitaristas porque acreditamos no SUS de verdade. Não seremos eu, tu e ele. Hoje somos NÓS, SUSjeito, AmaSUS, SUSpirados... ViuqueSUS construímos? Hoje somos Anjos e Protegidos... um grupo seleta de trinta pessoas intitulados VER-SUS/Litoral Piauiense.

O QUE OBJETIVAMOS

O VER-SUS/Brasil é uma estratégia do Ministério da Saúde em parceria com a Rede Unida que procura aproximar os estudantes do campo das políticas públicas do Brasil sob a perspectiva de orientar e formar profissionais para o trabalho no e para o Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o campo das necessidades sociais do território e os princípios do SUS.

Assim, o projeto pretende qualificar os futuros profissionais do SUS em um espaço de formação e trabalho que dialogue com os novos processos organizativos, possibilitando aos estudantes um espaço privilegiado de interação e imersão no cotidiano do sistema de saúde brasileiro em diversos territórios do país. Segundo Alves (2005), faz-se necessário repensar a Educação em Saúde sob a perspectiva da participação social; compreender que as verdadeiras práticas educativas só têm lugar entre sujeitos sociais e considerar a Educação em Saúde

uma estratégia para a constituição de sujeitos ativos, que se movimentam em direção a um projeto de vida libertador. As palavras de uma facilitadora do projeto demonstram bem isso quando aborda: “...fomos ao assentamento Cajueiro e a líder comunitária nos apresentou a história de luta e resistência da comunidade, os desafios e as potencialidades do território. Apresentei o projeto Cirandas e dialoguei com os viventes sobre o papel social da Universidade, Educação e Saúde, Educação Permanente em Saúde, Educação Popular em Saúde, práticas de cuidado, formação política e Saúde & Ambiente”.

O objetivo do VER-SUS/Litoral Piauiense é refletir sobre as questões envolvendo o processo saúde/doença, mas também ampliar a visão dos estudantes sobre os vários contextos existentes, incluindo questões sociais, sexuais e econômicas da região, nas discussões e reflexões vivenciadas. Inúmeros parceiros contribuíram para a vivência, como entidades LGBT's, assentamentos rurais, instituições de pesca e artesanatos e experiências sobre questões de gênero e raça. Aqui destacamos a visita do movimento LGBT através do projeto Guará e do projeto Boneca de Pano, mostrando suas lutas na defesa dos direitos da Comunidade, abordando a discussão de gênero, trazendo as várias vertentes de pensamento a respeito da construção da identidade de gênero como processual.

A partir destas questões, o Projeto VER SUS/Litoral Piauiense imergiu sobre a concepção de Educação Libertadora (FREIRE, 2001) e com a relação profunda da Universidade com os movimentos sociais no campo da saúde, compreendendo que a experiência deveria encantar e implicar existencialmente os estudantes.

Nessa linha de pensamento, o aprender e o ensinar têm a ver com o modo de fazer. Como a aprendizagem não é uma operação intelectual de acumulação de informações, mas inclui

afetos e supõe atividade dos atores envolvidos, estabelece o enfrentamento de um modo já estabelecido de ver o mundo com outro que é apresentado a partir das (novas) informações.

Projetos pedagógicos não se restringem ao âmbito profissional, eles atingem, sobretudo, as relações humanas, o acolhimento e a própria qualidade de vida dos trabalhadores. O ensino e a assistência deveriam se voltar às várias instâncias de produção da vida, pois o que produz a existência é a busca de cada vez mais saúde no processo de viver (CECCIM, 2006).

Observa-se então que “a participação popular tem potencial para gerar empoderamento dos diversos atores e para promover a sua organização nas mais variadas formas de movimentos sociais” (TORRES, 2013, p. 6). Através dessas aproximações das várias realidades do território, os viventes puderam experimentar para além de patologias os determinantes e condicionantes da saúde e a importância desses para a realização de um cuidado integral. Para Ceccim (2013, p. 42), o VER-SUS possui dois eixos: a vivência e a realidade.

A “vivência” das ciências, das profissões e do trabalho em saúde, não por acesso às informações, mas pela experimentação, pela implicação ética, pela exposição; e a “realidade” do SUS, não pelo treinamento de habilidades profissionais do atendimento em saúde, mas pelo dimensionamento do campo de atuação e objetivos do sistema brasileiro de saúde.

Em visita à localidade da Pedra do Sal, fica claro esse contexto. Na oportunidade, observou-se que o funcionamento da usina eólica não agrega valores à comunidade local, pois os moradores dali não vivenciam os benefícios que a implantação da mesma promove, como também sofrem impactos ambientais,

econômicos e na saúde. Em seguida, em uma visita à Lagoa do Portinho, surpreende-se com o estado caótico que a lagoa enfrenta, visto que o nível da água está abaixo do esperado para a época, o que teve como consequência mudanças negativas no ecossistema local. Isso nos mostrou o reflexo do impacto do homem na natureza e da falta de políticas públicas de conservação e preservação ambiental.

As experiências, reflexões e discussões propostas pelo VER-SUS/Litoral Piauiense junto aos Movimentos Sociais instaurados nos municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande do Piauí, Luís Correia e Parnaíba, têm a finalidade de que as vivências extrapolem o teórico e se desdobrem em ação, influenciando a práxis dos futuros profissionais que irão atuar no SUS e em outros contextos, em especial aqueles não institucionalizados, para as questões biopsicossocioespirituais existentes no cotidiano dos serviços de saúde. Sobre o VER-SUS, Mendes et al, (2012, p. 179) afirma que:

Como o foco não passa apenas por um dos aspectos, mas pela interlocução constante entre os três (teoria, prática e vivência), juntamente à interação entre estudantes, profissionais, gestores e usuários, a proposta do VER-SUS se coloca em um patamar ímpar em se tratando de metodologia para uma formação ética, interdisciplinar e integrada com a realidade social, cultural e histórica.

PÚBLICO A QUE SE DESTINA

O VER-SUS/Litoral Piauiense destina-se aos estudantes da área da saúde, como também discentes de outras áreas, entendendo que a saúde é construída por muitos atores e

que todos são importantes para a melhoria do SUS no país. Portanto, defende um ensino aliado à prática, vivenciado e que faça sentido, ou seja, uma reformulação do ensino distante da realidade da atuação.

Parece viável considerar o VER-SUS como uma proposta de mudança curricular fundamental para a formação dos cursos da área da saúde, visando todos os campos que acessem o direito à Saúde. Assim, possibilita-se a articulação entre teoria, prática e vivência, aspectos relacionados quando são realizadas discussões que se inserem nas propostas de metodologias de ensino-aprendizagem que permitem a constituição de saberes diferenciados (MENDES et al, 2012, p. 179).

É nesse sentido que as vagas ofertadas para o VER-SUS/ Litoral Piauiense se destinam a todos estudantes de cursos diversos, matriculados em IES's do Estado do Piauí. Essas vagas são divididas para quatro macrorregiões, as quais denominamos Região de Parnaíba, Região de Teresina, Região de Picos e Região de Floriano. Além da importância de troca de saberes entre esses pares, acreditamos na difusão do projeto por todo território do estado, afetando mais pessoas ligadas aos fundamentos de Saúde Coletiva, como aponta Birman (2005, p. 14), onde diz que a multidisciplinaridade é a marca do campo da Saúde Coletiva, já que sua problemática demanda diferentes leituras e permite a construção de diferentes objetos teóricos.

QUEM NOS POSSIBILITA

O Coletivo Litoral Piauiense, organizador do VER-SUS/ Litoral Piauiense, é um movimento social em saúde. Tem sido organizado por estudantes de graduação da área da saúde, especialmente dos cursos de Psicologia, Fisioterapia,

Enfermagem, Serviço Social e Medicina, sendo a maioria oriundos da Universidade Federal do Piauí.

O projeto envolve, portanto, estudantes de graduações das áreas de ciências da saúde, biológicas, sociais aplicadas e humanas, entendendo que o campo da saúde coletiva e a construção do SUS no Brasil necessitam das mãos de profissionais das diversas áreas do conhecimento. Para tanto, participam os estudantes de graduação interessados pelo campo da saúde coletiva no contexto do SUS e que estejam regularmente matriculados em IES's, públicas ou privadas.

Deste coletivo, emerge a Comissão Organizadora, que tem por atribuição ser responsável pela organização técnica/operacional, política e pedagógica do VER-SUS, em conformidade com o Projeto VER-SUS/Brasil, articulado e organizado pela Rede Unida (Secretaria Executiva da Coordenação Nacional VER-SUS/Brasil).

Essa comissão foi formada, considerando que é critério para aprovação desse projeto junto ao Ministério da Saúde e à Coordenação Nacional do VER-SUS/Brasil, com uma composição plural, onde devem estar envolvidos docentes, estudantes, gestores municipais e/ou estaduais, movimentos sociais e quem mais interessar.

Importante destacar que, mesmo depois de concluída a graduação, os estudantes envolvidos continuam contribuindo com o coletivo e com as ações por este desenvolvidas. Essa comissão é responsável pela organização técnica, política e operacional do VER-SUS nessa localidade/região/estado. Conta ainda como parceiros, seja no apoio logístico ou ainda como apoio financeiro, a Universidade Federal do Piauí – UFPI, a Faculdade Maurício de Nassau e Prefeituras dos municípios envolvidos.

Sendo vinculado à Rede Unida (instituição provedora) que financia cerca de 70% do projeto, custeando hospedagem e alimentação dos participantes durante a realização das vivências. Os outros 30% são frutos da parceria com a Universidade Federal do Piauí, que custeia infraestrutura e traslado. Outros parceiros importantes são professores e representantes públicos que também colaboram com a logística e a infraestrutura para a realização das vivências.

Tem tido apoio técnico e pedagógico de professores da referida Universidade, especialmente dos cursos de Psicologia e Medicina. Estes têm apoiado o projeto, facilitando o acesso a recursos de logística e infraestrutura, como também pedagogicamente. Contudo, compreendem que o protagonismo é estudantil, sendo os estudantes os principais responsáveis pela elaboração e construção do projeto.

É de suma relevância a parceria estabelecida com os movimentos sociais, dentre estes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento de Marisqueiras, Associações de Pescadores, Movimento LGBT Guará, Movimento Boneca de Pano e Associação de Moradores de bairros; movimentos que têm contribuído com apoio técnico e pedagógico com as vivências realizadas pelo coletivo, ampliando o conceito de saúde e aproximando os estudantes das realidades sociais.

ONDE VIVENCIAMOS

Considerando a importância estratégica e os desafios técnicos e operacionais do SUS no Estado Piauí, compreendemos a extrema importância do VER-SUS/Litoral Piauiense em contexto inter-municipal, envolvendo os quatro (04) municípios do litoral do Piauí, percebendo o avanço histórico e expressão

política de organização de sistemas e serviços de saúde destes locais.

Assim, o VER-SUS/Litoral Piauiense ocorre em um processo de imersão teórica, prática e vivencial nos movimentos sociais e no sistema de saúde dos municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande do Piauí, Luís Correia e Parnaíba, cidades geograficamente localizadas no litoral do Estado do Piauí.

Em Parnaíba, referência para a saúde das cidades citadas e das demais cidades que formam a planície litorânea (uma das macrorregiões de saúde do estado do Piauí) o fluxo de atendimentos e demandas é muito alto sendo, os municípios supracitados os mais próximos de Parnaíba, e também os que mais possuem fluxo de referência, especialmente ao setor de urgência e emergência e atendimento de especialistas. O objetivo aqui é também vincular estratégias para que estes municípios possam desenvolver atividades de empoderamento da sua população. Uma boa estratégia é divulgar em forma de devolutiva final as atividades desenvolvidas e, assim, abrir espaço para que mais ações possam ser realizadas com cunho de Educação Permanente em Saúde e Educação Popular em Saúde.

A partir destas questões, o Projeto VER-SUS/Litoral Piauiense engloba estes municípios através de um processo de cooperação técnica e científica entre docentes e acadêmicos das IES's de Parnaíba e as Prefeituras Municipais, tendo o objetivo de fortalecer o Coletivo do VER-SUS em Parnaíba, assim como em todo o estado do Piauí. Como ganho observamos que a maioria das Secretarias Municipais de Saúde dos municípios do Litoral Piauiense são sensíveis a proposta da Saúde Coletiva, iniciando o diálogo entres estes pares, tendo o SUS grande agente destas transformações.

ONDE CHEGAMOS

Avaliamos que o VER-SUS/Litoral Piauiense obteve um resultado positivo. A vivência, além de provocar diversos questionamentos após a imersão em uma realidade, ampliou conhecimentos e permitiu construir um olhar mais crítico. Possibilitou um espaço de troca de saberes que, na maioria das vezes, é distanciada da Universidade, assim proporcionando a construção de valores, estabelecendo relações com o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para Educação Permanente em saúde e Educação Popular em Saúde, tornando-se uma alternativa que se diferencia das paredes de sala de aula.

Assim, o coletivo atuou de forma protagonista em diversos cenários durante 12 dias, desenvolvendo um processo de formação política e fortalecimento político afetivo. As atividades desenvolvidas se dividiram entre visitas (ida ao campo) ao MST no Assentamento Cajueiro, Associações de pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo e rendeiras; como também ciranda de vínculos (rodas de conversa com convidados) com representantes do MST, Grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) e Associações de pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo e rendeiras.

Estas atividades produziram uma “ponte” de conexão entre os Movimentos Sociais e os acadêmicos que ali estavam, podendo ser observados nos diários de afecções (relatórios individuais e de grupo) produzidos. Dessa forma, Vale et al (2016, p. 50) traz um poema que fala com sensibilidade sobre a experiência do VER-SUS/Litoral Piauiense:

Comunidade e alteridade
Leito das águas
Infundos caminhos
Venha! Vamos pescar
Multiplicar o nosso saber
Meu destino é o mar
Pescaria de saberes
Geração e deveres
Luta, resistência e resgate
Estamos mesmo sujeitos ao empate?
Saúde, evolução e comunhão.
Pés vermelhos,
Descalços, entrelaçados e afetos.
Nossa cultura não é um simples dialeto
Venha! Vamos partilhar
E nossa saúde dessingularizar
Homem, mulher, criança
Entrem todos nessa dança
Não somente tu
És vil, és SUS, é VERSUS!
Palestrantes ou militantes
Todos os saberes são importantes
Permanece,
A mão ferida, assinando ainda
O decreto de paz e o direito à terra
Cortinas de água
Mutirão de conhecimento
Sejam bem-vindos,
Esse é o meu assentamento
Sol, suor e virtude
Apenas um passo, um dia...
Infinitude,

O nosso caminho é vermelho
Vermelho sabiá,
Ou marrom “jão de barro”?
Não importa!
A militância é ativa
Garantindo dignidade as nossas vidas
Gerações, orações e saberes populares
Meu cantinho, meu teto, meu despertar
Terra rica, águas encantadoras
Tilápia, pesca
Visão empreendedora
Reencontros, afetos
Aconcheguem-se, vejam de perto
Plantio de conhecimento
Colheitas no assentamento
Como peixe,
Não se feixe
Mergulhe no mar
Até breve!
Volte a nos visitar

NOSSAS PERSPECTIVAS

O projeto VER-SUS/Litoral Piauiense vem sofrendo os efeitos da crise, e o orçamento para a realização de vivências está suspenso. Em face disto, consideramos que outras frentes se tornam ainda mais necessárias à sobrevivência e resistência do projeto, sendo estas a ocupação de espaços de discussão sobre formação acadêmica e profissional direcionada ao SUS, que vem ocorrendo com cada vez mais frequência.

Utilizamos espaços como Congressos, Seminários e Simpósios, e neste, realizamos tendas, rodas de conversa e mesas

redondas que apresentem o projeto ao público e que também problematizem os objetivos do projeto, fortalecendo a busca por uma formação profissional implicada com as necessidades sociais, de modo crítico e que favoreça a mobilização social.

Outra possibilidade que tem se apresentado é a realização de oficinas com práticas participativas que despertem nos estudantes e/ou profissionais em saúde a militância para o SUS, ferramentas metodológicas participativas para a construção de um campo de saúde mais dialógico.

Por fim, esta produção científica é um modo de divulgar a experiência vivenciada no projeto para que a partir destas se possam produzir outras experiências exitosas de práticas que se direcionem a melhoria da formação de profissionais para o SUS, mas também um compartilhamento de nossas angústias e entraves na vivência do projeto.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 39-52, fev. 2005.

BIRMAN, J. A Physis da Saúde Coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, (supl. 15), p. 11-16, 2005.

CECCIM, R. B.. Ciências da saúde, profissões da saúde e trabalho em saúde: o normativo, o “atual” e as vivências-estágio na realidade do SUS. In: FERLA, Alcindo Antônio. et. al. (Org.). **Caderno de Textos do VER-SUS/Brasil**. Porto Alegre: Rede Unida, 2013. Cap. 3, p. 29-42.

CECCIM, R. B.; CARVALHO, Y. M. de. Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. In: CAMPOS, Gastão

Wagner de Souza *et al.* (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 149-182.

FERLA, A. A.; RAMOS, A. de S.; LEAL, M. B.. A história do VER-SUS: um pouco sobre o conjunto das iniciativas que inspiraram o projeto VER-SUS/Brasil. In: FERLA, Alcindo Antônio. *et al.* (Org.). **Caderno de Textos do VER-SUS/Brasil**. Porto Alegre: Rede Unida, 2013. Cap. 1, p. 1-5.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENDES, F. M. de S.. *et al.* Ver-Sus: Relato de Vivências na Formação de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n1/v32n1a13>. Acesso em: 10 fev. 2017.

NASCIMENTO, A. C. N. do. *et al.* VER-SUS Litoral Piauiense, quando a vivência vira prosa: o processo de formação e a constituição do ser implicado com a saúde coletiva. In: FERLA, Alcindo Antônio *et al.* (Org.). **Ser, fazer, compor ver-SuS: Redes de afetos e conhecimentos**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016, p. 126-128.

TORRES, O. M.. A proposição metodológica dos estágios de vivência no sistema único de saúde: um resgate histórico. In: FERLA, Alcindo Antônio. *et al.* (Org.). **Caderno de Textos do VER-SUS/Brasil**. Porto Alegre: Rede Unida, 2013. Cap. 2, p. 6-28.

VALE, E. B. R. do. *et al.* Pescaria de Saberes. In: FERLA, Alcindo Antônio *et al.* (Org.). **Ser, fazer, compor ver-SuS: Redes de afetos e conhecimentos**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016, p. 50-55.

AS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO NACIONAL DE EXTENSÃO EM COMUNIDADES (ENEC): A EXTENSÃO COMO MOBILIZADORA DA INSERÇÃO ESTUDANTIL COMPROMISSADA COM OS GRUPOS POPULARES, SUAS REALIDADES E LUTAS

Emmanuel Fernandes Falcão⁵⁸

Dentre os frutos do rico histórico de iniciativas de extensão orientadas pela Educação Popular no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a experiência do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) tem importante destaque, particularmente, em nível nacional, devido ao Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC), uma proposta de atividade extensionista permanente vinculada às comunidades onde atuou historicamente o PIAC, tendo como foco particular a ação estudantil, e como direção, o fortalecimento e a difusão da extensão popular em nível nacional, irradiada por uma equipe de estudantes, docentes e técnicos da UFPB vinculados ao PIAC. Tratou-se do Estágio Nacional de Extensão em Comunidade - ENEC.

O presente artigo deverá apresentar a experiência do ENEC, seus princípios conceituais e seus fundamentos

58 Assessor de Extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação pela UFPB.

metodológicos. Para tanto, iremos inicialmente contextualizar o PIAC.

CONTEXTUALIZANDO O PIAC

O PIAC, vinculado à Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), faz parte das atividades de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB e se desenvolve por meio da ação extensionista em comunidades, numa perspectiva de promover a conscientização e a discussão acerca das diversas questões relativas ao desenvolvimento local e, sobretudo, consolida a relação da universidade com as demandas sociais.

Na sua intervenção em comunidades, o PIAC desenvolve atividades sociais, culturais, educacionais, de saúde e produtivas, com caráter interdisciplinar na articulação de suas ações e as diversas áreas do conhecimento demandadas pela comunidade. Por isso, atua também em parceria com instituições públicas e privadas, ONGs e organizações de classe (Sindicatos, Associações, Federações etc.), gerando participação popular e se aproximando de processos de emancipação humana.

O Programa foi criado em junho de 1990, com o objetivo de realizar ações em comunidades, articulando diversas áreas do conhecimento. Em suas intervenções, considera a cultura local, o acesso à informação e aos meios de produção, tendo em vista o homem como produtor de riquezas, cujo exercício da cidadania é fruto de sua ação global, devidamente contextualizado no meio em que vive. Com essa perspectiva, iniciou suas atividades e atingiu, primeiramente, a Comunidade Monsenhor Magno, com acompanhamentos nas áreas social, cultural, educacional, produtiva e de Saúde. Essas ações tiveram a participação de dezesseis bolsistas dos Cursos de Serviço

Social, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Medicina, Enfermagem e Nutrição. As atividades desenvolvidas pelo programa eram planejadas pelas pessoas da comunidade, e os estudantes começavam pelas reuniões de mobilização, em que se levantavam os problemas de ordem estruturante e de ordem corriqueira.

Em seguida, montavam-se as estratégias de resolutividade de cada problema levantado. Naquela oportunidade, os problemas estruturantes apontados eram a falta de água potável, de creche-escola, transportes coletivos, programa habitacional, uso do solo urbano, melhoria das estradas, entre outros. Para resolver essas questões com os órgãos do governo, eram constituídas as comissões de moradores e montavam-se os encontros entre a comunidade e esses órgãos apoiados pelo programa, acompanhando as atividades das comissões até alcançar o sucesso desejado.

As questões ditas corriqueiras, como geração de renda, saúde comunitária, produção agrícola, atenção a crianças e à família em situação de risco e atividades com plantas medicinais eram estudadas de forma conjunta e montadas as oficinas pedagógicas para que a comunidade se empoderasse, desenvolvendo, de forma coletiva ou individual, suas atividades.

Os programas também montavam cursos de plantas medicinais, de arte culinária, gestão empreendedora, capacitação para professores, curso para agente comunitário de saúde e curso de artes cênicas, além da criação de grupo de jovens, fundação de clube de mães, oficinas para gestantes e nutrizes. Essas eram algumas das atividades que os estudantes desenvolviam naquela comunidade.

Convém ressaltar algumas conquistas ocorridas nessa comunidade, a partir da mobilização provocada pelo PIAC e seus bolsistas. Como já foi citado antes, a comunidade logrou

êxito frente aos sérios problemas referentes à deficiência de moradia, falta de água potável, de energia elétrica, transporte público coletivo, além da implantação de uma escola em regime de mutirão, uma creche-escola, um roçado comunitário, mas, principalmente, a garantia da posse dos terrenos onde as famílias moravam.

O que caracteriza o PIAC, nesse processo de aproximar as atividades de extensão das demandas das comunidades, é a construção de um olhar dialogado a partir da cultura local, que, de forma respeitosa, problematiza as questões que são levantadas e debatidas, para, em seguida, sistematizar e encaminhar o que foi decidido de forma coletiva, para buscar a solução para os problemas levantados.

As questões discutidas, depois de resolvidas, abrem espaços para outras lutas e conquistas, ou seja, um programa de extensão com o envolvimento da comunidade tem início, no entanto, a luta não dependerá mais dos agentes da extensão, visto que a própria comunidade organizada assume suas lutas e amplia seu campo de ação.

Devido ao êxito da experiência do PIAC na Comunidade Monsenhor Magno, em 1991, suas ações se estenderam para as comunidades da Praia da Penha e para a reserva indígena da Baía da Traição. Utilizando os mesmos passos metodológicos, o PIAC chegou à praia da Penha, convidado pela Fundação de Ação Comunitária (PAC), um órgão ligado ao Governo do Estado. Depois de ouvir a comunidade e estudar com ela as estratégias de ação, surgiram os primeiros resultados, a criação da Associação dos pescadores, para contribuir com a ocupação definitiva dos espaços conhecidos como área de marinha, proceder à aquisição de barcos de pesca artesanal, com o apoio do Governo do Estado, apetrechos de pesca, câmara frigorífica, transporte utilitário

para a entrega do peixe no mercado, prédio para associação e ponto de venda do pescado.

A chegada do PIAC à Baía da Traição começou com a plantação de uma horta escolar, na Aldeia Galego, dentro das atividades do Estágio Rural Integrado/CCS (ERI). Esse trabalho resultou numa mobilização de todas as aldeias. Assim, foi instalado o I Seminário de Problemas das Comunidades Indígenas Potiguaras (SEPROCI), realizado no dia 1 de abril de 1991. Esse evento contou com a participação de 23 entidades governamentais, em níveis federal, estadual e municipal. Como resultado desse seminário, foram demarcadas terras da Aldeia São Domingos, situada no município de Rio Tinto, as aldeias que ainda não dispunham de energia elétrica foram eletrificadas, entre outras reivindicações particulares de cada aldeia.

O PIAC se aproxima de cinco aldeias que solicitaram da FUNAI a presença da UFPB para dar início ao trabalho de extensão. Como conquista desse trabalho, destaco a abertura do rio Cumaru, a implantação de processo de eletrificação da comunidade, a melhoria da produção do camarão e da agricultura familiar, a implantação de um projeto de apicultura e, no campo cultura, foi criada a Festa do Camarão, evento de conagraçamento entre todas as aldeias pela captura do camarão.

No ano seguinte (1992), o PIAC iniciou atividades no município de Cruz do Espírito Santo, na perspectiva de discutir sobre a reforma agrária naquele município. Durante os três anos seguintes, o programa fortaleceu a proposta de estágios de vivência em comunidades e consolidou a ideia da reforma agrária, o que culminou na desapropriação de 6000 hectares, constituindo-se no maior programa de reforma agrária da Paraíba, coordenado pelo MST e pela CPT.

Nos anos seguintes, o programa ampliou-se para as demais regiões do estado da Paraíba, exceto para o Curimataú.

Atualmente, o PIAC desenvolve suas ações, com o Programa Fome Zero, do Governo Federal, e o Projeto Território da Cidadania – Litoral Norte, envolvendo os municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Lucena, Mataraca, Jacaraú, Pedro Régis, Araçagi, Curau de Cima, Itapororoca, Capim e Cuité de Mamanguape. Acontecem ações do programa também nos municípios de Taperoá, Itaporanga e Bonito de Santa Fé, além de Glória de Goitá, em Pernambuco.

Diante de tantas possibilidades que o PIAC ajudou a construir no campo da extensão universitária e no campo da pesquisa, servindo de espaços investigativos de alguns trabalhos de pós-graduação da UFPB, efetivou-se também como espaço de estágio com caráter permanente e se transformou em um lugar de acolhimento de muitas experiências evidenciadas nos estágios de vivências em comunidades, promovido por sua coordenação, com dimensões nacionais, ocorrendo a cada período de férias acadêmicas, tanto para estudantes das universidades paraibanas, quanto para os de outras universidades brasileiras e até de outros países.

Como ilustração de outro cenário, chamo a atenção para o **Programa de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida**, encampado pelo sociólogo Betinho, iniciado no ano de 1994, com um cunho totalmente assistencialista. Mas, com o engajamento das IES brasileiras, através de seus programas de extensão, houve uma importante contribuição que gerou uma grande mobilização da sociedade brasileira. Como resultado dessa ação, que foi abraçada por vários segmentos da sociedade civil organizada, pelo Estado e por várias empresas nacionais e transnacionais que atuam no Brasil, tornou-se uma política pública de combate à fome e à miséria e criaram-se vários programas em nível federal. Entre eles, destaco o Programa Comunidade Solidária, o Conselho Nacional de Segurança

Alimentar (CONSEA), o Programa Universidade Solidária e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Convém salientar que essa proposta, hoje, garante a geração de emprego e de renda para um grande contingente de trabalhadores da agricultura familiar, que são beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Ministério da Educação. Essa iniciativa trouxe à tona outras grandes discussões voltadas para as questões produtivas e as questões agrárias, a educação e a saúde e para os temas sobre cidadania e controle social, à luz da sociedade civil organizada, sem precisar me ater a outras iniciativas de extensão desenvolvidas por outras vias, que não fossem essas aqui apresentadas.

Comparando os modelos de extensão com os quais convivi na década de 1980, numa linha mais assistencialista, com essas novas possibilidades, como, por exemplo, a campanha do Betinho, coloco-me na posição de protagonista, para aproximar a UFPB, através do PIAC/COPAC/PRAC, na metade da década de 1990, de algumas iniciativas de extensão que eu já desenvolvia no Vale do Mamanguape.

Assim, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, junto com a Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), participou mais efetivamente das ações de combate à fome. Esse foi um ato importante para que se pudesse pensar numa proposta de extensão para além da via de mão dupla. A experiência da atuação do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária passou a articular instituições de governos, em todos os níveis, a mobilizar organizações da sociedade civil, que discutem sobre os temas voltados para combater a fome, os direitos humanos, a cidadania e a segurança alimentar ou estão envolvidos com ele.

A EXPERIÊNCIA DO ENEC

Durante essas investidas extensionistas nas comunidades, eu buscava um algo que fosse novo, que pudesse assegurar os estudantes e os professores com suas atividades extensionistas na comunidade, e, por outro lado, que essas atividades pudessem ser replicadas em outros espaços acadêmicos nacionais. Nesse sentido, utilizando a metodologia criada pelo PIAC, que ajudou a constituir o Estágio de Vivência em Comunidade, proposta que convidava estudantes de outras IES brasileiras para, durante as férias acadêmicas, conhecerem as experiências de extensão na Paraíba, para poder replicar essa experiência em suas IES de origem. Assim, foi constituído o Estágio Nacional de Extensão em Comunidade - ENEC.

Convém salientar que esse estágio nacional contribui com sua articulação para apoiar e ajudar na construção da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), em parceria com o PIAC.

Apresento, então, o ENEC, como um projeto de extensão ligado à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC/UFPB). Propõe para todo o Brasil a oportunidade de vivenciar a realidade de uma comunidade durante um ano, observando, de maneira crítica, todos os aspectos que influenciam em sua organização política, social e econômica.

Essa modalidade de extensão nasce com a perspectiva de a extensão que queremos se comportar como um algo novo, capaz de contribuir para a construção de estágios nacionais em várias áreas do conhecimento, pois se destina a estudantes e a professores de diversos cursos: Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Comunicação, Geografia e Serviço Social etc.,

mostrando sua interdisciplinaridade e comprometimento com as questões ligadas à realidade local.

É preciso, então, articular vários sujeitos sociais e entes federativos, nacionais, regionais, estaduais e locais, para promover uma organização também voltada para as singularidades produzidas nas comunidades periféricas, tanto do campo quanto da cidade. É nessa perspectiva, que o ENEC constituiu suas atividades nas comunidades que atingiu tantos espaços de extensão com caráter popular, com o intuito de se tornar um processo contínuo, acompanhando todos os níveis de desenvolvimento das ações, desde a problematização, passando pelo planejamento, até a execução.

Com o objetivo de interagir com as várias instituições de uma forma participativa, a relação universidade-professor-estudante-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade. É uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado coletivo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre universidade e sociedade. Essa proposta enfoca a importância de um pensamento libertador a partir de uma prática educacional subjetiva de autonomia e de leitura sobre a concepção de extensão de caráter popular para compreender o porquê de se desenvolver a extensão nessa perspectiva e entender qual é o papel da universidade na disputa de concepção e de construção de novos valores para a sociedade, qual a relação da universidade e da sociedade e como se pode contribuir.

O educador deve partir do concreto/real (das ligações com os sujeitos sociais das comunidades e das necessidades locais) se pode elaborar, planejar e repensar as práticas, indivíduo/sujeito coletivo, que também é importante na disputa de consciência, pois existe uma preocupação com o

desenvolvimento dessa prática nas localidades e se deixa de lado a concepção que a extensão vem adquirindo ao logo dos processos, de ser uma prática salvadora e que poderá resolver os problemas que o Estado não supriu.

As ações de um educador humanista que identificando-se com as ações dos educandos deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida na profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador e libertador (FREIRE, P., 2005). ENEC, através de suas ações, identifica a extensão de caráter popular, comprometida com as singularidades da classe trabalhadora e várias implicações acadêmicas. Uma delas é a necessidade de se fazer uma formulação teórico-conceitual da extensão e de um conhecimento que abra caminhos para se superar a classe. Mediante a extensão, projeta-se uma relação universidade-sociedade, marcada pelas contradições do próprio papel da universidade, ao se constituir como instrumento de preparação das elites governantes (MELO NETO, 1996).

O ENEC, como atividade de extensão de caráter popular, no âmbito do trabalho social útil com as comunidades e no âmbito teórico, é um saber a partir dos saberes populares e dá voz a quem a história hegemônica dominante cala. Enfim, parece-me que há um movimento em busca de novas sociabilidades e de tentativas de recolocar a pessoa e as demais formas de vida como elementos centrais na sociedade nessa nova modalidade de extensão.

[...] fazer o *Estágio de Vivência em Comunidades* aqui na Paraíba, consiste em desenvolver uma proposta pedagógica onde a produção científica esteja sempre em consonância com a produção e as necessidades reais da região, e do seu povo. Nesse sentido, a proposta se encaminha sempre de forma a estabelecer uma estreita ligação entre teoria e prática vivida/pensada na perspectiva de desenvolver habilidades e competências, expandindo a capacidade crítica dos jovens numa perspectiva construtiva que possibilite os mesmos a agir em direção às transformações político-sociais. E a necessidades de garantir o desenvolvimento local, regional e universal, vinculando-o como fio condutor de articulação entre o saber popular e saber científico (FALCÃO, 2006).

ASPECTOS METODOLÓGICOS FUNDAMENTAIS

No que tange ao jeito de fazer desenvolvido no decorrer da experiência do PIAC e do ENEC, cabe ressaltar alguns aspectos metodológicos e procedimentos que caracterizam essa experiência. Para que essas ações possam ser efetivadas na perspectiva da participação, da organização e da autonomia, **rumo à emancipação**, é necessário que se construa um procedimento, a partir do entendimento dos limites, da disponibilidade de tempo, vontade para o engajamento, observação do tempo das pessoas e das instituições locais, que se respeitem os princípios organizativos locais e a autonomia das pessoas. Mas, principalmente, que ocorra sempre o respeito pela cultura local.

Procurar respeitar os traços culturais do território, ou da comunidade assistida, é buscar conhecer os elementos

culturais nas reuniões de articulação, iniciando pela própria vivência no território, para poder contribuir com os espaços de problematização, depois, com os diagnósticos e as reuniões técnicas de reflexão e capacidade de resolutividades, sob a ótica dos agentes internos, com o apoio dos agentes externos. Em seguida, são levantadas as aspirações da comunidade, os temas recorrentes de preocupações e eventuais objetivos de projetos de ação individual e coletiva. Uma vez acertadas a discussão e a hierarquização dos problemas prioritários, a partir das decisões coletivas, posso me debruçar sobre a temática escolhida e iniciar a mobilização dos trabalhadores em torno do tema, para ajudar no empoderamento deles sobre o tema, para que, nessa visão sistêmica, as decisões sejam sempre apontadas pelos agentes internos, ou seja, os trabalhadores.

Conhecido o objeto da ação, passo a identificar os elementos locais e os externos e a proceder à etapa de elaboração de projeto. O passo inicial é o planejamento, para, em seguida, construir espaços de participação, organização e capacitação dentro de um processo educativo. Isso implica interagir com várias dimensões, como: capacitação técnica, formação política e qualificação profissional, em vários níveis, à luz da educação popular, que fortalece as proposta de extensão popular e se aproxima, o máximo que se pode, das linhas teóricas dos procedimentos práticos.

Como possíveis resultados dessas ações, desenvolvidas pelos agentes internos e externos, podem-se apontar os projetos, os programas e os convênios executados ou firmados com os entes federativos, que são demandados pelo território ou comunidade, apoiando as representações do território no encaminhamento dessas demandas.

Entendo que essa trajetória de crescimento do programa só foi possível porque o PIAC buscou, na comunidade universitária

e em outras instâncias de conhecimentos, a construção, de forma coletiva, de uma proposta pedagógica que contribuísse com o crescimento das pessoas e das instituições, numa proposta de extensão com caráter popular, fundamentada nos pensamentos de teóricos, filósofos, antropólogos, pensadores e pedagogos, mas sem perder de vista as trocas de experiências que foram promovidas no âmbito da UFPB, através dos professores extensionistas que contribuíram com suas críticas e com as muitas experiências vivenciadas com as comunidades.

Nesse sentido, posso afirmar que a proposta pedagógica apresentada a seguir traz, em sua essência, um conjunto de procedimentos que se aproximam, de forma acentuada, do que chamo de extensão popular (MELO, NETO, 2003).

REFERÊNCIAS

FALCÃO, E. F. **Vivência em Comunidades:** outra Forma de Ensino. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

FALCÃO, E. F. **Extensão popular:** caminhos para a emancipação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MELO NETO, J. F. de. Extensão universitária: em busca de outra hegemonia. **Revista de Extensão da UFPB** - N.1 , João Pessoa-PB, v. 1, n.01, p. 09-22, 1996.

MELO NETO, J. F. de. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular). In: RICHARDSON, Roberto Jarry. (org.). **Pesquisa-ação:** princípios e métodos. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

POSFÁCIO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS E O DESVELAR DE OUTRA POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

Renan Soares de Araújo⁵⁹

INTRODUÇÃO

O presente manuscrito tem como seu objetivo traçar um panorama histórico-conceitual a respeito da Extensão Universitária – desde os seus primórdios na Europa, passando pela América do Norte e chegando até a América Latina, seguindo pela sua trajetória no Brasil –, bem como destacar a emergência de uma outra possibilidade teórico-metodológica no direcionamento das ações deste âmbito. Assim, o seu empenho será voltado para contribuir com o debate atual em torno de como estão sendo compreendidas e orientadas as práticas de Extensão pelos setores universitários; expondo algumas questões conceituais relevantes para sua compreensão, assim como evidenciando alguns elementos que vêm conduzindo à novos horizontes para a sua ressignificação.

Historicamente, a Extensão Universitária tem sido concebida e executada de distintas formas, variando de acordo

59 Graduando em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, onde atua como membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e como extensionistas bolsista do Projeto VEPOP-SUS.

com os sujeitos e grupos que à conduzem – revelando-se como um ambiente onde cabe todo tipo de concepção, prática e intencionalidade. Com isto em vista, muitas iniciativas foram emergindo a partir da necessidade que alguns grupos universitários tinham em agir diante dos preocupantes problemas sociais vivenciados em nossa região, com o entendimento de que a Universidade tinha em sua função a responsabilidade de contribuir com a superação de tal quadro.

Estas ações de Extensão apresentavam dimensões éticas, filosóficas e práticas que as distinguiam das demais, ancoradas no ideário de que a verdadeira transformação social não viria a partir de um grupo de vanguarda, mas sim mediante o desenvolvimento de trabalhos sociais realizados juntamente com as pessoas das camadas populares da sociedade – como consequência de processos de *educação popular*.

Estas atividades orientadas pela perspectiva da Educação Popular, foram apontando outras possibilidades no campo de disputas sobre concepções de Extensão, em que ao longo dos anos foram sendo forjadas e aprimoradas ideias de que também se pode (e deve) encaminhar as ações da Universidade no sentido da transformação social. Não obstante, dentro desta linha de experiências extensionistas, um entendimento diferenciado de Extensão tem conquistado cada vez mais reconhecimento e espaço, a qual tem sido identificada como *Extensão Popular*.

SITUANDO ALGUNS ELEMENTOS ATUAIS PARA DELIMITAR DE ONDE PARTIMOS

No contexto mundial em que nos encontramos em pleno século XXI, são propagadas fabulações que nos induzem a crer que vivemos em um mundo em que todos os cidadãos têm acesso, de forma igualitária, as mesmas oportunidades; que

devido ao estágio atual de globalização, tem se possibilitado um tipo de homogeneização do planeta. Entretanto, para a maior parte da humanidade, o que se vê é o aprofundamento das diferenças e desigualdades; em que a globalização se impõe sobre a vida da grande maioria dos povos de forma perversa – em uma espécie de *globalitarismo* (SANTOS, 2015).

Mesmo difundindo-se a ideia de falência do Estado, o que observamos é o seu fortalecimento numa ótica de atender as exigências do mercado e aos interesses internacionais. Em que o progresso técnico e científico tem sido voltado para alimentar a economia e aproveitado por uma pequena parcela da população global em seu benefício próprio (SANTOS, 2015).

Diante deste quadro de ideologização maciça (mesmo sendo apregoada a morte das ideologias), vemos que as pessoas se tornam menos unidas, fazendo da utopia de uma cidadania universal algo gradativamente mais longínquo. Assim, as pessoas têm sido impulsionadas progressivamente a adesão de comportamentos que apresentam características compatíveis como que de uma evolução negativa da humanidade – em que o cinismo, o egoísmo, a competitividade, o utilitarismo e etc., são atitudes bastante estimuladas e praticadas (SANTOS, 2015).

Com o entendimento de que a educação não é neutra e que esta na sociedade é também responsável tanto pela manutenção quanto pela superação das condições de desigualdade social existentes; é imprescindível a compreensão de que toda educação é política e traz em seu interior uma perspectiva ideológica e projeto político, com uma proposta bem definida de como a sociedade deve estar organizada (GADOTTI, 2003).

Neste embate ideológico, político e cultural, as instituições universitárias cumprem um papel estratégico na estruturação e no fortalecimento do modelo social hegemônico, seja a partir da produção de conhecimentos e disseminação de ideias, bem como

na formação de sujeitos que serão reprodutores e mantenedores das condições sociais excludentes e desiguais, dentre outras possibilidades.

Na concepção contemporânea de Universidade, esta tem sido fundamentada no exercício de três funções consideradas essenciais para o seu funcionamento, que são destacadas como os pilares estruturantes da mesma, sendo elas o *Ensino*, a *Pesquisa* e a *Extensão*. Em relação a dimensão da Extensão, esta tem se destacado historicamente como o pilar acadêmico por onde variadas práticas sociais vem sendo realizadas. Contudo, este elo de comunicação entre a Universidade e a sociedade, em sua execução, tem sido orientado por diferentes intencionalidades, ideologias e perspectivas teórico-metodológicas.

Com isto posto, no presente texto nos ateremos sobre a Extensão Universitária, abordando alguns aspectos de sua trajetória histórica e conceitual, assim como dedicando esforços para o desvelar de trilhas que conduzem à outros caminhos teórico-práticos. No entanto, diante dos limites deste manuscrito no que concerne a tentar restaurar fidedignamente todo o processo histórico da Extensão, o seu intuito é muito mais o de destacar alguns momentos relevantes, no traçar de um caminho reflexivo-conceitual. Sendo assim, este texto foi elaborado com o objetivo de servir como uma introdução ao tema, isto é, com a finalidade de instigar a sua discussão e não com a pretensão de esgotar as suas possibilidades de interpretação e debate.

PERCURSO HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As primeiras iniciativas de Extensão Universitária tiveram seu surgimento na Europa, datado da segunda metade do século XIX, sendo estas impulsionadas em decorrência do desenvolvimento da

Revolução Industrial, em que se buscou estender a educação aos setores desfavorecidos da sociedade, em especial aos trabalhadores. No marco destes empreendimentos sociais, no qual houve a aproximação de intelectuais com o povo, podem ser distinguidas duas vertentes: a primeira tendo seu nascedouro a partir das ações desempenhadas pelas intituladas Universidades Populares; e a segunda com base nas práticas de Extensão Universitária notadamente desenvolvidas na Inglaterra.

As atividades de Extensão realizadas pelas Universidades Populares, tinham como sua finalidade preparar os trabalhadores para enfrentar os conflitos sociais e melhorar sua cultura em geral. Assim, como forma de atingir tais metas, se considerava necessário repassar conhecimentos básicos sobre temáticas sociais, bem como sobre aspectos relativos a administração e direito.

Com o ideário de que o conhecimento necessitava chegar até os setores populares, são iniciados variados movimentos em boa parte do continente europeu, em que profissionais tanto de instituições universitárias quanto de outros segmentos, desenvolviam ações com o intuito de *levar o saber* ao povo – partindo de uma premissa de que as pessoas de origem popular não tinham conhecimento, fazendo-se necessário que estes o obtivessem a partir de algum contato com tais instituições (MELO NETO, 2012).

Sobre isto, Gramsci (1978) tece algumas críticas a estes movimentos culturais desempenhados pelas chamadas Universidades Populares e por outras instituições, bem como pelos respectivos intelectuais – que mesmo com o desejo de *ir até o povo*, expressavam em seus posicionamentos um certo ar de superioridade e uma visão dominadora de seu saber. De acordo com a análise realizada por Gramsci, faltavam-lhes:

[...] a organicidade do pensamento e a solidez cultural [que] só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, 1978, p. 17-18).

Na Inglaterra, a perspectiva de Extensão esteve fortemente associada à ideia de uma educação continuada, voltada para a parcela da população que não estava cursando a Universidade (NOGUEIRA, 2001). Estas iniciativas eram comumente promovidas através da ministração de palestras e organização de cursos para a população considerada não esclarecida (CANÁNEA, 2011).

Em 1871, os docentes da Universidade de Cambridge ofereciam Cursos de Extensão abordando temas como literatura, ciências físicas e economia política à diversificados grupos sociais, em variadas regiões pela Inglaterra, como em Nottingham, Derby e Leicester. Aproximadamente nesta mesma época, a Universidade de Oxford também começara a desenvolver ações voltadas para os setores empobrecidos de Londres; e em seguida, expandindo-se para regiões com uma maior aglutinação operária, onde podem ser destacadas a realização de cursos de história para os trabalhadores das minas de Northumberland, aulas de astronomia direcionadas aos operários de Hampshire e apresentações teatrais no centro manufatureiro de Sheffield e dirigidas aos mineradores de carvão em Newcastle (MIRRA, 2009).

Propagando-se da Inglaterra para outros países europeus, tal como Bélgica e Alemanha, e sucessivamente atingindo toda a região da Europa; a Extensão Universitária chega no período

de 1892 ao continente norte-americano, precisamente na Universidade de Chicago, no Estados Unidos da América (EUA), sendo, inclusive, criada a *American Society for the Extension of University Teaching*; e em consequência, continua expandindo-se para outras instituições, como em 1903 na Universidade de Wisconsin, onde obteve notoriedade e reputação nacional ao que ficou conhecido como *Wisconsin Idea* (PAULA, 2013).

A respeito da influência norte-americana no âmbito da Extensão Universitária, esta emergiu juntamente com o processo de fortalecimento das universidades no EUA, em meados do fim do século XVIII (CRUZ, 2010). Segundo sublinha Kerr (1982 apud JEZINE, 2006), neste período considerava-se que as universidades deveriam colaborar para o acelerado desenvolvimento industrial e agrícola e não apenas para a formação de professores, advogados, médicos e etc. Por tanto, fazia-se necessário dedicar ações universitárias de ensino e investigação que fossem hábeis para fortalecer o avanço tecnológico de indústrias e comércios, assim como envolver variados setores acadêmicos na realização de atividades de *prestação de serviços* para todos os setores sociais, com maior destaque para aqueles representados por empresas e indústrias.

É com este ideal que surge a concepção de *multiversidade*, em que compreendia-se que a Universidade deveria aproximar-se da sociedade e agir de acordo com as suas necessidades, em vista de contribuir com o seu desenvolvimento. Com esta interpretação é que nasce a Extensão norte-americana, configurada acentuadamente com um aspecto pelo qual a Universidade poderia contribuir com o progresso (CRUZ, 2010).

Neste sentido, as ações de Extensão foram sendo implantadas nas zonas urbanas e rurais do EUA, atuando de maneira mais pontual nas zonas rurais, marcadamente a partir da proposta de venda de tecnologias agrícolas com o intuito

de disseminar conhecimentos técnicos à população rural (CANANÉA, 2011; MELO NETO, 2012).

Aqui importa frisar que ambas as experiências, tanto a europeia quanto a norte-americana, tinham em seu escopo o objetivo de interagir e aperfeiçoar a relação da Universidade com os setores subalternizados da sociedade. A europeia com a perspectiva de *servir ao povo*, com uma visão dominadora, na pretensão de *levar o saber intelectual* as pessoas desfavorecidas e leigas (MELO NETO, 2002). Conquanto, a partir das experiências norte-americanas, desenvolvidas especificamente nas zonas rurais, foram sendo constituídas novas visões de Extensão Universitária, as quais concebiam a Extensão como uma pura e simples atividade de *prestação de serviços*, com a finalidade de *informar e esclarecer* as camadas populares, *disseminando conhecimentos técnicos* (MELO NETO, 1997; CANANÉA, 2011).

Em suma, as origens da Extensão Universitária se desenvolvem com base nestas duas vertentes, ambas atreladas à duas modalidades de desenvolvimento capitalista. A europeia, que teve seu início na Inglaterra e se propagou para todo o continente, sendo desenvolvida a partir de grupos independentes, em decorrência da expressão de um cenário de engajamento de diversos setores (Universidade, partidos políticos, Igreja e etc.) em busca de legitimação e solidez com a implementação do *Estado de bem-estar social*. E a norte-americana, que resultava de iniciativas oficiais das próprias instituições, com uma tendência austeramente liberal, com o propósito de mobilizar a Universidade no enfrentamento de questões econômicas, na acepção de transferência de tecnologias e de uma maior proximidade com o setor empresarial (PAULA, 2013).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA

No continente latino-americano, são apontadas ações de Extensão Universitária na data de 1906, na Universidade de La Plata, na Argentina (ORTIZ-RIAGA; MORALES-RUBIANO, 2011). Não obstante, no que concerne as ações de Extensão Universitária na América Latina, estas ganharam novos contornos e parâmetros. Entre os motivos que figuram como propulsores de um novo caráter, podem ser destacados, como via de exemplo, os impactos exercidos pela Revolução Mexicana de 1910 – com seu início tendo a luta pela terra como aspecto central e em seguida incorporando questões sociais mais amplas, com um relevante impacto no cenário cultural (o movimento do *muralismo* mexicano é uma amostra deste quadro) –, bem como as variadas revoluções que foram eclodindo em países como Guatemala em 1944, Bolívia em 1952, a Revolução Cubana de 1959, Nicarágua, em idos da década de 1970, El Salvador em meados 1980, dentre outros eventos, que colocando as situações sociais do continente em pauta, acarretaram no fervilhar de uma grande variedade de reivindicações e estruturação de lutas sociais históricas (PAULA, 2013).

No entanto, somado a este diferenciado quadro histórico-cultural latino-americano, o movimento de Reforma Universitária que adveio com os estudantes da Universidade de Córdoba, em 1918, teve um papel fundamental na reformulação do quefazer universitário no âmbito da América Latina. Diante de um contexto em que as instituições universitárias eram um reflexo idêntico das estruturais sociais que a Independência não havia conseguido transformar – conservando em sua essência, o mesmo caráter que perdurou ao longo dos séculos coloniais e no primeiro centenário da república –, com destaque para a Universidade, que só arrogava aos interesses das classes dominantes, que possuíam o poder econômico e político

na época – sendo estas, então, *proprietárias* da instituição (TÜNNERMANN, 2008).

Em tal panorama, o Movimento de Córdoba se destacou como sendo a primeira manifestação de um confronto entre uma sociedade que estava em um processo de transição em sua composição interna (devido a chegada constante de imigrantes) e uma Universidade que estava enrijecida em uma estrutura conservadora e obsoleta (TÜNNERMANN, 2008).

A partir da influência do México (como do Congresso Universitário realizado em 1908 na Cidade do México), em que se amplia e fortalece o ideário de difusão cultural, os estudantes argentinos realizaram, em sequência, o encontro de Córdoba, em 1918, o qual se discutiu e ressaltou a importância da relação entre Universidade e sociedade (CANANÉA, 2011; MELO NETO, 2012), enfatizando que havia chegado o momento de abandonar as influências estrangeiras e esforçar-se na constituição de uma cultura autêntica, que não fosse um mero reflexo ou cópia da cultura norte-americana ou europeia (TÜNNERMANN, 2008).

Assim, as atividades de Extensão e difusão cultural foram integradas ao programa de reforma universitária devido sua pertinência e implicação favorável para a interação com o meio social, de forma a fortalecer as raízes democráticas da instituição a partir de seu contato direto com os distintos setores sociais, principalmente com as classes populares (TÜNNERMANN, 2008). Em decorrência do mesmo, as atividades de Extensão da Universidade de Córdoba buscavam consolidar a função social da Universidade, preocupando-se com os problemas nacionais e destacando a importância da união latino-americana no enfrentamento das ditaduras e do imperialismo (MELO NETO, 2012).

Entre alguns dos pontos destacados no documento elaborado pelo movimento estudantil de Córdoba, em 21 de

junho de 1918, está a ênfase na efetivação do papel social da Universidade, considerando que sua função social ia muito além do ensino em salas de aula; e que a Universidade deveria comprometer-se na pesquisa e resolubilidade dos problemas da sociedade e do país (TÜNNERMANN, 2008).

Em síntese, no bojo das distinções entre a noção de Extensão desempenhada pelas universidades europeias e norte-americanas, em contraposição a concepção latino-americana, está centralmente o critério do comprometimento da Universidade com a transformação social (ORTIZ-RIAGA; MORALES-RUBIANO, 2011). No entanto, em relação ao conteúdo expresso pelo movimento estudantil na Carta de Córdoba, Melo Neto (1996) ressalta que, apesar de tal propósito progressista, marcado pela preocupação da instituição universitária com a questão social, ainda se observava a contemplação de uma relação unívoca entre a Universidade e a sociedade – da instituição que vai até o povo.

Em tal panorama, a Universidade ainda era concebida como a detentora dos saberes capazes de resolverem todos os problemas da população. Ou seja, os intelectuais eram os *sujeitos ativos*, devidamente *capacitados para direcionar e decidir* que caminhos a população e a sociedade deveriam seguir; e o povo permanecia sendo *passivo, apático, sem fala e sem capacidade de decisão*.

Esta perspectiva de enxergar o trabalho extensionista, com um pensamento de vanguarda, ainda presente na contemporaneidade, ficou significativamente conhecida pela interpretação de *Extensão como uma via de mão única*.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

As atividades de Extensão Universitária no Brasil, datam de aproximadamente 1909 na Universidade do Amazonas, 1911 na Universidade de São Paulo e 1913 na Universidade do Paraná. Dentre estas, a experiência que obteve maior destaque, foi a implementada no estado de São Paulo, na antiga Universidade de São Paulo, onde pode ser destacada a realização de cursos e conferências de forma gratuita e aberta ao público em geral. Não obstante, entre os temas expostos figuravam: grandes viagens e grandes viajantes brasileiros; latinidade românica; o jogo sagrado na Idade Média; entre outros. Sendo proibidas atividades que buscassem propagar questões de viés político, religioso ou comercial (CANANÉA, 2011). Sucessivamente, em meados de 1920, também são registradas atividades de Extensão voltadas a prestação de serviços na zona rural do estado de Minas Gerais, a partir da assistência técnica à agricultores, sendo estas desenvolvidas pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e pela Escola Agrícola de Lavras (NOGUEIRA, 2001).

Neste sentido, ao analisar tais iniciativas, observa-se que estas, em sua maioria, reproduziam as vertentes tradicionais da Europa (como da realização de conferências e cursos) e EUA (com a ótica de prestação de serviços). Entretanto, o advento do ocorrido em Córdoba, teve grande influência no Brasil, o que culminou com o passar dos anos por contribuir no surgimento das Universidades Populares, do Movimento de Cultura Popular (MCP), dos Centros Populares de Arte e Cultura (CPC), e da própria União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938 (CANANÉA, 2011; MELO NETO, 2012).

Em âmbito institucional, a Extensão Universitária aparece na legislação de 1931, a partir do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, em que se estabeleceu as bases organizativas e administrativas do sistema universitário brasileiro (BRASIL,

1931). Entretanto, neste Decreto de 1931 a Extensão é concebida de forma incipiente; acabando por se tornar uma ação de divulgação de pesquisas em cursos e conferências, destinando-se a um público de pessoas mais instruídas (GADOTTI, 2017).

Somente na década de 1960 é que a Extensão como uma atividade indissociável do Ensino e da Pesquisa ganha corpo, alicerçando-se com o desenvolvimento de ações baseadas no compromisso efetivo com os setores populares (GADOTTI, 2017). Assim, mesmo com certa incipiência institucional, a Extensão Universitária cumpriu um relevante papel no contexto das lutas que se deram entre o período de 1950 à 1964, por reformas estruturais e pela transformação social no Brasil (PAULA, 2013).

Entre alguns exemplos de trabalhos comunitários realizados por estudantes com um viés de comprometimento com a transformação social brasileira, podem ser citados desde a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), no período de 1940 (CRUZ, 2011), bem como a criação do próprio CPC da UNE, em 1961, que buscava propagar a viabilidade da construção de uma nova sociedade, utilizando a literatura, o teatro, a música e o cinema, como forma de levar esta mensagem aos setores mais vulnerabilizados (PAULA, 2013), além do projeto UNE Volante, que a partir da realização de caravanas, almejava estimular uma mobilização nacional (GADOTTI, 2017), assim como a criação de agremiações desportivas voltadas para as populações pobres, campanhas para a construção de bibliotecas nos bairros, centros de debates, clubes de estudo, fóruns e inclusive iniciativas de educação política com debates públicos (MELO NETO, 2002).

Ainda na década de 1960, o movimento estudantil, representado pela UNE, já concebia a ideia de uma Universidade acessível, comprometida com a superação das desigualdades sociais e em permanente diálogo com a sociedade; apresentando

o ideário de que esta poderia se concretizar a partir da Extensão (NOGUEIRA, 2001). Assumia-se que seria de responsabilidade da instituição universitária, a partir da Extensão, “[...] a conscientização das massas populares, despertando-as para seus direitos” (MELO NETO, 2002, p. 10).

Em meados de 1960, uma experiência significativa foi a desenvolvida por Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, com apoio do MCP. Esta experiência prática desenvolvida por Freire juntamente com outros colaboradores, foi muito importante para a realização de iniciativas posteriores, como o caso de Angicos no Rio Grande do Norte, em 1963 (CHALUB-MARTINS, 2010).

A partir da experiência realizada por Freire na cidade do Recife, buscou-se através da Extensão, estabelecer um trabalho horizontal de comunicação com a sociedade e o envolvimento da Universidade com as questões que repercutiam em âmbito nacional; fortalecendo ainda mais reflexões e a luta que já vinha sendo travada pelo movimento estudantil em vista de uma efetiva reforma universitária (PAULA, 2013).

Concomitantemente, no período da ditadura militar – que teve seu início no ano de 1964 –, como forma de institucionalizar a Extensão Universitária e contornar algumas reivindicações estudantis, foi criado com apoio do governo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), no ano de 1966; e posteriormente, em 1968, a partir de um decreto governamental, foi instituído a nível nacional o Projeto Rondon (NOGUEIRA, 2001); e em seguida a Operação Mauá, em idos de 1969 (BRASIL, 1969). Todas estas iniciativas tiveram como estratégia o envolvimento de estudantes em trabalhos sociais em comunidades em situação de vulnerabilidade social, sendo estes organizados e orientados sob a tutela dos militares,

com foco de sua atuação em uma perspectiva assistencialista (NOGUEIRA, 2001).

Assim, mesmo adotando parte do discurso estudantil, que ensejava pela aproximação da Universidade com a sociedade, a metodologia e a ideologia que orientava a atuação extensionista foram invertidas pelos militares, desarticulando e abolindo a dimensão organizativa e a sua intenção de gerar mudanças (MELO NETO, 2012). No tocante a isto, Melo Neto (2002, p. 11) comenta que:

A universidade pode, dessa maneira, exercer efetivamente uma função social sem estar sob o ponto de vista das classes subalternas. [...] demonstrando como [a Extensão] pode também servir ao controle social e político.

A este respeito, outra importante contribuição de Paulo Freire, foi com a publicação do livro intitulado *Extensão ou Comunicação?*, lançado originalmente no ano de 1969, que foi escrito enquanto Freire ainda estava exilado no Chile, por ocasião da perseguição política que ocorria no Brasil devido o golpe militar. Neste livro, Paulo Freire traçou importantes reflexões a respeito da necessidade de execução de um processo educativo dialógico e lançou duras críticas as ações unilaterais e antidialógicas de Extensão que eram desenvolvidas nas áreas rurais (FREIRE, 1983).

Tal questionamento de Freire, ia de encontro não só às atitudes dos extensionistas que buscavam persuadir os camponeses a replicarem técnicas repassadas de forma vertical e domesticadora – substituindo seus conhecimentos, forjados a partir de sua ação sobre a realidade concreta, pelos conhecimentos estritamente técnicos dos extensionistas –, mas desde a própria concepção e utilização do termo *extensão*. De acordo com Freire:

[...] a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de “ir para a outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, normaliza-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. (FREIRE, 1983, p. 13, grifo do autor).

Entretanto, convém ressaltar que muitas iniciativas participativas e horizontais foram sendo desenvolvidas, em momento pregresso e durante o golpe militar, no delineamento de trabalhos sociais orientados a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Educação Popular, com o intuito de estabelecer parcerias e ações juntamente com movimentos sociais e com as populações mais empobrecidas, onde lideranças populares, representantes da igreja, estudantes, professores, entre outros, a partir da mobilização e organização dos setores populares, atuavam de forma conjunta e solidária no enfrentamento de circunstâncias derivadas da conjuntura política e econômica vigente à época (VASCONCELOS, 2011). Conforme acentua Cruz (2011, p. 47): “[...] a extensão se configurava como uma possibilidade concreta de estar com as classes populares, buscando formas diversas de contribuir para melhor qualidade de vida nesses setores”.

No tempo da ditadura militar, estas práticas começaram a ser sufocadas e consideradas subversivas. Diante de tais circunstâncias, ao entrar em um contexto de clandestinidade, muitas destas iniciativas vão sendo acolhidas por algumas igrejas cristãs, de forma a serem implementadas juntamente com os trabalhos das pastorais (VASCONCELOS, 2011). Nas

décadas de 1970 e início de 1980, muitos grupos universitários estabeleceram significativa relação com movimentos populares, com destaque para os setores da educação, da saúde e dos direitos humanos (CRUZ, 2011).

No avançar dos anos, com a abertura política e o fim do regime militar em 1985, as discussões sobre a função da Extensão e o papel da Universidade e a sua relação com a sociedade ganharam cada vez mais força. Neste período, no ano de 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras⁶⁰ (FORPROEX), que teve importante papel na elaboração de uma Política Nacional de Extensão e de sua institucionalização, além de se constituir como o principal meio interlocutor para estruturação das políticas públicas de fomento as atividades de Extensão em nível nacional (FORPROEX, 2007).

Nesta altura, ganha forças uma noção de Extensão diferente, com vistas a possivelmente tentar superar aquela problemática do ponto de vista de uma *via de mão única*, advindo uma nova interpretação, delineada pelo FORPROEX (1987) com o conceito de *Extensão como uma via de mão dupla*.

Nesta compreensão, se estabelece que a partir da Extensão, a instituição universitária estaria em uma relação de troca de conhecimentos com a sociedade e a sociedade também esboçaria esta mesma atitude para com a Universidade. Contudo, na ótica desta *via de mão dupla*, surgem algumas questões, como que, apesar de existir um trânsito de *via dupla*, esta possível relação de troca, ao ocorrer, se efetivaria mediante a perspectiva de um conhecimento prontamente estabelecido, cristalizado em ambas as partes, não ocorrendo a elaboração de um novo tipo

60 Atualmente o referido Fórum é denominado de *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras*.

de conhecimento resultante deste encontro, nem muito menos a reformulação de verdades existentes (MELO NETO, 2003).

A este respeito, Melo Neto (2002) sublinha que é necessário avançar sobre determinado conceito. Segundo o referido autor:

A compreensão de extensão, como via de mão dupla, destaca um retorno à universidade como se aí estivesse o espaço para a reflexão teórica. Será que apenas na universidade é que está sendo gerada a reflexão teórica? Os participantes das ações de extensão promovem sua reflexão crítica e têm necessidade dela. Não estará sendo gerada uma dicotomia, inclusive espacial, da condição de reflexão teórica, ao trasladá-la para o espaço da universidade? Pode-se perguntar: será a universidade o lugar, por excelência, para a reflexão teórica? Não será no próprio “locus” de realização das atividades de extensão? (MELO NETO, 2002, p. 17, grifo do autor).

Possivelmente, como forma de driblar maiores problemáticas relativas a utilização do termo *mão dupla*, o FORPROEX adotou, posteriormente, a terminologia *interação dialógica*. Para tanto, assumindo um posicionamento como se houvesse sinonímia entre ambos os termos.

Aqui, resulta importante salientar que, o trabalho extensionista, quando discutido no campo pedagógico de sua ação, em uma concepção de interação dialógica, deve atentar para a seguinte questão:

[...] ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular [...]. Ser dialógico

é empenhar-se na transformação constante da realidade. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1983, p. 28, grifo do autor).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ATUALIDADE

Atualmente, a Extensão Universitária tem sido conceituada pelo referido Fórum como “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (FORPROEX, 2007, p. 17). É uma prática acadêmica que deve ser desenvolvida de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com o objetivo de promover e garantir valores democráticos e equânimes, em busca do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões: humana, ética, econômica, cultural e social (FORPROEX, 2012).

Em suas diretrizes, reforça e deixa explícito o compromisso da instituição universitária com: o impacto e a transformação da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, pautada pelos interesses e necessidades da maioria da população; a interação dialógica entre a Universidade e os setores sociais; a interdisciplinaridade, buscando consistência teórica e operacional; e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, preocupando-se com o processo de formação de pessoas e a produção de conhecimentos (FORPROEX, 2012).

Entretanto, apesar de todas as discussões e avanços conceituais no campo da Extensão ao longo de seu percurso histórico, tanto no Brasil como em outros países do continente latino-americano, a maneira de enxergar o trabalho extensionista

nos moldes europeu e norte-americano estão presentes até hoje nas instituições universitárias (NOGUEIRA, 2001).

Ademais, diante das circunstâncias atuais e das influências sócio-político-econômicas, com vistas a corresponder aos interesses da ideologia dominante, nem todos os empreendimentos de Extensão Universitária estão preocupados e/ou comprometidos com a transformação social (CRUZ, 2013a). O próprio modelo atual de Universidade – ainda em hegemonia – está voltado para os setores privilegiados da elite nacional e não para aqueles que dependem exclusivamente de seu próprio esforço cotidiano e trabalho para sobreviverem. De tal maneira, esta perspectiva de Universidade não está contemplando, corretamente, nem o Ensino nem a Pesquisa, conforme os problemas enfrentados na realidade brasileira e as exigências da grande maioria da população (MELO NETO, 2012).

No âmbito da Universidade, ainda são predominantes concepções da Extensão como uma atividade *assistencialista*⁶¹, em que as ações são fragmentadas e descontínuas, voltadas para a resolubilidade parcial de problemas sociais, que em alguns casos são de responsabilidade de instâncias governamentais; sem a devida problematização dos fatores estruturais intervenientes e provocativos de tal circunstância, agindo de forma a manter as condições de precariedade e desigualdade social. Não comprometendo-se, então, com a sensibilização e mobilização das pessoas e grupos populares para a reivindicação de direitos e modificação daquela realidade, na construção de caminhos que

61 Para um melhor aprofundamento da reflexão a respeito da diferença entre uma ação *assistencial* e de um trabalho realizado de forma *assistencialista*, aconselhamos a leitura de: CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da Universidade. In: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.

viabilizem a superação de forma permanente de tais dificuldades (JEZINE, 2006; CRUZ, 2013b).

Segundo Freire (1983), a relação que se estabelece no campo prático da Extensão, não pode ser reduzida a lógica de um *estar adiante*, ou a um *estar sobre*, ou a um *estar para*. Este processo deve ser concretizado em um ponto de vista de *estar com*, fazendo, assim, com que todos os envolvidos sejam sujeitos ativos daquela mudança.

Todavia, uma outra concepção de Extensão a predominar nas instituições universitárias é a *mercantilista*; que tem a Extensão Universitária como principal meio de interlocução com a sociedade globalizada, na perspectiva da produção de bens e prestação de serviços, por meio do atendimento as demandas do mercado, através de parcerias com outros setores, comercializando os produtos gerados pela Universidade, agora transformados em mercadoria, respondendo as pressões econômicas do sistema capitalista, seja na formação de profissionais ou na elaboração de produtos, voltando a preocupação e responsabilidade da instituição acadêmica não para com o justo desenvolvimento social e humano a favor da grande maioria da população, mas a serviço do capital na geração de lucros, mantendo os privilégios e a riqueza de poucos (JEZINE, 2006; CRUZ, 2013b).

Por este ângulo, é significativo destacar que a Universidade não é uma parte isolada da sociedade. Ela é parte integrante desta e relaciona-se com a mesma, diferenciando-se apenas enquanto instituição com suas particularidades (MELO NETO, 1997). Em virtude disto, é imprescindível instaurar debates, reflexões e análises que possam desvelar as ideologias que norteiam a Universidade e as práticas de Extensão, de forma a detectar as possíveis implicações que estas trazem para o contexto universitário na formação dos sujeitos, em suas dimensões

pessoal e profissional, em relação aos aspectos de cidadania e tipo de sociedade que buscamos edificar (JEZINE, 2006).

Como bem argumentou Cruz (2013a, p. 21):

[...] a universidade pode e precisa mudar seu papel na sociedade – de mantenedora da organização social injusta, economicamente desigual, culturalmente autoritária, de relações desumanas e intolerantes, para mais uma colaboradora da construção de uma sociedade com relações econômicas justas, organização estrutural equânime, humanizante, culturalmente diversa, marcada pela cooperação e pela solidariedade, em todos os relacionamentos, na direção da felicidade, não apenas para uns, mas para todos.

Assim como esta pode atuar viabilizando a estruturação hegemônica das ideologias dominantes, a Extensão, também, pode servir como subterfúgio para a efetivação da função social da Universidade ou ainda no emprego de seus serviços a favor daqueles que vivem estritamente de seus esforços para manutenção de sua sobrevivência (MELO NETO, 2002). Nesta acepção, para Freire (1983), toda ação educativa, desenvolvida no âmbito da Extensão, em relação pedagógica com os setores populares, tem que estar de acordo com a realidade vivida e ter seu benefício voltado para os reais sujeitos que trabalham em torno de sua própria realização humana.

De acordo com Falcão (2014), o entendimento do conceito de Extensão não pode estar atrelado a realização de um trabalho qualquer fora do ambiente acadêmico ou a realização de um

mero serviço assistencialista as populações desfavorecidas. Conforme o supracitado autor, o propósito maior das ações extensionistas deve ser o de unir o produzido e aprendido na Universidade com o fim de aplica-lo para o desenvolvimento social, contribuindo efetivamente para a melhoria da sociedade.

Conquanto, entre o leque de concepções sobre a prática concreta na atuação extensionista, busca-se a materialização de uma outra hegemonia, que entenda a Extensão Universitária como o caminho para a verdadeira articulação com as dimensões do Ensino e da Pesquisa, e da relação entre a Universidade e a sociedade, com base em preceitos éticos, morais, culturais e ideológicos, com um horizonte de justiça social (MELO NETO, 1996).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OUTRAS POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Dentro deste embate por hegemonia no campo universitário, em que coexistem compreensões da Extensão como uma *via de mão única* ou de *mão dupla*, de um prática *assistencialista* ou *mercantilista*, distinguem-se outras com um enfoque, concepção e perspectiva de concretização da prática extensionista com um viés dialógico e crítico, proficuamente influenciadas pelas contribuições de Paulo Freire na discussão estabelecida no âmbito da Extensão (FREIRE, 1983) e pelo conceito teórico-metodológico da Educação Popular (FREIRE, 2005; 2011; GADOTTI; TORRES, 2003; PONTUAL; IRELAND, 2006; STRECK; ESTEBAN, 2013), o que inspirou muitas elaborações e referências que podem ser observadas em variados países do território latino-americano (SERNA, 2004; ORTIZ-RIAGA; MORALES-RUBIANO, 2011; GONZÁLEZ et al., 2012; LÓPEZ, 2012; CRUZ et al., 2013; CHAIÑA, 2015; TOMMASINO; CANO, 2016).

Com ênfase na região do Brasil, podem ser ressaltadas algumas construções teóricas como *Conversidade* (FLEURI, 2013), *Extensão Comunitária* (DANTAS, 2009), *Extensão Acadêmica* (JEZINE, 2006) e *Extensão Universitária em Educação Popular* (SERRANO, 2012). Ademais, dentro deste panorama do fazer extensionista, um entendimento diferenciado de Extensão vem se ampliando, ganhando corpo teórico e conquistando cada vez mais espaço, o qual tem sido denominado como *Extensão Popular* – que compreende a atividade extensionista como um *trabalho social útil* com o intuito de direcionar indissociavelmente as ações de Pesquisa e de Ensino para a formulação de um outro projeto de sociedade (MELO NETO, 2014).

No tocante a sugestão de Paulo Freire (1983), de *Extensão como comunicação*, admitimos a pertinência da crítica proferida, quando ao analisar as diferenciadas possibilidades conceituais do termo *extensão* em sua esfera associativa, interpretou que ao vocábulo relacionavam-se palavras como: *transmissão* – onde pressupõe-se um *sujeito ativo* (aquele que estende) que levará determinado *conteúdo* (que será escolhido por quem se estende) até alguém (o *recipiente* do conteúdo); *entrega* (de algo que é levado por algum sujeito que se encontra *atrás dos muros* para àqueles que se encontram *além dos muros* ou *fora dos muros*, por isso fala-se em *atividades extra-muros*); *messianismo* (por parte de quem se estende); *invasão cultural* (tendo em mente que o conteúdo levado refletirá a visão de mundo daqueles que foram até lá, superpondo-se à daqueles que receberem passivamente). Entretanto, concordamos com Melo Neto (2003) ao discorrer que, a problemática relativa à quando simplesmente vislumbramos *extensão como comunicação*, é justamente o de que deixa-se absorto o próprio significado da Extensão – levando em consideração que a possível formulação de um novo conceito através de um outro (como no caso o

de *comunicação*) arrastaria a Extensão Universitária para a subsistência em uma condição de vazio teórico-epistemológico.

Como forma de superar tal circunstância, derivada da oportuna crítica de Freire (1983), Melo Neto (2003) destaca que se faz necessário que outras construções teóricas debrucesem-se em demonstrar a importância do estabelecimento do diálogo como um pressuposto básico das ações de Extensão, priorizando pela utilização de metodologias que propiciem e estimulem a participação ativa de todos os envolvidos no processo – mostrando que a concepção de Extensão também pode ser uma expressão de relações processuais, não sendo esta a relação em si mesma.

Nesta direção, um aspecto que pode contribuir para a constituição de uma nova formulação conceitual para a Extensão é caracterizando-a como um *trabalho*⁶². Assim, sendo a Extensão concebida como trabalho, pressupõe-se que a partir da execução deste trabalho, que resulta em uma ação deliberada, obtenha-se um produto, que poderá ser direcionado para gerar transformação – em razão de que é pelo trabalho que o ser humano vai transformando a natureza e criando cultura, modificando a realidade humana e construindo um mundo que poderá, deveras, ser mais humano (MELO NETO, 1996). Nesta prospecção é que vai se delineando a compreensão de *Extensão como um trabalho social útil*.

Em tal sentido, a Extensão é concebida como *trabalho* por compreender a atuação extensionista como uma atividade não meramente contemplativa do mundo; mas sim como uma ação de interação com a natureza (entre as pessoas e a realidade objetiva) que resulta na elaboração de um produto derivado

62 Tal alusão da Extensão como trabalho, pode ser destacada na primeira conceituação apresentada pelo FORPROEX em seu documento de 1987.

deste labor, podendo o fruto desta relação ser, por exemplo, um novo conhecimento, que será pertencente a todos os indivíduos envolvidos em seu processo de produção, superando, então, a possibilidade de sua alienação (MELO NETO, 2014).

Este *trabalho é social* por ser um ato coparticipado que se realiza com base na tensão relacional entre seus membros e pela sua interação com o concreto vivido, considerando como sujeitos ativos todos os seus participantes, sejam eles membros internos (estudantes, professores e técnicos) ou externos (moradores de comunidades, movimentos sociais, associações e etc.), instaurando um movimento confluyente de permanente diálogo – de modo biunívoco (MELO NETO, 2002).

De maneira distinta da percepção de *Extensão como uma via de mão dupla*, em que fica explícita a diferenciação entre as pessoas que participam nesta relação entre a instituição acadêmica e os setores populares, a perspectiva de *trabalho social* vislumbra um empenho permanente e fecundo em progressão entre a Universidade e a sociedade (CRUZ, 2017a). Para isso, prima-se pela utilização de estratégias metodológicas participativas e horizontais que propiciem o desenvolvimento e/ou fortalecimento da autonomia das pessoas envolvidas, almejando a construção de uma cidadania crítica e ativa, fomentando que os indivíduos sejam conscientes e sujeitos de transformação (MELO NETO, 2014).

No entanto, este *trabalho social* precisa ter alguma *utilidade* produtiva voltada à vida das pessoas. De tal forma, é preciso que esta utilidade tenha sua intencionalidade direcionada para responder aos anseios e necessidades dos seres humanos na busca por felicidade e pela possibilidade concreta de viver uma vida digna e realmente plena (MELO NETO, 2014).

Assim, com a Extensão concebida como um *trabalho social útil* realizado no campo social permeado pela dimensão

do popular, é possível avançar nos componentes essenciais para que ela possa adquirir um caráter *popular* – uma *Extensão Popular*. Nesta ótica, cabe frisar que a expressão *popular*, contida no termo Extensão Popular, não figura aqui por simples objetivo estético. Conforme a interpretação sistematizada por Melo Neto (2014, p. 47):

Ao assumir a dimensão do popular, o conceito de extensão passa a considerar as dimensões fundantes do adjetivo como a origem e o direcionamento das questões que se apresentam; o componente político essencial e norteador das ações; e, com especial destaque, o popular expresso por metodologias que apontem encaminhamentos de ações, acompanhadas de seus aspectos éticos (diálogo, solidariedade, tolerância, coletivo...) e utópicos (autonomia, liberdade...) que, para os dias de hoje, tornam-se uma exigência social.

Destarte, para que uma atividade de Extensão possa estar orientada nesta perspectiva, é preciso a compreensão de que algo só é verdadeiramente *popular* se tiver a raiz de sua *origem* baseada nos esforços daqueles setores sociais que vivem ou viverão unicamente de seu próprio trabalho e batalha cotidiana para sobreviver, com o *direcionamento* de suas ações voltadas para beneficiar estas pessoas e grupos (MELO NETO, 2014).

Com tais elementos em vista, se faz necessária a compreensão do *papel político* de estar a favor e em defesa dos direitos e interesses das classes populares, com um horizonte de contribuir com a luta em resistência e a construção de caminhos para a superação do contexto social, político e econômico opressivo em voga, que não representa os interesses e não

está voltado para atender as necessidades da grande maioria da população, colaborando com a constituição de uma *direção política* das ações empreendidas juntamente com estes setores (MELO NETO, 2014).

Em relação aos *aspectos metodológicos* que devem orientar tais ações, estes devem ir no sentido *da promoção do diálogo* entre os seus participantes, favorecendo o pluralismo de ideias e promovendo a solidariedade e tolerância como princípios fundantes para se alcançar o bem estar coletivo. Esta metodologia deverá, assim, buscar contribuir para o estabelecimento de um *exercício crítico de cidadania* permeado por elementos de autoavaliação e de fortalecimento da autonomia, para o desenvolvimento de uma *atitude propositiva-ativa*, também propiciando que os seus sujeitos possam ter cada vez mais consciência e possibilidade de afirmação de sua identidade, bem como compreender qual a sua posição enquanto indivíduo, grupo ou classe social, na busca pela concretização de um mundo banhado pela justiça, que permita às pessoas realizarem seus sonhos de liberdade e felicidade (MELO NETO, 2014).

Nesse contexto, ao eleger uma atividade como Extensão Popular, fala-se de uma Extensão primordialmente voltada para a superação das desigualdades e injustiças sociais, a partir de trabalhos sociais que priorizem a escuta verdadeira dos anseios dos grupos socialmente vulneráveis e marginalizados, encaminhando a organização de ações que estejam efetivamente direcionadas para a superação das condições de vida que lhes oprimem (FALCÃO, 2013).

Em consonância com tal assertiva, ao discorrer sobre esta elaboração, Cruz (2017b) acentua que:

A Extensão Popular perfaz um campo teórico-prático, como uma teoria do trabalho social

universitário, uma proposta alçada numa epistemologia da extensão universitária, possuidora de princípios éticos, teóricos e metodológicos. [...] Essa perspectiva de Extensão implica um jeito diferente de pensar, conduzir e organizar as ações extensionistas, a partir do referencial ético, teórico e metodológico da Educação Popular (CRUZ, 2017b, p. 21-22).

Na expressão de Assumpção e Leonardi (2016, p. 443):

A extensão popular, advinda da entrada da Educação Popular na universidade, se configura como uma possibilidade concreta de estar com os setores populares, através do esforço e desejo de dialogar com esses sujeitos. A extensão, quando realizada na perspectiva da Educação Popular, busca a construção de ações geradoras de leitura de mundo, capacidade crítica e emancipação. Os resultados são identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos.

Como pode ser percebido, a perspectiva da Educação Popular tem apontado dentro do terreno de disputas de concepções de Extensão a consciência de que se faz necessário mirar as iniciativas da instituição universitária no processo de transformação social. Pois se há no campo de práticas extensionistas espaço para tudo, também haverá lugar para a realização de ações contra-hegemônicas que viabilizem o seu aprimoramento e a sua condução por outros caminhos rumo às utopias idealizadas (CRUZ, 2017a).

À vista do exposto, podemos conceber a *Extensão Popular* como um *trabalho social útil*, balizado por uma ação crítica e por uma postura forjada na humildade e na solidariedade para com todos os homens e mulheres que vivem nos setores sociais subalternizados em situação de opressão, exclusão e sofrimento; e que com isto em vista, busca articular ações de ensino e de pesquisa que estejam alinhadas com a apreensão das dificuldades contidas na realidade vivenciada no campo popular, mobilizando de modo permanente esforços criativos para estabelecer uma verdadeira interação dialógica (participativa e horizontal), que propicie às pessoas exporem seus pensamentos, sentimentos, saberes e experiências de vida, viabilizando uma construção coletiva permeada pelo tensionamento ocasionado por este encontro e diálogo entre os distintos olhares e compreensões, na elaboração de conhecimentos uteis à construção de estratégias de superação e caminhos emancipatórios, com um horizonte de comprometimento social que concretize transformação na sociedade, assim como no seio da própria Universidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como pôde ser observado ao longo deste manuscrito, no decorrer de seu percurso histórico e avançar conceitual, a Extensão Universitária foi concebida e realizada de distintas formas. Em seu início, sendo delineada no continente europeu como uma iniciativa voltada para esclarecer os setores subalternizados. Em sequência, na América do Norte, sendo esta realizada como um atividade de puro e simples repasse de informações e conhecimentos estritamente técnicos, numa lógica depositária e vertical.

Não obstante, é na América Latina que novas possibilidades de um fazer acadêmico verdadeiramente comprometido com as

causas populares vai podendo ser implementado e aperfeiçoado com o passar dos anos. No continente latino-americano, este elo de comunicação entre a Universidade e sociedade vai adquirindo novos parâmetros e contornos, com um propósito de aproximação e comprometimento com o enfrentamento da questão social em vista da transformação da realidade vivenciada pelos setores populares.

No contexto acadêmico, apesar de ainda predominarem percepções da Extensão Universitária como uma atividade *assistencialista* ou com uma perspectiva *mercantilista*, movimentos contra-hegemônicos vem apontando a emergência de novas possibilidades e caminhos teórico-práticos na execução de ações neste âmbito. Entre estas, destaca-se uma concepção que indica que se faz relevante que a Extensão seja estabelecida como o caminho para o cumprimento da função social da Universidade, sendo ela compreendida como um *trabalho social útil* com uma intencionalidade clara: contribuir com os esforços que já vem sendo desenvolvidos nos setores populares – em espaços como os de associações, cooperativas, assentamentos, aldeias, comunidades urbanas e rurais, escolas, serviços de saúde, entre outros – na luta e reivindicação de direitos sociais historicamente negados e na construção coletiva de caminhos que conduzam à emancipação material, social e humana, levando em conta um porvir direcionado para a edificação de uma sociedade justa, solidária e democrática.

Por fim, é pertinente enfatizar a necessidade de que a dimensão da Extensão seja percebida não só como um espaço de retorno à sociedade, mas também como o ponto de partida das ações universitárias – de forma que as problemáticas observadas e vivenciadas neste campo possam estar alimentando os temas das pesquisas a serem desenvolvidas e que os conhecimentos produzidos a partir destas, gerem elementos a serem trabalhados

na esfera do ensino. Para que, assim, a Universidade por meio de suas três dimensões, esteja realmente voltada para a compreensão da realidade objetiva e comprometida com a sua transformação, em favor de um mundo justo e melhor para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSUMPTÃO, R.P.S.; LEONARDI, F. Educação popular na universidade – uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências a partir do pet educação popular da UNIFESP-Baixada Santista. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 437-462, abr./jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 64.918, de 31 de julho de 1969. Institui, em caráter permanente, a “Operação Mauá” (OPEMA), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 01 ago. 1969. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195601>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**. 15 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

CANANÉA, F.A. **O mar e a jangada**: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: UFPB, 2011.

CHAIÑA, F.F. Extensión universitaria y estrategia de operación. **La vida y la historia**, Lima, n. 5, p. 22-28, 2015.

CHALUB-MARTINS, L. Universidade e transformação social: a perenidade de Paulo Freire. **Participação**, Brasília, a. 10, n. 18, p. 29-41, dez. 2010.

CRUZ, P.J.S.C. Universidade Popular: fundamentos, aprendizados e caminhos pela Extensão. In: CRUZ, P.J.S.C.; CARNEIRO, D.G.B.; TÓFOLI, A.M.M.A.; RODRIGUES, A.P.M.E.; ALENCAR, I.C. (Org.). **Extensão popular: caminhos em construção**. João Pessoa: CCTA, 2017a. p. 53-82.

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: situando a extensão universitária orientada pela Educação Popular. In: CRUZ, P.J.S.C.; CARNEIRO, D.G.B.; TÓFOLI, A.M.M.A.; RODRIGUES, A.P.M.E.; ALENCAR, I.C. (Org.). **Extensão popular: caminhos em construção**. João Pessoa: CCTA, 2017b. p. 19-29.

CRUZ, P.J.S.C. Apresentação - O significado deste livro e da Extensão Popular na construção cotidiana de uma nova Universidade. In: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013a. p. 21-28.

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da Universidade. In: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). **Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013b. p. 181-201.

CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: a reinvenção da Universidade. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 40-61.

CRUZ, P.J.S.C. **Extensão Popular:** a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.

DANTAS, V.L.A. **Dialogismo e arte na gestão em saúde:** a perspectiva popular nas Cirandas da Vida em Fortaleza-CE. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

FALCÃO, E.F. **Vivência em comunidades:** outra forma de ensino. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

FALCÃO, E.F. Extensão Popular: reflexões teóricas e filosóficas sobre uma caminhada a trilhar. In: CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, M.O.D.; SARMENTO, F.I.G.; MARCOS, M.L.; VASCONCELOS, E.M. (Org.). **Educação popular na universidade:** reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013. p. 253-264.

FLEURI, R.M. **Conversidade:** interculturalidade e complexidade em contextos educacionais. 1. ed. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Extensão universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2017.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M.; TORRES, C.A. (Org.). **Educação popular: utopia latino-americana**. Tradução de Jaime Bizeh. 2. ed. Brasília: Ibama, 2003.

GONZÁLEZ, S.G.; HERNÁNDEZ, K.R.; VARGAS, A.M.; SÁNCHEZ, M.C. Abriendo caminos en la extensión universitaria, realidad y perspectiva. **Acta universitaria**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 33-40, abr./may. 2012.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JEZINE, E. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa: UFPB, 2006.

LÓPEZ, M.L. **Extensión universitaria:** situación actual y aportes metodológicos. 1. ed. San Salvador de Jujuy: EdiUNJu, 2012.

MELO NETO, J.F. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

MELO NETO, J.F. **Universidade popular:** texto para debate. João Pessoa: UFPB, 2012.

MELO NETO, J.F. Extensão universitária e produção do conhecimento. **Conceitos**, João Pessoa, v. 5, n. 9, p. 13-19, 2003.

MELO NETO, J.F. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, J.F. (Org.). **Extensão universitária:** diálogos populares. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 7-22.

MELO NETO, J.F. Autonomia e extensão universitária. **Revista de Extensão**, João Pessoa, a. 2, n.4, p.11-22, 1997.

MELO NETO, J.F. Extensão universitária: em busca de outra hegemonia. **Revista de Extensão**, João Pessoa, a. 1, n. 1, p. 9-21, jul. 1996.

MIRRA, E. **A Ciência que sonha e o verso que investiga.** São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, M.D.P. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D.S. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: UnB, 2001. p. 57-72.

ORTIZ-RIAGA, M.C.; MORALES-RUBIANO, M.E. La extensión universitaria en América Latina: concepciones y tendencias. **Educ. Educ.**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 349-366, mai./ago. 2011.

PAULA, J.A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SERNA, G. Modelos de extensión universitaria en México. **Revista de la Educación Superior**, Ciudad de México, v. 33, n. 131, p. 77-103, jul./sep. 2004.

SERRANO, R.M.S.M. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação**. 2012. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

STRECK, D.R.; ESTEBAN, M.T. (Org.). **Educação popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOMMASINO, H.; CANO, A. Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias. **Universidades**, Ciudad de México, n. 67, p. 7-24, ene./mar. 2016.

TÜNNERMANN, C. **Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba: 1918-2008**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

VASCONCELOS, E.M. Apresentando – Educação Popular na Universidade. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 15-24.



COLEÇÃO VEPOP-SUS

Livros publicados ou republicados com apoio do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS

(Livros a serem publicados podem sofrer alterações nos títulos)

A prática da meditação integrativa na terceira idade: um estudo sobre educação popular em saúde e espiritualidade. Adilson Marques. Círculo de São Francisco, 2017.

Caderno de Extensão Popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Caminhos da aprendizagem na Extensão Universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos. HUCITEC Editora, 2017.

Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação ambiental dialógica as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. João B. A. Figueiredo. Editora da UFC, 2017.

Educação Intercultural e Movimentos Sociais - Trajetória de pesquisas da Rede Mover. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação intercultural e formação de educadores. Reinaldo Matias Fleuri. Editora do CCTA, 2017.

Educação popular e atenção à saúde da família, 6ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos. HUCITEC Editora, 2015.

Educação Popular em Saúde: desafios atuais. Grupo Temático de Educação Popular em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). HUCITEC Editora, 2017.

Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência. Pedro José Santos Carneiro Cruz, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos, Luciana Maria Pereira de Sousa, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Islany Costa Alencar (Organizadores). Editora da UFPB, 2014.

Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). HUCITEC Editora, Editora da UFPB, 2011.

Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). Pedro José Santos Carneiro Cruz, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos, Fernanda Isabela Gondim Sarmento, Murilo Leandro Marcos, Eymard Mourão Vasconcelos (Organizadores). HUCITEC Editora, Editora da UFPB, 2013.

Educação Popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP), volume 2. Luciana Maria Pereira de Sousa, Islany Costa Alencar, Lucas

Emmanuel de Carvalho, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Educação Popular no Sistema Único de Saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. HUCITEC Editora, 2017.

Espiritualidade no trabalho em saúde, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos (Organizador). HUCITEC Editora, 2015.

Extensão popular, 2ª edição. José Francisco de Melo Neto. Editora da UFPB, 2014.

Extensão popular: caminhos para emancipação. Emmanuel Fernandes Falcão. Editora do CCTA, 2017.

Extensão popular: caminhos em construção. Pedro José Santos Carneiro Cruz, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Ana Paula Espíndola Rodrigues, Islany Costa Alencar (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Extensão popular: educação e pesquisa. José Francisco de Melo Neto, Pedro José Santos Carneiro Cruz (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Extensão, saúde e formação médica. Pedro José Santos Carneiro Cruz e Mário César Soares Xavier Filho (Organizadores). Editora do CCTA, 2017.

Formação em educação popular para trabalhadores da saúde. Vera Joana Bornstein, Ângela Alencar, Bianca Borges da Silva Leandro, Etel Matiolo, Grasielle Nespole, Irene Leonore Goldschmidt, José Mauro da Conceição Pinto, Julio Alberto Wong Un, Marcelo Princeswal, Marcio Sacramento de Oliveira, Osvaldo Peralta Bonetti, Ronaldo Travassos, Tereza Cristina Ramos Paiva, Thayna Trindade (Organizadores). EPSJV, 2017.

Perplexidade na universidade: vivências nos cursos saúde, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos, Lia Haikal Frota, Eduardo Simon (Organizadores). HUCITEC Editora, 2015.

Saúde nas Palavras e nos gestos, 2ª edição. Eymard Mourão Vasconcelos, Ernande Valentin do Prado (Organizadores). HUCITEC Editora, 2017.

Universidade popular – extensão, ensino e pesquisa. José Francisco de Melo Neto. Editora do CCTA, 2017.

Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Volume 1 - Extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Volume 2 - Extensão e Educação Popular na reorientação da formação em saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Volume 3 - Extensão e Educação Popular na reorientação de práticas, políticas e serviços de saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS. Editora do CCTA, 2017.

Vivência em comunidade: outra forma de ensino, 2ª edição. Emmanuel Fernandes Falcão. Editora da UFPB, 2014.